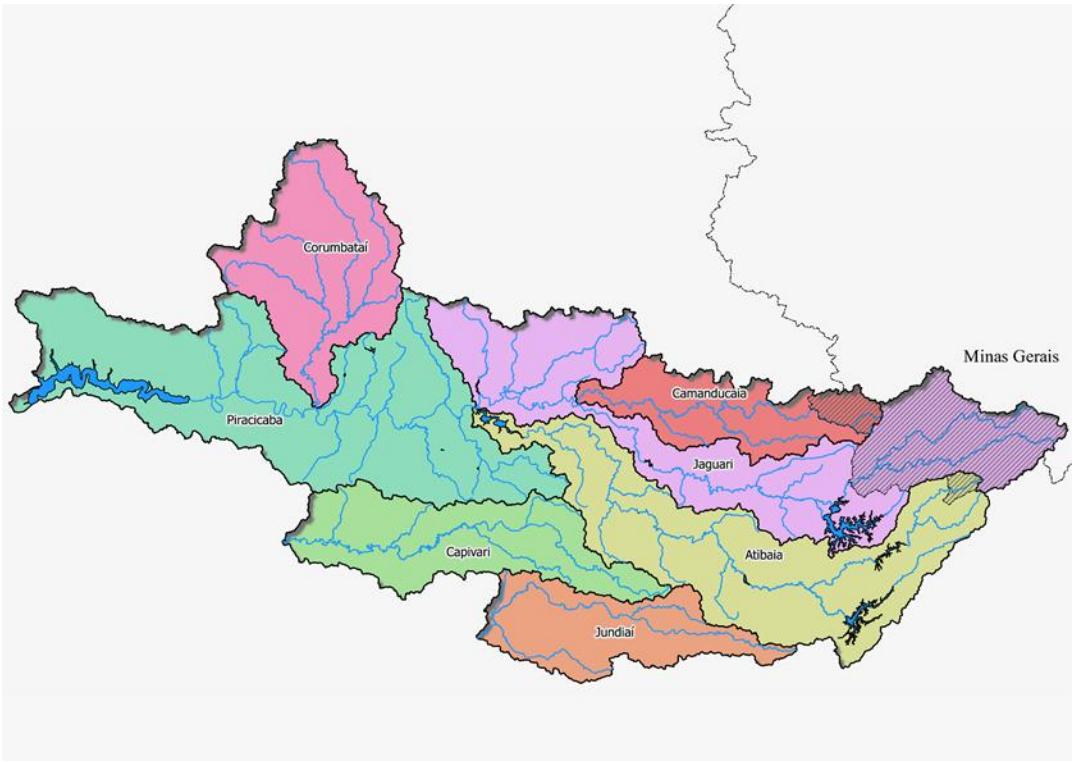
RELATÓRIO DE SITUAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS 2026

(ANO BASE 2025)



UGRHI 05 – BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIO PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ

VERSÃO SIMPLIFICADA

Revisado em 12 de novembro de 2026

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.1 - Inter-relacionamento de indicadores do RS através do método FPEIR. 10

Figura 2.1 - Representação do Sistema Cantareira. 29

Figura 2.2 - Localização dos postos de controle do Sistema Cantareira. 32

Figura 3.1 - Situação dos Postos do IQA - Índice de Qualidade das Águas. ..77

Figura 3.2 - Situação dos Postos do IAP - Índice de Qualidade das Águas Brutas para fins de Abastecimento Público. 77

Figura 5.1 - Total de investimentos indicados por PDC. No período 2017 - 2025 (em milhões). 109

Figura 5.2 - Total indicado por PDC 2025 (em milhões). 110

Figura 5.3 - Percentual do total indicado por prioridade de PDC 2025. 110

Figura 5.4 - Empreendimentos por PDC e biênio. 112

Figura 5.5 - Percentual de Empreendimentos nos Programas de Ações (PDC). 132

LISTA DE TABELAS

Tabela 2.1 - Áreas das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí. 13

Tabela 2.2 - Áreas das Sub-bacias do Rio Piracicaba (SP e MG). 14

Tabela 2.3 - Localização dos municípios em função das sub-bacias hidrográficas. 14

Tabela 2.4 - Inserção dos municípios na UGRHI 5 e em UGRHI adjacente. .. 17

Tabela 2.5 - Municípios da UGRHI 05 e suas respectivas populações. 20

Tabela 2.6 - Características gerais da UGRHI 05. 21

Tabela 2.7 - Volumes do Sistema Cantareira. 31

Tabela 2.8 - Inserção dos municípios na UGRHI 05 e em UGRHI adjacente. 32

Tabela 2.9 - Vazões mínimas nos postos de controle. 33

Tabela 2.10 - Vazões retiradas do Sistema Cantareira em m³/s. 33

Tabela 3.1 - Valores de Referência de disponibilidade per capita. 35

Tabela 3.2 - Valores de Referência Vazão outorgada em relação a vazões $Q_{7,10}$; $Q_{95\%}$ e reservas explotáveis. 38

Tabela 3.3 - Valores de Referência de vazão total em relação a vazão média. 39

Tabela 3.4 - Ações referentes a disponibilidade, demanda e balanço hídrico. 47

Tabela 3.5 - Valores de referência para abastecimento de água. 49

Tabela 3.6 - Ações referentes ao abastecimento público. 55

Tabela 3.7 - Valores de Referência para os parâmetros Esgoto coletado, Esgoto tratado e Eficiência do sistema de esgotamento. 56

Tabela 3.8 - ICTEM (Indicador de Coleta e Tratabilidade de Esgoto da População Urbana de Município) e Valores de Referência do ICTEM. 58

Tabela 3.9 - Ações referentes esgotamento sanitário. 64

Tabela 3.10 - Valores de Referência de IQR. 68

Tabela 3.11 - Valores de referência para Cobertura de drenagem urbana subterrânea e Domicílios em situação de risco de inundação. 71

Tabela 3.12 - Ações referentes a drenagem urbana. 76

Tabela 3.13 - Proporção de pontos nas categorias nos anos de 2021 a 2025. 81

Tabela 3.14 - Proporção de pontos nas categorias nos anos de 2021 a 2025. 82
Tabela 3.15 - Ações referentes à qualidade das águas. 85
Tabela 3.16 - Valores de Referência do IPAS. 86
Tabela 3.17 - Ações referentes à qualidade das águas subterrâneas. 89
Tabela 4.1 - Plano de Ação e Programa de Investimento da UGRHI 05 atualizado. 95
Tabela 5.1 - Relação de Empreendimentos FEHIDRO indicados em 2026. .111
Tabela 5.2 - Acompanhamento da execução das metas do PA/PI 2021 (Deliberação CRH 190/2016). 114
Tabela 5.3 - Acompanhamento da execução das metas do PA/PI 2022-2023 (Deliberação CRH 246/2021). 119
Tabela 5.4 - Aplicação dos Recursos Financeiros nas Bacias PCJ até o ano de 2025. 128
Tabela 5.5 - Acompanhamento das metas - ano de 2025. 129

LISTA DE QUADROS

Quadro 6.1 - Avaliação da Gestão - Comitê de Bacias.....133
Quadro 6.2 - Avaliação da Gestão - Câmaras Técnicas.....134
Quadro 6.3 - Avaliação da Gestão - Câmaras Técnicas (detalhamento).....135

LISTA DE QUADRO SÍNTESE

Quadro Síntese 1 - Gráfico de série histórica de Disponibilidade das Águas. 35
Quadro Síntese 2 - Demanda de Água. 37
Quadro Síntese 3 - Balanço Hídrico. 38
Quadro Síntese 4 - Saneamento Básico – Abastecimento de Água. 49
Quadro Síntese 5 - Saneamento Básico – Esgotamento Sanitário. 56
Quadro Síntese 6 - Saneamento Básico – Manejo de Resíduos Sólidos. 68
Quadro Síntese 7 - Qualidade das águas subterrâneas. 86

LISTA DE MAPAS

Mapa 2.1 - Mapa da Situação dos Municípios das Bacias PCJ. 16
Mapa 2.2 - Unidades de Conservação inseridas nas bacias PCJ. 24
Mapa 2.3 - Inserção Regional da UGRHI 05 junto às outras UGRHIs. 26
Mapa 2.4 - Unidades aquíferas na UGRHI 05. 28
Mapa 3.1 - Índice de atendimento urbano de água. 50
Mapa 3.2 - Índice de Perdas do Sistema de Distribuição de Água. 51
Mapa 3.3 - ICTEM - Indicador de Coleta e Tratabilidade de Esgoto da População Urbana de Município. 57
Mapa 3.4 - IQR (Índice de Qualidade de Aterro de Resíduos) da Instalação de Tratamento e/ou Destinação Final de Resíduos Sólidos Urbanos Gerado no Município. 69
Mapa 3.5 - Cobertura de drenagem urbana subterrânea (%). 72
Mapa 3.6 - Parcela de domicílios em situação de risco de inundação (%). 73
Mapa 3.7 - Espacialização dos Posto do IQA - Índice de Qualidade das Águas 2025. 78
Mapa 3.8 - Espacialização dos Postos do IAP - Índice de Qualidade da Águas Brutas para fins de Abastecimento Público 2025. 79

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 9

2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA 13

2.1 Águas Superficiais e o Sistema Produtor Cantareira 29

2.1.1 Retiradas do Sistema Cantareira 33

3 SÍNTESE DA SITUAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS NA UGRHI 05 .. 35

3.1 Disponibilidade das Águas, Demanda e Balanço Hídrico 35

3.1.1 Síntese da Situação e Orientações para Gestão: Disponibilidade das águas, Demanda de água e Balanço. 39

3.1.1.1 SÍNTESE DA SITUAÇÃO 39

3.1.1.1.1 Disponibilidade Hídrica 39

3.1.1.1.2 Demanda de Água 41

3.1.1.1.3 Balanço Hídrico 43

3.1.1.2 ORIENTAÇÕES PARA GESTÃO 44

3.2 Saneamento Básico - Abastecimento de Águas 49

3.2.1 Síntese da Situação e Orientações para Gestão: Saneamento Básico - Abastecimento de Água 52

3.2.1.1 SÍNTESE DA SITUAÇÃO 52

3.2.1.1.1 Índice de Atendimento Urbano de Água 52

3.2.1.1.2 Índice de Perdas do Sistema de Distribuição de Água 52

3.2.1.2 ORIENTAÇÕES PARA GESTÃO 53

3.3 Saneamento Básico - Esgotamento Sanitário 56

3.3.1 Síntese da Situação e Orientações para Gestão: Saneamento Básico - Esgotamento Sanitário 58

3.3.1.1 SÍNTESE DA SITUAÇÃO 58

3.3.1.1.1 Esgoto Coletado 58

3.3.1.1.2 Esgoto Tratado 59
3.3.1.1.3 Eficiência do sistema de esgotamento 59
3.3.1.2 SÍNTESE GERAL DA SITUAÇÃO DO ESGOTAMENTO SANITÁRIO 61
3.3.1.3 ORIENTAÇÕES PARA GESTÃO 61
3.4 Saneamento Básico - Manejo de Resíduos Sólidos 68
3.4.1 Síntese da Situação e Orientações para Gestão: Saneamento básico - Manejo de Resíduos Sólidos 70
3.4.1.1 SÍNTESE DA SITUAÇÃO 70
3.4.1.1.1 Manejo de Resíduos Sólidos 70
3.4.1.2 ORIENTAÇÕES PARA GESTÃO 70
3.5 Saneamento Básico - Drenagem de águas pluviais 71
3.5.1 Síntese da Situação e Orientações para Gestão: Saneamento Básico - Drenagem de Águas Pluviais 74
3.5.1.1 SÍNTESE DA SITUAÇÃO 74
3.5.1.2 ORIENTAÇÕES PARA GESTÃO 75
3.6 Qualidade das águas superficiais 77
3.6.1 Síntese da Situação e Orientações para Gestão: Qualidade das Águas Superficiais 80
3.6.1.1 SÍNTESE DA SITUAÇÃO 80
3.6.1.1.1 Índice de Qualidade das Águas (IQA) 80
3.6.1.1.2 Índice de Qualidade das Águas para fins de Abastecimento Público (IAP) 81
3.6.1.2 ORIENTAÇÕES PARA GESTÃO 82
3.7 Qualidade das águas subterrâneas 86
3.7.1 Síntese da Situação e Orientações para Gestão: Qualidade das Águas Subterrâneas 86
3.7.1.1 SÍNTESE DA SITUAÇÃO 86

3.7.1.2 ORIENTAÇÕES PARA GESTÃO 87

4 ADEQUAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO E PROGRAMA DE INVESTIMENTOS (PA/PI) 91

5 ACOMPANHAMENTO DOS EMPREENDIMENTOS FEHIDRO – 2025 109

5.1 Aplicação dos Recursos Financeiros nas Bacias PCJ até 2025 128

5.1.1 Síntese da Situação da Aplicação dos Recursos Financeiros 131

6 AVALIAÇÃO DA GESTÃO DO CBH-PCJ 133

6.1 Comitê de Bacia Hidrográfica 133

6.2 Câmaras técnicas 133

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS 138

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 141

8 ANEXOS 145

1 INTRODUÇÃO

O Relatório de Situação dos Recursos Hídricos é um instrumento anual de gestão que tem como objetivo avaliar a eficácia dos Planos de Bacia Hidrográfica (PBH) e fornecer informações públicas sobre a evolução da situação dos recursos hídricos e os avanços na gestão. Sua elaboração está prevista no art. 19 da Lei Estadual nº 7.663/1991, que estabelece normas de orientação à Política Estadual de Recursos Hídricos e ao Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos, com a finalidade de dar transparência à administração pública e subsidiar as ações dos Poderes Executivo e Legislativo nos âmbitos municipal, estadual e federal.

De acordo com o art. 19, os Relatórios de Situação devem contemplar, no mínimo:

I) a avaliação da qualidade das águas;

II) o balanço entre disponibilidade e demanda;

III) a avaliação do cumprimento dos programas previstos nos vários planos de Bacias Hidrográficas e no de Recursos Hídricos;

IV) a proposição de eventuais ajustes dos programas, cronogramas de obras e serviço e das necessidades financeiras previstas nos vários planos de Bacias Hidrográficas e no de Recursos Hídricos;

V) as decisões tomadas pelo Conselho Estadual e pelos respectivos Comitês de Bacias.

Nesse contexto, o Relatório deve focar em indicadores de demanda, disponibilidade e qualidade das águas, além de acompanhar a execução do Plano de Ação (PA) e do Programa de Investimentos (PI) do PBH. Conforme prevê a Deliberação CRH nº 254/2021, eventuais ajustes e alterações no Plano de Ação, no Programa de Investimentos ou em qualquer outra parte do PBH devem ser comunicados por meio do Relatório de Situação, conforme previsto na legislação.

A elaboração dos Relatórios de Situação dos Recursos Hídricos das Bacias PCJ ocorre desde 1994. A partir de 2007, a metodologia adotada para sua elaboração é baseada no modelo GEO (Global Environmental Outlook), adaptada pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), sendo denominada **FPEIR** (Força-Motriz → Pressão → Estado → Impacto → Resposta). A metodologia considera a interrelação de cinco categorias de indicadores: **Força-Motriz** (Atividades humanas que impulsionam mudanças, como o crescimento populacional, a urbanização e a intensificação das atividades econômicas); **Pressão** (As consequências ambientais diretas da Força-Motriz, como a emissão de poluentes e a geração de resíduos); **Estado** (As mudanças

resultantes das Pressões sobre o meio ambiente, afetando a qualidade e a disponibilidade da água); **Impacto** (Os efeitos adversos do Estado na saúde humana e nos ecossistemas); **Resposta** (As ações tomadas pela sociedade e pelo poder público para mitigar as Pressões ou os Impactos, que podem ser direcionadas a qualquer uma das outras categorias), conforme representado pela Figura 1.1. Por meio de um processo consultivo e participativo com envolvimento da Coordenadoria de Recursos Hídricos (DRHi) e CBHs, no mesmo ano, ocorreram oficinas para ratificação da metodologia proposta e definição do rol de indicadores.

Figura 1.1 - Inter-relacionamento de indicadores do RS através do método FPEIR.



Fonte: DRHi, 2025.

É importante registrar que as Bacias PCJ tiveram um marco significativo em 2020, com a aprovação, por meio da Deliberação dos Comitês PCJ nº 332/20, do Plano de Recursos Hídricos das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí 2020 a 2035. O Plano consolida informações sobre a situação das Bacias PCJ (Diagnóstico), estudos de tendências e possibilidades para o futuro dos recursos hídricos da região, (Prognóstico), simulações de cenários futuros de qualidade e quantidade dos recursos hídricos e um Plano de Ações robusto com a definição de metas intermediárias a serem alcançadas pelos municípios da região, até 2035, visando a sustentabilidade hídrica das Bacias PCJ.

Embora a caracterização geral apresente informações referentes às Bacias PCJ como um todo, os dados e as análises apresentados neste Relatório de Situação referem-se à porção paulista das Bacias PCJ, correspondente ao território da Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (UGRHI nº 05). Dessa forma, a porção mineira das Bacias PCJ não integra a análise dos indicadores apresentada, suas informações são periodicamente publicadas nos Relatórios de Gestão e Situação de Recursos Hídricos em Minas Gerais, produzido pelo Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) e disponibilizados no Portal InfoHidro (http://portalinfohidro.igam.mg.gov.br).

Os dados e informações apresentados neste Relatório foram obtidos a partir de diferentes órgãos e instituições responsáveis pela produção, sistematização e disponibilização de informações relacionadas aos recursos hídricos. Entre as principais fontes utilizadas estão a Diretoria de Recursos Hídricos (DRHi), da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL), a Agência das Bacias PCJ, a Sala de Situação PCJ, a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), além de outros órgãos e instituições responsáveis pelos dados específicos dos indicadores analisados.

Durante o ano de 2010, realizou-se um processo de releitura dos indicadores até então utilizados como referência para a elaboração dos relatórios de situação, por meio do qual foram determinadas adequações no rol desses indicadores e estabelecida uma sequência de sucessão entre formatos “simples” e “completos”. No presente Relatório de Situação, foram incluídas as orientações advindas do citado processo de releitura.

Para 2025, diante da orientação da DRHi, conforme o Roteiro para Elaboração (2025), elaborou-se a versão simplificada do Relatório de Situação. O processo de elaboração do Relatório contou com a participação da equipe da Agência das Bacias PCJ e com orientações das Câmaras Técnicas do Plano de Bacias (CT-PB) e de Planejamento (CT-PL), que apreciaram a análise dos dados apresentados e teceram comentários com interpretações acerca do significado destes dados para a gestão dos recursos hídricos das Bacias PCJ. Assim como em 2024, o ano de 2025 manteve a realização de atividades presenciais pelos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (CBH-PCJ), concomitantemente à realização de parte de seus eventos e reuniões de forma não presencial. A manutenção desses diferentes formatos de participação, respaldada por deliberação, contribuiu para a continuidade do processo de gestão participativa e de tomada de decisões relacionadas aos recursos hídricos nas Bacias PCJ, bem como para o acompanhamento da dinâmica dos diversos setores da sociedade.

Como materiais complementares a este Relatório de Situação, são consideradas as bases de dados e fontes utilizadas em sua elaboração, bem como os referenciais técnicos, os indicadores, os parâmetros e os valores de referência adotados para a análise e a avaliação qualitativa da situação dos recursos hídricos. Ressalta-se que, para o ano base 2025, alguns indicadores ainda não apresentam dados disponíveis ou consolidados. Nesses casos, foram utilizados, quando disponíveis, os dados mais recentes fornecidos pela DRHi, mantendo-se a referência temporal original.

2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

As Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (Bacias PCJ) abrangem, total ou parcialmente, os territórios de 76 municípios, dos quais 71 estão situados no Estado de São Paulo (SP) e 5 no Estado de Minas Gerais (MG). Tem uma área aproximada de 15.377,82 km², sendo 92,45% localizada na porção paulista e 7,55% na porção mineira. A área em foco localiza-se entre os meridianos 46º e 49º oeste e as latitudes 22º e 23,5º sul, apresentando uma extensão aproximada de 300 km no sentido Leste-Oeste e 100 km no sentido Norte-Sul (Consórcio PROFILL-RHAMA, 2020).

No Estado de São Paulo, as Bacias PCJ, afluentes do Rio Tietê, estendem-se por 14.216,58 km², sendo 11.492,84 km² correspondentes à Bacia do Rio Piracicaba, 1.568,68 km² à Bacia do Rio Capivari e 1.155,06 km² à Bacia do Rio Jundiaí. No Estado de Minas Gerais, a área pertencente às Bacias PCJ corresponde principalmente a uma parcela da sub-bacia do Rio Jaguari, contendo um total de 979,97 km² da área de drenagem dessa sub-bacia, além de parcelas menores das sub-bacias dos rios Atibaia e Camanducaia, com 44,54 km² e 136,73 km², respectivamente (Consórcio PROFILL-RHAMA, 2020). A Tabela 2.1 apresenta a distribuição das áreas das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí entre os Estados de São Paulo e Minas Gerais.

Tabela 2.1 - Áreas das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí.

Bacias	Área SP (km²)	Área MG (km²)	Área total (km²)	Área total (%)
Piracicaba	11.492,84	1.161,24	12.654,08	82,3%
Capivari	1.568,68	-	1.568,68	10,2%
Jundiaí	1.155,06	-	1.155,06	7,5%
Total PCJ	**14.216,58**	**1.161,24**	**15.377,82**	**100,0%**

Fonte: Adaptado Consórcio PROFILL-RHAMA, 2020.

Em termos hidrográficos, as Bacias PCJ são constituídas por sete unidades principais. A Bacia do Rio Piracicaba é formada pelas sub-bacias dos rios Piracicaba, Corumbataí, Jaguari, Camanducaia e Atibaia. As bacias dos rios Capivari e Jundiaí, por sua vez, não são subdivididas em sub-bacias. As áreas de drenagem das sub-bacias que compõem a Bacia do Rio Piracicaba são apresentadas na Tabela 2.2.

Tabela 2.2 - Áreas das Sub-bacias do Rio Piracicaba (SP e MG).

Sub-bacias	Área SP (km2)	Área MG (km²)	Área total (km²)	(%)
Camanducaia	903,98	136,73	1.040,71	8%
Jaguari	2.322,62	979,97	3.302,59	26%
Atibaia	2.773,96	44,54	2.818,5	22%
Corumbataí	1.717,59	-	1.717,59	14%
Piracicaba	3.774,69	-	3.774,69	30%
Total Piracicaba	**11.492,84**	**1.161,24**	**12.654,08**	**100%**

Fonte: Adaptado Consórcio PROFILL-RHAMA, 2020.

No Estado de Minas Gerais, a área das Bacias PCJ está inserida na Unidade de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos (UPGRH PJ1), que abrange cinco municípios, dos quais quatro possuem sede em área compreendida pelas Bacias PCJ. A Tabela 2.3 apresenta a relação dos municípios pertencentes a cada uma das principais sub-bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí.

Tabela 2.3 - Localização dos municípios em função das sub-bacias hidrográficas.

Sub-bacia	Municípios
Camanducaia	Amparo, Holambra, Jaguariúna, Monte Alegre do Sul, Pedra Bela, Pedreira, Pinhalzinho, Santo Antônio de Posse, Serra Negra, Socorro, Toledo*.
Jaguari	Americana, Amparo, Artur Nogueira, Bragança Paulista, Camanducaia*, Campinas, Cordeirópolis, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Extrema*, Holambra, Itapeva*, Jaguariúna, Joanópolis, Limeira, Mogi-Mirim, Morungaba, Paulínia, Pedra Bela, Pedreira, Pinhalzinho, Piracaia, Santo Antônio de Posse, Sapucaí-Mirim*, Tuiuti, Vargem.
Atibaia	Americana, Atibaia, Bragança Paulista, Camanducaia*, Campinas, Itatiba, Jaguariúna, Jarinu, Joanópolis, Morungaba, Nazaré Paulista, Nova Odessa, Paulínia, Piracaia, Valinhos, Vinhedo.
Corumbataí	Analândia, Charqueada, Cordeirópolis, Corumbataí, Ipeúna, Itirapina, Piracicaba, Rio Claro, Santa Gertrudes.
Piracicaba	Águas de São Pedro, Americana, Anhembi, Botucatu, Brotas, Campinas, Capivari, Charqueada, Cordeirópolis, Dois Córregos, Hortolândia, Iracemápolis, Itirapina, Limeira, Monte Mor, Nova Odessa, Paulínia, Piracicaba, Rio das Pedras, Saltinho, Santa Bárbara d'Oeste, Santa Maria da Serra, Santa Gertrudes, São Pedro, Sumaré e Torrinha.

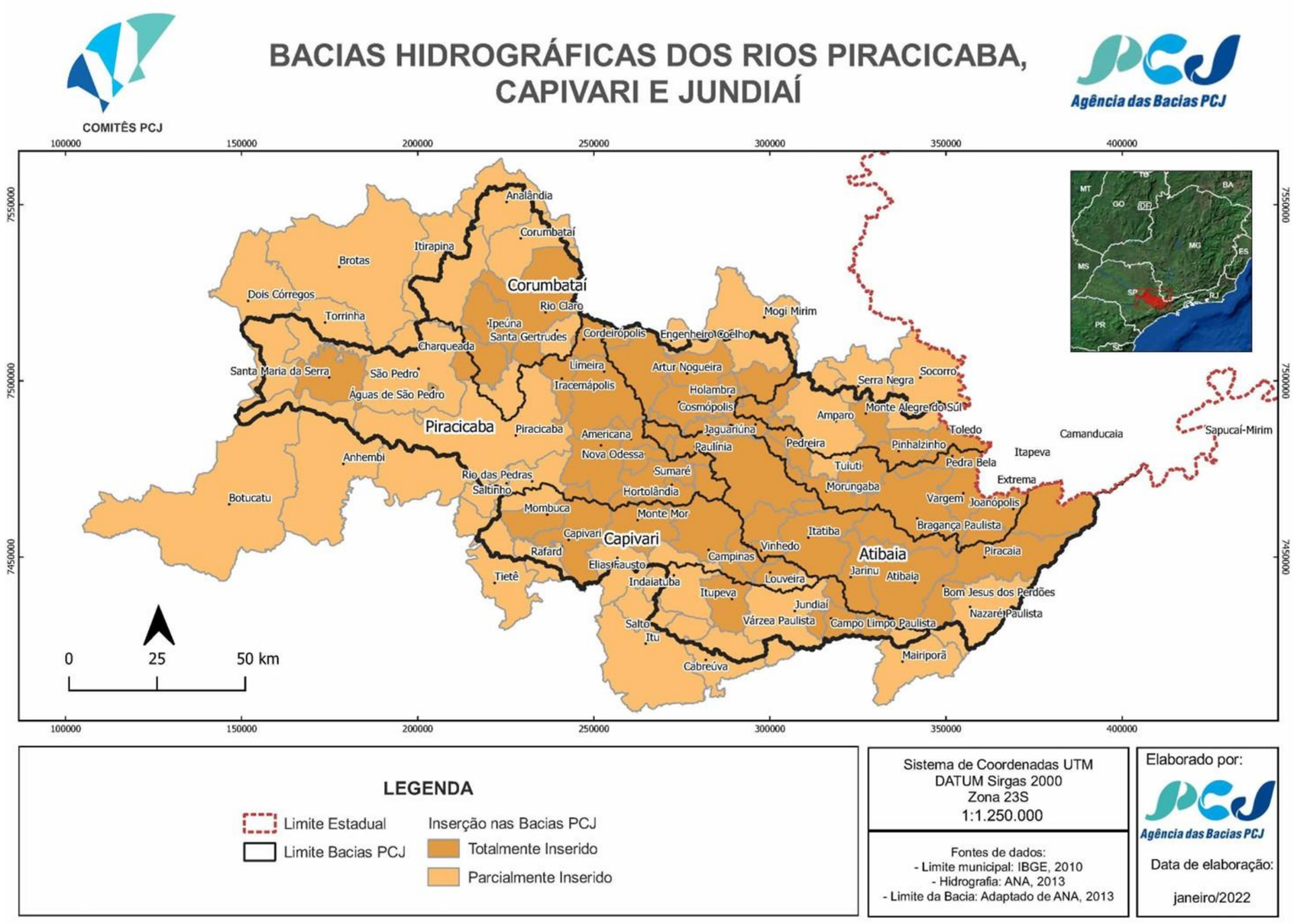
Sub-bacia	Municípios
Capivari	Campinas, Capivari, Elias Fausto, Hortolândia, Indaiatuba, Itupeva, Jundiaí, Louveira, Mombuca, Monte Mor, Rafard, Rio das Pedras, Tietê, Valinhos, Vinhedo.
Jundiaí	Atibaia, Cabreúva, Campo Limpo Paulista, Indaiatuba, Itu, Itupeva, Jarinu, Jundiaí, Mairiporã, Salto, Várzea Paulista.

* Municípios situados no estado de Minas Gerais.
Fonte: Adaptado Consórcio PROFILL-RHAMA, 2020.

Os principais acessos rodoviários às Bacias PCJ são constituídos pelas Rodovias dos Bandeirantes (SP-348), Anhanguera (SP-330), Santos Dumont (SP-75), Dom Pedro I (SP-65), Luiz de Queiroz (SP-304), Adhemar de Barros (SP-340) e Fernão Dias (BR-381). A região conta, ainda, com infraestrutura ferroviária operada pela Rumo Malha Paulista S.A. (RMP), com o terminal intermodal da Hidrovia Tietê-Paraná e com o Aeroporto Internacional de Viracopos, localizado no município de Campinas.

O Mapa 2.1 apresenta os municípios totalmente inseridos nas Bacias PCJ e os municípios cuja área de drenagem encontra-se parcialmente contida nas Bacias PCJ, segundo a avaliação do Plano das Bacias PCJ.

Mapa 2.1 - Mapa da Situação dos Municípios das Bacias PCJ.



A seguir, a Tabela 2.4, apresenta a relação dos municípios inseridos na UGRHI 05, discriminando aqueles que possuem parte de seu território em UGRHIs adjacentes, conforme o limite de UGRHI adotado na escala 1:50.000.

Tabela 2.4 - Inserção dos municípios na UGRHI 5 e em UGRHI adjacente.

Municípios	Totalmente contido na UGRHI	UGRHI adjacente com área do município	
		Área urbana	Área rural
Águas de São Pedro	Sim	--	--
Americana	Sim	--	--
Amparo	Não	--	09
Analândia	Não	--	09 e 13
Artur Nogueira	Sim	--	--
Atibaia	Sim	--	--
Bom Jesus dos Perdões	Sim	--	--
Bragança Paulista	Sim	--	--
Campinas	Sim	--	--
Campo Limpo Paulista	Sim	--	--
Capivari	Sim	--	--
Charqueada	Sim	--	--
Cordeirópolis	Sim	--	--
Corumbataí	Não	--	09
Cosmópolis	Sim	--	--
Elias Fausto	Não	--	10
Holambra	Sim	--	--
Hortolândia	Sim	--	--
Indaiatuba	Não	10	10

Municípios	Totalmente contido na UGRHI	UGRHI adjacente com área do município	
		Área urbana	Área rural
Ipeúna	Sim	--	--
Iracemápolis	Sim	--	--
Itatiba	Sim	--	--
Itupeva	Sim	--	--
Jaguariúna	Sim	--	--
Jarinu	Sim	--	--
Joanópolis	Sim	--	--
Jundiaí	Não	--	10
Limeira	Sim	--	--
Louveira	Sim	--	--
Mombuca	Sim	--	--
Monte Alegre do Sul	Sim	--	--
Monte Mor	Sim	--	--
Morungaba	Sim	--	--
Nazaré Paulista	Não	--	06
Nova Odessa	Sim	--	--
Paulínia	Sim	--	--
Pedra Bela	Sim	--	--
Pedreira	Sim	--	--
Pinhalzinho	Sim	--	--
Piracaia	Sim	--	--
Piracicaba	Não	--	10
Rafard	Não	--	10
Rio Claro	Não	--	09
Rio das Pedras	Não	--	10

Municípios	Totalmente contido na UGRHI	UGRHI adjacente com área do município	
		Área urbana	Área rural
Saltinho	Não	--	10
Salto	Não	10	10
Santa Bárbara d'Oeste	Sim	--	--
Santa Gertrudes	Sim	--	--
Santa Maria da Serra	Sim	--	--
Santo Antônio de Posse	Sim	--	--
São Pedro	Não	--	13
Sumaré	Sim	--	--
Tuiuti	Sim	--	--
Valinhos	Sim	--	--
Vargem	Sim	--	--
Várzea Paulista	Sim	--	--
Vinhedo	Sim	--	--

Fonte: Deliberação CRH nº 228, de 20 de dezembro de 2019.

Para fins deste Relatório de Situação, o universo de análise corresponde aos municípios que integram a UGRHI 05 (Bacias PCJ). As respectivas populações e características gerais são apresentadas na Tabela 2.5 e Tabela 2.6, respectivamente.

Tabela 2.5 - Municípios da UGRHI 05 e suas respectivas populações.

Município	População Total (SEADE 2025)	Município	População Total (SEADE 2025)
Águas de São Pedro	2.760	Mombuca	3.814
Americana	244.809	Monte Alegre do Sul	8.907
Amparo	68.013	Monte Mor	68.532
Analândia	4.653	Morungaba	14.173
Artur Nogueira	53.073	Nazaré Paulista	18.559
Atibaia	167.698	Nova Odessa	64.395
Bom Jesus dos Perdões	22.413	Paulínia	118.388
Bragança Paulista	185.568	Pedra Bela	6.683
Campinas	1.165.824	Pedreira	43.235
Campo Limpo Paulista	77.772	Pinhalzinho	15.635
Capivari	50.175	Piracaia	26.098
Charqueada	15.546	Piracicaba	440.078
Cordeirópolis	25.251	Rafard	8.995
Corumbataí	4.226	Rio Claro	206.134
Cosmópolis	59.791	Rio das Pedras	31.597
Elias Fausto	18.107	Saltinho	8.345
Holambra	16.024	Salto	143.163
Hortolândia	250.068	Santa Bárbara d'Oeste	184.979
Indaiatuba	270.892	Santa Gertrudes	23.908
Ipeúna	6.921	Santa Maria da Serra	5.147
Iracemápolis	22.348	Santo Antônio de Posse	23.826
Itatiba	127.140	São Pedro	39.566
Itupeva	77.597	Sumaré	290.893
Jaguariúna	62.936	Tuiuti	6.874
Jarinu	41.071	Valinhos	131.534
Joanópolis	12.997	Vargem	10.943
Jundiaí	462.375	Várzea Paulista	118.556
Limeira	296.973	Vinhedo	79.041
Louveira	55.477	**POPULAÇÃO TOTAL**	**6.010.496**

Fonte: SEADE, 2025.

Tabela 2.6 - Características gerais da UGRHI 05.

Características Gerais			
População SEADE, 2025	**Total (2025)**	**Urbana (2025)**	**Rural (2025)**
	6.010.496 hab.	S/D	S/D
Área	**Área territorial** Cobrape, 2020	**Área de drenagem** Cobrape, 2020	
	14.136,71 km²	14.358 km²	
Principais rios e reservatórios Consórcio PROFILL-RHAMA, 2020	**Rios:** Atibaia, Atibainha, Cachoeira, Camanducaia, Capivari, Corumbataí, Jaguari, Jundiaí e Piracicaba. **Reservatórios:** Usina de Barra Bonita, Salto Grande, Jacareí, Jaguari, Atibainha e Cachoeira. Os quatro últimos reservatórios fazem parte do Sistema Produtor Cantareira.		
Aquíferos livres CETESB, 2016	Guarani, Pré Cambriano, Serra Geral e Tubarão.		
Principais mananciais superficiais Consórcio PROFILL-RHAMA, 2020	**Grande porte:** Rio Corumbataí, Rio Capivari, Rio Atibaia (Transposição UGRHI 06), Rio Jaguari, Rio Jundiaí. **Interesse Regional:** Nascentes dos rios Jaguari, Corumbataí; **Rios** Capivari-Mirim, Quilombo, Camanducaia, do Pinhal, Passa Cinco, Atibainha, Jundiaí-Mirim, Claro; **Ribeirões** Piraí, Caxambu, Bom Jardim, dos Toledos, Fregadoli, do Moinho, da Água Branca; **Córregos** do João Paulino, Onofre, Santa Rita e **Represa** do Limoeiro.		
Disponibilidade hídrica superficial SP-Águas, 2025	**Vazão média ($Q_{médio}$)**	**Vazão mínima ($Q_{7,10}$)**	**Vazão $Q_{95\%}$**
	172,0 m³/s	43,0 m³/s	65,0 m³/s
Disponibilidade hídrica subterrânea SP-Águas, 2025	**Reserva Explotável**		
	22,0 m³/s		
Principais atividades econômicas CBH-PCJ, 2016	As principais atividades econômicas são a produção industrial, a agropecuária e a agroindústria. Destacam-se, em Paulínia, o polo petroquímico, composto pela Refinaria do Planalto; em Americana, Nova Odessa e Santa Bárbara d'Oeste, o parque têxtil; em Campinas e Hortolândia, o polo de alta tecnologia; em Piracicaba, as indústrias sucroalcooleiras e do setor metal-mecânico; em Jundiaí, o parque industrial com mais de 500 empresas atuando em variados setores; em Limeira, a produção de folheados; em Rio Claro, as indústrias sucroalcooleiras; e, em Santa Gertrudes e Cordeirópolis, o polo cerâmico nacional.		

Características Gerais	
Vegetação remanescente IF, 2020	Apresenta 2.954,0 km² de vegetação natural remanescente que ocupa, aproximadamente, 20,6% da área da UGRHI. As categorias de maior ocorrência são a Floresta Ombrófila Densa e a Floresta Estacional Semidecidual.
Áreas Protegidas MMA, 2019; FF, 2019	**Unidades de Conservação de Proteção Integral**
	Esec de Ibicatu; Esec Valinhos; MoNa da Pedra Grande; PNM do Campo Grande; PNM dos Jatobás; PE da ARA (Assessoria de Referência Agrária); PE de Itaberaba; PE de Itapetinga; RB da Serra do Japi
	Unidades de Conservação de Uso Sustentável
	APA Barreiro Rico; APA Cabreúva; APA Corumbataí-Botucatu-Tejupá - Perímetro Corumbataí; APA de Campinas; APA de Campo Grande; APA Jundiaí; APA Piracicaba/Juquerí-Mirim - Áreas I e II; APA Represa Bairro da Usina; APA Sistema Cantareira; APA Tanquã-Rio Piracicaba; ARIE Mata de Santa Genebra; ARIE Matão de Cosmópolis; FE Edmundo Navarro de Andrade; FE Serra D'Água; RPPN Caeté; RPPN Duas Cachoeiras; RPPN Ecoworld; RPPN Estância Jatobá; RPPN Fazenda Boa Esperança; RPPN Fazenda Serrinha; RPPN Lafigueira Naturarte; RPPN Parque das Nascentes; RPPN Parque dos Pássaros; RPPN Reserva do Dadinho; RPPN Reserva do Jacu; RPPN São Elias; RPPN Sítio das Pedras; RPPN Sítio Sabiuna; RPPN Sítio Solar da Montanha

Legenda: SD – Sem Dados; APA - Área de Proteção Ambiental; ARIE - Área de Relevante Interesse Ecológico; Esec - Estação Ecológica; FE - Floresta Estadual; MoNa - Monumento Natural; PE - Parque Estadual; PNM - Parque Natural Municipal; RB - Reserva Biológica; RPPN - Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Fontes:

SEADE, 2025.

COBRAPE. Companhia Brasileira de Projetos e Empreendimentos. Subsídios Técnicos para o Plano Estadual de Recursos Hídricos 2020 -2023: Volume 1 - Diagnóstico Síntese- Tomo I - Caracterização e Situação dos Recursos Hídricos (Relatório Final). São Paulo: Governo do Estado de SP. 257 p. 2020.

PROFILL – RHAMA. Relatório Final: Plano de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, 2020-2035: Relatório Final – Porto Alegre: Consórcio Profill-Rhama PCJ, 2020. 856 p.

CETESB, 2016. Companhia Ambiental do Estado de São Paulo. Relatório de Qualidade das Águas Subterrâneas do Estado de São Paulo 2013-2015. São Paulo, 2016.

IF. Instituto Florestal. Inventário Florestal da Vegetação Natural do Estado de São Paulo 2020. São Paulo, 2020.https://smastr16.blob.core.windows.net/home/2020/07/inventarioflorestal2020.pdf

MMA. Ministério do Meio Ambiente. Cadastro Nacional de UCs. 2018. https://antigo.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs

FF. Fundação Florestal. 2019. https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/fundacaoflorestal/pagina-inicial/rppn/lista-rppn-fundacao-florestal/

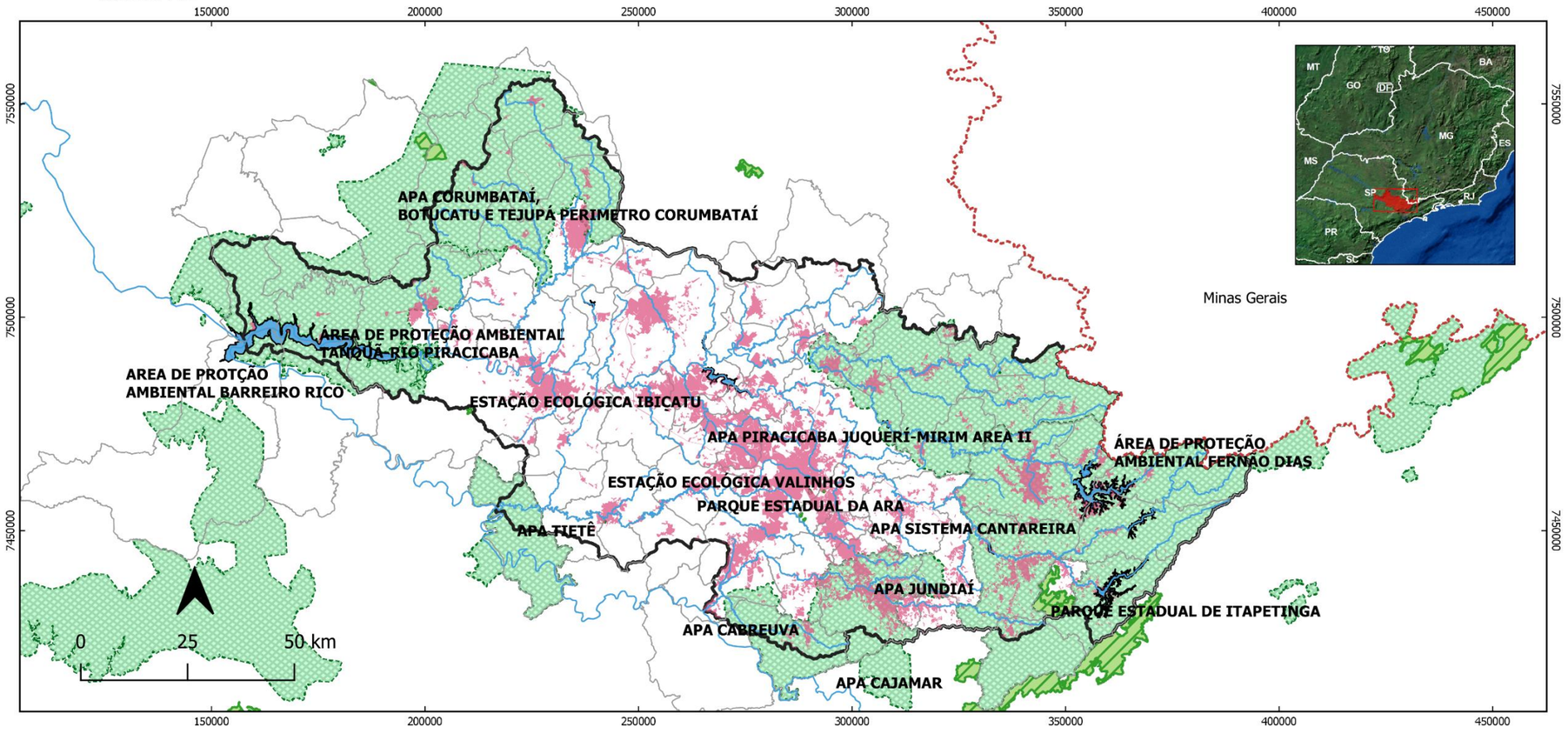
IF. Instituto Florestal. 2020. https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/institutoflorestal/areas-protegidas

CBH-PCJ, 2016. Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí. Plano das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí para o período de 2010 a 2020. Relatório Final. 2016.

O Mapa 2.2 apresenta as unidades de conservação inseridas no âmbito da UGRHI 05 (PCJ).

Mapa 2.2 - Unidades de Conservação inseridas nas bacias PCJ.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NAS BACIAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ



LEGENDA

- Limite Estadual
- Limite Municipal
- UGHRI 05
- Área Urbanizada
- Hidrografia
- Represas

Unidades de Conservação

- Proteção Integral
- Uso Sustentável

Sistema de Coordenadas UTM
DATUM Sirgas 2000
Zona 23S
1:1250000

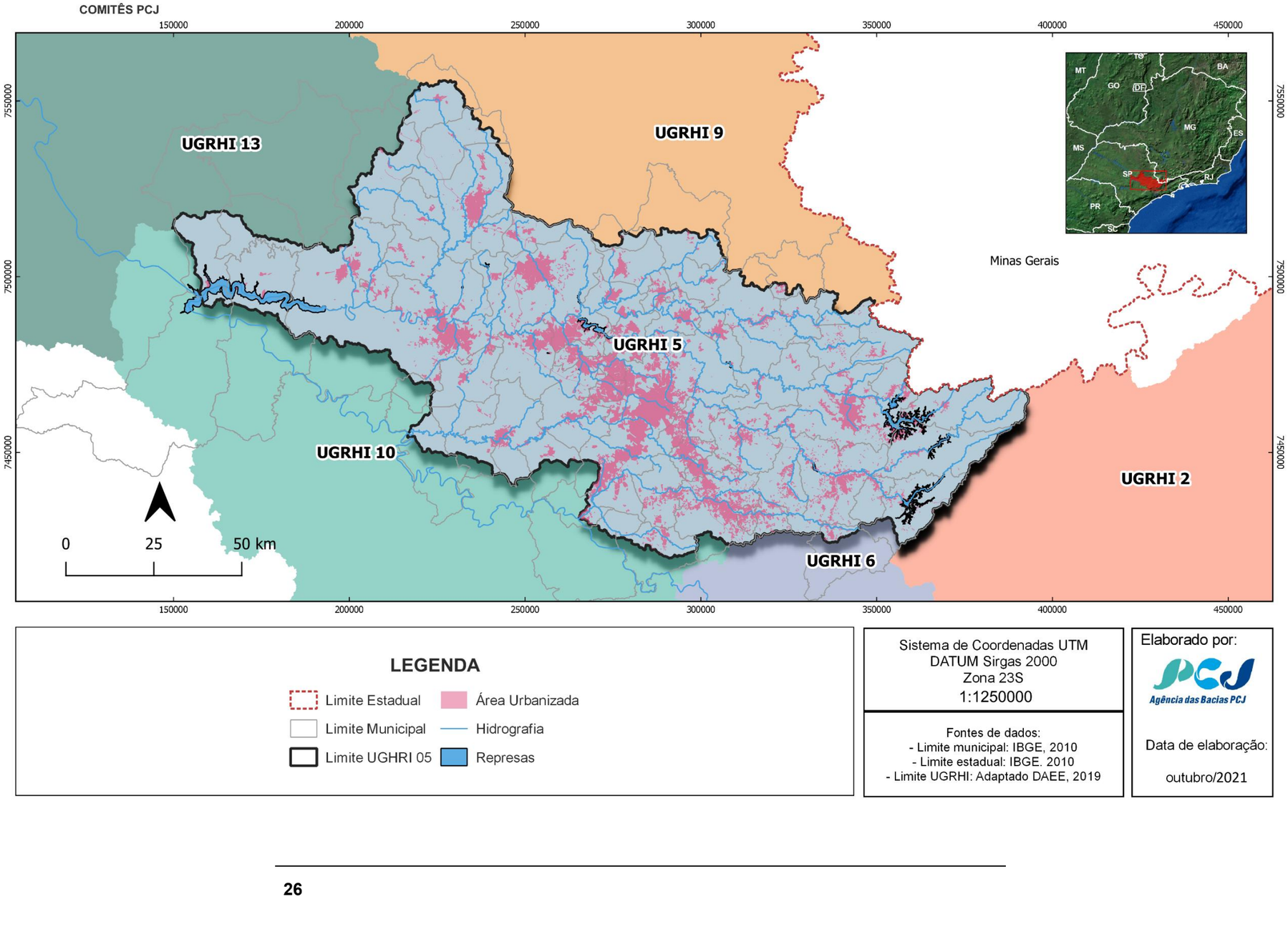
Fontes de dados:
- Limite municipal: IBGE, 2010
- Limite estadual: IBGE. 2010
- Limite UGRHI: Adaptado DAEE, 2019
- Unidades de Conservação - MMA, Jun 2020

Elaborado por:

Data de elaboração:
outubro/2021

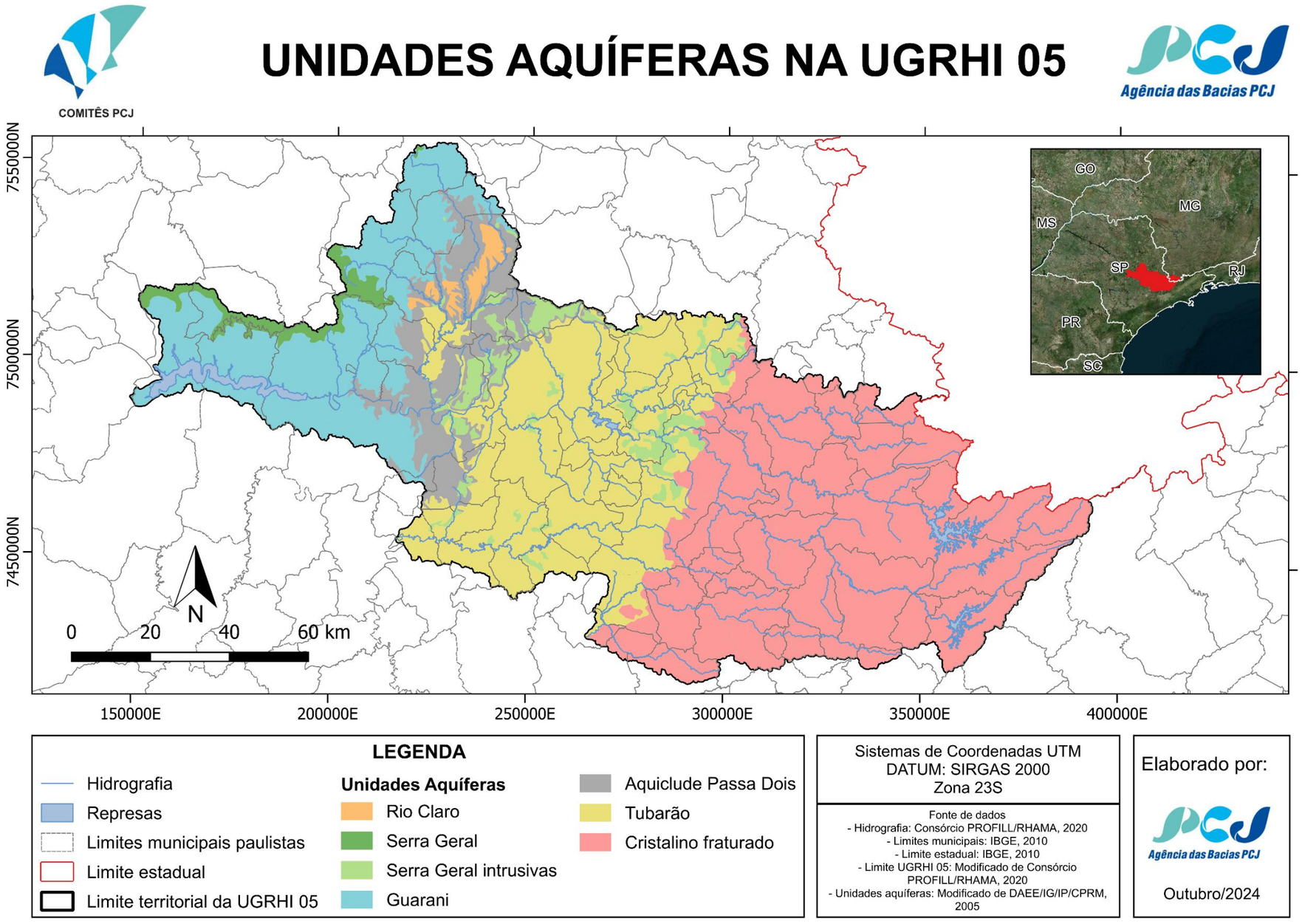
O Mapa 2.3, por sua vez, apresenta as unidades de gestão de recursos hídricos existentes no domínio das Bacias PCJ.

Mapa 2.3 - Inserção Regional da UGRHI 05 junto às outras UGRHIs.



Por fim, o Mapa 2.4 apresenta os aquíferos subterrâneos com área nas Bacias PCJ.

Mapa 2.4 - Unidades aquíferas na UGRHI 05.



2.1 ÁGUAS SUPERFICIAIS E O SISTEMA PRODUTOR CANTAREIRA

Os principais cursos d'água que integram as Bacias PCJ são os rios Atibaia, Atibainha, Cachoeira, Camanducaia, Capivari, Corumbataí, Jaguari, Jundiaí e Piracicaba. Os reservatórios que formam os lagos mais importantes são: o trecho do reservatório da Usina Hidrelétrica de Barra Bonita que adentra o rio Piracicaba; o reservatório da Usina Hidrelétrica de Salto Grande, no rio Atibaia; os reservatórios Jaguari e Jacareí, nos rios de mesmo nome; o reservatório Atibainha, no rio Atibainha; e o reservatório Cachoeira, no rio Cachoeira. Os quatro últimos reservatórios representam uma parte importante do Sistema Produtor Cantareira.

O Sistema Produtor de Água Cantareira, representado na Figura 2.1, é considerado um dos maiores sistemas de abastecimento de água do mundo. Com área total de 2.279,5 km², abrange 12 municípios, sendo quatro situados no Estado de Minas Gerais (Camanducaia, Extrema, Itapeva e Sapucaí-Mirim) e oito no Estado de São Paulo (Bragança Paulista, Caieiras, Franco da Rocha, Joanópolis, Mairiporã, Nazaré Paulista, Piracaia e Vargem). É formado por cinco reservatórios (Jaguari, Jacareí, Cachoeira, Atibainha e Paiva Castro), os quais estão conectados por túneis subterrâneos e canais e formam o Sistema Equivalente do Cantareira.

Figura 2.1 - Representação do Sistema Cantareira.



Fonte: ANA, 2016.

As características das barragens e seus respectivos reservatórios estão descritas abaixo:

- **Reservatórios Jaguari e Jacareí (sub-bacia do rio Jaguari):** situados nos municípios de Bragança Paulista, Joanópolis, Vargem e Piracaia e alimentados pelos rios Jaguari e Jacareí, sendo que a nascente do rio Jaguari se localiza no Estado de Minas Gerais;
- **Reservatório Cachoeira (sub-bacia do rio Atibaia):** alimentado pelo rio Cachoeira e localizado no município de Piracaia;
- **Reservatório Atibainha (sub-bacia do rio Atibaia):** situado nos municípios de Nazaré Paulista e Piracaia, armazena águas do rio Atibainha;
- **Reservatório Engenheiro Paulo de Paiva Castro:** situado nos municípios de Mairiporã, Caieiras e Franco da Rocha, em área externa às Bacias PCJ. A partir desse reservatório, a água chega ao sexto reservatório, o de Águas Claras, por meio de bombeamento realizado na Estação Elevatória de Santa Inês.

Para produzir essa quantidade de água, o Sistema faz a transposição entre duas bacias hidrográficas, importando água da Bacia do Rio Piracicaba para a Bacia do Alto Tietê. Dos 33 m³/s de água produzidos, apenas 2 m³/s são produzidos na Bacia do Alto Tietê, pelo rio Juquery. Dos 31 m³/s produzidos na Bacia do Piracicaba, 22 m³/s são provenientes dos reservatórios Jaguari-Jacareí, cujas bacias estão inseridas majoritariamente no estado de Minas Gerais. Além disso, as nascentes dos principais tributários do rio Cachoeira estão localizadas em Minas Gerais, o que faz com que cerca de 45% da área produtora de água para o sistema esteja em território mineiro.

Salienta-se que o Plano das Bacias PCJ 2010-2020 definiu, entre suas diretrizes de implementação, a necessidade de realização de estudos para o estabelecimento de diretrizes para a renovação da outorga do Sistema Cantareira. Por delegação da Agência Nacional de Águas, estabelecida pela Resolução ANA nº 429, de 04 de agosto de 2004, o Departamento de Água e Energia Elétrica (DAEE) do Estado de São Paulo concedeu a outorga à Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), em agosto de 2004, autorizando o uso dos recursos hídricos do Sistema Cantareira para fins de abastecimento público, por meio da Portaria DAEE nº 1.213, de 6 de agosto de 2004, com prazo de dez anos.

A antiga outorga de direito do uso das águas dos reservatórios que compõem o Sistema Cantareira venceria em agosto de 2014, mas, devido ao período hidrológico 2014/2015, que registrou as mais baixas vazões afluentes desde 1930, o prazo da atual outorga foi estendido por duas vezes: a primeira, até outubro de 2015, por meio da Resolução Conjunta ANA-DAEE nº 910/2014, e a segunda até maio de 2017, acordada em reunião realizada em outubro de 2015 entre os gestores do Sistema, que originou a Resolução Conjunta ANA-DAEE nº 1.200/2015.

Considerando as discussões acerca da renovação da outorga do Sistema Cantareira, a ANA e o DAEE elaboraram o Relatório Conjunto ANA/DAEE, de 17 de

fevereiro de 2017 (ANA; DAEE, 2017), que constituiu a proposta-guia para a discussão da renovação da outorga do Sistema Cantareira. Nesse documento, foram definidas vazões mínimas a jusante dos reservatórios do Sistema Cantareira, a serem monitoradas nos pontos de controle estabelecidos, com o objetivo de garantir o atendimento das vazões estipuladas.

Como resultado desses trabalhos, em 29 de maio de 2017, foi publicada a Resolução Conjunta ANA/DAEE nº 926, de 29 de maio de 2017, que outorga à SABESP, pelo prazo de 10 anos, o uso das vazões máximas médias mensais do Sistema Cantareira, para fins de abastecimento público, de até 33 m³/s. Na mesma data, foi publicada também a Resolução Conjunta ANA/DAEE nº 925, que dispõe sobre as condições de operação. Com as novas regras, a garantia para as Bacias PCJ, que era de 5 m³/s durante a estiagem, foi dobrada, podendo chegar a até 12 m³/s, no período úmido. A Tabela 2.7 apresenta os volumes do Sistema.

Tabela 2.7 - Volumes do Sistema Cantareira.

Reservatório	Mínimo Operacional(¹)		Máximo Operacional(²)		Volume útil (hm³)(³)
	Cota (m)	Vol (hm³)	Cota (m)	Vol (hm³)	
Jaguari/Jacareí	820,80	239,45	844,00	1.047,49	808,04
Cachoeira	811,72	46,92	821,88	116,57	69,65
Atibainha	781,88	199,20	786,72	295,46	96,26
Paiva Castro	743,80	25,32	745,61	32,93	7,61
Sistema Cantareira	-	**510,89**	-	**1.492,45**	**981,56**

Notas:
(1) Máximo normal e capacidade total de armazenamento correspondente à cota.
(2) Mínimo operacional e capacidade total de armazenamento correspondente à cota que ainda permite a reversão de vazão objetivo pelos túneis.
(3) Volume útil = Volume máximo normal (2) – Volume mínimo operacional (1).
Fonte: Adaptado RESOLUÇÃO CONJUNTA ANA/DAEE Nº 925, DE 29 DE MAIO DE 2017.

Visando à racionalização do uso dos recursos hídricos e ao atendimento ao uso múltiplo das águas, a operação do Sistema Cantareira, estabelecida pela Resolução Conjunto ANA/DAEE nº 925, de 29 de maio de 2017, observa a condição de armazenamento dos reservatórios e o período hidrológico do ano, sendo o período úmido compreendido de 1º de dezembro de um ano a 31 de maio do ano seguinte, e o período seco, de 1º de junho a 30 de novembro do mesmo ano. Assim, as vazões máximas médias mensais a serem retiradas pela SABESP para abastecimento da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) são definidas mensalmente de acordo com a faixa de operação do Sistema Cantareira, determinada em função do volume útil acumulado, conforme apresentado na Tabela 2.8.

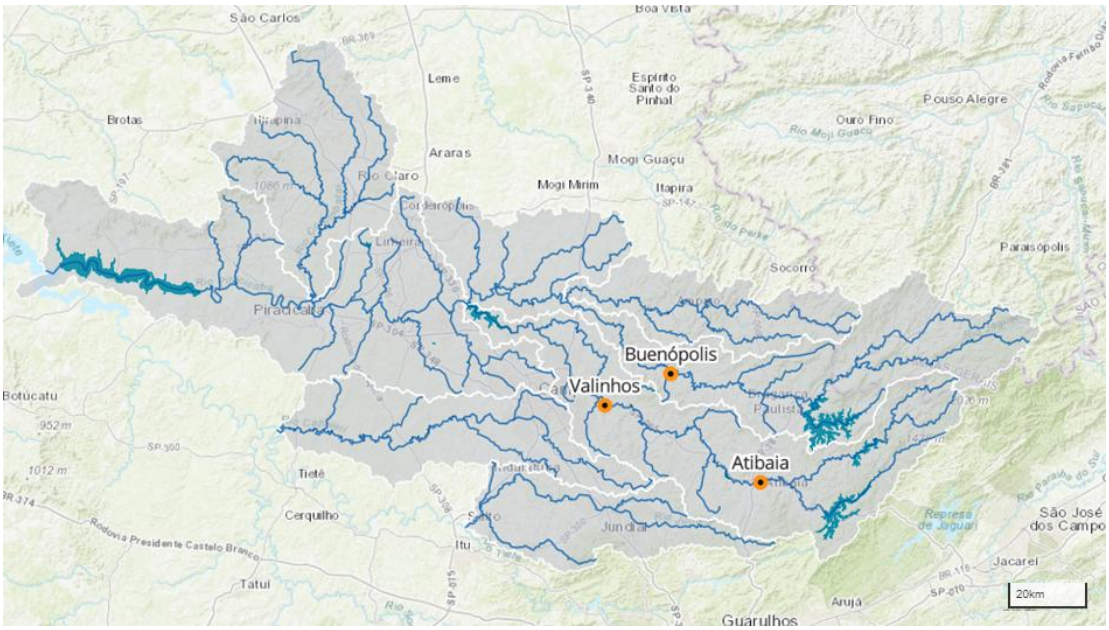
Tabela 2.8 - Inserção dos municípios na UGRHI 05 e em UGRHI adjacente.

Faixa de operação	Regime de operação	Volumes acumulados no Sistema Cantareira	Vazões de retirada máxima média mensal para a RMSP (m³/s)
1	Normal	$V_{ua} \geq 60\%$	33,0
2	Atenção	$40\% \leq V_{ua} < 60\%$	31,0
3	Alerta	$30\% \leq V_{ua} < 40\%$	27,0
4	Restrição	$20\% \leq V_{ua} < 30\%$	23,0
5	Especial	$V_a < 20\%$ do V_u	15,5

Nota: V_{ua}: Volume útil acumulado; V_a: Volume acumulado; V_u: Volume Útil.
Fonte: Adaptado RESOLUÇÃO CONJUNTA ANA/DAEE Nº 925, DE 29 DE MAIO DE 2017.

Isso também condiciona a liberação de vazões para as Bacias PCJ, de acordo com a condição de armazenamento do Sistema Cantareira, o período hidrológico e a respectiva faixa de operação. Para o controle das vazões a jusante do Sistema Cantareira, são considerados três postos de controle: Captação de Valinhos (3D-007T) e Atibaia (3E-063T), no rio Atibaia, e Buenópolis (3D-009T), no rio Jaguari, indicados na Figura 2.2. Na Tabela 2.9 são apresentadas as vazões a serem asseguradas nos postos de controle, conforme o período hidrológico e a faixa de operação do Sistema Cantareira. No período seco, nas Faixas 1, 2, 3 e 4, deve-se garantir uma vazão média de 10 m³/s, equivalente a um volume de 158,1 hm³, para as Bacias PCJ.

Figura 2.2 - Localização dos postos de controle do Sistema Cantareira.



Fonte: SSD PCJ.

Tabela 2.9 - Vazões mínimas nos postos de controle.

Postos de controle	Período úmido			Período seco	
	Vazão média móvel de 15 dias consecutivos (m³/s) *		Vazão média diária	Vazão média diária	Vazão média diária
	Faixas 1 e 2	Faixas 3 e 4	Faixa 5	Faixas 1, 2, 3 e 4	Faixa 5
Rio Jaguari em Buenópolis	2,5	2,0	2,0	2,0	2,0
Rio Atibaia em Atibaia	3,0	2,0	-	2,0	-
Rio Atibaia na Captação de Valinhos	12,0	11,0	10,0	10,0	10,0

Nota: *As vazões poderão sofrer variação momentânea desde que respeitada a vazão mínima média diária de 10,0 m³/s no posto de Valinhos, de 2,0 m³/s no posto de Buenópolis e de 2,0 m³/s em Atibaia.

Foram definidos limites para as vazões mínimas instantâneas a serem liberadas nos seguintes pontos de controle do Sistema Cantareira: 0,10 m³/s a jusante do reservatório Paiva Castro, no rio Juqueri; 0,25 m³/s a jusante dos reservatórios Jaguari/Jacareí, no rio Jaguari; e 0,25 m³/s a jusante dos reservatórios Cachoeira/Atibainha, no rio Atibaia.

2.1.1 Retiradas do Sistema Cantareira

A seguir, apresenta-se, na Tabela 2.10, as vazões médias mensais retiradas do Sistema Cantareira para abastecimento da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) e as vazões liberadas para as Bacias PCJ, no período de 2024 e 2025, com base nos dados disponibilizados no Portal dos Mananciais.

Tabela 2.10 - Vazões retiradas do Sistema Cantareira em m³/s.

Retiradas Sistema Cantareira (m³/s)	2024		2025		Faixa de Operação em 2025
	RMSP	PCJ	RMSP	PCJ	
Janeiro	23,41	6,10	26,40	2,11	Atenção (Faixa 2)
Fevereiro	25,27	2,84	23,97	1,44	Atenção (Faixa 2)
Março	26,43	2,92	28,05	5,75	Atenção (Faixa 2)
Abril	27,41	6,70	26,40	3,29	Atenção (Faixa 2)
Maio	25,67	8,81	28,83	7,40	Atenção (Faixa 2)
Junho	24,53	8,94	28,48	6,68	Atenção (Faixa 2)
Julho	23,64	9,79	28,76	8,71	Atenção (Faixa 2)

Agosto	25,37	10,00	28,83	8,93	Atenção (Faixa 2)
Setembro	26,70	11,71	27,40	10,00	Alerta (Faixa 3)
Outubro	25,99	9,69	25,50	9,61	Restrição (Faixa 4)
Novembro	25,81	7,11	24,11	6,52	Restrição (Faixa 4)
Dezembro	23,76	4,00	21,00	5,82	Restrição (Faixa 4)
Média anual	**25,33**	**7,38**	**26,47**	**6,35**	**-**

Legenda: RMSP: Região Metropolitana de São Paulo. PCJ: Piracicaba Capivari e Jundiaí.
Fonte: Portal dos Mananciais (Sabesp, 2025).

3 SÍNTESE DA SITUAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS NA UGRHI 05

A seguir, são apresentados os dados e a síntese dos indicadores que compõem o Relatório de Situação 2026 das Bacias PCJ (UGRHI 05), tendo como ano-base 2025. Inicialmente, é apresentada a análise da situação dos principais indicadores e, na sequência, são apresentadas orientações para a gestão.

3.1 DISPONIBILIDADE DAS ÁGUAS, DEMANDA E BALANÇO HÍDRICO

Quadro Síntese 1 - Gráfico de série histórica de Disponibilidade das Águas.

Disponibilidade das águas					
Parâmetros	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**
Disponibilidade *per capita* – Vazão média em relação à população total (m³/hab. ano)	944,33	937,14	927,41	908,97	902,45

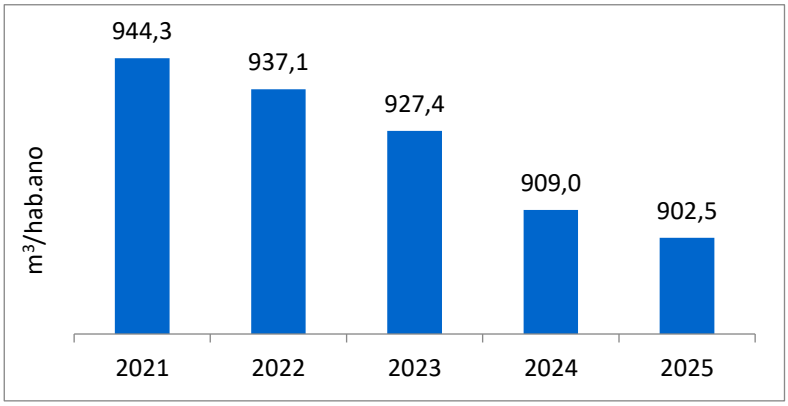


Tabela 3.1 - Valores de Referência de disponibilidade per capita.

Disponibilidade *per capita* - Vazão média em relação à população total	
> 2.500 m³/hab.ano	**Boa**
entre 1.500 e 2.500 m³/hab.ano	**Atenção**
< 1.500 m³/hab.ano	**Crítica**

Fonte: DRHi, 2010.

Cabe ressaltar que desde 2023, a Agência de Águas do Estado de São Paulo (SP-Águas) vem promovendo a modernização dos processos de geração, armazenamento e análise dos dados de outorga, mediante a integração e a correção

dos registros do Sistema de Outorga Eletrônica (SOE), implantado em 2018, e do cadastro anterior, denominado Banco Legado. O conjunto dessas ações é referido pela agência como "sanitização dos dados".

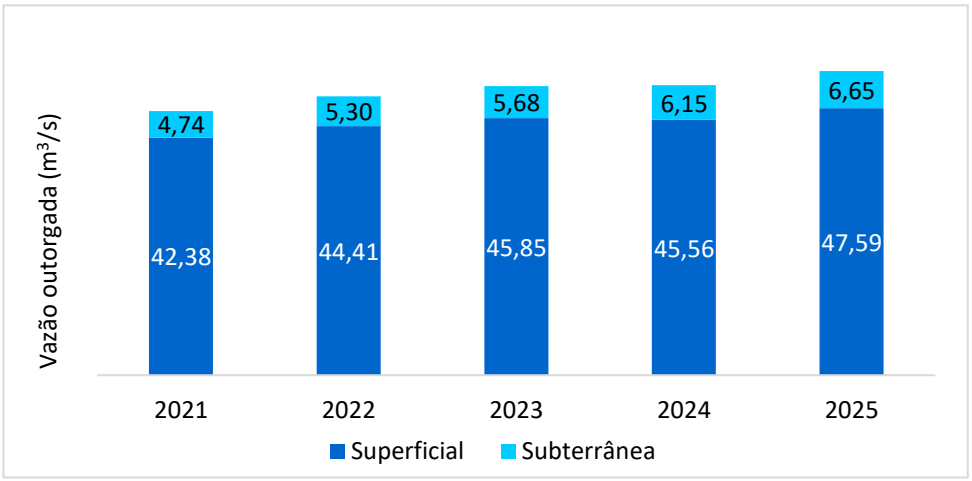
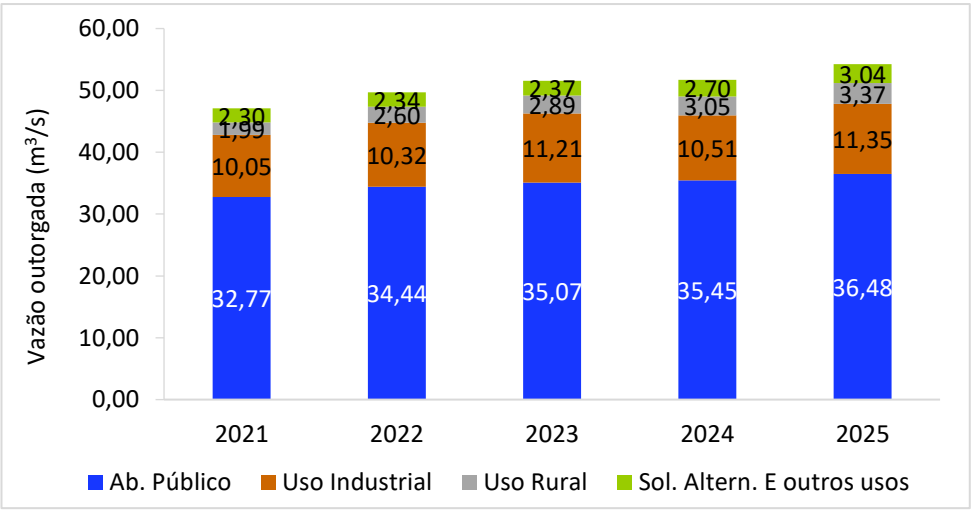
A sanitização consistiu na triagem e correção de inconsistências históricas, entre elas coordenadas geográficas incorretas, registros duplicados no mesmo ponto, portarias inexistentes, usos indeferidos e erros de digitação em vazões, horas de bombeamento e finalidade. Os registros inconsistentes não foram excluídos da base, mas classificados com ocultos, de modo a preservar o histórico e permitir a leitura da situação real das outorgas vigentes. A base original, de aproximadamente 377 mil requerimentos, resultou em cerca de 284 mil registros após a filtragem dos atos deferidos e publicados.

Alterou-se também o critério da vazão outorgada. Anteriormente, utilizava-se a vazão máxima média mensal, que agregava em um mesmo somatório, de usos vigentes, usos já vencidos e as Declarações sobre Viabilidade de Implantação de Empreendimento (DVI), estas últimas correspondentes a demanda comprometida para o futuro e ainda não efetivada. A partir de agora, passou-se a adotar a vazão média anual, calculada proporcionalmente ao período de vigência de cada outorga no ano e considerando a sazonalidade declarada em meses, dias e horas de funcionamento. Os usos vencidos e Declarações de Viabilidade passaram a ser apurados separadamente, mas não contabilizadas nos indicadores.

Em razão dessas alterações, a SP-Águas recompôs a série histórica de 2017 a 2025, reincorporando aos anos anteriores os atos revogados e vencidos que estavam vigentes à época, inclusive os classificados como ocultos. Os valores dessa série não coincidem, portanto, com os divulgados em relatórios de situação anteriores para os mesmos anos.

Como a série anterior a 2017 foi produzida segundo critério distinto, o que impede a comparação direta, optou-se por retirá-la do banco de indicadores do Relatório de Situação. Assim, os parâmetros de vazão outorgada devem ser apresentados a partir do ano-base 2017.

Quadro Síntese 2 - Demanda de Água.

Demanda de água[1]	
Parâmetros	**Situação**
Vazão outorgada – Tipo (m³/s)	
Vazão outorgada – Finalidade (m³/s)	

Vazão outorgada de água em rios de domínio da União (m³/s)	2021	2022	2023	2024	2025
	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000

[1] Convém observar que os dados ora apresentados incluem, conforme proposto na metodologia para elaboração do Relatório de Situação, as vazões da transposição do Sistema Cantareira no cálculo da demanda total, superficial e urbana de água. Observa-se, contudo, que diversos outros levantamentos elaborados nas Bacias PCJ, como a determinação da demanda do Plano das Bacias PCJ 2020 a 2035, não consideram estes valores, na ordem de 31 m³/s, como demanda de água das Bacias PCJ. Observam-se, ainda assim, diferenças significativas de valores em relação a outros estudos realizados nas Bacias PCJ. Pontue-se, ademais, que em 2017 passaram a vigorar novas regras para operação do Sistema Cantareira, de forma que a vazão máxima que pode ser transposta passou a variar com as condições de armazenamento dos reservatórios. Os dados apresentados no gráfico acima seguem a metodologia para elaboração do Relatório de Situação, mas no Item 2.1 deste relatório detalham-se dados operacionais do Sistema Cantareira.

Quadro Síntese 3 - Balanço Hídrico.

Balanço					
Parâmetros	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**
Vazão total em relação à vazão média (%) – E.07-B	27,4	28,9	30,0	30,1	31,5
Vazão outorgada total em relação à $Q_{95\%}$ (%) - E.07-A	72,5	76,5	79,3	79,5	83,4
Vazão outorgada superficial em relação à vazão mínima superficial ($Q_{7,10}$) (%) - E.07-C	98,5	103,3	106,6	106,0	110,7
Vazão outorgada subterrânea em relação às reservas explotáveis (%) - E.07-D	21,5	24,1	25,8	27,9	30,2

Nota: Em 2017 a metodologia destes dados foi adequada com a realizada pelo DAEE/SP-Águas, havendo, entre outras mudanças, a padronização das finalidades de uso: abastecimento público, rural, industriais e soluções alternativas e outros usos, e a utilização dos usos insignificantes. Só foram padronizados nesta metodologia os dados a partir de 2013. Dados anteriores a este ano devem apresentar diferenças.
As codificações são apresentadas nos controles da DRHi.
Fonte: SP-Águas, 2025.

Tabela 3.2 - Valores de Referência Vazão outorgada em relação a vazões $Q_{7,10}$; $Q_{95\%}$ e reservas explotáveis.

- Vazão outorgada total em relação à $Q_{95\%}$ (%) - Vazão outorgada superficial em relação à vazão mínima superficial ($Q_{7,10}$) (%) - Vazão outorgada subterrânea em relação às reservas explotáveis: %	Classificação
≤ 5%	
> 5 % e ≤ 30%	
> 30 % e ≤ 50%	
> 50 % e ≤ 100%	
> 100%	

Fonte: SP-Águas (1999) para $Q_{7,10}$; Adaptado de ANA (2005) para $Q_{95\%}$; Adaptado do PERH 2004-2007 para reservas explotáveis.

Tabela 3.3 - Valores de Referência de vazão total em relação a vazão média.

Vazão total em relação à vazão média (%)	Classificação
≤ 2,5%	
> 2,5 % e ≤ 15%	
> 15 % e ≤ 25%	
> 25% e ≤ 50%	
> 50%	

Fonte: Adaptado de ANA, 2005.

3.1.1 Síntese da Situação e Orientações para Gestão: Disponibilidade das águas, Demanda de água e Balanço.

3.1.1.1 SÍNTESE DA SITUAÇÃO

3.1.1.1.1 Disponibilidade Hídrica

O estudo de regionalização hidrológica de São Paulo (DAEE, 1988) estima uma vazão média de 3.121,00 m³/s para o Estado, enquanto, especificamente na UGRHI 05 (porção paulista das Bacias PCJ), o valor é de 172,00 m³/s (SÃO PAULO, 2006 *apud* COBRAPE, 2020). Nesse sentido, apesar da expressiva quantidade de mananciais superficiais de grande porte e de interesse regional existentes na UGRHI 05 (conforme Tabela 2.6), nota-se a contínua redução da disponibilidade per capita, isto é, a diminuição da quantidade de água disponível por habitante.

A disponibilidade hídrica per capita da UGRHI 05 apresentou redução contínua ao longo do período de 2021 a 2025 (Quadro Síntese 1). O indicador passou de 944,33 m³/hab.ano, em 2021, para 902,45 m³/hab.ano, em 2025, representando uma redução de aproximadamente 4,4% no período. O valor registrado em 2025 corresponde ao menor da série analisada. Todos os valores permanecem abaixo do limite de 1.500 m³/hab.ano, caracterizando a UGRHI 05 como uma região de situação crítica quanto à disponibilidade hídrica per capita.

O Quadro Síntese não retrata a disponibilidade per capita de água subterrânea (indicador E.05-A), mas indica constante comprometimento dessa reserva explotável. A análise dos dados brutos deste indicador mostra que tal reserva passou de 121 m³/hab.ano para 115 m³/hab.ano entre 2021 e 2025, dando indícios de que essa fonte tem sido demandada cada vez mais ao longo dos anos. Apesar de contribuir para a disponibilidade, os mananciais subterrâneos são de difícil avaliação quanto à sua situação real de vazão disponível.

Em relação à população urbana da UGRHI 05, indicador FM.02-B, nota-se que a população apresentou crescimento de aproximadamente 3,87% nos cinco anos analisados, passando de 5.404.238 habitantes em 2018 para 5.613.575 habitantes em 2022. Não foram disponibilizados dados do indicador para os anos posteriores a 2022, impossibilitando a atualização da série e uma análise mais recente da evolução da população urbana.

É possível observar uma tendência de aumento na utilização das águas subterrâneas na UGRHI 05, quando se considera o aumento da vazão outorgada subterrânea em relação às reservas explotáveis (E.07-D), e da participação da proporção de captações subterrâneas em relação ao total (P.03-D), nos últimos anos. O indicador E.07-D passou de 21,5% em 2021 para 30,2% em 2025, enquanto o P.03-D passou de 84% em 2021 para 88% em 2025. Quanto à quantidade de outorgas para outras interferências em cursos d'água (R.05-D), observa-se uma tendência de crescimento ao longo da série histórica, passando de 3.824 registros, em 2021, para 5.421, em 2025, o que representa um aumento de aproximadamente 41,8% no período.

Destaca-se, por fim, nesta abordagem da disponibilidade, que, diante das condições hidrometeorológicas vivenciadas nas Bacias PCJ, com chuvas abaixo das médias históricas nos anos de 2021 e 2022 e com perspectivas de seguirem dessa forma, os Comitês PCJ instituíram, em junho de 2021, o Grupo de Trabalho GT-Estiagem, no âmbito da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL). Em dezembro de 2021, o GT-Estiagem foi novamente instituído por meio da Deliberação dos Comitês PCJ nº 401/2021.

O objetivo do GT-Estiagem, nos anos de 2021 e 2022, foi implantar, nas Bacias PCJ, a "Operação de Estiagem PCJ – 2021" e a "Operação de Estiagem PCJ – 2022", respectivamente. Tais operações, conforme as diretrizes estabelecidas pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 431/2022, correspondem a um conjunto de ações voltadas ao planejamento e ao enfrentamento, de forma coordenada, coletiva e integrada, de possíveis problemas aos usuários de recursos hídricos das Bacias PCJ, decorrentes da escassez de recursos hídricos durante o período de estiagem.

Ressalta-se que, no ano de 2023, não houve a reativação do GT-Estiagem, em decorrência do aumento das chuvas em relação ao ano de 2022. Contudo, durante o ano de 2023, por meio das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ, foram fomentadas discussões relacionadas ao uso consciente e sustentável dos recursos hídricos, visando à garantia de água para a população e para os diversos setores usuários.

Em 2024, embora não tenha sido identificada a instituição de um novo GT-Estiagem, os Comitês PCJ mantiveram o acompanhamento das condições hidrometeorológicas e promoveram discussões e ações relacionadas ao enfrentamento da estiagem. Em 2025, diante da intensificação das condições de estiagem, o GT-Estiagem foi retomado pelos Comitês PCJ. A primeira reunião ocorreu

em 05/11/2025, com o objetivo de discutir medidas de enfrentamento a períodos críticos de estiagem. O grupo passou a atuar também no planejamento de ações para 2026, considerando o cenário de redução das vazões e a vulnerabilidade dos volumes armazenados nos reservatórios do Sistema Cantareira e de outros mananciais das Bacias PCJ.

3.1.1.1.2 Demanda de Água

Desde 2017, a metodologia utilizada para os dados de demanda está compatibilizada com aquela adotada pelo DAEE/SP-Águas, incluindo, entre outras mudanças, a padronização das finalidades de uso em: “abastecimento público”, “uso rural”, “uso industrial”, “soluções alternativas” e “outros usos”. Conforme já apontado, a SP-Águas recompôs a série histórica de 2017 a 2025, reincorporando aos anos anteriores os atos revogados e vencidos que estavam vigentes à época, inclusive os classificados como ocultos. Dessa forma, os valores dessa série não coincidem necessariamente com os divulgados em Relatórios de Situação anteriores para os mesmos anos. Considerando que a série anterior a 2017 foi produzida segundo critério de cálculo distintos, optou-se por sua retirada da base de indicadores. Assim, os parâmetros de vazão outorgada apresentados neste Relatório de Situação têm como ano-base 2017.

Identificou-se a necessidade de incorporar ao Relatório de Situação um novo parâmetro: Demanda Estimada Total de Água (m³/s), calculado segundo a metodologia desenvolvida pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e consolidada na 2ª edição do Manual de Usos Consuntivos da Água no Brasil (2024). As estimativas integram a Base Nacional de Referência de Usos Consuntivos da Água e oferecem série histórica com detalhamento municipal, o que dá suporte ao planejamento de recursos hídricos.

A demanda estimada total corresponde à soma das estimativas de uso da água (vazões de retirada) para o abastecimento humano urbano, abastecimento humano rural, indústria de transformação, mineração, geração termelétrica, dessedentação animal e irrigação.

As estimativas municipais correspondem aos valores produzidos e disponibilizados pela ANA para cada município, sem e para cada UGRHIs que o compõem. Nos municípios divididos entre duas unidades, não se aplica o desdobramento. Os valores por UGRHI foram obtidos pela soma das vazões de retirada de cada uso, calculadas por ottobacia e atribuídas proporcionalmente à área de drenagem contida na UGRHI.

Sua adoção permitirá comparar a demanda estimada com a demanda obtida através dos usos outorgados, aprimorando a compreensão dos usos da água nos municípios e gestão dos recursos hídricos como um todo. Cabe destacar que a metodologia não diferencia as pressões sobre os recursos superficiais ou subterrâneos.

Considerando a série histórica de 2022 a 2025, a demanda estimada total de água passou de 25,27 m³/s, em 2022, para 25,343 m³/s, em 2025, representando um aumento de aproximadamente 0,29% no período.

A partir da análise dos indicadores relativos à demanda de água, nota-se que as vazões outorgadas para usos de águas superficiais permanecem predominantes na UGRHI 05. O indicador P.01-A corresponde à vazão outorgada total de água, resultante da soma das vazões outorgadas de águas superficiais (P.01-B) e subterrâneas (P.01-C). Considerando a série histórica de 2021 a 2025, a vazão outorgada total apresentou aumento, passando de 47,1 m³/s em 2021 para 54,2 m³/s em 2025, o que representa um acréscimo de aproximadamente 15,1%.

Os dados dos indicadores de captação superficial em relação à área total da bacia (P.03-A) e de captação subterrânea em relação à área total da bacia (P.03-B), que não compõem o Quadro Síntese, mas se mostraram relevantes para esta análise, indicam que no período de 2021 a 2025, o P.03-A apresentou valores relativamente estáveis, variando de 109,6 a 136,4 captações por 1.000 km², com registro de 135,6 em 2025. Já o P.03-B apresentou crescimento ao longo de toda a série, passando de 592,7 captações por 1.000 km² em 2021 para 972,5 em 2025, evidenciando maior acréscimo no indicador de captações subterrâneas. Quanto ao total de barramentos (P.08-D), observa-se uma tendência de crescimento ao longo da série histórica, passando de 1.255, em 2021, para 1.329, em 2025, representando um aumento de aproximadamente 5,9% no período.

Considerando a série histórica recomposta pela SP-Águas, observa-se, entre 2021 e 2025, crescimento da vazão outorgada total de água (P.01-A), que passou de 47,1 m³/s para 54,2 m³/s, representando um aumento de aproximadamente 15,1%. As vazões outorgadas de águas superficiais (P.01-B) permanecem predominantes ao longo da série, passando de 42,4 m³/s em 2021 para 47,6 m³/s em 2025, enquanto as vazões outorgadas de águas subterrâneas (P.01-C) passaram de 4,7 m³/s para 6,6 m³/, correspondendo a um aumento de aproximadamente 40,4%.

A análise por finalidade de uso demonstra predominância do abastecimento público, cuja vazão outorgada (P.02-A) passou de 32,77 m³/s em 2021 para 36,48 m³/s em 2025 representando aumento de aproximadamente 11,3%. O uso industrial (P.02-B) passou de 10,05 m³/s para 11,35 m³/s, enquanto o uso rural (P.02-C) apresentou aumento de 1,99 m³/s para 3,37 m³/s. As soluções alternativas e outros usos (P.02-D) também apresentaram crescimento, passando de 2,30 m³/s para 3,04 m³/s no período. Dessa forma, os dados indicam crescimento da demanda hídrica

outorgada na UGRHI 05 entre 2021 e 2025 com predominância das águas superficiais e aumento também da vazão outorgada subterrânea.

3.1.1.1.3 Balanço Hídrico

Diante da análise dos indicadores de disponibilidade e demanda dos anos anteriores, as informações referentes ao balanço hídrico apresentadas neste Relatório de Situação devem ser analisadas com cautela, uma vez que são baseadas em dados de demanda que, conforme mencionado anteriormente, foram submetidos a alterações metodológicas e à recomposição da série histórica pela SP-Águas, resultando em valores que podem diferir daqueles apresentados em estudos e Relatórios de Situação anteriores das Bacias PCJ. Cabe destacar, ainda, que os dados de outorga são disponibilizados pela SP-Águas já consolidados por UGRHI.

De acordo com os valores de referência para a vazão outorgada em relação à vazão média, observa-se que a UGRHI 05 apresentou níveis elevados de comprometimento ao longo do período de 2021 a 2025 (não há uma escala qualitativa de classificação para esse indicador, apenas uma representação percentual em escala de cores). O indicador de vazão outorgada total em relação à vazão média (E.07-B) permaneceu na faixa vermelha durante todo o período, passando de 27,4% em 2021 para 31,5% em 2025, indicando aumento gradual do comprometimento da vazão média. Para a vazão outorgada total em relação à $Q_{95\%}$ (E.07-A), os valores também permaneceram na faixa vermelha, variando de 72,5% em 2021 para 83,4%, em 2025. Já a vazão outorgada superficial em relação à vazão mínima superficial ($Q_{7,10}$) (E.07-C) apresentou 98,5%, em 2021, enquadrando-se na faixa vermelha, e ultrapassou 100% a partir de 2022, permanecendo na faixa roxa até 2025, quando atingiu 110,7%. Esse resultado indica que, desde 2022, a vazão outorgada superficial supera a vazão mínima de referência ($Q_{7,10}$).

Quanto à vazão outorgada subterrânea em relação às reservas explotáveis (E.07-D), o indicador passou de 21,5% em 2021 para 30,2% em 2025, evidenciando aumento do comprometimento das reservas explotáveis e mudança da faixa verde para a amarela a partir de 2025. Dessa forma, os indicadores analisados demonstram um cenário de crescente comprometimento dos recursos hídricos na UGRHI 05, especialmente em relação às vazões de referência $Q_{95\%}$ e $Q_{7,10}$.

Como forma de aprimorar constantemente informações na sua área de interesse, os Comitês PCJ buscam, através de estudos específicos, obter subsídios para conhecer a fundo a situação e para melhorar a tomada de decisão. Nesse sentido, conforme já relatado nos Relatórios de Situação anteriores, foi elaborado um Plano de Monitoramento Qualiquantitativo das Águas Subterrâneas das Bacias PCJ. Tal estudo apresenta, dentre outras informações, uma compilação de resultados que

subsidiam a seleção dos pontos de monitoramento, o Plano de implementação da rede de monitoramento e, ainda, a proposta de termos de referência para contração de empresa para executar o Plano. No âmbito dos resultados desse planejamento, definiram-se um mapa de priorização de áreas para o monitoramento (Anexo 2) das Bacias PCJ (PROFILL, 2019 – Tomo II) e um mapa que ilustra a distribuição dos saldos e estresses hídricos subterrâneos na UGRHI 05 (Anexo 3). Ele representa o volume anual por km² de água subterrânea disponível para a utilização, tendo sido calculado pela diferença entre vazões disponíveis (vazão mínima de referência Q_{95}) adotadas pelo DAEE/SP-Águas e volumes extraídos dos poços outorgadas. Constata-se um déficit hídrico na região de Americana (saldo hídrico inferior a 0 m³/ano/km²) e entorno, bem como redução das disponibilidades hídricas ao longo do eixo da rodovia Anhanguera e região de Campinas (saldo hídrico de 0 a 60.000 m³/ano/km²), onde se situam municípios com elevada atividade industrial. As áreas com maiores saldos hídricos chegam a atingir valores três vezes maiores (180.000 m³/ano/km²).

Observa-se que, por fim, diante de situações de vazões mais restritivas o balanço se torna negativo, o que possibilita supor a ocorrência de reuso indireto não planejado de água, sendo o lançamento de águas servidas importante para o atendimento das demandas da bacia. Importante frisar que, além das medidas já citadas em uma gestão de oferta, a gestão de demanda precisa ser implementada o quanto antes por todos os usuários das Bacias PCJ. Urge que haja uma diminuição do consumo para patamares os mais próximos possíveis do que a ONU recomenda, que é de 110 L/hab/dia. Os planos de contingência para enfrentamento durante os períodos secos precisam ser constantemente atualizados, visto que com as mudanças climáticas em curso, agravadas com a ação antrópica em biomas onde estão situados os principais aquíferos que dão origem as nascentes e que dão origem ao fluxo de base dos cursos d'água, são cada vez mais afetados pela falta de chuvas. Nesse sentido, pondera-se que qualquer avaliação relativa a disponibilidades, demandas e balanços hídricos nas Bacias PCJ seja acompanhada por análises de informações relativas à quantidade e qualidade da água.

3.1.1.2 ORIENTAÇÕES PARA GESTÃO

As orientações para gestão estão associadas ao conjunto de ações do Plano de Recursos Hídricos das Bacias PCJ voltadas a temáticas que envolvem avaliação e ampliação da oferta hídrica, as quais estão relacionadas aos aspectos identificados na análise de Disponibilidade, Demanda e Balanço Hídricos apresentada anteriormente.

Ressalta-se que as orientações para gestão neste e nos próximos itens se referem ao resultado do ajuste do PA/PI, conforme apresentado no item 4 adequação do Plano de Ação e Programa de Investimentos (PA/PI) deste Relatório de Situação.

Diante do cenário analisado e das tendências observadas, propõem-se que sejam tomadas e reforçadas iniciativas em linhas que visem:

- Gerar informações que subsidiem a tomada de decisão da Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH) na operação do Sistema Cantareira, principalmente durante períodos de estiagem;
- Avaliar a situação para as ações do GT- Estiagem 2025/2026;
- Incentivar discussões sobre medidas de adaptação a cenários que considerem as mudanças do clima;
- Incentivar discussões envolvendo estudos sobre alocação de água e avaliar a promoção de reuso planejado dos recursos hídricos;
- Investir na manutenção de sistemas para monitoramento em tempo real dos recursos hídricos;
- Acompanhar discussões referentes à implementação das barragens de Pedreira, Duas Pontes e Piraí;
- Incentivar Acordos de Cooperação Técnica (ACT) para ampliar o monitoramento hidrológico;
- Acompanhar a implementação do Plano de Monitoramento Qualiquantitativo das Águas Subterrâneas das Bacias PCJ;
- Promover e incentivar o carregamento e disponibilização de dados hidrológicos no SSD PCJ, para o acompanhamento da situação das Bacias PCJ;
- Acompanhar, avaliar continuamente e buscar o aprimoramento das regras operativas estabelecidas entre os órgãos gestores, operadores do setor elétrico e Comitês PCJ às unidades geradoras hidroelétricas nas Bacias PCJ;
- Otimizar a operação de sistemas de regularização e de adução de vazões, em especial o Sistema Cantareira, com base em previsão de afluências;
- Fomentar o desenvolvimento de estudos de alternativas de viabilidade para aumento de disponibilidade hídrica regional nas sub-bacias dos rios Atibaia, Capivari e Jundiaí;
- Incentivar a implementação dos programas e ações da Política de Monitoramento Hidrológico dos Comitês PCJ;
- Realizar articulação com os demais comitês de bacias hidrográficas da Bacia do Rio Tietê voltada ao aprimoramento e integração do monitoramento hidrológico nas respectivas UGHRIs e ao estabelecimento de parcerias para pesquisas na temática de solução de problemas enfrentados na gestão de recursos hídricos na bacia do Tietê;
- Ampliar o controle sobre os usos de recursos hídricos superficiais e subterrâneos;

- Realizar ações de educação para a gestão de recursos hídricos envolvendo a temática de disponibilidade de água;
- Acompanhar os avanços do estudo para aprimorar a cobrança do uso dos recursos hídricos em execução;
- Promover a proteção de áreas de recarga;
- Realizar estudos hidrogeológicos para delimitação de áreas de restrição e controle em regiões críticas;
- Atualização dos planos de contingência previstos para serem implementados em períodos de estiagem prolongada visando iniciar uma gestão de demanda para que haja uma diminuição de consumo de água pelos usuários da Bacias PCJ.

Na Tabela 3.4 são apresentadas as ações do Plano de Bacias 2020 a 2035, constantes do Plano de Ação e Programa de Investimentos (PA/PI) 2024 a 2027, que têm interface com as criticidades identificadas e poderão subsidiar discussões para alternativas.

Tabela 3.4 - Ações referentes a disponibilidade, demanda e balanço hídrico.

subPDC	Ação	Executor da Ação (nome da entidade ou órgão)	Recursos financeiros (R$) - 2024	Recursos financeiros (R$) - 2025	Recursos financeiros (R$) - 2026	Recursos financeiros (R$) - 2027	Recursos financeiros (R$) - TOTAL	Fonte	Especificação de outras fontes
1.2 - Planejamento e gestão de recursos hídricos	Estudos de viabilidade para aumento de regularização de vazões em mananciais existentes e novos barramentos	Prefeituras municipais	409.833,60	-	-	500.000,00	909.833,60	Cobrança Estadual	
1.2 - Planejamento e gestão de recursos hídricos	Desenvolver estudo regional hidrogeológico nas Bacias PCJ	Agência das Bacias PCJ, Institutos/Órgãos de ensino e pesquisa	-	-	-	2.000 000,00	2.000 000,00	Cobrança Estadual	
1.2 - Planejamento e gestão de recursos hídricos	Desenvolvimento de estudo para estimativa de balanços hídricos e recargas nas Bacias PCJ	Instituições/Órgão de ensino e pesquisa, IG, Agência das Bacias PCJ, DAEE e outros órgãos da SIMA, IPT, CPRM, ou grupo acadêmico	-	-	-	2.250.000,00	2.250 000,00	Cobrança Estadual	
1.2 - Planejamento e gestão de recursos hídricos	Delimitar as principais áreas de recarga e estabelecer diretrizes de proteção	Instituições/Órgão de ensino e pesquisa, IG, Agência das Bacias PCJ, DAEE e outros órgãos da SIMA, IPT, CPRM, ou grupo acadêmico	-	-	-	2.550.000,00	2.550.000,00	Cobrança Estadual	

subPDC	Ação	Executor da Ação (nome da entidade ou órgão)	Recursos financeiros (R$) - 2024	Recursos financeiros (R$) - 2025	Recursos financeiros (R$) - 2026	Recursos financeiros (R$) - 2027	Recursos financeiros (R$) - TOTAL	Fonte	Especificação de outras fontes
4.2 - Soluções baseadas na natureza	Implementação de projetos de PSA	Prefeituras municipais	-	200.000,00	300.000,00	200.000,00	700.000,00	Outra	Cobrança Federal
2.2 - Outorga de direitos de uso dos recursos hídricos	Apoio operacional para fiscalização de outorgas	Agência das Bacias PCJ	1.287.717,48	1.352.103,35	1.288.453,20	1.352.875,86	5.281.149,89	Outra	Cobrança Federal
2.5 - Redes de Monitoramento e Sistemas de informação sobre recursos hídricos	Expansão, integração, operação e manutenção da rede de monitoramento quali-quantitativo dos recursos hídricos	Agência das Bacias PCJ e Universidades	2.566.977,54	4.750.000,00	4.554.000,00	4.781.700,00	16.652.677,54	Outra	Cobrança Federal
2.5 - Redes de Monitoramento e Sistemas de informação sobre recursos hídricos	Expansão, integração, operação e manutenção da rede de monitoramento quali-quantitativo dos recursos hídricos	Agência das Bacias PCJ e Universidades	-	5.170.108,04	-	-	5.170.108,04	Cobrança Estadual	
4.3- Proteção de mananciais	Desenvolvimento e monitoramento da implementação dos PIPs	Agência das Bacias PCJ	1.100.192,39	300.000,00	1.464.607,88	1.845.157,65	4.709.957,92	Outra	Cobrança Federal
4.2 - Soluções baseadas na natureza	Promoção da conservação e recuperação de nascentes, matas ciliares e áreas de recarga	Agência das Bacias PCJ ou Prefeituras Municipais	919.066,99	2.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00	6.919.066,99	Outra	Cobrança Federal

Fonte: Elaborado pela Agência das Bacias PCJ.

3.2 SANEAMENTO BÁSICO - ABASTECIMENTO DE ÁGUAS

Os dados referentes ao abastecimento de água são provenientes do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS). Em 2023, o SNIS encerrou a coleta de informações referentes à prestação dos serviços de saneamento básico, tendo como ano de referência 2022. A partir de 2024, houve a transição do SNIS para o Sistema Nacional de Informações de Informações em Saneamento Básico (SINISA), o que ensejou mudanças nos indicadores coletados, tratados e disponibilizados pelo órgão responsável. Dessa forma, os dados referentes a esse parâmetro apresentam defasagem em relação ao ano-base deste Relatório de Situação 2026 (ano-base 2025), em razão a metodologia e ao cronograma. Os dados referentes aos anos de 2022, 2023 e 2024 não foram disponibilizados pela DRHi.

Quadro Síntese 4 - Saneamento Básico – Abastecimento de Água.

Saneamento Básico – Abastecimento de Água					
Parâmetro	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**
Índice de atendimento urbano de água (%)	98,8	99,0	S/D	S/D	S/D

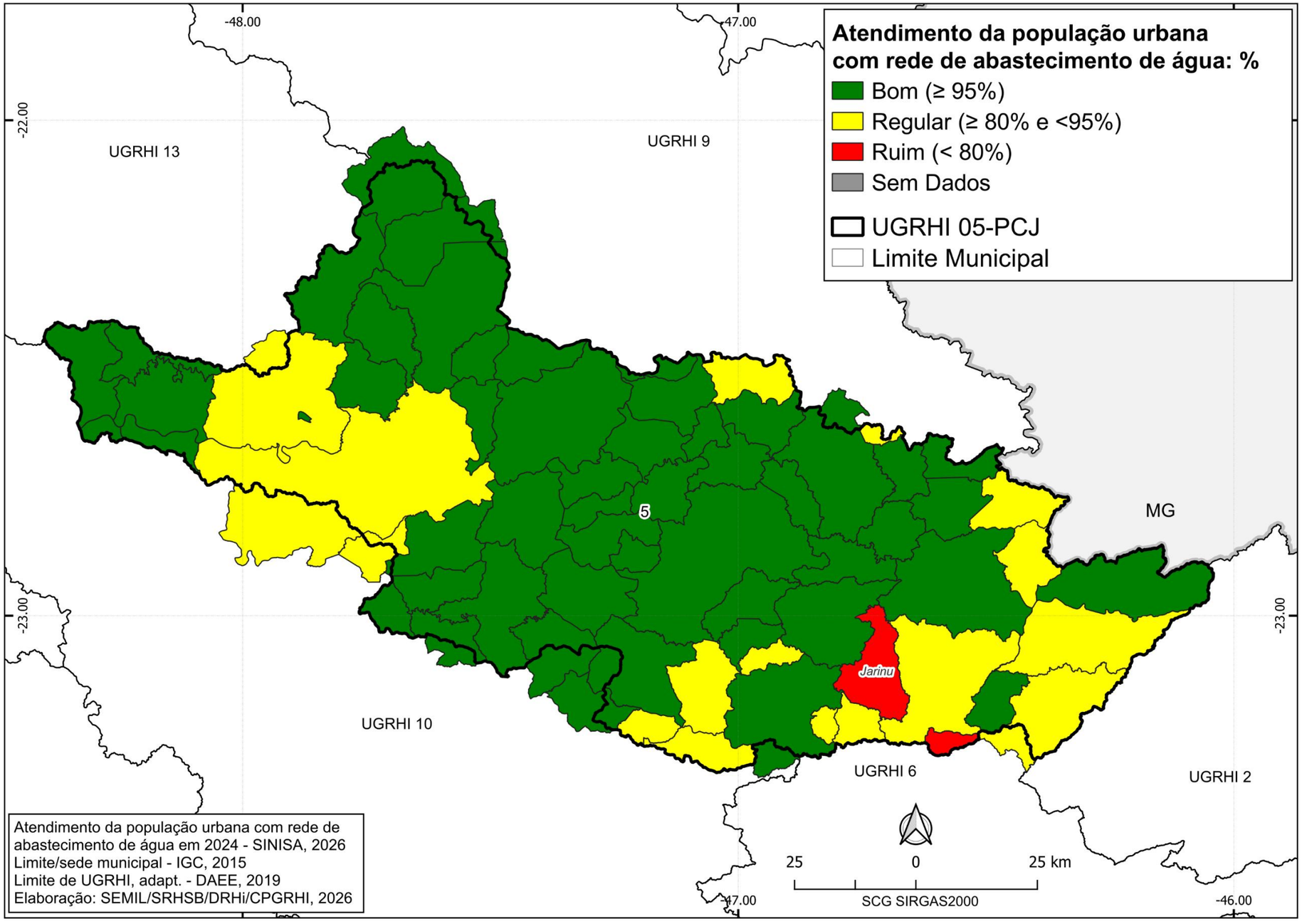
Fonte: SINISA, 2025.

Tabela 3.5 - Valores de referência para abastecimento de água.

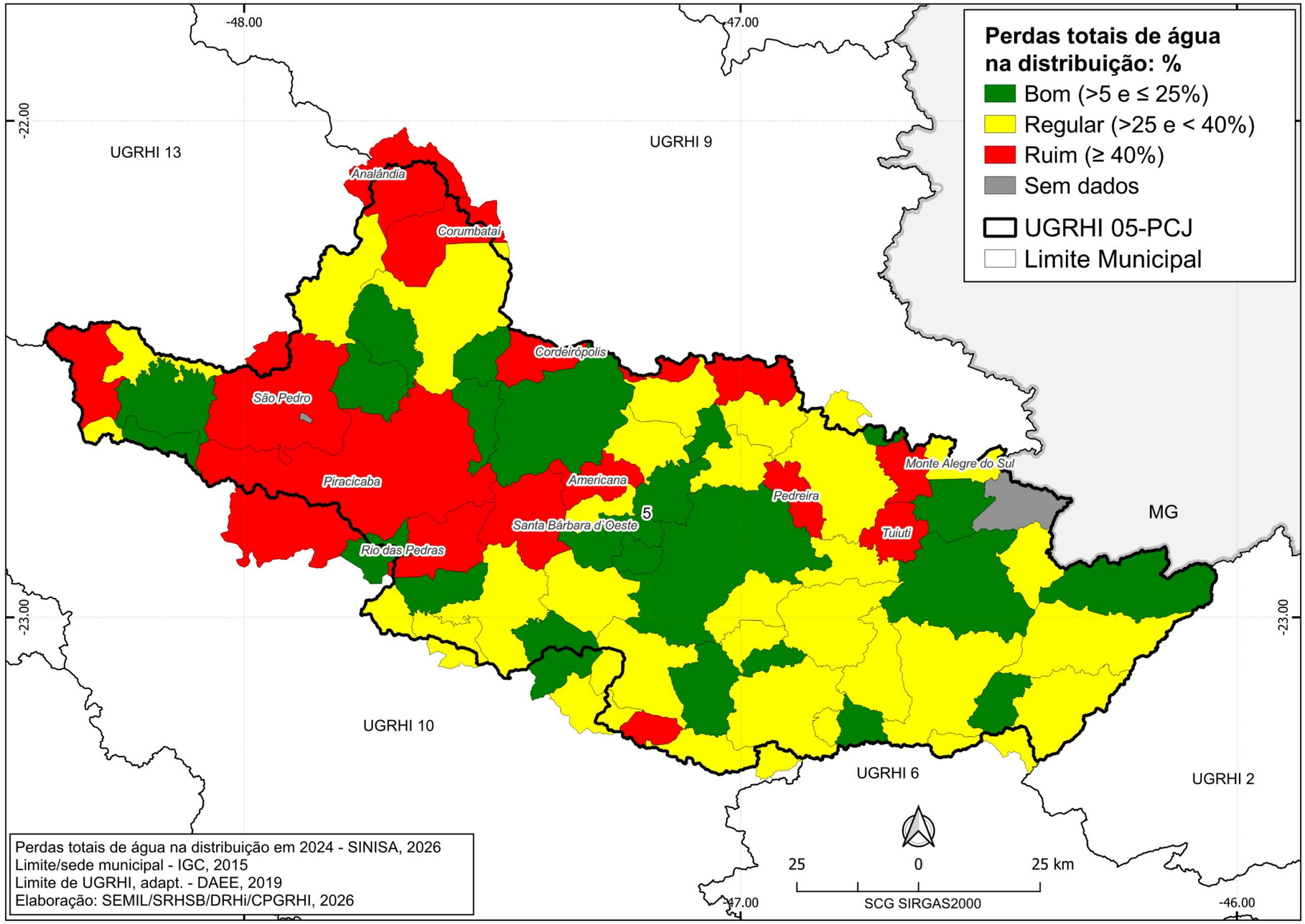
Índice de atendimento urbano de água	
< 80%	Ruim
≥ 80% e < 95%	Regular
≥ 95%	Bom

Fonte: DRHi, 2014.

Mapa 3.1 - Índice de atendimento urbano de água.



Mapa 3.2 - Índice de Perdas do Sistema de Distribuição de Água.



3.2.1 Síntese da Situação e Orientações para Gestão: Saneamento Básico - Abastecimento de Água.

3.2.1.1 SÍNTESE DA SITUAÇÃO

3.2.1.1.1 Índice de Atendimento Urbano de Água

É importante destacar que no Relatório de Situação 2026 (ano-base 2025), não foi possível avaliar a evolução do Índice de Atendimento Urbano de Água (E.06-H), devido à indisponibilidade desses dados por parte da DRHi. Nos últimos anos, a metodologia de cálculo desse indicador por UGRHI foi alterada, o que impactou os valores de toda a série histórica, inclusive aqueles apresentados em relatórios anteriores. As informações da UGRHI foram calculadas com base nos dados disponíveis, alinhando-se à metodologia do SNIS, considerando os municípios "sede" em cada unidade. Conforme já apontado, em 2024, houve a transição do SNIS para o SINISA que ensejou mudanças nos indicadores coletados, tratados e disponibilizados pelo órgão responsável.

Avaliando os dados disponíveis, nota-se que a série histórica do Índice de Atendimento Urbano de Água apresenta valores elevados para a UGRHI 05. O índice passou de 98,8% em 2020 para 99,0% em 2021, último ano disponível da série histórica.

3.2.1.1.2 Índice de Perdas do Sistema de Distribuição de Água

Através da análise visual do Mapa 3.2 do Índice de Perdas, referente a 2024, é possível notar que os municípios se distribuem entre as classes "bom", "regular" e "ruim", sendo significativa a parcela classificada como "ruim" e "regular". Esse cenário indica que a região ainda apresenta um quadro que requer atenção quanto ao controle e à redução das perdas nos sistemas de distribuição. Cabe destacar que o Plano de Bacias PCJ 2020-2035 mantém, para o ano de 2020, a meta de perdas de 25% nos sistemas de distribuição. Para os municípios que não alcançaram essa meta em 2020, são consideradas metas intermediárias ou eficiências mínimas a serem atendidas, definidas a partir dos indicadores tendenciais utilizados nos cenários de planejamento dos cadernos temáticos de Garantia de Suprimento Hídrico e Enquadramento dos Corpos d'água Superficiais. Para esses municípios, também são previstos investimentos prioritários voltados ao controle e à redução de perdas.

A análise, complementada pelos dados brutos (E.06-D), indica que, em 2024, 11 municípios ainda possuem índice de perda superior a 40%: Americana (58,8%), Analândia (90,1%), Cordeirópolis (44,5%), Corumbataí (46,5%), Monte Alegre do Sul (86,1%), Pedreira (58,4%), Piracicaba (50,9%), Rio das Pedras (57,0%), Santa Bárbara d'Oeste (47,2%), São Pedro (57,7%) e Tuiuti (51,0%).

Os índices de perdas nos sistemas de distribuição permaneceram elevados no último ano da série histórica e demandam ações de controle e redução, buscando

seguir as metas estabelecidas no Plano de Bacias, principalmente diante do comprometimento da disponibilidade de água nas bacias.

3.2.1.2 ORIENTAÇÕES PARA GESTÃO

Um ponto a ser destacado é a necessidade de adequar a situação dos municípios classificados com Índice de Atendimento Urbano de Água como “regular” ou “ruim”. A situação mostra-se como um alerta para seguir observando o comportamento nos próximos anos, diante do crescimento populacional atrelado a cobertura de abastecimento.

Quanto às perdas, é preciso que os municípios busquem soluções para reduzir tais índices, visando alcançar as metas estabelecidas no Plano de Bacias. Os recursos oriundos das Cobranças PCJ foram destinados em grande escala para este fim, conforme pode-se observar no item 5 deste Relatório de Situação. Tais montantes são, contudo, insuficientes para o atendimento de todos os municípios. Desta forma, salienta-se a necessidade de composição de diagnósticos municipais mais detalhados, de elaboração de projetos e de articulação para alavancar mais recursos em fontes alternativas, visando à melhoria nos sistemas de distribuição de água.

Propõe-se que sejam tomadas e reforçadas, nesse sentido, iniciativas constantes no Plano de Bacias em linhas que visem:

- Promover a revisão de Planos Municipais de Saneamento Básico, visando o atendimento das metas estabelecidas no Plano das Bacias PCJ, quando necessário;
- Fomentar a elaboração de Planos Municipais de Saneamento Rural, nos quais constem estratégias para atendimento da população rural dispersa;
- Incentivar discussões entre os atores com vistas a melhoria do desempenho dos municípios que se encontrem em patamar considerado “Ruim” ou “Regular” na distribuição de água;
- Estimular ações de redução e manutenção das perdas nos sistemas de distribuição de água, conforme priorização constante no Plano das Bacias PCJ 2020 a 2035;
- Promover a revisão dos planos municipais de perdas, alinhando suas metas às do Plano das Bacias PCJ 2020 a 2035 quando necessário;
- Incentivar o desenvolvimento de Planos de Segurança da Água;
- Realizar ações de educação para a gestão de recursos hídricos envolvendo a temática de abastecimento público.

É importante destacar que, nos anos de 2023 e 2024, a Agência das Bacias PCJ promoveu oficinas intituladas “Metas e Ações do Plano das Bacias PCJ 2020 a

2035 e Oportunidades de Recursos Financeiros dos Comitês PCJ para Saneamento". O objetivo dessas oficinas foi apresentar as metas estabelecidas no Plano de Bacias e discutir a situação dos municípios em relação às mesmas, abordando inclusive sobre os índices de perdas no sistema de distribuição de água. As oficinas incluíram a divulgação de editais para captação de recursos, bem como explicações sobre as regras de seleção de empreendimentos, formas de inscrição, entre outros esclarecimentos. Em 2023, o ciclo de oficinas foi realizado presencialmente, em grupos divididos por sub-bacias, nas cidades de Piracicaba, Campinas, Jundiaí e Bragança Paulista. Já em 2024, a oficina foi realizada no formato online. Em 2025, a equipe da Coordenação do Sistemas de Informações em conjunto com a Coordenação de Projetos da Agência das Bacias PCJ realizou visitas a dez municípios que apresentaram dificuldades no atendimento a pelo menos uma das metas estabelecidas no Plano das Bacias PCJ para o setor de saneamento para o ano de 2025, e ou paralelamente, buscaram a Agência das Bacias PCJ em busca de orientação. Os encontros ocorreram com representantes dos municípios de Americana, Artur Nogueira, Cordeirópolis, Nova Odessa, Rafard, Rio das Pedras, Santa Bárbara d'Oeste, São Pedro, Monte Alegre do Sul e Saltinho. O objetivo dessas visitas foi sensibilizar os gestores municipais quanto às oportunidades de acesso a recursos financeiros disponíveis, bem como divulgar o Plano das Bacias PCJ. Adicionalmente, durante as reuniões, foi realizada a coleta de dados essenciais para a análise do avanço das metas de saneamento nas Bacias PCJ.

Com o objetivo de aumentar a assertividade na redução dos índices de perdas no sistema de distribuição de água dos municípios pertencentes às Bacias PCJ, em março de 2024, a Câmara Técnica de Saneamento (CT-SA) dos comitês PCJ criou o Grupo de Trabalho Ações de Combate a Perdas de Água (GT-Perdas). Esse grupo realiza encontros mensais com a finalidade de estabelecer rotinas que viabilizem a redução das perdas, além de desenvolver indicadores mais sensíveis para monitorar os resultados obtidos a partir dos investimentos feitos nessa área.

Na Tabela 3.6 são apresentadas as ações do Plano de Bacias 2020 a 2035, constantes do Plano de Ação e Programa de Investimentos (PA/PI) 2024 a 2027 que têm interface com as criticidades identificadas e poderão subsidiar discussões para alternativas.

Tabela 3.6 - Ações referentes ao abastecimento público.

subPDC	Ação	Executor da Ação (nome da entidade ou órgão)	Recursos financeiros (R$) - 2024	Recursos financeiros (R$) - 2025	Recursos financeiros (R$) - 2026	Recursos financeiros (R$) - 2027	Recursos financeiros (R$) - TOTAL	Fonte	Especificação de outras fontes
5.1 - Controle de perdas em sistemas de abastecimento	Controle de perdas em sistemas de abastecimento de água	Prefeituras municipais e concessionárias de saneamento	13.234.091,26	36.609.777,66	14.794.380,34	9.500.000,00	74.138.249,26	Cobrança Estadual	
1.2 - Planejamento e gestão de recursos hídricos	Elaboração e revisão de planos municipais de saneamento básico(¹)	Prefeituras municipais	1.499.923,35	266.805,42	0,00	0,00	1.766.728,77	CFURH	
1.2 - Planejamento e gestão de recursos hídricos	Elaboração e revisão de planos municipais de saneamento básico(¹)	Prefeituras municipais	484.819,18	2.257.297,71	0,00	1.750.000,00	4.492.116,89	Cobrança Estadual	
1.2 - Planejamento e gestão de recursos hídricos	Elaboração e revisão de Planos de Controle e Redução de Perdas	Prefeituras municipais	230.563,30	1.772.652,96	0,00	1.250.000,00	3.253.216,26	Cobrança Estadual	
1.2 - Planejamento e gestão de recursos hídricos	Fomento à Planos Municipais de Saneamento Rural(²)	Prefeituras municipais	-	-	-	944 164,00	944 164,00	CFURH	
1.2 - Planejamento e gestão de recursos hídricos planejamento	Fomento à Planos Municipais de Saneamento Rural(²)	Prefeituras municipais	-	1.449.218,40	-	1.341.614,13	2.790.832,53	Cobrança Estadual	
5.1 - Controle de perdas em sistemas de abastecimento	Manutenção do projeto de benchmarking para o controle de perdas de água em sistemas de distribuição	Prefeituras municipais	-	2.007.647,82	1.468.160,00	131.840,00	3.607.647,82	Outra	Cobrança Federal

Fonte: Elaborado pela Agência das Bacias PCJ. Nota: (1) A ação de Elaboração e revisão de planos municipais de saneamento básico é considerada nas orientações para gestão de abastecimento urbano e esgotamento sanitário; (2) A ação de Fomento à Planos Municipais de Saneamento Rural é considerada nas orientações para gestão de abastecimento urbano e esgotamento sanitário.

3.3 SANEAMENTO BÁSICO - ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Quadro Síntese 5 - Saneamento Básico – Esgotamento Sanitário.

Saneamento básico – Esgotamento Sanitário[2]					
Parâmetros	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**
Esgoto coletado [A] (%)	93,5	93,8	94,1	94,1	94,7
Esgoto tratado [B] (%)	82,6	85,4	87,1	81,9	86,4
Esgoto reduzido [C] (%)	73,6	74,1	76,6	75,6	74,9
Esgoto remanescente [D] (Kg $DBO_{5,20}$/dia)	81.848	80.374	70.301	76.309	79.507

Fonte: CETESB, 2025.

Tabela 3.7 - Valores de Referência para os parâmetros Esgoto coletado, Esgoto tratado e Eficiência do sistema de esgotamento.

Esgoto coletado	
Esgoto tratado	
< 50%	Ruim
≥ 50% e < 90%	Regular
≥ 90%	Bom
Esgoto reduzido	
< 50%	Ruim
≥ 50% e < 80%	Regular
≥ 80%	Bom

Fonte: DRHi, 2010.

[2] Com a finalidade de facilitar a apresentação no Quadro Síntese, o nome de alguns parâmetros foram adaptados. Referem-se àqueles do Banco de Indicadores:
(A) Esgoto coletado: R.02-B - Proporção de efluente doméstico coletado em relação ao efluente doméstico total gerado: %;
(B) Esgoto tratado: R.02-C - Proporção de efluente doméstico tratado em relação ao efluente doméstico total gerado: %;
(C) Esgoto reduzido: R.02-D - Proporção de redução da carga orgânica poluidora doméstica: %;
(D) Esgoto remanescente: P.05-D - Carga orgânica poluidora doméstica remanescente: kg $DBO_{5,20}$/dia.

Mapa 3.3 - ICTEM - Indicador de Coleta e Tratabilidade de Esgoto da População Urbana de Município.

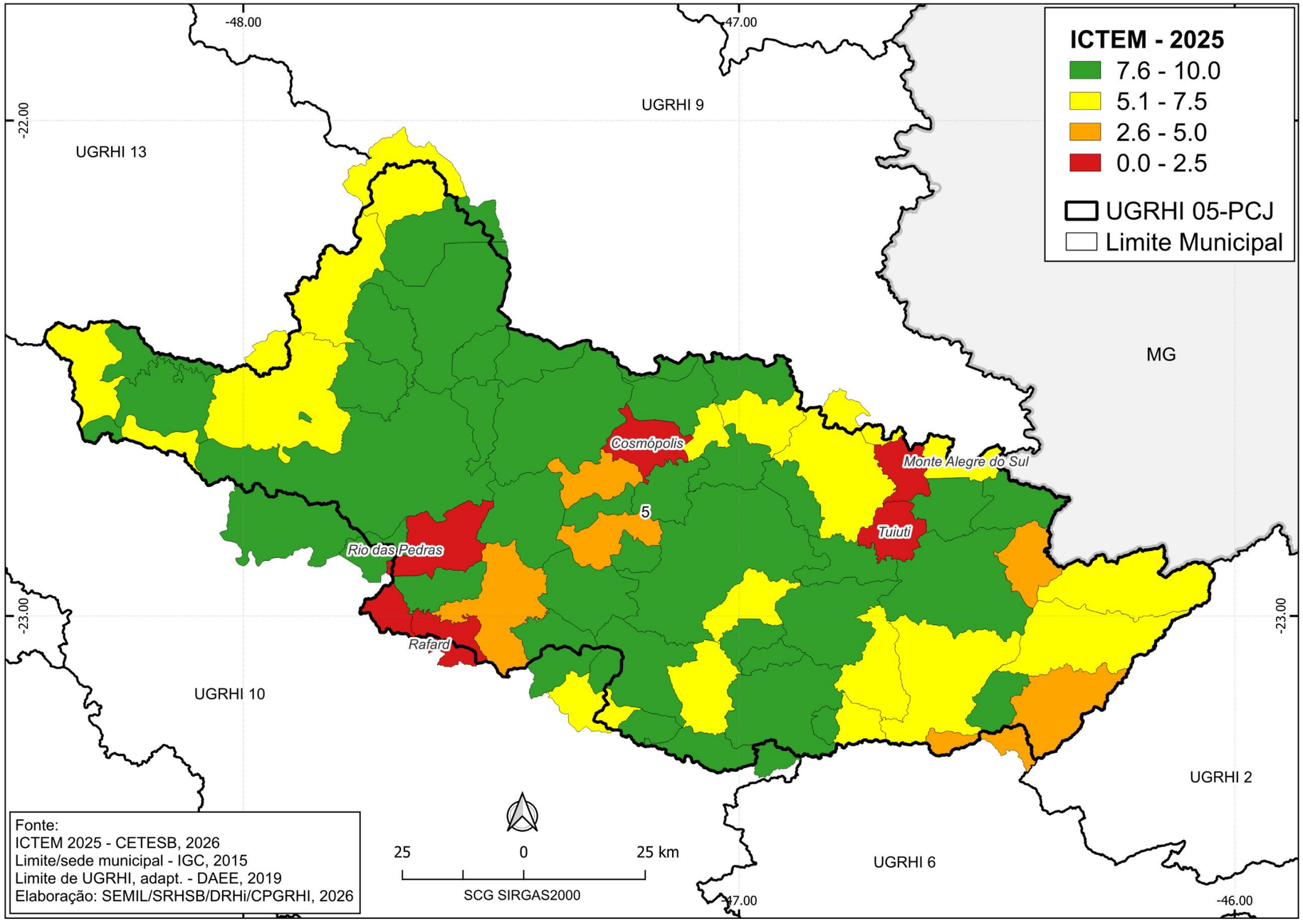
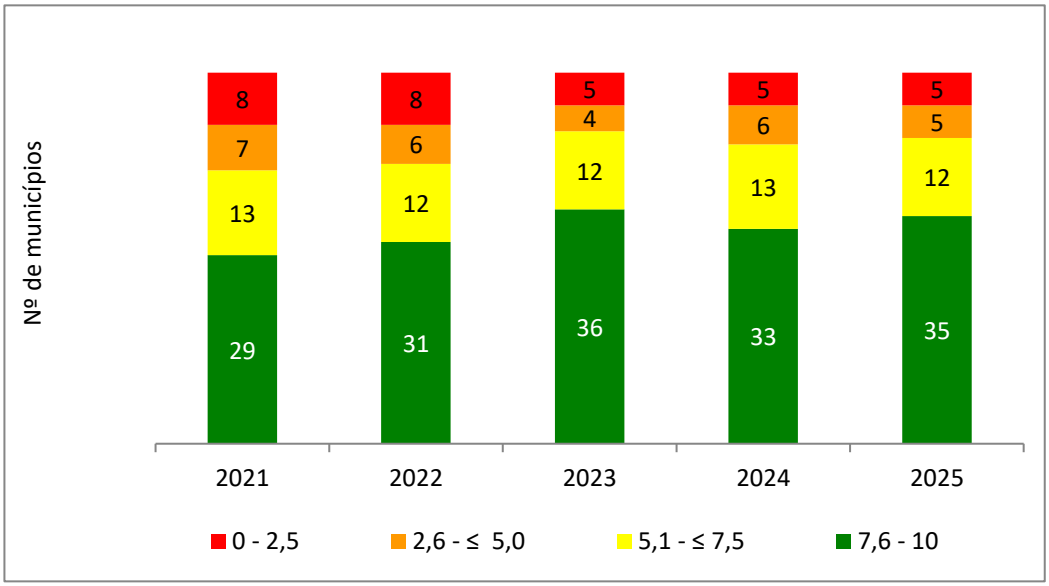


Tabela 3.8 - ICTEM (Indicador de Coleta e Tratabilidade de Esgoto da População Urbana de Município) e Valores de Referência do ICTEM.



ICTEM	Classificação
0 < ICTEM ≤ 2,5 - PÉSSIMO	Péssimo
2,5 < ICTEM ≤ 5,0 - RUIM	Ruim
5,0 < ICTEM ≤ 7,5 - REGULAR	Regular
7,5 < ICTEM ≤ 10 - BOM	Bom

Fonte: CETESB, 2019.

3.3.1 Síntese da Situação e Orientações para Gestão: Saneamento Básico - Esgotamento Sanitário

3.3.1.1 SÍNTESE DA SITUAÇÃO

3.3.1.1.1 Esgoto Coletado

É possível observar a manutenção do índice de coleta de esgoto nas Bacias PCJ, com o indicador R.02-B (Proporção de efluente doméstico coletado em relação ao efluente doméstico total gerado) apresentando 94,7% em 2025, frente a 94,1% registrado em 2024.

Apesar do resultado elevado e classificado como “Bom”, a ampliação dos índices de coleta acima de 90% permanece como um desafio, especialmente nos municípios que ainda apresentam menores índices de atendimento e que podem enfrentar limitações de capacidade técnica e de disponibilidade de recursos financeiros para a implantação e a expansão dos sistemas de coleta.

Os dados individuais de coleta (R.02-B) mostram que a situação geral da bacia não reflete a realidade de alguns municípios. Em 2025, três municípios apresentaram

índices de coleta inferiores a 50%, sendo classificados como “Ruim”, como: Jarinu (45,8%), Nazaré Paulista (32,3%) e Vargem (45,6%). Outros 11 municípios apresentaram índices inferiores a 90% sendo classificados como “Regular”, sendo eles: Atibaia (65,2%); Bom Jesus dos Perdões (89,4%), Campo Limpo Paulista (65,5%); Charqueada (80,5%); Itatiba (84,5%); Joanópolis (63,9%); Louveira (82,1%), Pedra Bela (76,7%); Piracaia (55,0%), Tuiuti (65,0%) e Várzea Paulista (80,7%).

3.3.1.1.2 Esgoto Tratado

Quanto ao tratamento de esgoto, os índices apresentam-se inferiores aos observados para o esgoto coletado. Apesar dos investimentos realizados ao longo dos últimos anos, apresentados no item 5.1 - Aplicação dos Recursos Financeiros nas Bacias PCJ até 2025, observa-se que o índice de tratamento ainda não alcançou o nível considerado "Bom" em relação aos valores de referência adotados pelo Estado de São Paulo, permanecendo abaixo de 90% no índice de tratamento.

Observa-se uma evolução do tratamento de esgoto nas Bacias PCJ entre 2021 e 2023, quando o índice passou de 82,6% para 85,4% em 2022 e atingiu 87,1% em 2023. Entretanto, em 2024, foi observado um declínio, com o índice de tratamento de esgoto passando para 81,9% valor inferior ao registrado nos anos anteriores da série. Em 2025, o indicador voltou a apresentar crescimento, atingindo 86,4% e recuperando-se parcialmente da queda observada no ano anterior.

Analisando os dados municipais (R.02-C), nota-se que, em 2025, alguns municípios da UGRHI 05 que não possuíam sistema de tratamento de esgoto em operação permaneceram nessa situação, sendo eles: Cosmópolis, Monte Alegre do Sul, Rio das Pedras e Tuiuti.

Ainda na análise dos dados municipais é possível observar, que apesar de possuírem sistemas de tratamento, os municípios de Capivari (33,7%); Jarinu (45,8%); Nazaré Paulista (31,3%); Rafard (10,9%); Sumaré (27,7%) e Vargem (41,8%) encontram-se em situação considerada “Ruim”, com índices de tratamento inferiores a 50%. Cabe mencionar que os municípios apresentados com classificação “ruim”, tiveram pouca ou nenhuma melhoria no índice em relação ao ano de 2024.

3.3.1.1.3 Eficiência do sistema de esgotamento

Semelhante ao índice de tratamento, a eficiência do sistema de esgotamento (R.02-D) também se encontra em situação “Regular”. Em 2025, observou-se um declínio em relação ao ano anterior, com o índice de redução da carga orgânica passando para 74,9%.

Vale destacar que 18 municípios estão em patamar considerado “Bom”, ou seja, com eficiência acima de 80%, destacando-se Bragança Paulista (91,5%); Indaiatuba (92,3%); Jaguariúna (96,2%); Jundiaí (95,1%); Limeira (96,5%); Mombuca (91,0%); Monte Mor (90,1%); Nova Odessa (91,8%); Paulínia (90,1%); Piracicaba (91,4%); Rio Claro (90,3%) e Saltinho (93,7%) que superam 90% de eficiência. Outros 23 municípios são enquadrados em situação “Regular” e 16 estão em nível considerado “Ruim”.

Observa-se uma redução no número de municípios considerados em patamar “Bom”, com 4 municípios a menos em relação a 2024. Por outro lado, houve aumento de 5 municípios enquadrados como “Regular” e redução de 1 municípios em patamar “Ruim” em relação ao ano anterior. Em 2024, o número de municípios em patamar considerado “Bom” era 22, enquanto 18 encontravam-se em patamar “Regular” e 17 em “Ruim”.

Mais uma vez é possível identificar alguns municípios que impactam negativamente o índice, por possuírem baixa eficiência nos tratamentos, sendo: Americana (34,4%); Amparo (37,3%); Capivari (27,1%); Jarinu (41,2%); Joanópolis (41,8%); Nazaré Paulista (25,9%); Piracaia (46,1%); Rafard (10,4%); Salto (30,2%); São Pedro (48,7%); Sumaré (23,8%) e Vargem (29,4%).

O cálculo da carga orgânica remanescente considera, entre outros fatores, a contribuição *per capita* de DBO, a população urbana, a coleta, os índices de coleta e tratamento de esgoto e a eficiência dos sistemas de tratamento. Dessa forma, incrementos nos índices de coleta e tratamento, isoladamente, não implicam necessariamente redução da carga orgânica remanescente. Nos últimos cinco anos, observa-se uma tendência geral de redução da carga orgânica remanescente, embora com oscilações ao longo do período. O indicador P.05-D passou de 81.848 kg DBO/dia em 2021 para 79.507 kg DBO/dia em 2025, representando uma redução de aproximadamente 2,9% no período. Observa-se uma tendência de redução até 2023, quando o indicador atingiu 70.301 kg DBO/dia, seguida de aumento nos anos de 2024 e 2025, alcançando 76.309 kg DBO/dia e 79.507 kg DBO/dia, respectivamente. Apesar da elevação nos dois últimos anos, o valor registrado em 2025 permanece inferior ao observado em 2021.

A carga orgânica poluidora doméstica remanescente (P.05-D) dos municípios que apresentam baixa (inferior a 50%) ou nenhuma eficiência no tratamento de esgoto equivale a 39.636,40 kg DBO/dia. Esse valor corresponde a 12,52% de toda carga orgânica poluidora doméstica gerada (P.05-C) na UGRHI 05, de 316.685 kg DBO/dia, e a aproximadamente 50% da carga remanescente (P.05-D) total, de 79.507 kg DBO/dia.

3.3.1.2 SÍNTESE GERAL DA SITUAÇÃO DO ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Os dados observados mostram que a situação do esgotamento sanitário na UGRHI 05, de modo geral, apresenta evolução ao longo do período analisado.

O Indicador de Coleta e Tratabilidade de Esgoto da População Urbana de Município (ICTEM - R.02-E) permite avaliar, de maneira global, a eficácia do sistema de esgotamento sanitário. Nesse sentido, a situação da bacia está, em sua maioria, classificada em nível “Bom”, com 61,40% dos municípios com dados disponíveis nessa categoria. Conforme apresentado no Mapa 3.3, embora predominem municípios classificados como “Bom”, também são observados municípios nas categorias “Regular”, “Ruim” e “Péssimo”, indicando condições menos favoráveis quanto ao esgotamento sanitário. Essas situações podem contribuir para a deterioração da qualidade dos corpos d’água, especialmente nos trechos localizados a jusante dos municípios. Ao todo, 5 municípios estão classificados como “Péssimo” e 5 como “Ruim”, totalizando 17,54% dos municípios que integram a UGRHI 05. Em comparação ao ano anterior, observa-se um aumento na proporção de municípios classificados como “Bom”, de 57,89% para 61,40%, acompanhado de um declínio na proporção de municípios classificados como “Ruim” ou “Péssimo”, de 19,30% para 17,54%.

Os sistemas de esgotamento sanitário são caracterizados como estruturas complexas que dependem, normalmente, de grandes interferências estruturais e obras de grande porte que são amparadas em estudos e projetos detalhados. Tais obras, por suas características naturais, demandam um longo período até sua conclusão e, portanto, demandam tempo para refletirem em melhorias nos índices. Por isso, é possível dizer que grandes alterações de um ano para o outro no indicador não são comuns e sim que o impacto positivo passa a ser mais significativo após um tempo maior.

3.3.1.3 ORIENTAÇÕES PARA GESTÃO

Diante do que se apresenta, primeiramente faz-se necessário o acompanhamento por município destes indicadores a fim de aferir o cumprimento de metas e maximizar o ganho das ações previstas no Plano das Bacias PCJ 2020 a 2035. É necessário que os municípios em pior situação busquem alternativas para melhoria nos índices de esgotamento sanitário, sendo de extrema importância a aproximação aos Comitês PCJ, buscando apoio para novas soluções para desenvolver e implementar ações visando ao avanço no setor. A seguir elencam-se orientações previstas para gestão:

- Fomentar estudos e projetos relacionados às melhorias nos sistemas de tratamento existentes;
- Promover a revisão de Planos Municipais de Saneamento Básico, de forma que todos os municípios se enquadrem às exigências legais para a questão e assegurar que as suas metas estejam vinculadas às metas do Plano das Bacias PCJ, quando necessário;
- Incentivar, nos Planos Municipais de Saneamento Básico, proposição de meios para atendimento da população rural dispersa;
- Incentivar o diálogo entre municípios e outros atores envolvidos na temática para a busca de soluções integradas de tratamento de esgoto, divulgando prioridades e metas do Plano das Bacias PCJ;
- Fomentar e incentivar a capacitação de operadores de ETEs;
- Fomentar estudos complementares sobre o atendimento ao enquadramento em locais priorizados para tratamento terciário;
- Realizar ações de educação para a gestão de recursos hídricos envolvendo a temática de esgotamento sanitário.

É importante destacar que, nos anos de 2023 e 2024, a Agência das Bacias PCJ promoveu oficinas intituladas “Metas e Ações do Plano das Bacias PCJ 2020 a 2035 e Oportunidades de Recursos Financeiros dos Comitês PCJ para Saneamento”. O objetivo dessas oficinas foi apresentar as metas estabelecidas no Plano de Bacias e discutir a situação dos municípios em relação a essas metas, abordando inclusive sobre os índices de coleta, tratamento e eficiência de tratamento de esgotos domésticos. As oficinas incluíram a divulgação de editais para captação de recursos, bem como explicações sobre as regras de seleção de empreendimentos, formas de inscrição, entre outros esclarecimentos. Em 2023, o ciclo de oficinas foi realizado presencialmente, em grupos divididos por sub-bacias, nas cidades de Piracicaba, Campinas, Jundiaí e Bragança Paulista. Já em 2024, a oficina foi realizada no formato online.

Em 2025, a equipe da Coordenação do Sistemas de Informações em conjunto com a Coordenação de Projetos da Agência das Bacias PCJ realizou visitas a dez municípios que apresentaram dificuldades no atendimento a pelo menos uma das metas estabelecidas no Plano das Bacias PCJ para o setor de saneamento para o ano de 2025, e ou paralelamente, buscaram a Agência das Bacias PCJ em busca de orientação. Os encontros ocorreram com representantes dos municípios de Americana, Artur Nogueira, Cordeirópolis, Nova Odessa, Rafard, Rio das Pedras, Santa Bárbara d’Oeste, São Pedro, Monte Alegre do Sul e Saltinho. O objetivo dessas visitas foi sensibilizar os gestores municipais quanto às oportunidades de acesso a recursos financeiros disponíveis, bem como divulgar o Plano das Bacias PCJ. Adicionalmente, durante as reuniões, foi realizada a coleta de dados essenciais para a análise do avanço das metas de saneamento nas Bacias PCJ.

Na Tabela 3.9 são apresentadas as ações do Plano de Bacias 2020 a 2035, constantes do Plano de Ação e Programa de Investimentos (PA/PI) 2024 a 2027 que têm interface com as criticidades identificadas e poderão subsidiar discussões para alternativas.

Tabela 3.9 - Ações referentes esgotamento sanitário.

subPDC	Ação	Executor da Ação (nome da entidade ou órgão)	Recursos financeiros (R$) - 2024	Recursos financeiros (R$) - 2025	Recursos financeiros (R$) - 2026	Recursos financeiros (R$) - 2027	Recursos financeiros (R$) - TOTAL	Fonte	Especificação de outras fontes
3.1 – Esgotamento Sanitário	Substituição de sistemas rudimentares de tratamento de esgoto (fossa negra) por sistemas mais eficientes	Prefeituras municipais	-	-	-	1 250 000,00	1 250 000,00	Cobrança Estadual	
3.1 – Esgotamento Sanitário	Substituição de sistemas rudimentares de tratamento de esgoto (fossa negra) por sistemas mais eficientes	Prefeituras municipais	341.994,07	614.393,11	-	600.000,00	1.556.387,18	Outra	Cobrança Federal
1.2 - Planejamento e gestão de recursos hídricos	Elaboração e revisão de planos municipais de saneamento básico(¹)	Prefeituras municipais	1 499 923,35	266.805,42	-	-	1.766.728,77	CFURH	
1.2 - Planejamento e gestão de recursos hídricos	Elaboração e revisão de planos municipais de saneamento básico(¹)	Prefeituras municipais	484.819,18	2.257.297,71	-	1.750.000,00	4.492.116,89	Cobrança Estadual	
1.2 - Planejamento e gestão de recursos hídricos	Fomento à Planos Municipais de Saneamento Rural(²)	Prefeituras municipais	-	-	-	944 164,00	944 164,00	CFURH	
1.2 - Planejamento e gestão de recursos hídricos planejamento	Fomento à Planos Municipais de Saneamento Rural(²)	Prefeituras municipais	-	1.449.218,40	-	1.341.614,13	2.790.832,53	Cobrança Estadual	

subPDC	Ação	Executor da Ação (nome da entidade ou órgão)	Recursos financeiros (R$) - 2024	Recursos financeiros (R$) - 2025	Recursos financeiros (R$) - 2026	Recursos financeiros (R$) - 2027	Recursos financeiros (R$) - TOTAL	Fonte	Especificação de outras fontes
1.2 - Planejamento e gestão de recursos hídricos	Elaboração de estudos para ampliação e melhoria dos sistemas de transporte de esgotos	Concessionárias de saneamento	764 488,25	1.500.000,00	-	1.500.000,00	3.764.488,25	Cobrança Estadual	
3.1 – Esgotamento Sanitário	Elaboração de projetos de ampliação e melhoria dos sistemas de transporte de esgotos	Concessionárias de saneamento	-	1.143.817,25	0,00	750.000,00	1.893.817,25	Cobrança Estadual	
3.1 – Esgotamento Sanitário	Elaboração de projetos de ampliação e melhoria dos sistemas de transporte de esgotos	Concessionárias de saneamento	662 226,29	-	-	-	662 226,29	CFURH	
3.1 – Esgotamento Sanitário	Ampliações e melhoria dos sistemas de coleta de esgotos	Concessionárias de saneamento	3.467.926,83	3.400.222,82	-	4.000.000,00	10.868.149,65	Cobrança Estadual	
3.1 – Esgotamento Sanitário	Ampliações e melhoria dos sistemas de coleta de esgotos	Concessionárias de saneamento	14.443.996,61	-	-	-	14.443.996,61	Outras	Cobrança Federal

subPDC	Ação	Executor da Ação (nome da entidade ou órgão)	Recursos financeiros (R$) - 2024	Recursos financeiros (R$) - 2025	Recursos financeiros (R$) - 2026	Recursos financeiros (R$) - 2027	Recursos financeiros (R$) - TOTAL	Fonte	Especificação de outras fontes
1.2 - Planejamento e gestão de recursos hídricos	Elaboração de estudos para a implantação de novas ETEs visando tratamento secundário	Concessionárias de saneamento	-	-	-	700 000,00	700 000,00	Cobrança Estadual	
3.1 – Esgotamento Sanitário	Elaboração de projetos para a implantação de novas ETEs visando tratamento secundário	Concessionárias de saneamento	-	459.024,94	-	750.000,00	1.209.024,94	Cobrança Estadual	
1.2 - Planejamento e gestão de recursos hídricos	Elaboração de estudos de melhorias da eficiência das ETEs na remoção de nutrientes	Concessionárias de saneamento	-	-	-	1 500 000,00	1 500 000,00	Cobrança Estadual	
3.1 – Esgotamento Sanitário	Elaboração de projetos de melhorias da eficiência das ETEs na remoção de nutrientes	Concessionárias de saneamento	-	-	-	750 000,00	750 000,00	Cobrança Estadual	
3.1 – Esgotamento Sanitário	Implantação de Unidades de Tratamento de Lodo nas ETAs	Concessionárias de saneamento	6.563.975,36	-	-	-	6.563.975,36	Outras	Cobrança Federal
3.1 – Esgotamento Sanitário	Implantação de Unidades de Tratamento de Lodo nas ETAs	Concessionárias de saneamento	-	13.850.245,39	10.000.000,00	7.142.857,16	30.993.102,55	Cobrança Estadual	

subPDC	Ação	Executor da Ação (nome da entidade ou órgão)	Recursos financeiros (R$) - 2024	Recursos financeiros (R$) - 2025	Recursos financeiros (R$) - 2026	Recursos financeiros (R$) - 2027	Recursos financeiros (R$) - TOTAL	Fonte	Especificação de outras fontes
3.1 – Esgotamento Sanitário	Implantação das ETEs projetadas e melhorias das ETEs existentes	Concessionárias de saneamento	-	7.032.208,89	-	2.500.000,00	9.532.208,89	Cobrança Estadual	
8.1 - Capacitação técnica em planejamento e gestão de recursos hídricos	Ampliação e divulgação do programa de capacitação (Escola da Água e Saneamento), fomento e incentivo à capacitação de operadores	Consórcio PCJ	-	100.000,00	86.941,80	57.816,45	244.758,25	Outra	Cobrança Federal

Fonte: Elaborado pela Agência das Bacias PCJ
Nota: (1) A ação de Elaboração e revisão de planos municipais de saneamento básico é considerada nas orientações para gestão de abastecimento urbano e esgotamento sanitário; (2) A ação de Fomento à Planos Municipais de Saneamento Rural é considerada nas orientações para gestão de abastecimento urbano e esgotamento sanitário.

3.4 SANEAMENTO BÁSICO - MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Quadro Síntese 6 - Saneamento Básico – Manejo de Resíduos Sólidos.

Parâmetros	2021	2022	2023	2024	2025
Resíduo sólido urbano disposto em aterro enquadrado como adequado (%)	96,4	99,7	99,7	100,0	99,7

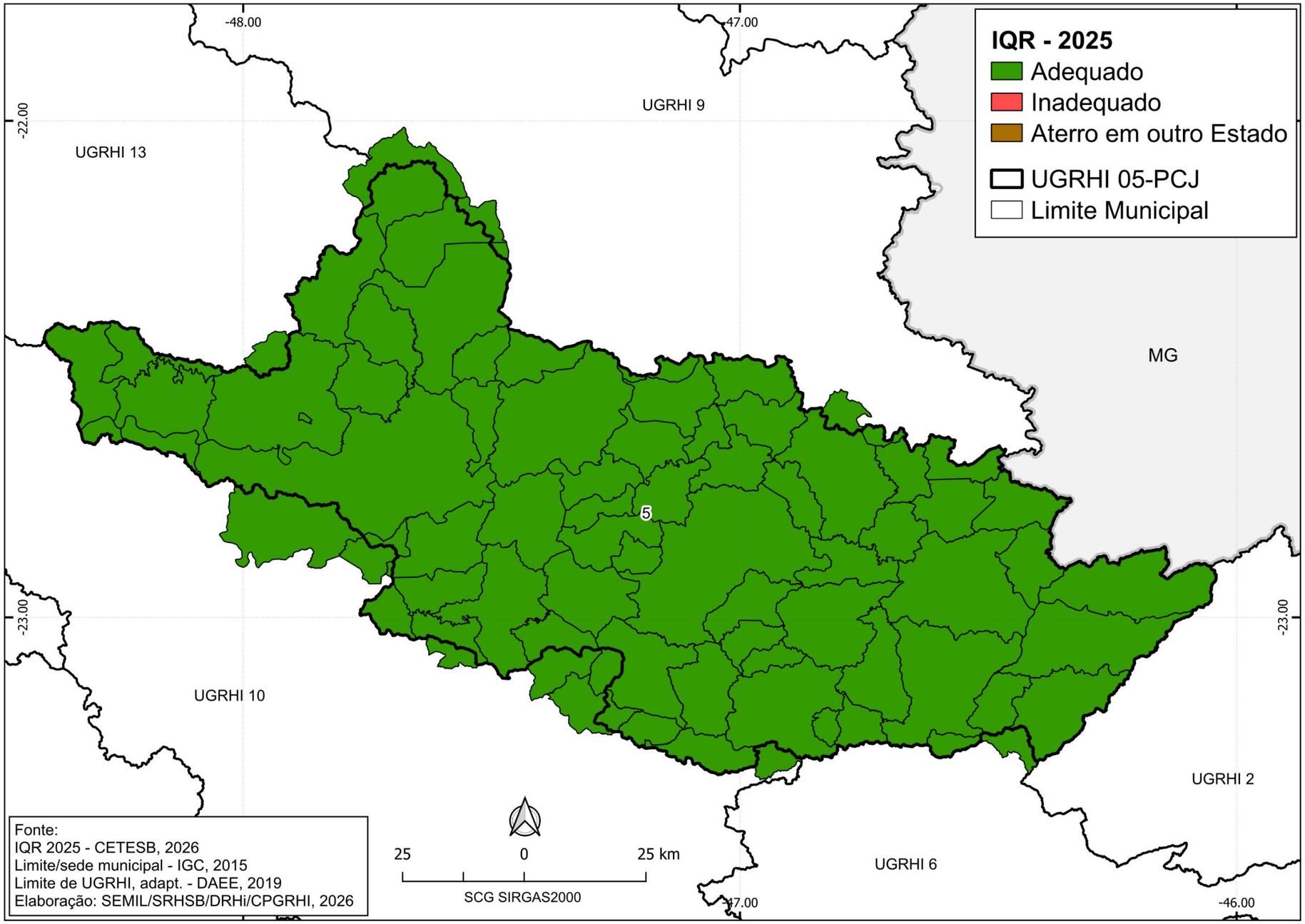
Fonte: CETESB, 2025.

Tabela 3.10 - Valores de Referência de IQR.

Resíduo sólido urbano disposto em aterro enquadrado como adequado	
< 50%	Ruim
≥ 50% e < 90%	Regular
≥ 90%	Bom

Fonte: DRHi, 2020.

Mapa 3.4 - IQR (Índice de Qualidade de Aterro de Resíduos) da Instalação de Tratamento e/ou Destinação Final de Resíduos Sólidos Urbanos Gerado no Município.



3.4.1 Síntese da Situação e Orientações para Gestão: Saneamento básico - Manejo de Resíduos Sólidos

3.4.1.1 SÍNTESE DA SITUAÇÃO

3.4.1.1.1 Manejo de Resíduos Sólidos

Para a análise apresentada, considera-se a quantidade estimada de resíduos sólidos urbanos gerados e encaminhados para tratamento e/ou destinação em aterro, em relação ao enquadramento do aterro utilizado pelos municípios na UGRHI. Este parâmetro permite dimensionar a resposta em relação à pressão exercida pela geração de resíduos sólidos urbanos.

O IQR (R.01-C) varia de 0 a 10, sendo considerado “inadequado” para valores entre 0,0 e 7,0 e “adequado” para valores entre 7,1 e 10,0. De acordo com os dados disponibilizados pela CETESB, em 2025 foram geradas cerca de 41.181,1 toneladas de resíduos sólidos urbanos por dia (P.04-A) no estado de São Paulo. Nos últimos anos, a UGRHI 05 apresentou pequenas variações no IQR, mantendo-se no patamar considerado “adequado”, conforme a classificação da CETESB. Em 2022 e 2023, o percentual foi de 99,70%, aumentando para 100% em 2024 e retornando a 99,69% em 2025.

Ainda, com base nos dados da CETESB, as quantidades de resíduos gerados nos municípios são estimadas com base na população urbana de cada município e em índices estimados de produção de resíduos por habitante. Para o ano de 2025, o total de resíduos sólidos urbanos na UGRHI 05 foi estimado em 5.375 toneladas/dia. Em relação a destinação dos resíduos (R.01-C), os dados de 2025 indicam que Cordeirópolis apresentou IQR de 7,0, sendo enquadrado na condição “inadequado”, enquanto os demais municípios com dados disponíveis apresentaram valores classificados como “adequados”.

3.4.1.2 ORIENTAÇÕES PARA GESTÃO

A análise da situação da Bacia mostra que a questão dos resíduos, no que se refere o IQR, é bastante confortável, porém mantem-se a postura de trabalhar no âmbito dos Comitês PCJ visando: promover o manejo, a destinação e a disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos; buscar a universalização da oferta da coleta de resíduos sólidos na área urbana e também na área rural; incentivar a adequação dos PMSB, que não contemplem a temática de Resíduos Sólidos e Drenagem; desenvolver a articulação com os planos conforme foram previstos na Política Nacional de Resíduos Sólidos; além de incentivar a elaboração de Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. O tratamento e destinação adequados dos resíduos sólidos urbanos são uma medida importante para evitar a contaminação das águas superficiais e subterrâneas. Pode-se começar a refletir em discussões relacionadas aos resíduos sólidos, principalmente, ao se tratar de

aspectos de carga difusa na Bacia, que tem reflexos direto na qualidade da água superficial e até mesmo subterrânea.

O Diagnóstico do Plano de Bacias PCJ 2020 – 2035 apresenta uma análise da taxa de cobertura dos serviços de coleta de resíduos a sua disposição e destinação. Apesar de não haver metas específicas quando ao manejo de resíduos sólidos urbanos, ações neste sentido devem ser tratadas nas revisões e atualizações dos Planos Municipais de Saneamento atreladas ao subPDC 1.2.

3.5 SANEAMENTO BÁSICO - DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS

Os dados referentes a drenagem de águas pluviais são provenientes do Sistema Nacional de Informações de Saneamento (SNIS), no entanto, em 2024, houve a transição do SNIS para o SINISA (Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico) e ensejou mudanças nos indicadores coletados, tratados e disponibilizados pelo órgão responsável.

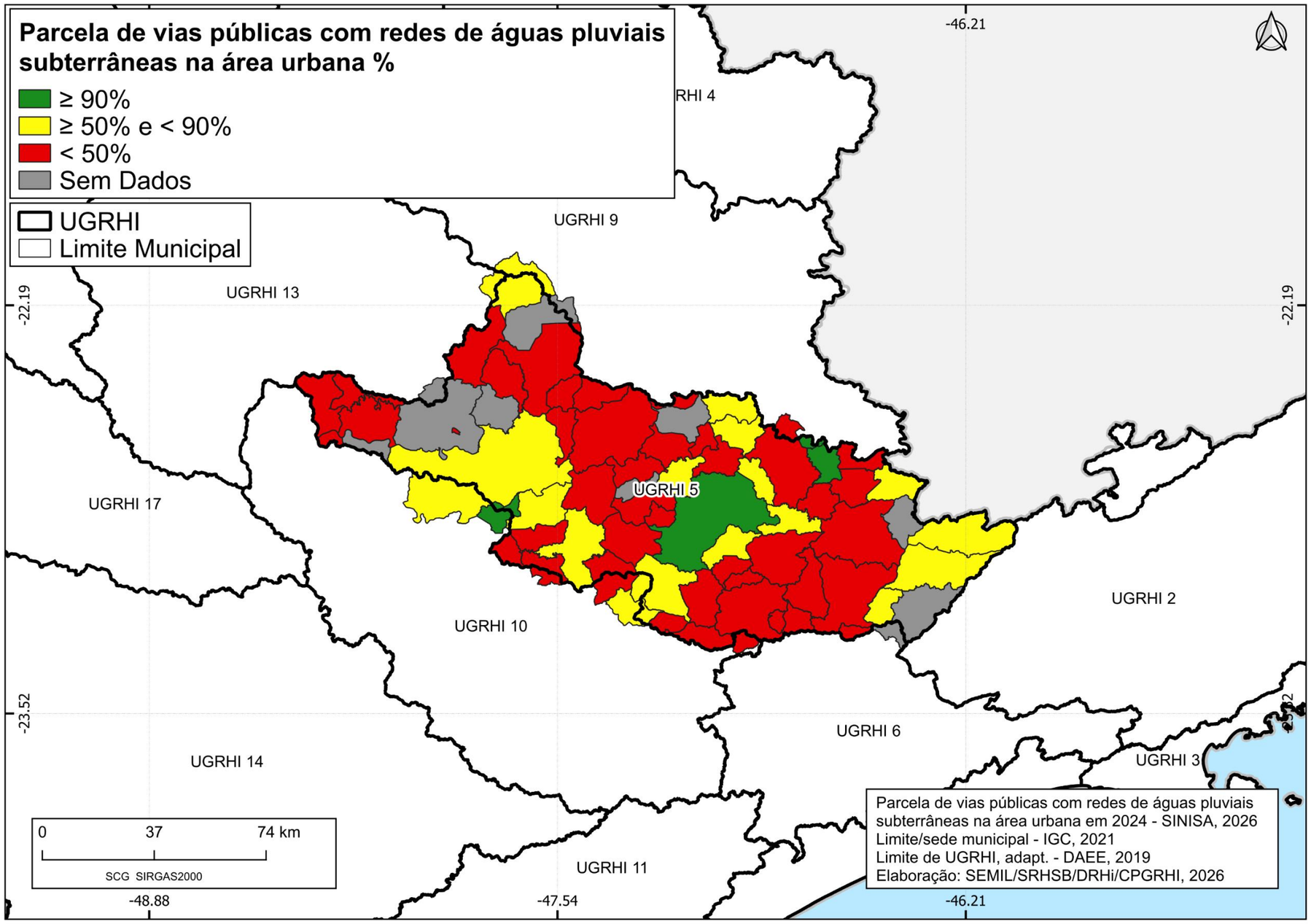
Tabela 3.11 - Valores de referência para Cobertura de drenagem urbana subterrânea e Domicílios em situação de risco de inundação.

Cobertura de drenagem urbana subterrânea	
< 50%	Ruim
≥ 50% e < 90%	Regular
≥ 90%	Bom
Domicílios em situação de risco de inundação	
> 10%	Ruim
> 5% e ≤ 10%	Regular
≤ 5%	Bom

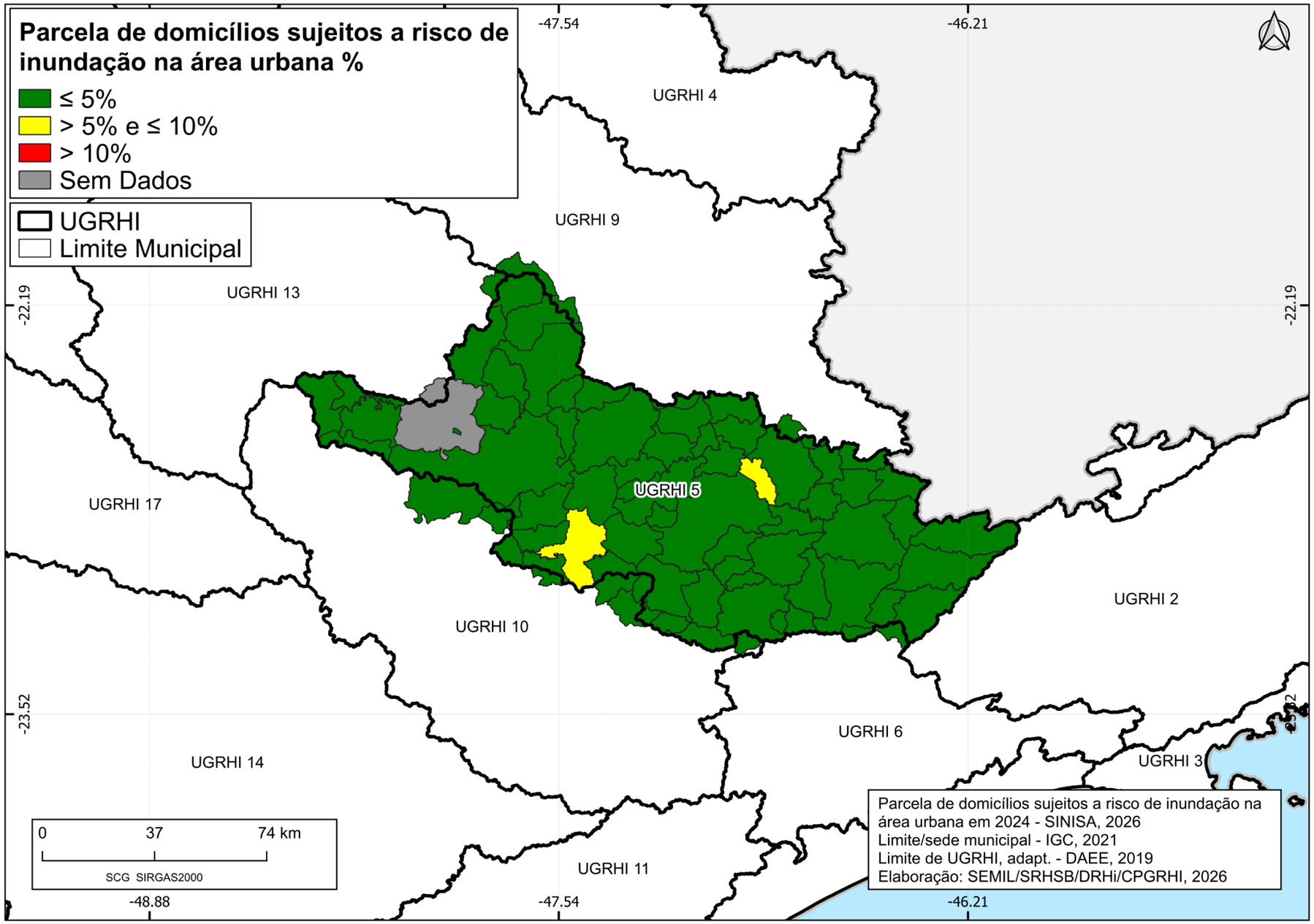
Fonte: DRHi, 2024.

O Mapa 3.5 e Mapa 3.6 a seguir apresentam a situação da drenagem de águas pluviais na UGRHI 05.

Mapa 3.5 - Cobertura de drenagem urbana subterrânea (%).



Mapa 3.6 - Parcela de domicílios em situação de risco de inundação (%).



3.5.1 Síntese da Situação e Orientações para Gestão: Saneamento Básico - Drenagem de Águas Pluviais

3.5.1.1 SÍNTESE DA SITUAÇÃO

A abordagem do saneamento quanto à drenagem ainda é um tema pouco aprofundado em estudos técnicos nas Bacias PCJ. Nesse sentido, o Plano de Bacias PCJ 2020-2035, traz uma nova abordagem e proposta de ações para que se possa ter mais subsídios na temática.

Historicamente, as cidades se desenvolveram nas margens dos cursos d'água, com a implantação de diversos núcleos habitacionais inseridos ou muito próximosàs áreas delimitadas pelas cotas de inundação, ocupando áreas de várzea naturalmente sujeitas aos efeitos das cheias. O crescimento urbano, associado à ocupação das planícies de inundação e ao consequente aumento da impermeabilização do solo, promove a diminuição do tempo de concentração, aumentando a velocidade de escoamento das águas superficiais em direção aos corpos d'água e as vazões a serem conduzidas pelos canais.

A análise do indicador "Domicílios em situação de risco de inundação" (E.08-B) indica que a maioria dos municípios da UGRHI 05 apresenta situação classificada como "Bom", com percentuais iguais ou inferiores a 5%. Destacam-se, entretanto, os municipios de Capivari (6,6%) e Pedreira (5,6%), que apresentam situação classificada como "Regular", com percentuais superiores a 5% e inferiores ou iguais a 10%. Não foram identificados, para o ano de 2025, municípios com percentual superior a 10%, correspondente à classificação "Ruim".

Embora o risco de inundação não pareça alarmante, a análise do grau de atendimento em relação à infraestrutura de drenagem urbana subterrânea dos municípios (E.06-G) revela que, em 2024, 39 municípios estão em uma situação mais crítica, classificada como "Ruim", com menos de 50% de cobertura de drenagem (68,4%). Por outro lado, três municípios apresentam cobertura de drenagem subterrânea superior a 90%, sendo classificados na condição "Bom": Campinas (98,57%), Monte Alegre do Sul (99,98%) e Saltinho (95,65%). Já para o ano de 2025, os dados ainda não foram disponibilizados devido a metodologia do SINISA.

Diante da preocupação com o tema, destaca-se que a elaboração do Plano Diretor de Macrodrenagem da Bacia Hidrográfica do Rio Capivari (PDM-BHC) foi iniciada em 2021. O plano tem como objetivos caracterizar as causas das inundações ocorridas nas zonas urbanas dos municípios abrangidos pelo Plano e apresentar propostas de implantação de ações estruturais e não estruturais para o controle de cheias, considerando horizonte de curto (5 anos), médio (10 anos) e longo (20 anos) prazos, nas áreas urbanas, de modo a reduzir progressivamente a frequência, a intensidade e a gravidade das ocorrências de enchentes. Algumas ações estruturais

e não estruturais foram propostas em áreas rurais, de modo a minimizar os efeitos das cheias nas áreas a jusante.

O Relatório Final foi concluído em 2024 e contempla os municípios de Campinas, Capivari, Elias Fausto, Hortolândia, Indaiatuba, Itupeva, Jundiaí, Louveira, Mombuca, Monte Mor, Rafard, Rio das Pedras, Tietê, Valinhos e Vinhedo.

3.5.1.2 ORIENTAÇÕES PARA GESTÃO

Os sistemas de drenagem urbana são essenciais na prevenção de enchente ou de inundação/alagamento, principalmente nas áreas de baixo relevo ou marginais de cursos d'água naturais. Como foi observado, os dados mostram que os domicílios da UGRHI 05 não apresentam, no geral, elevado risco de inundação. Contudo, nota-se que, independentemente da situação, é necessário avaliar e fomentar discussões quanto a drenagem e manejo das águas pluviais, no seguinte sentido:

- Fomentar a elaboração de planos municipais de drenagem urbana baseados em diretrizes de planos regionais de macrodrenagem elaborados e em elaboração, tais como o Planos Diretores de Macrodrenagem das Bacias Hidrográficas dos Rios Jundiaí e do Rio Capivari;
- Promover discussões sobre a elaboração de uma política de drenagem no âmbito do CBH – PCJ.

Na Tabela 3.12 são apresentadas as ações do Plano de Bacias 2020 a 2035, constantes do Plano de Ação e Programa de Investimentos (PA/PI) 2024 a 2027 que têm interface com as criticidades identificadas e poderão subsidiar discussões para alternativas.

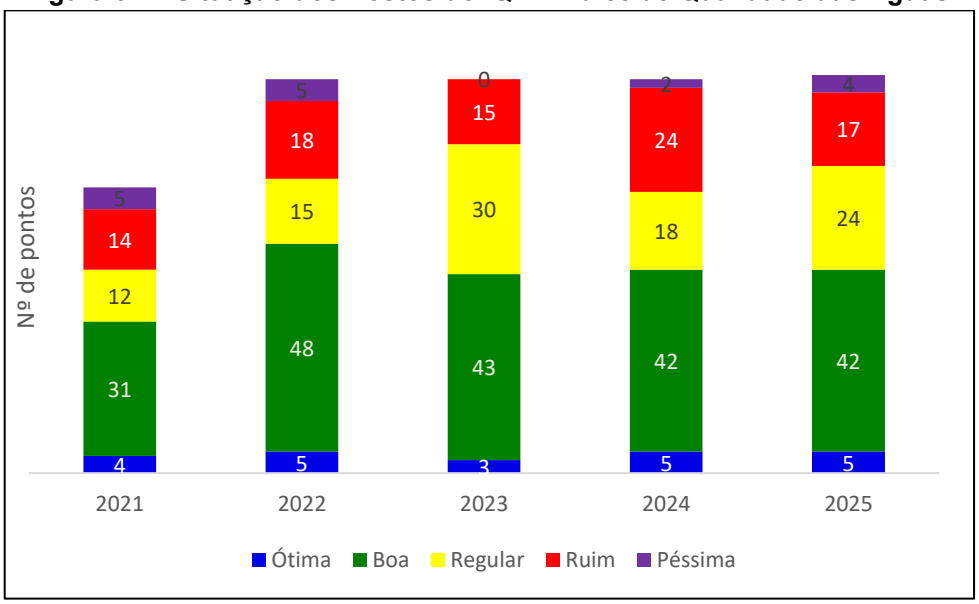
Tabela 3.12 - Ações referentes a drenagem urbana.

subPDC	Ação	Executor da Ação (nome da entidade ou órgão)	Recursos financeiros (R$) - 2024	Recursos financeiros (R$) - 2025	Recursos financeiros (R$) - 2026	Recursos financeiros (R$) - 2027	Recursos financeiros (R$) - TOTAL	Fonte	Especificação de outras fontes
1.2 - Planejamento e gestão de recursos hídricos	Elaboração dos Planos Diretores de Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais	Prefeituras municipais	-	3.008.617,91	3.609.420,65	1.000.000,00	7.618.038,56	Cobrança Estadual	
1.2 - Planejamento e gestão de recursos hídricos	Elaboração dos Planos Diretores de Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais	Prefeituras municipais	1.239.840,32	954.894,02	942.183,03	-	3.136.917,37	CFURH	

Fonte: Elaborado pela Agência das Bacias PCJ.

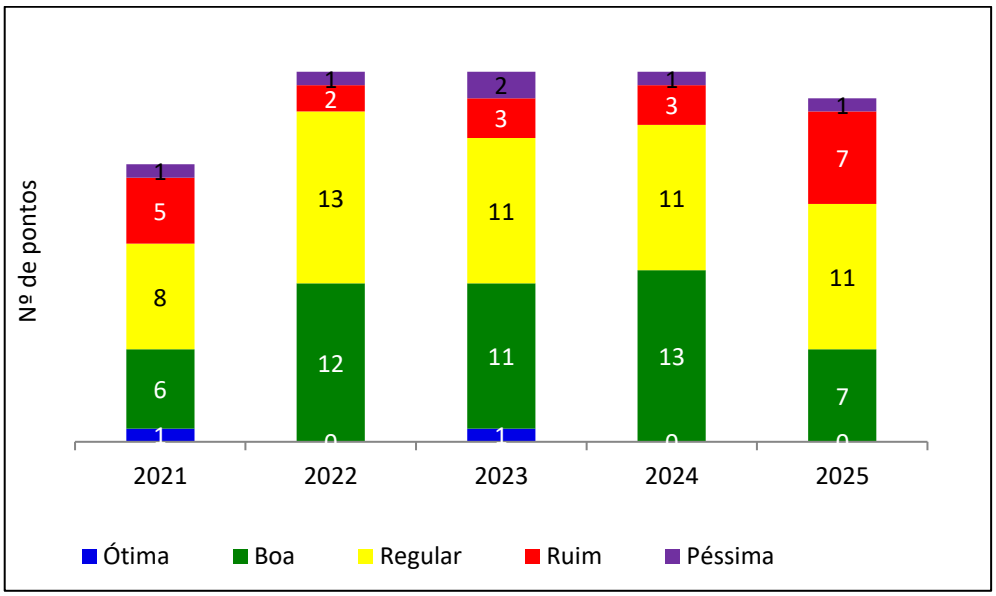
3.6 QUALIDADE DAS ÁGUAS SUPERFICIAIS

Figura 3.1 - Situação dos Postos do IQA - Índice de Qualidade das Águas.



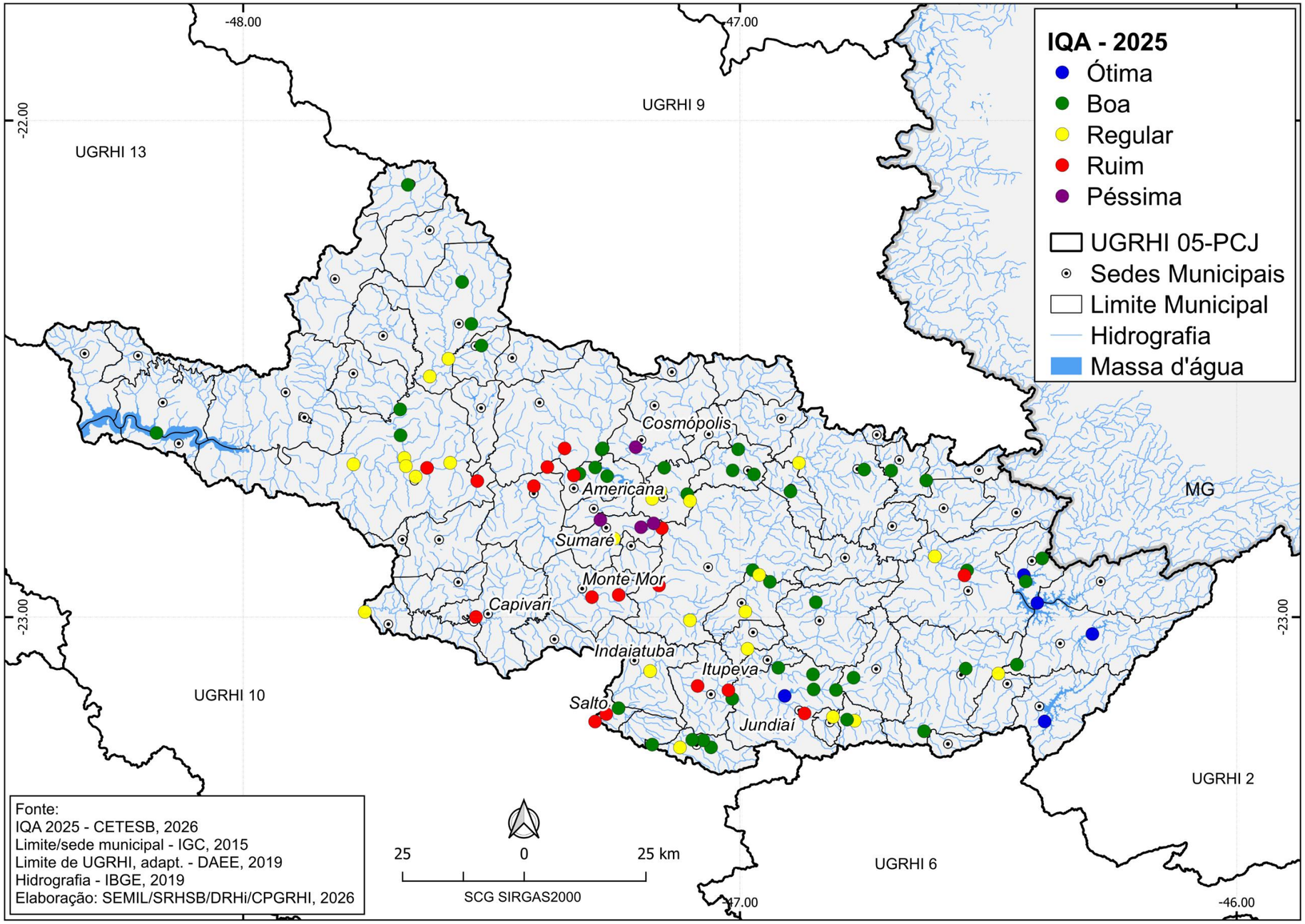
Fonte: IQA 2025, CETESB, 2025.

Figura 3.2 - Situação dos Postos do IAP - Índice de Qualidade das Águas Brutas para fins de Abastecimento Público.

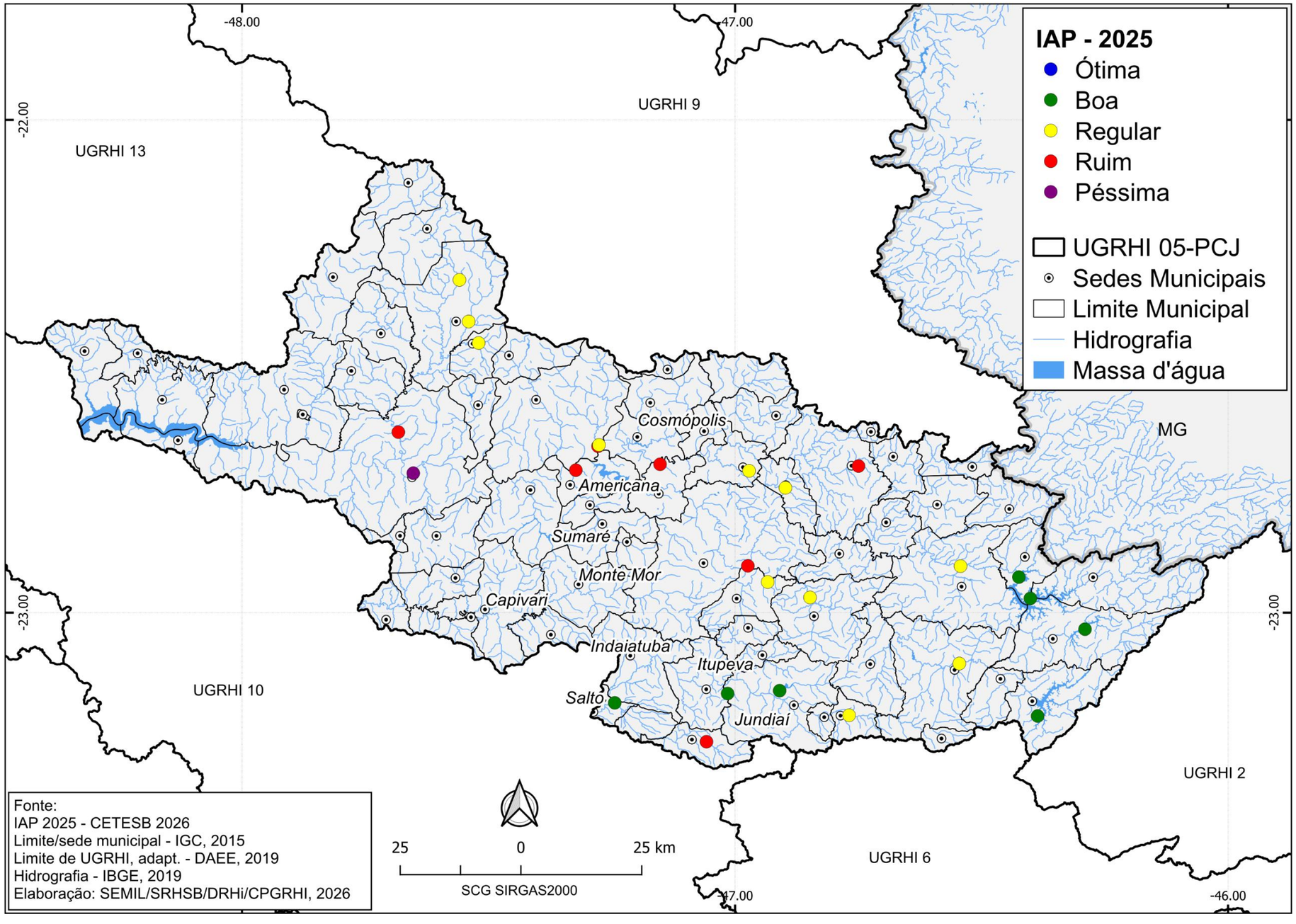


Fonte: IAP 2025, CETESB, 2025.

Mapa 3.7 - Espacialização dos Posto do IQA - Índice de Qualidade das Águas 2025.



Mapa 3.8 - Espacialização dos Postos do IAP - Índice de Qualidade da Águas Brutas para fins de Abastecimento Público 2025.



3.6.1 Síntese da Situação e Orientações para Gestão: Qualidade das Águas Superficiais

3.6.1.1 SÍNTESE DA SITUAÇÃO

Importante destacar que, devido à pandemia de COVID-19, ocorreram desafios significativos à gestão ambiental, impactando diretamente no monitoramento da qualidade da água no estado de São Paulo. Em resposta às restrições sanitárias impostas em 2020 e 2021, a CETESB adaptou suas operações, priorizando o acompanhamento dos principais corpos hídricos, áreas de captação e locais afetados por fontes poluidoras. Foi estabelecida, assim, uma Rede Mínima de monitoramento, que foi sendo ampliada de forma gradual ao longo desse período.

Com a retomada das atividades em 2022, o monitoramento voltou à sua capacidade plena, com o restabelecimento da Rede Básica. Em 2023 e 2024, novos avanços foram implementados, reafirmando o compromisso contínuo com a preservação e o monitoramento dos recursos hídricos do estado.

Com base nessas mudanças, o cálculo dos índices de qualidade da água (IQA) e do índice de qualidade de água para abastecimento público (IAP) seguiu critérios rigorosos, contabilizando pontos com ao menos três amostragens completas. Para a UGRHI 05 contabilizou-se em 2025 o total de 92 pontos de IQA e 26 para IAP.

3.6.1.1.1 Índice de Qualidade das Águas (IQA)

O Índice de Qualidade das Águas (IQA) foi criado em 1970, nos Estados Unidos, pela National Sanitation Foundation, e passou a ser utilizado pela CETESB em 1975. O índice foi desenvolvido para avaliar a qualidade da água bruta visando seu uso para o abastecimento público, após tratamento. Os parâmetros utilizados no cálculo do IQA são, em sua maioria, indicadores de contaminação causada pelo lançamento de esgotos domésticos.

O IQA é composto por nove parâmetros, com seus respectivos pesos (w), que foram fixados em função da sua importância para a conformação global da qualidade da água: temperatura, pH, oxigênio dissolvido, demanda bioquímica de oxigênio, *Escherichia coli* / coliformes termotolerantes, nitrogênio total, fósforo total, sólidos totais e turbidez.

Em 2025, foram apresentados dados de IQA para 92 pontos de monitoramento. No geral, a maior parte dos pontos (42) apresentou classificação "Boa", seguida da classificação "Regular", com 24 pontos, e "Ruim", com 17 pontos. As classificações "Ótima" e "Péssima" foram registradas em 5 e 4 pontos, respectivamente.

Em comparação com 2024, houve aumento dos pontos classificados como "Regular", passando de 18 para 24, e redução dos pontos classificados como "Ruim", de 24 para 17. A classificação "Boa" manteve-se em 42 pontos, enquanto a

classificação "Ótima" permaneceu em 5 pontos. Já a classificação "Péssima" passou de 2 para 4 pontos.

Vale ressaltar que os pontos de monitoramento em situação considerada em pior classificação (“Ruim”), estão concentrados nas regiões de maior adensamento urbano nas porções médias da UGRHI 05, nas bacias do rio Piracicaba, Capivari e Jundiaí, o que reflete a característica do indicador quanto a sinalizar os lançamentos domésticos, apontando condições de alto impacto na qualidade nos cursos d’água. Já os pontos de monitoramento em condição “Ótima” estão localizados nos reservatórios do Sistema Cantareira (região de cabeceira, que há propensão em apresentar melhor qualidade, com baixo impacto antrópico).

Ao observar a Figura 3.1, nota-se uma diferença no número de pontos monitorados entre os anos apresentados, especialmente em 2021, quando foram monitorados 66 pontos, enquanto, nos anos seguintes esse número se manteve próximo de 91 pontos. Para avaliar proporcionalmente a variação entre os dois últimos anos, a Tabela 3.13 apresenta a proporção de pontos nas categorias nos anos de 2021 a 2025. Entre 2024 e 2025, observa-se uma redução na proporção de pontos classificados na categoria “Ruim”, que passou de 26% para 18%.

Tabela 3.13 - Proporção de pontos nas categorias nos anos de 2021 a 2025.

Classificação	2021	2022	2023	2024	2025
Ótima	6%	5%	3%	5%	5%
Boa	47%	53%	47%	46%	46%
Regular	18%	16%	33%	20%	26%
Ruim	21%	20%	16%	26%	18%
Péssima	8%	5%	0%	2%	4%

Fonte: Elaborado pela Agência das Bacias PCJ.

Um importante aspecto a ser considerado no quesito de qualidade da água, trata-se da poluição difusa, que ainda é muito difícil de se mensurar e gerenciar, envolvendo a interface com outras áreas de gestão e atores. Também cabe destacar que no período de estiagem as baixas ocorrências de precipitação somada as baixas vazões dos corpos hídricos têm mostrado impacto direto na qualidade dos cursos d’água. Tal tema tem sido abordado pela CETESB e Sala de Situação PCJ durante discussões da Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH).

3.6.1.1.2 Índice de Qualidade das Águas para fins de Abastecimento Público (IAP)

O IAP é composto por uma ponderação considerando os resultados do IQA e o Índice de Substância Tóxicas e Organolépticas (ISTO), que avalia as substâncias

tóxicas e as variáveis que afetam a qualidade organoléptica da água. Este índice é calculado nos pontos de amostragem dos rios e reservatórios que são utilizados para abastecimento público.

Em 2025, foram apresentados dados de IAP para 26 pontos de monitoramento. No geral, a maior parte dos pontos (11) apresentou classificação "Regular", seguida das classificações "Boa" e "Ruim", ambas com 7 pontos. A classificação "Péssima" foi registrada em 1 ponto, enquanto não foram registrados pontos na categoria "Ótima". Em comparação com 2024, houve redução dos pontos classificados como "Boa", passando de 13 para 7, e aumento dos pontos classificados como "Ruim", de 3 para 7. A classificação "Regular" manteve-se em 11 pontos, assim como a classificação "Péssima", que permaneceu em 1 ponto. Não foram registrados pontos na categoria "Ótima" em nenhum dos dois anos. Assim como o IQA, o IAP apresenta as piores condições nas regiões de maior adensamento urbano.

Para avaliar proporcionalmente a variação entre os dois últimos anos, a Tabela 3.14 apresenta a proporção de pontos nas categorias nos anos de 2021 a 2025. Entre 2024 e 2025, observa-se uma redução na proporção de pontos classificados na categoria “Boa”, que passou de 46% para 27% acompanhada de um aumento na categoria “Ruim”, de 11% para 27%.

Tabela 3.14 - Proporção de pontos nas categorias nos anos de 2021 a 2025.

Classificação	2021	2022	2023	2024	2025
Ótima	5%	0%	4%	0%	0%
Boa	29%	43%	39%	46%	27%
Regular	38%	46%	39%	39%	42%
Ruim	24%	7%	11%	11%	27%
Péssima	5%	4%	7%	4%	4%

Fonte: Elaborado pela Agência das Bacias PCJ.

Cabe destacar, que no período de estiagem, as baixas ocorrências de precipitação somada as baixas vazões dos corpos hídricos, têm mostrado impacto direto na qualidade utilizada para fins de abastecimento público. Tal situação tem sido relatada por alguns operadores durante discussões da Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH).

3.6.1.2 ORIENTAÇÕES PARA GESTÃO

Primeiramente cabe destacar que no âmbito do Plano de Bacias foram tratadas questões específicas quanto ao tema de Enquadramento dos Corpos d’Água nas Bacias PCJ, as quais versam sobre a melhoria da qualidade da água. As avalições quanto à qualidade dos rios consideram, inicialmente, os resultados dos monitoramentos da CETESB, dentre os quais estão os dados de IQA e IAP, analisados também neste Relatório.

Como visto, o IQA considera um determinado conjunto de parâmetros, dentre os quais encontram-se aqueles que foram avaliados nas simulações de cenários para aferir a evolução da qualidade da água, diante das melhorias nos sistemas de esgotamento sanitário e orientar as ações do Plano das Bacias PCJ.

Salienta-se, ainda, a importância de manutenção de rede de monitoramento de qualidade de água, por ser um instrumento essencial para fomentar os diálogos e proposições de ações específicas. Em paralelo ressalta-se a importância nas tratativas para a disponibilização e publicação de dados sobre a qualidade da água no SSD PCJ.

No que se refere ao IAP, destaca-se um certo comprometimento da qualidade da água para abastecimento público em alguns pontos da UGRHI 05, que demanda atenção por parte dos operadores de sistemas de abastecimento, tendo em vista que parte destas captações, próximas às regiões de maior comprometimento, destinam-se individualmente a grandes contingentes populacionais.

Mantêm-se, no âmbito dos Comitês PCJ, discussões e encaminhamentos para a implantação de novos postos automáticos de qualidade na bacia de forma a possibilitar novos insumos para os debates e encaminhamentos para a questão da melhoria da qualidade da água, principalmente visando o enquadramento dos corpos hídricos.

Pondera-se que as ações correlatas ao tema do Enquadramento têm seu efeito sentido no longo prazo, a partir de conjunto de pequenas ações que ao longo do tempo passam a refletir a melhora nas condições de qualidade dos corpos hídricos. Sendo assim, é importante acompanhar o Plano de Ações voltado ao Enquadramento apresentado no Plano de Bacias, de forma a avaliar a evolução da situação.

Propõe-se, portanto, que sejam tomadas e reforçadas iniciativas constantes no Plano de Bacias em linhas que visem:

- Investir no monitoramento da qualidade da água, preferencialmente de maneira integrada ao monitoramento quantitativo;
- Realizar estudos que possibilitem avaliar as cargas industriais;
- Incentivar ações para a melhoria no tratamento de efluentes, principalmente os oriundos de áreas urbanas;
- Fomentar ações visando à proteção de mananciais;
- Incentivar discussões voltadas a aprimorar a compreensão sobre a ocorrência do arraste de cargas difusas em áreas prioritárias;

- Promover o acompanhamento do atendimento às metas intermediárias para efetivação do enquadramento em áreas críticas;
- Incentivar discussões sobre a implementação das ações estabelecidas no Acordo de Cooperação Técnica entre Agência das Bacias PCJ/SP ÁGUAS-DAEE/CETESB.

Na Tabela 3.15 são apresentadas as ações do Plano de Bacias 2020 a 2035, constantes do Plano de Ação e Programa de Investimentos (PA/PI) 2024 a 2027 que têm interface com as criticidades identificadas e poderão subsidiar discussões para alternativas.

Tabela 3.15 - Ações referentes à qualidade das águas.

subPDC	Ação	Executor da Ação (nome da entidade ou órgão)	Recursos financeiros (R$) - 2024	Recursos financeiros (R$) - 2025	Recursos financeiros (R$) - 2026	Recursos financeiros (R$) - 2027	Recursos financeiros (R$) - TOTAL	Fonte	Especificação de outras fontes
1.2 - Planejamento e gestão de recursos hídricos	Elaboração de estudo sobre estruturas de controle e redução de cargas difusas e definição de metodologia para identificação e priorização de áreas potencialmente afetadas por cargas difusas de origem rural e urbana	Agência das Bacias PCJ, Institutos/Órgãos de ensino e pesquisa	-	-	-	2.700.000,00	2.700.000,00	Cobrança Estadual	
1.2 - Planejamento e gestão de recursos hídricos	Elaboração de um Plano de Contenção de Cargas Difusas em locais prioritários nas Bacias PCJ	Agência das Bacias PCJ, Institutos/Órgãos de ensino e pesquisa	-	-	-	2.000.000,00	2.000.000,00	Cobrança Estadual	
2.5 - Redes de Monitoramento e Sistemas de informação sobre recursos hídricos	Expansão, integração, operação e manutenção da rede de monitoramento quali-quantitativo dos recursos hídricos	Agência das Bacias PCJ	2.566.977,54	4.750.000,00	4.554.000,00	4.781.700,00	16.652.677,54	Outras	Cobrança Federal
2.5 - Redes de Monitoramento e Sistemas de informação sobre recursos hídricos	Expansão, integração, operação e manutenção da rede de monitoramento quali-quantitativo dos recursos hídricos	Agência das Bacias PCJ	-	5.170.108,04	-	-	5.170.108,04	Cobrança Estadual	

Fonte: Elaborado pela Agência das Bacias PCJ.
Nota: As ações relativas a tratamento de efluentes estão tratadas nas orientações para gestão do item 0

3.7 QUALIDADE DAS ÁGUAS SUBTERRÂNEAS

Quadro Síntese 7 - Qualidade das águas subterrâneas.

ANO	IPAS (%)	Parâmetros Desconformes
2021	S/D	Sem dados
2022	86,4	Coliformes totais, Fluoreto, Manganês Total
2023	81,8	Fluoreto, Manganês Total, Mercúrio Total, Nitrogênio Amoniacal
2024	83,7	Escherichia coli, Fluoreto, Ferro total, Manganês total
2025	77,3	Coliformes totais, E.coli, Arsênio total, Ferro total, Manganês total, Fluoreto, Mercúrio total, Nitrogênio amoniacal

Fonte: CETESB, 2025.

Tabela 3.16 - Valores de Referência do IPAS.

IPAS – Indicador de Potabilidade das Águas Subterrâneas	
> 67%	Bom
< 33% e ≤ 67%	Regular
≤ 33%	Ruim

Fonte: CETESB, 2017.

3.7.1 Síntese da Situação e Orientações para Gestão: Qualidade das Águas Subterrâneas

3.7.1.1 SÍNTESE DA SITUAÇÃO

O Indicador de Potabilidade das Águas Subterrâneas – IPAS representa o percentual (%) de amostras de águas brutas em conformidade com os padrões de potabilidade nacionais (Portaria específica do Ministério da Saúde). As amostras de águas são coletadas em poços utilizados para abastecimento público ou nascentes que fazem parte da Rede CETESB de Monitoramento de Qualidade das Águas Subterrâneas.

Em 2025, o IPAS foi de 77,3%, permanecendo classificado como "Bom". Em comparação com 2024, quando o indicador foi de 83,7%, houve redução de 6,4 pontos percentuais. Apesar dessa redução, o indicador permaneceu na mesma categoria de classificação. Não foram apresentados dados para o ano de 2021, devido às restrições impostas pela pandemia da COVID-19. Considerando os dados disponíveis de 2022 a 2025, observa-se que o IPAS permaneceu classificado como "Boa" em todos os anos. Contudo, é importante manter a atenção voltada aos parâmetros

desconformes, sobretudo àqueles que possam ser encontrados de forma recorrente nas amostragens anuais.

3.7.1.2 ORIENTAÇÕES PARA GESTÃO

Pondera-se que ainda há pouco conhecimento sobre a disponibilidade, qualidade e usos das águas subterrâneas. Diante disso, o Plano das Bacias PCJ 2020 a 2035 propõe uma abordagem específica para águas subterrâneas, buscando explorar de maneira mais ampla a situação e as propostas de ações para esses mananciais, que vêm se mostrando como uma importante alternativa de abastecimento. Alguns temas são fundamentais para o melhor entendimento da dinâmica das águas subterrâneas nas Bacias PCJ e para subsidiar informações que auxiliem na gestão desse recurso, a fim de garantir seu uso sustentável.

Como a análise do item 0, observa-se que entre 2021 e 2025 houve um aumento nas demandas hídricas subterrâneas de 40,4%, o que demonstra a importância de avaliar e acompanhar as condições das águas subterrâneas na UGRHI 05. Como existe a possibilidade de que, após a crise hídrica, muitos usuários tenham composto seu abastecimento com essa fonte, convém um olhar mais cuidadoso para a questão, principalmente em cenários que se preveem possibilidades de criticidade e períodos de estiagens mais severas. A água bruta subterrânea, que apresenta algum parâmetro desconforme quanto aos padrões recomendados pelo Ministério da Saúde para consumo humano, requer antecipadamente tratamento para sua adequação e destinação a esse uso. O cuidado com o uso das águas subterrâneas deve ser, portanto, aprimorado, sobretudo no que tange à qualidade destes mananciais.

A proteção das captações de água subterrânea é prevista na Lei Estadual nº 6.134/88 e no Decreto nº 32.955/91 que a regulamentou. Tal lei objetiva garantir a qualidade das águas subterrâneas ao estabelecer os limites dentro dos quais deverá haver restrições de ocupação e de determinados usos que possam vir a comprometer o seu aproveitamento. Uma medida importante a ser aplicada nas áreas com restrição, por exemplo, consiste na proteção das captações de águas subterrâneas destinadas ao abastecimento público. Primeiro, estabelece-se um Perímetro Imediato de proteção sanitária, abrangendo o raio de 10 (dez) metros, a partir do ponto de captação, cercado e protegido com telas, além de se instituir um Perímetro de Alerta contra poluição, tomando-se por base uma distância coaxial ao sentido do fluxo, a partir do ponto de captação, equivalente ao tempo de trânsito de cinquenta dias de água no aquífero (SÃO PAULO, 1991). Além disso, instruções técnicas destinadas à proteção de poços de abastecimento se encontram no “Roteiro Orientativo para Delimitação de Área de Proteção de Poços” publicado pelo Instituto Geológico (IRITANI; EZAKI,

2012). Assim sendo, considerando esse estudo, recomenda-se a continuidade de estudos em municípios das Bacias do PCJ.

Os mananciais subterrâneos têm se mostrado estratégicos para os diversos usos na UGRHI e, portanto, o tema águas subterrâneas requer ampliação de conhecimento. Dessa forma, indica-se a realização das seguintes ações como subsídios para gestão:

- Ampliar o monitoramento qualiquantitativo das águas subterrâneas;
- Promover a proteção de áreas de recarga de aquíferos;
- Fomentar estudos hidrogeológicos nos municípios das Bacias PCJ;
- Garantir a demanda hídrica subterrânea, a partir de delimitações de áreas de restrição e controle, onde há indícios de superexplotação do aquífero.

Não há previsão para o curto prazo de ações, no Plano de Bacias 2020 – 2035, constantes do Plano de Ação e Programa de Investimentos (PA/PI) 2024-2027, que tenham interface com as criticidades identificadas e poderão subsidiar discussões para alternativas. Cabe mencionar que a Câmara Técnica de Águas Subterrâneas (CT-AS) dos Comitês PCJ vem ativamente discutindo questões relevantes à gestão de águas subterrâneas nas Bacias PCJ, sobretudo em parceria com o Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente (GAEMA) PCJ, do Ministério Público de São Paulo. Assim, o CBH PCJ tem seguido as discussões e o que se prevê no Plano de Monitoramento Qualiquantitativo das Águas Subterrâneas das Bacias PCJ.

Na Tabela 3.17 são apresentadas as ações do Plano de Bacias 2020 a 2035, constantes do Plano de Ação e Programa de Investimentos (PA/PI) 2024 a 2027 que têm interface com as criticidades identificadas e poderão subsidiar discussões para alternativas.

Vale destacar que àquelas previstas na Deliberação dos Comitês PCJ nº 524/2025, de 11 de dezembro de 2025, para o exercício de 2026, que não foram indicadas, tiveram seus recursos deslocados para o exercício de 2027.

Tabela 3.17 - Ações referentes à qualidade das águas subterrâneas.

subPDC	Ação	Executor da Ação (nome da entidade ou órgão)	Recursos financeiros (R$) - 2024	Recursos financeiros (R$) - 2025	Recursos financeiros (R$) - 2026	Recursos financeiros (R$) - 2027	Recursos financeiros (R$) - TOTAL	Fonte	Especificação de outras fontes
1.2 - Planejamento e gestão de recursos hídricos	Desenvolver estudo regional hidrogeológico nas Bacias PCJ	Agência das Bacias PCJ, Institutos/Órgãos de ensino e pesquisa	-	-	-	2.000.000,00	2.000.000,00	Cobrança Estadual	
1.2 - Planejamento e gestão de recursos hídricos	Desenvolvimento de estudo para estimativa de balanços hídricos e recargas nas Bacias PCJ	Agência das Bacias PCJ, grupos acadêmicos, órgãos fiscalizadores	-	-	-	2.250.000,00	2.250.000,00	Cobrança Estadual	
1.2 - Planejamento e gestão de recursos hídricos	Elaboração do estudo hidrogeológico do aquífero Tubarão	Agência das Bacias PCJ -	-	-		1.200.000.000	1.200.000.000	Cobrança Estadual	
2.2 - Outorga de direitos de uso dos recursos hídricos	Desenvolvimento de banco de dados de poços e suporte à decisão	Órgãos fiscalizadores	-	-	-	1.500.000,00	1.500.000,00	Cobrança Estadual	
2.5 - Redes de Monitoramento e Sistemas de informação sobre recursos hídricos	Implantação, integração, operação e manutenção da rede de monitoramento quali-quantitativo das águas subterrâneas	Agência das Bacias PCJ	-	-	-	1.000.000.000	1.000.000.000	Cobrança Estadual	
2.5 - Redes de Monitoramento e Sistemas de	Monitoramento de chuva, vazão, qualidade e nível	Agência das Bacias PCJ	-	-	-	1.200.000.000	1.200.000.000	Cobrança Estadual	

subPDC	Ação	Executor da Ação (nome da entidade ou órgão)	Recursos financeiros (R$) - 2024	Recursos financeiros (R$) - 2025	Recursos financeiros (R$) - 2026	Recursos financeiros (R$) - 2027	Recursos financeiros (R$) - TOTAL	Fonte	Especificação de outras fontes
informação sobre recursos hídricos	de água subterrânea em pequenas bacias hidrográficas								

Fonte: Elaborado pela Agência das Bacias

4 ADEQUAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO E PROGRAMA DE INVESTIMENTOS (PA/PI)

De acordo com o parágrafo 4º, do Artigo 19 da lei estadual paulista nº 7.663/1991, o Relatório de Situação deverá apresentar “proposição de eventuais ajustes dos programas, cronogramas de obras e serviço e das necessidades financeiras previstas nos vários planos de Bacias Hidrográficas e no de Recursos Hídricos”. Ainda segundo o diploma legal, os Relatórios de Situação "consolidarão os eventuais ajustes aos planos decididos pelos Comitês de Bacias Hidrográficas e pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos”. Tais orientações constam, também, na Lei paulista nº 16.337/2016 e na Deliberação CRH nº 224/2019.

Isto posto, diante das atividades em desenvolvimento, pela Agência das Bacias PCJ, foram realizados ajustes no Plano de Ação e Programa de Investimentos (PA/PI) para o horizonte 2024 a 2027.

São listadas abaixo as etapas que levaram as atualizações no PA/PI:

a) Após análise dos recursos disponíveis considerando o último quadriênio (2020 a 2023), a Deliberação dos Comitês PCJ nº 447/23, de 29/06/2023 aprovou o Plano de Ação e o Programa de Investimentos para a gestão dos recursos hídricos nas Bacias PCJ para o quadriênio 2024 a 2027;

b) Diante da decisão dos Comitês PCJ da importância da retomada de investimentos em obras de saneamento, a Deliberação dos Comitês PCJ nº 460/23, de 07/12/2023 alterou o Plano de Ação e o Programa de Investimentos – PA/PI para a gestão dos recursos hídricos nas Bacias PCJ para o quadriênio 2024 a 2027;

c) A Deliberação dos Comitês PCJ n° 470/24, de 05/04/2024 indicou empreendimentos para financiamento com recursos oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio do Estado de São Paulo, localizados nas Bacias PCJ (Cobrança PCJ Paulista), referentes ao exercício de 2024;

d) A Deliberação dos Comitês PCJ nº 480/24, de 28/06/2024 indicou empreendimento para financiamento com recursos oriundos da Compensação Financeira pela utilização dos Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia Elétrica (CFURH), referente ao exercício de 2024;

e) A Deliberação dos Comitês PCJ nº 486/24, de 30/08/2024, cancelou a indicação de empreendimentos financiados com recursos da Cobrança PCJ Paulista, referentes ao exercício de 2022 e,

f) A Deliberação dos Comitês PCJ nº 487/24, de 30/08/2024, indicou empreendimentos para financiamento com recursos oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio do Estado de São Paulo,

localizados nas Bacias PCJ (Cobrança PCJ Paulista) e da Compensação Financeira pela utilização dos Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia Elétrica (CFURH), referente ao exercício de 2024;

g) A ação “Desenvolvimento de estudo de alternativas de aumento da disponibilidade hídrica nas sub-bacias dos rios Atibaia, Jundiaí e Capivari” (subPDC 1.2 Planejamento e gestão de recursos hídricos) necessitará de maior discussão e entendimento para sua execução e assim posterior aporte de recursos;

h) As ações “Elaboração de estudos sobre os impactos da cloração de efluentes nos mananciais” (subPDC 1.2 Planejamento e gestão de recursos hídricos); “Elaboração de estudo sobre estruturas de controle e redução de cargas difusas e definição de metodologia para identificação e priorização de áreas potencialmente afetadas por cargas difusas de origem rural e urbana” (subPDC 1.2 Planejamento e gestão de recursos hídricos); “Elaboração de um Plano de Contenção de Cargas Difusas em locais prioritários nas Bacias PCJ” (subPDC 1.2 Planejamento e gestão de recursos hídricos) e “Estudo para articulação entre CBHs visando a pactuação de condições de entrega” (subPDC 1.2 Planejamento e gestão de recursos hídricos) tiveram o recurso realocado para 2027, pois necessitarão de maior discussão para sua execução;

i) A ação “Apoio à gestão administrativa da Fundação da Agência da Bacia Hidrográfica dos Rios Sorocaba e Médio Tietê” (subPDC 2.7 – Infraestrutura dos órgãos do CORHI e Agências de Bacias) não teve previsão de recursos financeiros, pois atualmente não há objeto de contratação, o apoio é realizado conforme demanda;

j) A ação “Discutir a possibilidade de implantação de agências de bacia” (subPDC 2.7 – Infraestrutura dos órgãos do CORHI e Agências de Bacias) não teve previsão de recursos financeiros, pois foi realizado estudo pelo Banco Mundial referente ao tema que se encontra em avaliação pelo Grupo de Trabalho e não está previsto objeto de contratação;

k) A ação “Acompanhamento e apoio aos estudos de viabilidade, projetos de engenharia e licenciamento ambiental das barragens de Pedreira, Duas Pontes e do ribeirão Piraí e do trecho Oeste do SAR” (subPDC 1.2 - Planejamento e gestão de recursos hídricos) necessitará de maior discussão e entendimento para sua execução e assim posterior aporte de recursos, pois houve atraso na realização das etapas de execução das obras das barragens;

l) A Deliberação dos Comitês PCJ nº 493/24, de 10/12/2024 alterou o Plano de Ação e o Programa de Investimentos – PA/PI para a gestão dos recursos hídricos nas Bacias PCJ para o quadriênio 2024 a 2027;

m) A Deliberação dos Comitês PCJ nº 502/25, de 28/03/2025 cancelou a indicação de empreendimentos financiados com recursos FEHIDRO, referentes aos exercícios de 2022, 2023 e 2024;

n) A Deliberação dos Comitês PCJ nº 503/25, de 28/03/2025 aprovou o Plano de Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso da Água em Rios de

Domínio do Estado de São Paulo, na área das Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí – Cobrança PCJ Paulista – exercício 2025;

o) As Deliberações dos Comitês PCJ nº 504/25 e 505/2025, de 28/03/2025 indicaram empreendimentos para financiamento com recursos oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio do Estado de São Paulo, localizados nas Bacias PCJ (Cobrança PCJ Paulista), referente ao exercício de 2025;

p) A Deliberação dos Comitês PCJ nº 516/25, de 29/08/2025 indicou empreendimentos para financiamento com recursos oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio do Estado de São Paulo, localizados nas Bacias PCJ (Cobrança PCJ Paulista) e da Compensação Financeira pela utilização dos Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia Elétrica (CFURH), referentes ao exercício de 2025;

q) A partir das indicações do exercício 2025, das fontes CFURH e Cobrança Paulista (totalizando R$ 78.887.891,41), bem como o montante financeiro total disponível em caixa (R$ 80.639.794,63), obteve-se um saldo de R$ 2.989.602,66, o qual foi aportado no exercício 2026, na ação de controle de perdas em sistemas de abastecimento de água;

r) Destaca-se que a atualização no exercício 2025 de recursos financeiros, gerou um ajuste no planejamento financeiro de cerca de 14,6 milhões de reais, com recursos redistribuídos, passando de um planejamento inicial de cerca de R$ 64 milhões para um planejamento atualizado de R$78,8 milhões. Avalia-se que as ações com maior aporte de recursos financeiros estão atreladas a Controle de perdas em sistemas de abastecimento de água e Implantação de Unidades de Tratamento de Lodo nas ETAs (Ações elencadas como de execução prioritária);

s) A Deliberação COFEHIDRO nº 285, de 30 de março de 2026 aprovou o Plano de Aplicação de Recursos do FEHIDRO para 2026 com receita da Compensação Financeira pelo Uso dos Recursos Hídricos – CFURH, informando um montante disponível para investimento de R$ 914.489,41 da quota-parte PCJ;

t) A Deliberação dos Comitês PCJ nº 537/26, de 31/03/2026 aprovou o Plano de Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso da Água em Rios de Domínio do Estado de São Paulo, na área das Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí – Cobrança PCJ Paulista – exercício 2026, informando um montante disponível para investimento de R$ 53.943.817,28;

u) A Deliberação dos Comitês PCJ nº 538/26, de 31/03/202 indicou um empreendimento para financiamento com recursos oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio do Estado de São Paulo, localizados nas Bacias PCJ (Cobrança PCJ Paulista) referentes ao exercício de 2026, totalizando R$ 5.000.000,00 em repasse (1º Período);

v) Em 14/08/2026, o Ofício Circular SECOFEHIDRO nº 133/2026 informou os saldos disponíveis para indicações do 2º Período com fonte CFURH, sendo acrescentado ao montante PCJ mais R$ 104.960,96 de saldos, totalizando R$ 1.019.450,37 disponível;

w) A Deliberação dos Comitês PCJ nº 545/26, de 27/08/2026 indicou empreendimentos para financiamento com recursos oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio do Estado de São Paulo, localizados nas Bacias PCJ (Cobrança PCJ Paulista) e da Compensação Financeira pela utilização dos Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia Elétrica (CFURH), referentes ao exercício de 2026 (2º Período);

x) A partir das indicações do exercício de 2026, foi investido um total de R$ 28.403.800,99 com recursos da Cobrança PCJ Paulista, valor superior ao montante inicialmente previsto de R$ 24.993.745,50. Para essa fonte, resta um saldo disponível em caixa de R$ 25.540.016,29, dos quais R$ 20.182.873,45 foram aportados no exercício de 2027 para ações estruturais (obras) nas temáticas de controle de perdas e esgotamento sanitário. O saldo remanescente foi alocado em ações relacionadas à temática de águas subterrâneas e à vertente do Tietê anteriormente previstos para 2026, cujos recursos foram remanejados para o exercício seguinte;

y) Referente à fonte CFURH foi investido um total de R$ 942.183,03, sendo que os saldos dessa mesma fonte, ao final das indicações dos CBHs, são destinados às indicações do CORHI, conforme MPO-FEHIDRO. Destaca-se que a previsão inicial de recursos financeiros era de 901.617,00;

z) Salienta-se que no exercício de 2026, houve a indicação de recursos financeiros abaixo do valor efetivamente disponível, em razão da baixa quantidade de inscrições de potenciais tomadores de recursos e pela impossibilidade de indicação de alguns empreendimentos inscritos, seja pela insuficiência técnica dos projetos ou pela impossibilidade administrativa de indicação dos tomadores inscritos (não atendimento das regras do edital vigente).

Foi acordado junto à DRHi (Diretoria de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo) que qualquer alteração de indicação de empreendimentos, com valores diferentes aos previstos no PA/PI (Deliberação dos Comitês PCJ nº 493/24) seriam atualizados e diretamente formalizados no Relatório de Situação. Nesta perspectiva, a Tabela 4.1 apresenta o PA/PI para o quadriênio 2024 a 2027, com as devidas atualizações.

Tabela 4.1 - Plano de Ação e Programa de Investimento da UGRHI 05 atualizado.

SubPDC	Meta do quadriênio [1]	Ação	Área de abrangência da ação	Nome da área de abrangência	Prioridade de execução cf. Delib. CRH 254/21	Executor da Ação (segmento)	Executor da Ação (nome da entidade ou órgão)	Recursos financeiros (R$) - 2024	Recursos financeiros (R$) - 2025	Recursos financeiros (R$) - 2026	Recursos financeiros (R$) - 2027	Recursos financeiros (R$) - TOTAL	Fonte	Especificação de outras fontes
1.2 - Planejamento e gestão de recursos hídricos	01 Plano Municipal de Saneamento Rural indicado	Fomento a Planos Municipais de Saneamento Rural	Bacia	Bacias PCJ, observando os municípios e ACs prioritários para saneamento rural	PDC 1 e 2	Município	Prefeituras municipais	0,00	0,00	0,00	944.164,00	944.164,00	CFURH	
1.2 - Planejamento e gestão de recursos hídricos	03 Planos Municipais de Saneamento Rural indicados	Fomento a Planos Municipais de Saneamento Rural	Bacia	Bacias PCJ, observando os municípios e ACs prioritários para saneamento rural	PDC 1 e 2	Município	Prefeituras municipais	0,00	1.449.218,40	0,00	1.341.614,13	2.790.832,53	Cobrança Estadual	
1.2 - Planejamento e gestão de recursos hídricos	04 Estudos indicados	Estudos de viabilidade para aumento de regularização de vazões em mananciais existentes e novos barramentos	Bacia	Bacias PCJ, observando os municípios e ACs prioritários	PDC 1 e 2	Município	Prefeituras municipais	409.833,60	0,00	0,00	500.000,00	909.833,60	Cobrança Estadual	
1.2 - Planejamento e gestão de recursos hídricos	05 Planos indicados	Elaboração dos Planos Diretores de Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais	Município	Municípios observando as prioridades no Plano de Bacias	PDC 1 e 2	Município	Prefeituras municipais	0,00	3.008.617,91	3.609.420,65	1.000.000,00	7.618.038,56	Cobrança Estadual	
1.2 - Planejamento e gestão de recursos hídricos	01 Plano indicado	Elaboração dos Planos Diretores de Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais	Município	Municípios observando as prioridades no Plano de Bacias	PDC 1 e 2	Município	Prefeituras municipais	1.239.840,32	954.894,02	942.183,13	0,00	3.136.917,37	CFURH	
1.2 - Planejamento e gestão de recursos hídricos	01 Estudo indicado	Cadastro, caracterização e modelagem de cargas industriais	Bacia	Bacias PCJ	PDC 1 e 2	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Cobrança Estadual	
1.2 - Planejamento e gestão de recursos hídricos	01 Estudo indicado	Estudos de alternativas de diminuição da carga industrial	Bacia	Bacias PCJ, especialmente em municípios prioritários para tratamento secundário, nitrogênio e fósforo	PDC 1 e 2	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ e setor industrial;	0,00	0,00	0,00	513.285,72	513.285,72	Cobrança Estadual	
1.2 - Planejamento e gestão de	01 Estudo indicado	Elaboração de estudos sobre os impactos da	Bacia	Bacias PCJ	PDC 1 e 2	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ, Institutos/Órgãos	0,00	0,00	0,00	700.000,00	700.000,00	Cobrança Estadual	

SubPDC	Meta do quadriênio [1]	Ação	Área de abrangência da ação	Nome da área de abrangência	Prioridade de execução cf. Delib. CRH 254/21	Executor da Ação (segmento)	Executor da Ação (nome da entidade ou órgão)	Recursos financeiros (R$) - 2024	Recursos financeiros (R$) - 2025	Recursos financeiros (R$) - 2026	Recursos financeiros (R$) - 2027	Recursos financeiros (R$) - TOTAL	Fonte	Especificação de outras fontes
recursos hídricos		cloração de efluentes nos mananciais					de ensino e pesquisa							
1.2 - Planejamento e gestão de recursos hídricos	01 Estudo indicado	Elaboração de estudo do background de fósforo nos corpos hídricos das Bacias PCJ e integração no SSD	Bacia	Bacias PCJ	PDC 1 e 2	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ, Institutos/Órgãos de ensino e pesquisa	0,00	0,00	0,00	1.707.385,87	1.707.385,87	Cobrança Estadual	
1.2 - Planejamento e gestão de recursos hídricos	01 Estudo indicado	Elaboração de estudo sobre estruturas de controle e redução de cargas difusas e definição de metodologia para identificação e priorização de áreas potencialmente afetadas por cargas difusas de origem rural e urbana	Bacia	Bacias PCJ	PDC 1 e 2	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ, Institutos/Órgãos de ensino e pesquisa	0,00	0,00	0,00	2.700.000,00	2.700.000,00	Cobrança Estadual	
1.2 - Planejamento e gestão de recursos hídricos	01 Plano indicado	Elaboração de um Plano de Contenção de Cargas Difusas em locais prioritários nas Bacias PCJ	Bacia	Bacias PCJ, observando as prioridades para fósforo e nitrogênio.	PDC 1 e 2	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ, Institutos/Órgãos de ensino e pesquisa	0,00	0,00	0,00	2.000.000,00	2.000.000,00	Cobrança Estadual	
1.2 - Planejamento e gestão de recursos hídricos	01 Estudo indicado	Estudo para articulação entre CBHs visando a pactuação de condições de entrega	Bacia	Bacias PCJ	PDC 1 e 2	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ	0,00	0,00	0,00	600.000,00	600.000,00	Cobrança Estadual	
1.2 - Planejamento e gestão de recursos hídricos	03 Estudos indicados	Elaboração de estudos para ampliação e melhoria dos sistemas de transporte de esgotos	Município	Municípios observando as prioridades no Plano de Bacias	PDC 1 e 2	Município	Concessionárias de saneamento	764.488,25	1.500.000,00	0,00	1.500.000,00	3.764.488,25	Cobrança Estadual	
1.2 - Planejamento e gestão de recursos hídricos	03 Estudos indicados	Elaboração de estudos para a implantação de novas ETEs visando tratamento secundário	Município	Municípios observando as prioridades para tratamento no Plano de Bacias	PDC 1 e 2	Município	Concessionárias de saneamento	0,00	0,00	0,00	700.000,00	700.000,00	Cobrança Estadual	

SubPDC	Meta do quadriênio [1]	Ação	Área de abrangência da ação	Nome da área de abrangência	Prioridade de execução cf. Delib. CRH 254/21	Executor da Ação (segmento)	Executor da Ação (nome da entidade ou órgão)	Recursos financeiros (R$) - 2024	Recursos financeiros (R$) - 2025	Recursos financeiros (R$) - 2026	Recursos financeiros (R$) - 2027	Recursos financeiros (R$) - TOTAL	Fonte	Especificação de outras fontes
1.2 - Planejamento e gestão de recursos hídricos	03 Estudos indicados	Elaboração de estudos de melhorias da eficiência das ETEs na remoção de nutrientes	Município	Municípios observando as prioridades para remoção de nitrogênio e fósforo, no Plano de Bacias	PDC 1 e 2	Município	Concessionárias de saneamento	0,00	0,00	0,00	1.500.000,00	1.500.000,00	Cobrança Estadual	
1.2 - Planejamento e gestão de recursos hídricos	Elaboração de ao menos 01 estudo	Elaboração de estudos e relatórios visando o licenciamento das ETEs projetadas	Município	Municípios observando as prioridades no Plano de Bacias	PDC 1 e 2	Município	Concessionárias de saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Cobrança Estadual	
1.2 - Planejamento e gestão de recursos hídricos	04 Planos indicados	Elaboração e revisão de planos municipais de saneamento básico	Município	Municípios observando as prioridades no Plano de Bacias	PDC 1 e 2	Município	Prefeituras municipais	484.819,18	2.257.297,71	0,00	1.750.000,00	4.492.116,89	Cobrança Estadual	
1.2 - Planejamento e gestão de recursos hídricos	01 Plano indicado	Elaboração e revisão de planos municipais de saneamento básico	Município	Municípios observando as prioridades no Plano de Bacias	PDC 1 e 2	Município	Prefeituras municipais	1.499.923,35	266.805,42	0,00	0,00	1.766.728,77	CFURH	
1.2 - Planejamento e gestão de recursos hídricos	05 Planos indicados	Elaboração e revisão de Planos de Controle e Redução de Perdas	Município	Municípios observando as prioridades no Plano de Bacias	PDC 1 e 2	Município	Prefeituras municipais	230.563,30	1.772.652,96	0,00	1.250.000,00	3.253.216,26	Cobrança Estadual	
1.2 - Planejamento e gestão de recursos hídricos	01 Estudo indicado	Desenvolvimento de estudo de alternativas de aumento da disponibilidade hídrica nas sub-bacias dos rios Atibaia, Jundiaí e Capivari	Sub-bacia	Sub-bacias Atibaia, Jundiaí e Capivari	PDC 1 e 2	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Cobrança Estadual	
1.2 - Planejamento e gestão de recursos hídricos	Ao menos 01 estudo elaborado	Desenvolvimento de estudo de alternativas de aumento da disponibilidade hídrica nas sub-bacias dos rios Atibaia, Jundiaí e Capivari	Sub-bacia	Sub-bacias Atibaia, Jundiaí e Capivari	PDC 1 e 2	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outras	Cobrança Federal

SubPDC	Meta do quadriênio [1]	Ação	Área de abrangência da ação	Nome da área de abrangência	Prioridade de execução cf. Delib. CRH 254/21	Executor da Ação (segmento)	Executor da Ação (nome da entidade ou órgão)	Recursos financeiros (R$) - 2024	Recursos financeiros (R$) - 2025	Recursos financeiros (R$) - 2026	Recursos financeiros (R$) - 2027	Recursos financeiros (R$) - TOTAL	Fonte	Especificação de outras fontes
1.2 - Planejamento e gestão de recursos hídricos	01 Estudo indicado	Desenvolver estudo regional hidrogeológico nas Bacias PCJ	Bacia	Bacias PCJ	PDC 1 e 2	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ, Institutos/Órgãos de ensino e pesquisa	0,00	0,00	0,00	2.000.000,00	2.000.000,00	Cobrança Estadual	
1.2 - Planejamento e gestão de recursos hídricos	01 Estudo indicado	Desenvolvimento de estudo para estimativa de balanços hídricos e recargas nas Bacias PCJ	Bacia	Bacias PCJ	PDC 1 e 2	Sociedade civil	Instituições/Órgão de ensino e pesquisa, IG, Agência das Bacias PCJ, DAEE e outros órgãos da SIMA, IPT, CPRM, ou grupo acadêmico	0,00	0,00	0,00	2.250.000,00	2.250.000,00	Cobrança Estadual	
1.2 - Planejamento e gestão de recursos hídricos	01 Empreendimento indicado	Delimitar as principais áreas de recarga e estabelecer diretrizes de proteção	Bacia	Bacias PCJ	PDC 1 e 2	Sociedade civil	Instituições/Órgão de ensino e pesquisa, IG, Agência das Bacias PCJ, DAEE e outros órgãos da SIMA, IPT, CPRM, ou grupo acadêmico	0,00	0,00	0,00	2.550.000,00	2.550.000,00	Cobrança Estadual	
1.2 - Planejamento e gestão de recursos hídricos	01 Estudo indicado	Elaboração do estudo hidrogeológico do aquífero Tubarão	Bacia	Bacias PCJ	PDC 1 e 2	Sociedade civil	Instituições/Órgão de ensino e pesquisa, IG, Agência das Bacias PCJ, DAEE e outros órgãos da SIMA, IPT, CPRM, ou grupo acadêmico	0,00	0,00	0,00	1.200.000,00	1.200.000,00	Cobrança Estadual	
1.2 - Planejamento e gestão de recursos hídricos	01 parceria firmada	Estabelecer parcerias para pesquisa com universidade e institutos	Bacia	Bacia Hidrográfica do rio Tietê	PDC 1 e 2	Sociedade civil	CBHs de vertente - Bacia do Rio Tietê	0,00	0,00	0,00	71.428,56	71.428,56	Cobrança Estadual	
2.2 - Outorga de direitos de uso dos recursos hídricos	01 Empreendimento indicado	Desenvolvimento de banco de dados de poços e suporte à decisão	Bacia	Bacias PCJ	PDC 1 e 2	A definir	DAEE, IGAM, Agência das Bacias PCJ	0,00	0,00	0,00	1.500.000,00	1.500.000,00	Cobrança Estadual	
2.2 - Outorga de direitos de uso dos recursos hídricos	1. Arranjo institucional formalizado; 2. Plano elaborado e executado; 3. Aumento da agilidade e	Desenvolvimento de um plano de fiscalização de Outorgas em apoio ao órgão gestor	Bacia	Bacias PCJ	PDC 1 e 2	A definir	DAEE, IGAM, Agência das Bacias PCJ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Cobrança Estadual	

SubPDC	Meta do quadriênio [1]	Ação	Área de abrangência da ação	Nome da área de abrangência	Prioridade de execução cf. Delib. CRH 254/21	Executor da Ação (segmento)	Executor da Ação (nome da entidade ou órgão)	Recursos financeiros (R$) - 2024	Recursos financeiros (R$) - 2025	Recursos financeiros (R$) - 2026	Recursos financeiros (R$) - 2027	Recursos financeiros (R$) - TOTAL	Fonte	Especificação de outras fontes
	precisão técnica na concessão de outorgas e maior efetividade da fiscalização													
2.5 - Redes de Monitoramento e Sistemas de informação sobre recursos hídricos	02 Empreendimentos indicados	Monitoramento de chuva, vazão, qualidade e nível de água subterrânea em pequenas bacias hidrográficas	Bacia	Bacias PCJ	PDC 1 e 2	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ	0,00	0,00	0,00	1.200.000,00	1.200.000,00	Cobrança Estadual	
2.5 - Redes de Monitoramento e Sistemas de informação sobre recursos hídricos	Disponibilização dos dados de ao menos 02 postos ativos	Implantação, integração, operação e manutenção da rede de monitoramento quali-quantitativo das águas subterrâneas	Bacia	Bacias PCJ	PDC 1 e 2	A definir	A definir	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00	Cobrança Estadual	
2.5 - Redes de Monitoramento e Sistemas de informação sobre recursos hídricos	Contratação de 01 plano integrado de monitoramento	Fomentar a adequação das redes de monitoramento	Bacia	Bacia Hidrográfica do rio Tietê	Não prioritário	Sociedade civil	CBHs de vertente - Bacia do Rio Tietê e Fundação Agência da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Cobrança Estadual	
2.5 - Redes de Monitoramento e Sistemas de informação sobre recursos hídricos	Contratação de plano integrado de monitoramento	Integrar dados de monitoramento quali-quantitativos	Bacia	Bacia Hidrográfica do rio Tietê	Não prioritário	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ	0,00	0,00	0,00	35.714,28	35.714,28	Cobrança Estadual	
2.7 - Infraestrutura dos órgãos do CORHI e Agências de Bacias	Apoio prestado	Apoio à gestão administrativa da Fundação da Agência da Bacia Hidrográfica dos Rios Sorocaba e Médio Tietê	Bacia	Bacia Hidrográfica do rio Tietê	Não prioritário	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Cobrança Estadual	
2.7 - Infraestrutura dos órgãos do CORHI e Agências de Bacias	Realização de um estudo sobre a implantação de agências de bacia	Discutir a possibilidade de implantação de agências de bacia	Bacia	Bacia Hidrográfica do rio Tietê	Não prioritário	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Cobrança Estadual	

SubPDC	Meta do quadriênio [1]	Ação	Área de abrangência da ação	Nome da área de abrangência	Prioridade de execução cf. Delib. CRH 254/21	Executor da Ação (segmento)	Executor da Ação (nome da entidade ou órgão)	Recursos financeiros (R$) - 2024	Recursos financeiros (R$) - 2025	Recursos financeiros (R$) - 2026	Recursos financeiros (R$) - 2027	Recursos financeiros (R$) - TOTAL	Fonte	Especificação de outras fontes
3.1 - Esgotamento sanitário	08 Empreendimentos indicados	Substituição de sistemas rudimentares de tratamento de esgoto (fossa negra) por sistemas mais eficientes	Município	Município	Prioritário	Município	Prefeituras municipais	0,00	0,00	0,00	1.250.000,00	1.250.000,00	Cobrança Estadual	
3.1 - Esgotamento sanitário	Substituição de 30 sistemas	Substituição de sistemas rudimentares de tratamento de esgoto (fossa negra) por sistemas mais eficientes	Município	Município	Prioritário	Município	Prefeituras municipais	341.994,07	614.393,11	0,00	600.000,00	1.556.387,18	Outras	Cobrança Federal
3.1 - Esgotamento sanitário	04 Projetos indicados	Elaboração de projetos de ampliação e melhoria dos sistemas de transporte de esgotos	Município	Municípios observando as prioridades para remoção de nitrogênio e fósforo, no Plano de Bacias"	Prioritário	Município	Concessionárias de saneamento	0,00	1.143.817,25	0,00	750.000,00	1.893.817,25	Cobrança Estadual	
3.1 - Esgotamento sanitário	01 Projeto indicado	Elaboração de projetos de ampliação e melhoria dos sistemas de transporte de esgotos	Município	Municípios observando as prioridades para remoção de nitrogênio e fósforo, no Plano de Bacias	Prioritário	Município	Concessionárias de saneamento	662.226,29	0,00	0,00	0,00	662.226,29	CFURH	
3.1 - Esgotamento sanitário	05 Projetos indicados	Elaboração de projetos para a implantação de novas ETEs visando tratamento secundário	Município	Municípios observando as prioridades para remoção de nitrogênio e fósforo, no Plano de Bacias	Prioritário	Município	Concessionárias de saneamento	0,00	459.024,94	0,00	750.000,00	1.209.024,94	Cobrança Estadual	
3.1 - Esgotamento sanitário	05 Projetos indicados	Elaboração de projetos de melhorias da eficiência das ETEs na remoção de nutrientes	Município	Municípios observando as prioridades para remoção de nitrogênio e fósforo, no Plano de Bacias	Prioritário	Município	Concessionárias de saneamento	0,00	0,00	0,00	750.000,00	750.000,00	Cobrança Estadual	
3.1 - Esgotamento sanitário	01 Projeto indicado	Elaboração de projetos de implantação de tecnologias de desinfecção de efluentes domésticos	Município	Municípios observando as prioridades no Plano de Bacias	Prioritário	Município	Concessionárias de saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Cobrança Estadual	

SubPDC	Meta do quadriênio [1]	Ação	Área de abrangência da ação	Nome da área de abrangência	Prioridade de execução cf. Delib. CRH 254/21	Executor da Ação (segmento)	Executor da Ação (nome da entidade ou órgão)	Recursos financeiros (R$) - 2024	Recursos financeiros (R$) - 2025	Recursos financeiros (R$) - 2026	Recursos financeiros (R$) - 2027	Recursos financeiros (R$) - TOTAL	Fonte	Especificação de outras fontes
4.2 - Soluções baseadas na natureza	Implementação da RAP-PCJ; Disponibilização e atualização de dados e informações sobre áreas protegidas nas Bacias PCJ; Elaboração de diagnóstico com a mensuração dos benefícios hídricos das áreas protegidas	Incentivo à proteção das áreas sujeitas à restrição de uso	Sub-bacia	ACs prioritárias conforme mapa síntese Mapa Conservação, recuperação de nascentes, matas ciliares e áreas de recarga	Não prioritário	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Cobrança Estadual	
5.1 - Controle de perdas em sistemas de abastecimento	04 Empreendimentos indicados	Controle de perdas em sistemas de abastecimento de água	Município	Para 2020, municípios prioritários indicados na Deliberação dos Comitês PCJ nº 324/2019. A partir de 2021, municípios observando as prioridades do Plano de Bacias	Prioritário	Município	Prefeituras municipais e concessionárias de saneamento	13.234.091,26	36.609.777,66	14.794.380,34	9.500.000,00	74.138.249,26	Cobrança Estadual	
8.1 - Capacitação técnica em planejamento e gestão de recursos hídricos	Propostas de linhas de fomento encaminhadas para órgãos de financiamento de pesquisas.	Elaboração de propostas para órgãos de financiamento em pesquisas	Bacia	Bacias PCJ	Não prioritário	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Cobrança Estadual	
8.2 - Educação ambiental vinculada às ações dos planos de bacias hidrográficas	1 parceria ou convênio firmado até 2027	Apoio ao desenvolvimento e difusão de pesquisas e tecnologias que contribuam no enfrentamento dos desafios identificados no Plano das Bacias PCJ	Bacia	Bacias PCJ	Não prioritário	Sociedade civil	Concessionárias dos Serviços de Esgotamento Sanitário, Universidades, Consórcio PCJ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Cobrança Estadual	

SubPDC	Meta do quadriênio [1]	Ação	Área de abrangência da ação	Nome da área de abrangência	Prioridade de execução cf. Delib. CRH 254/21	Executor da Ação (segmento)	Executor da Ação (nome da entidade ou órgão)	Recursos financeiros (R$) - 2024	Recursos financeiros (R$) - 2025	Recursos financeiros (R$) - 2026	Recursos financeiros (R$) - 2027	Recursos financeiros (R$) - TOTAL	Fonte	Especificação de outras fontes
8.3 - Comunicação social e difusão de informações relacionadas à gestão de recursos hídricos	01 Emprrendimento indicado	Apoio à regularização de outorga na área rural	Bacia	Bacias PCJ	Não prioritário	A definir	Agência das Bacias PCJ, Sindicatos rurais	0,00	0,00	0,00	400.000,00	400.000,00	Cobrança Estadual	
1.2 - Apoio ao planejamento	Elaboração de ao menos 01 estudo	Elaboração de estudos para ampliação e melhoria dos sistemas de coleta de esgotos	Município	Municípios com prioridades para coleta, no Plano de Bacias	PDC 1 e 2	Município	Concessionárias de saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outras	A definir
1.2 - Planejamento e gestão de recursos hídricos	Criação de GT para acompanhamento	Acompanhamento e apoio aos estudos de viabilidade, projetos de engenharia e licenciamento ambiental das barragens de Pedreira, Duas Pontes e do ribeirão Piraí e do trecho Oeste do SAR	Bacia	Bacias PCJ	PDC 1 e 2	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outras	Cobrança Federal
1.2 - Planejamento e gestão de recursos hídricos	01 Manual elaborado	Elaboração de um guia de manejo de drenagem e manejo de águas pluviais	Bacia	Bacias PCJ	PDC 1 e 2	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outras	Cobrança Federal
1.2 - Planejamento e gestão de recursos hídricos	01 Estudo elaborado	Elaboração de estudo piloto para avaliação da carga difusa de origem urbana e rural afluente nos corpos hídricos das Bacias PCJ	Bacia	Bacias PCJ	PDC 1 e 2	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outras	Cobrança Federal
2.2 - Outorga de direitos de uso dos recursos hídricos	Apoio operacional contínuo	Apoio operacional para fiscalização de outorgas	Bacia	Bacias PCJ	PDC 1 e 2	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ	1.287.717,48	1.352.103,35	1.288.453,20	1.352.875,86	5.281.149,89	Outras	Cobrança Federal
2.3 - Cobrança pelo uso dos recursos hídricos	Apoio operacional contínuo	Apoio operacional para a área de cobrança pelo uso dos recursos hídricos	Bacia	Bacias PCJ	PDC 1 e 2	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ	3.271.239,54	4.200.000,00	3.345.352,86	3.688.251,53	14.504.843,93.	Outras	Cobrança Federal
2.5 - Redes de Monitoramento e Sistemas de informação	Apoio operacional contínuo	Apoio operacional para acompanhamento de projetos da	Bacia	Bacias PCJ	PDC 1 e 2	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ	2.984.728,80	3.133.965,24	3.137.825,34	3.294.716,61	12.551.235,99	Outras	Cobrança Federal

SubPDC	Meta do quadriênio [1]	Ação	Área de abrangência da ação	Nome da área de abrangência	Prioridade de execução cf. Delib. CRH 254/21	Executor da Ação (segmento)	Executor da Ação (nome da entidade ou órgão)	Recursos financeiros (R$) - 2024	Recursos financeiros (R$) - 2025	Recursos financeiros (R$) - 2026	Recursos financeiros (R$) - 2027	Recursos financeiros (R$) - TOTAL	Fonte	Especificação de outras fontes
sobre recursos hídricos		área de Sistema de Informações												
2.5 - Redes de Monitoramento e Sistemas de informação sobre recursos hídricos	Disponibilização de dados de ao menos 36 postos ativos	Expansão, integração, operação e manutenção da rede de monitoramento quali-quantitativo dos recursos hídricos	Bacia	Bacias PCJ	PDC 1 e 2	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ	2.566.977,54	4.750.000,00	4.554.000,00	4.781.700,00	16.652.677,54	Outras	Cobrança Federal
2.5 - Redes de Monitoramento e Sistemas de informação sobre recursos hídricos	Disponibilidade de ao menos 01 modelo	Manutenção e aprimoramento de um modelo chuva-vazão para as Bacias PCJ	Bacia	Bacias PCJ	PDC 1 e 2	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ	503.295,41	528.460,18	529.617,76	556.617,76	2.117.991,11	Outras	Cobrança Federal
2.5 - Redes de Monitoramento e Sistemas de informação sobre recursos hídricos	01 Modelo calibrado	Aprimoramento de modelo de simulação hidrodinâmica do tempo de trânsito e do amortecimento da vazão preferencialmente à jusante do Sistema Cantareira	Bacia	Bacias PCJ	Não prioritário	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outras	Cobrança Federal
2.6 - Gestão integrada dos recursos hídricos	Contratação de ao menos 01 pessoa	Apoio operacional para gerenciamento da implementação e da revisão do Plano de Bacias	Bacia	Bacias PCJ	PDC 1 e 2	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ	0,00	2.000.000,00	975.000,00	1.023.750,00	3.998.750,00	Outras	Cobrança Federal
2.6 - Gestão integrada dos recursos hídricos	Remuneração de agentes técnicos e financeiros para empreendimentos deliberados pelos Comitês PCJ (apoio operacional contínuo)	Apoio Operacional para acompanhamento de empreendimentos de demanda espontânea	Bacia	Bacias PCJ	PDC 1 e 2	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ	1.461.297,48	1.534.362,35	1.500.000,00	1.575.000,00	6.070.659,83	Outras	Cobrança Federal
2.6 - Gestão integrada dos recursos hídricos	Desembolso de ao menos 50% do valor previsto	Remuneração de agentes técnicos e financeiros para empreendimentos deliberados pelos Comitês PCJ	Bacia	Bacias PCJ	PDC 1 e 2	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ	197.958,75	1.900.000,00	700.000,00	200.000,00	2.997.958,75	Outras	Cobrança Federal

SubPDC	Meta do quadriênio [1]	Ação	Área de abrangência da ação	Nome da área de abrangência	Prioridade de execução cf. Delib. CRH 254/21	Executor da Ação (segmento)	Executor da Ação (nome da entidade ou órgão)	Recursos financeiros (R$) - 2024	Recursos financeiros (R$) - 2025	Recursos financeiros (R$) - 2026	Recursos financeiros (R$) - 2027	Recursos financeiros (R$) - TOTAL	Fonte	Especificação de outras fontes
2.6 - Gestão integrada dos recursos hídricos	Apoio operacional contínuo	Logística de Suporte às reuniões Plenárias e das CTs dos Comitês PCJ	Bacia	Bacias PCJ	PDC 1 e 2	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ	96.057,95	400.000,00	341.372,23	348.315,78	1.185.745,96	Outras	Cobrança Federal
2.6 - Gestão integrada dos recursos hídricos	Apoio operacional contínuo	Apoio operacional para a Secretaria Executiva dos Comitês PCJ	Bacia	Bacias PCJ	PDC 1 e 2	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ	1.925.535,87	2.021.812,66	2.021.812,66	2.122.903,30	8.092.064,49	Outras	Cobrança Federal
2.6 - Gestão integrada dos recursos hídricos	Apoio operacional contínuo	Apoio operacional para acompanhamento de ações da porção mineira	Bacia	Bacias PCJ	PDC 1 e 2	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outras	Cobrança Federal
2.6 - Gestão integrada dos recursos hídricos	Apoio operacional contínuo	Apoio operacional para a Área de Tecnologia da Informação - TI	Bacia	Bacias PCJ	PDC 1 e 2	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ	786.350,88	858.667,96	804.248,42	1.072.331,23	3.521.598,49	Outras	Cobrança Federal
2.6 - Gestão integrada dos recursos hídricos	Apoio operacional contínuo	Participação de membros dos Comitês PCJ em eventos internos das CTs e eventos externos	Bacia	Bacias PCJ	PDC 1 e 2	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ	420.214,96	450.000,00	514.638,59	525.000,00	1.909.853,55	Outras	Cobrança Federal
2.7 - Infraestrutura dos órgãos do CORHI e Agências de Bacias	Apoio operacional contínuo	Manutenção de licenciamento de sistemas de TI	Bacia	Bacias PCJ	PDC 1 e 2	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ	1.297.831,27	1.575.000,00	1.047.267,07	1.098.305,97	5.018.404,31	Outras	Cobrança Federal
3.1 - Esgotamento sanitário	04 Empreendimentos indicados	Implantação das tecnologias de desinfecção projetadas	Município	Municípios observando as prioridades para coliformes termotolerantes no Plano de Bacias	Prioritário	Município	Concessionárias de saneamento	0,00	0,00	0,00	750.000,00	750.000,00	Cobrança Estadual	
3.1 - Esgotamento sanitário	04 Empreendimentos indicados	Implantação das ETEs projetadas e melhorias das ETEs existentes	Município	Municípios observando as prioridades para tratamento no Plano de Bacias	Prioritário	Município	Concessionárias de saneamento	0,00	7.032.208,89	0,00	2.500.000,00	9.532.208,89	Cobrança Estadual	
3.1 - Esgotamento sanitário	04 Empreendimentos indicados	Implantação das melhorias das ETEs projetadas e retrofit de ETEs para remoção de nutrientes	Município	Municípios observando as prioridades para remoção de nitrogênio e fósforo, no Plano de Bacias"	Prioritário	Município	Concessionárias de saneamento	0,00	0,00	0,00	2.540.016,29	2.540.016,29	Cobrança Estadual	

SubPDC	Meta do quadriênio [1]	Ação	Área de abrangência da ação	Nome da área de abrangência	Prioridade de execução cf. Delib. CRH 254/21	Executor da Ação (segmento)	Executor da Ação (nome da entidade ou órgão)	Recursos financeiros (R$) - 2024	Recursos financeiros (R$) - 2025	Recursos financeiros (R$) - 2026	Recursos financeiros (R$) - 2027	Recursos financeiros (R$) - TOTAL	Fonte	Especificação de outras fontes
3.1 - Esgotamento sanitário	03 Empreendimentos indicados	Implantação de Unidades de Tratamento de Lodo nas ETAs	Município	Municípios observando as prioridades para tratamento no Plano de Bacias	Prioritário	Município	Concessionárias de saneamento	0,00	13.850.245,39	10.000.000,00	7.142.857,16	30.993.102,55	Cobrança Estadual	
3.1 - Esgotamento sanitário	Ao menos 01 UTLs implantada em ETA	Implantação de Unidades de Tratamento de Lodo nas ETAs	Município	Municípios observando as prioridades para tratamento no Plano de Bacias	Prioritário	Município	Concessionárias de saneamento	6.563.975,36	0,00	0,00	0,00	6.563.975,36	Outras	Cobrança Federal
3.1 - Esgotamento sanitário	Elaboração de ao menos 01 projeto	Elaboração de projetos de ampliação e melhoria dos sistemas de coleta de esgotos	Município	Municípios com prioridades para coleta, no Plano de Bacias	Prioritário	Município	Concessionárias de saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outras	A definir
3.1 - Esgotamento sanitário	03 Emprrendimentos indicados	Ampliações e melhoria dos sistemas de coleta de esgotos	Município	Municípios com prioridades para coleta, no Plano de Bacias	Prioritário	Município	Concessionárias de saneamento	3.467.926,83	3.400.222,82	0,00	4.000.000,00	10.868.149,65	Cobrança Estadual	
3.1 - Esgotamento sanitário	Ampliação dos sistemas de coleta de esgotos de pelo menos 20% dos municípios prioritários	Ampliações e melhoria dos sistemas de coleta de esgotos	Município	Municípios com prioridades para coleta, no Plano de Bacias	Prioritário	Município	Concessionárias de saneamento	14.443.996,61	0,00	0,00	0,00	14.443.996,61	Outras	Cobrança Federal
3.2 - Áreas contaminadas e poluição difusa	Estudo elaborado até final de 2025	Elaboração de projetos demonstrativos para contenção de cargas difusas de origem rural e urbana	Bacia	Bacias PCJ, observando as prioridades para fósforo e nitrogênio.	PDC 1 e 2	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outras	A definir

SubPDC	Meta do quadriênio [1]	Ação	Área de abrangência da ação	Nome da área de abrangência	Prioridade de execução cf. Delib. CRH 254/21	Executor da Ação (segmento)	Executor da Ação (nome da entidade ou órgão)	Recursos financeiros (R$) - 2024	Recursos financeiros (R$) - 2025	Recursos financeiros (R$) - 2026	Recursos financeiros (R$) - 2027	Recursos financeiros (R$) - TOTAL	Fonte	Especificação de outras fontes
3.2 - Áreas contaminadas e poluição difusa	Todos os locais prioritários contemplados com as medidas propostas de mitigação da poluição difusa de maneira contínua até o fim de 2035	Implantação de medidas de contenção de cargas difusas de origem rural e urbana em locais prioritários	Bacia	Bacias PCJ observando as prioridades para fósforo e nitrogênio	Prioritário	Município	Concessionárias de saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outras	A definir
4.1 - Controle de processos erosivos	Estabilização de ao menos 10 voçorocas/ano nas propriedades que recebem projetos de recomposição florestal	Estabilização de voçorocas nas propriedades que receberão projetos de recomposição florestal (fonte: PDRF)	Bacia	Áreas de Contribuição das Bacias PCJ prioritárias conforme mapa síntese Mapa Conservação, recuperação de nascentes, matas ciliares e áreas de recarga do Plano de Bacias	Não prioritário	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outras	Cobrança Federal
4.2 - Soluções baseadas na natureza	Apoio operacional contínuo	Apoio operacional para acompanhamento de projetos de assessoria ambiental	Bacia	Áreas de Contribuição das Bacias PCJ prioritárias conforme mapa síntese Mapa Conservação, recuperação de nascentes, matas ciliares e áreas de recarga do Plano de Bacias	Não prioritário	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ ou Prefeituras Municipais	2.427.358,44	2.200.000,00	2.173.740,92	2.282.427,97	9.083.527,33	Outras	Cobrança Federal
4.2 - Soluções baseadas na natureza	Recuperação de 40 hectares de áreas prioritárias por ano	Promoção da conservação e recuperação de nascentes, matas ciliares e áreas de recarga	Bacia	Áreas de Contribuição das Bacias PCJ prioritárias conforme mapa síntese Mapa Conservação, recuperação de nascentes, matas ciliares e áreas de recarga do Plano de Bacias	Não prioritário	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ ou Prefeituras Municipais	919.066,99	2.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00	6.919.066,99	Outras	Cobrança Federal
4.2 - Soluções baseadas na natureza	Contratação de ao menos 01 projeto aprovado no Edital anualmente	Implementação de projetos de PSA	Bacia	Áreas de Contribuição das Bacias PCJ prioritárias conforme mapa síntese Mapa	Não prioritário	Sociedade civil	Prefeituras Municipais	0,00	200.000,00	300.000,00	200.000,00	700.000,00	Outras	Cobrança Federal

SubPDC	Meta do quadriênio [1]	Ação	Área de abrangência da ação	Nome da área de abrangência	Prioridade de execução cf. Delib. CRH 254/21	Executor da Ação (segmento)	Executor da Ação (nome da entidade ou órgão)	Recursos financeiros (R$) - 2024	Recursos financeiros (R$) - 2025	Recursos financeiros (R$) - 2026	Recursos financeiros (R$) - 2027	Recursos financeiros (R$) - TOTAL	Fonte	Especificação de outras fontes
				Conservação, recuperação de nascentes, matas ciliares e áreas de recarga do Plano de Bacias										
4.3 - Proteção de mananciais	Contratação da elaboração de PIPs para 1.000 hectares por ano	Desenvolvimento e monitoramento da implementação dos PIPs	Bacia	Bacias PCJ	Não prioritário	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ ou Prefeituras Municipais	1.100.192,39	300.000,00	1.464.607,88	1.845.157,65	4.709.957,92	Outras	Cobrança Federal
8.1 - Capacitação técnica em planejamento e gestão de recursos hídricos	01 Plano elaborado e ao menos 12 membros capacitados em nível de pós-graduação	Elaboração de um Plano de Capacitação Técnica e realização de processos formativos nas áreas de atuação das Câmaras Técnicas	Bacia	Bacias PCJ	Não prioritário	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ	83.000,00	80.000,00	0,00	0,00	163.000,00	Outras	Cobrança Federal
8.1 - Capacitação técnica em planejamento e gestão de recursos hídricos	Capacitação de ao menos 05 turmas por ano	Ampliação e divulgação do programa de capacitação (Escola da Água e Saneamento), fomento e incentivo à capacitação de operadores	Bacia	Bacias PCJ	Não prioritário	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ	0,00	100.000,00	86.941,80	57.816,45	244.758,25	Outras	Cobrança Federal
8.2 - Educação ambiental vinculada às ações dos planos de bacias hidrográficas	Ao menos 01 processo formativo e uma campanha educativa realizada	Realização de processos formativos e campanhas educativas sobre a realidade das Bacias PCJ	Bacia	Bacias PCJ	Não prioritário	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ	0,00	1.500.000,00	617.601,57	344.898,45	2.462.500,02	Outras	Cobrança Federal
8.3 - Comunicação social e difusão de informações relacionadas à gestão de recursos hídricos	01 Plano elaborado e ações implementadas	Elaboração e execução de um Plano de Comunicação para o fortalecimento da comunicação entre a sociedade civil e os Comitês PCJ	Bacia	Bacias PCJ	Não prioritário	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ	329.701,52	1.500.000,00	1.106.565,30	1.087.068,56	4.023.335,38	Outras	Cobrança Federal

SubPDC	Meta do quadriênio [1]	Ação	Área de abrangência da ação	Nome da área de abrangência	Prioridade de execução cf. Delib. CRH 254/21	Executor da Ação (segmento)	Executor da Ação (nome da entidade ou órgão)	Recursos financeiros (R$) - 2024	Recursos financeiros (R$) - 2025	Recursos financeiros (R$) - 2026	Recursos financeiros (R$) - 2027	Recursos financeiros (R$) - TOTAL	Fonte	Especificação de outras fontes
8.3 - Comunicação social e difusão de informações relacionadas à gestão de recursos hídricos	Apoio operacional contínuo	Apoio operacional para a área de comunicação social	Bacia	Bacias PCJ	Não prioritário	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ	870.541,48	1.050.000,00	917.115,44	962.971,21	3.800.628,13	Outras	Cobrança Federal
8.3 - Comunicação social e difusão de informações relacionadas à gestão de recursos hídricos	Materiais educativos elaborados e distribuídos, conforme planejado pelo plano de comunicação.	Elaboração e divulgação de materiais educativos	Bacia	Bacias PCJ	Não prioritário	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outras	Cobrança Federal
2.5- Redes de Monitoramento e Sistemas de informação sobre recursos hídricos	Disponibilização de dados de ao menos 3 postos ativos	Expansão, integração, operação e manutenção da rede de monitoramento quali-quantitativo dos recursos hídricos	Bacia	Bacias PCJ	PDC 1 e 2	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ	0,00	5.170.108,04	0,00	0,00	5.170.108,04	Cobrança Estadual	
5.1 - Controle de perdas em sistemas de abastecimento	Ao menos 01 manutenção do projeto realizada	Manutenção do projeto de benchmarking para o controle de perdas de água em sistemas de distribuição	Bacia	Bacias PCJ	Prioritário	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ	0,00	2.007.647,82	1.468.160,00	131.840,000	3.607.647,82	Outras	Cobrança Federal
TOTAL (R$) CFURH								**3.401.989,96**	**1.221.699,44**	**942.183,03**	**944.164,00**	**6.510.036,43**		
TOTAL (R$) COBRANÇA PAULISTA								**18.591.722,42**	**77.653.191,97**	**28.403.800,99**	**59.902.302,01**	**184.551.017,39**		
TOTAL (R$) FEHIDRO								**21.993.712,38**	**78.874.891,41**	**29.345.984,02**	**60.846.466,01**	**191.061.053,82**		

Nota:
[1] Para a atualização do PA/PI (ciclo 2024 -2027) foram estabelecidas metas de execução das ações para o quadriênio. Salienta-se que para as ações elencadas como outras fontes, manteve-se as metas estabelecidas no Plano das Bacias PCJ (PBH PCJ 2020-2035).
Fonte: Anexo I da Deliberação dos Comitês PCJ n° XXX/2026, de XX/12/2026

5 ACOMPANHAMENTO DOS EMPREENDIMENTOS FEHIDRO – 2025

A deliberação CRH nº 254 de 2021, em seu Art. 1º estabelece limites para a aplicação dos recursos do FEHIDRO para os PDC, sendo:

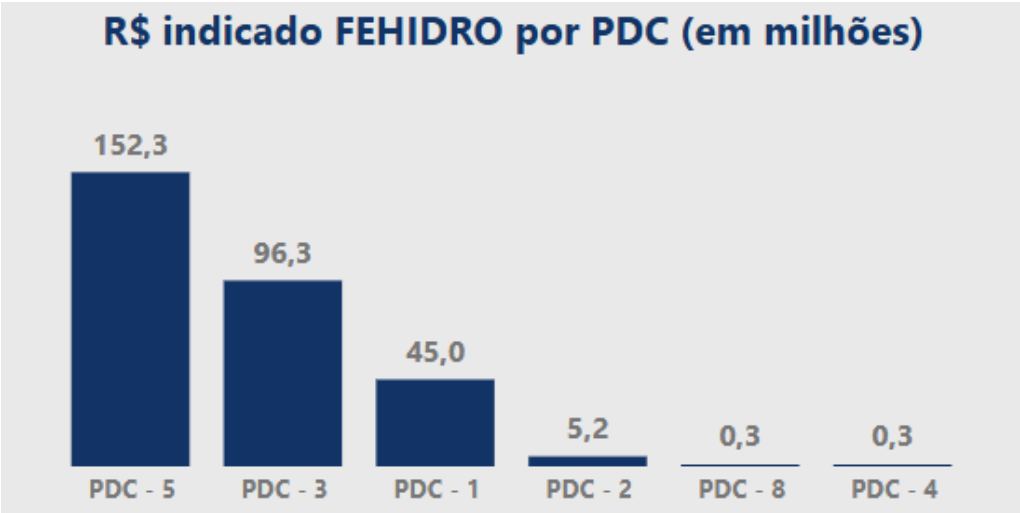
I. Indicação para investimento de no máximo 25% (vinte e cinco por cento) nos PDCs 1 e 2 e seus respectivos subPDCs;

II. Indicação para investimento de no mínimo 60% (sessenta por cento) em até 3 (três) PDCs dos PDCs 3 a 8 e seus respectivos subPDCs; e

III. Indicação para investimento de no máximo 15% (quinze por cento) nos demais PDCs e seus respectivos subPDCs.

A UGRHI 05 indicou no período de 2017 a 2025 um total de 202 empreendimentos, totalizando mais de R$ 299,4 milhões, conforme destacado na Figura 5.1, a seguir:

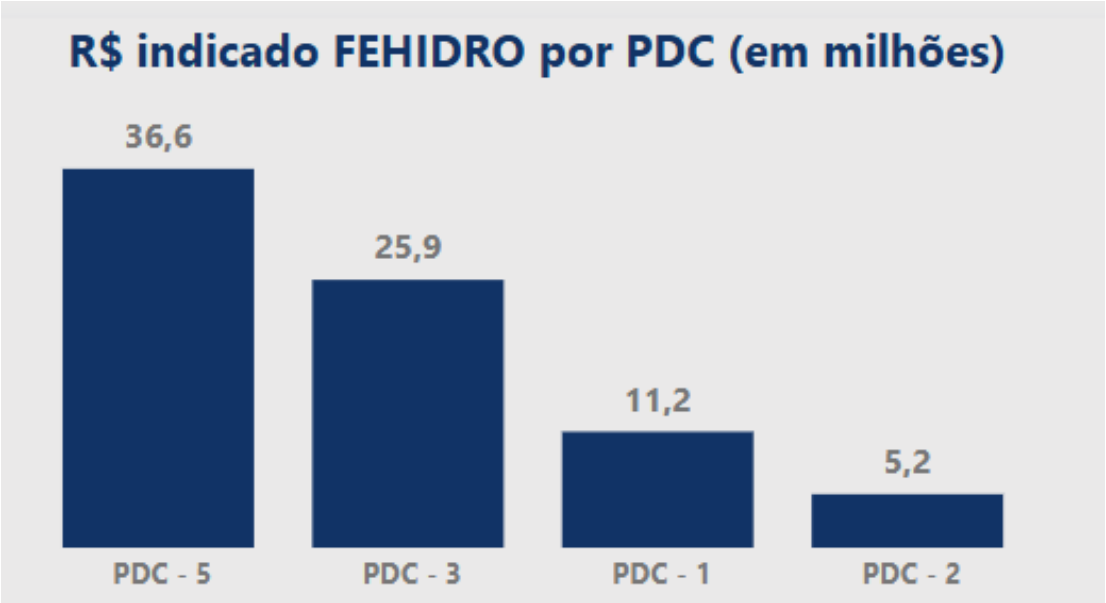
Figura 5.1 - Total de investimentos indicados por PDC. No período 2017 - 2025 (em milhões).



Fonte: DRHi, 2025.

Ademais, destaca-se que para o exercício 2025, foram indicados 34 empreendimentos, totalizando aproximadamente 78,9 milhões de reais investidos. A Figura 5.2 apresenta o montante indicado por PDC.

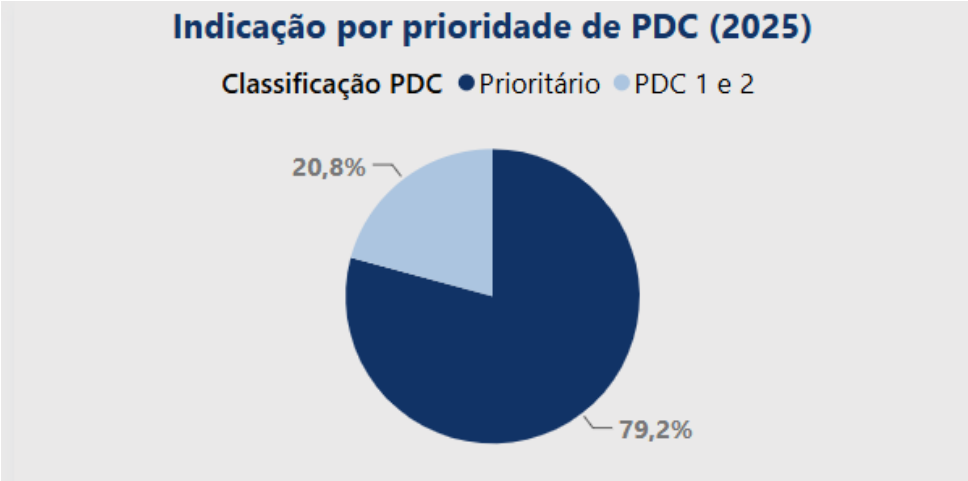
Figura 5.2 - Total indicado por PDC 2025 (em milhões).



Fonte: DRHi, 2025.

Dos cerca de 78,9 milhões de reais investidos, 79,2% se referiram aos empreendimentos enquadrados nos PDCs prioritários: PDC 5 e PDC 3. As indicações referentes aos empreendimentos enquadrados no PDC 1 representaram 14,2% do total investido, conforme destacado na Figura 5.3 e para o PDC 2 somaram o equivalente a 6,6%. Ressalta-se que as indicações feitas pelos Comitês PCJ seguiram as diretrizes e ações prioritárias estabelecidas no Plano das Bacias PCJ 2020 a 2035 e respectivo Plano de Ação e Programa de Investimentos (PA/PI).

Figura 5.3 - Percentual do total indicado por prioridade de PDC 2025.



Fonte: DRHi, 2025.

Com relação à quantidade de empreendimentos, em 2025, foram indicados e deliberados pelos Comitês PCJ, 34 empreendimentos a serem financiados com recursos do FEHIDRO. Desses empreendimentos, vinte são voltados ao Apoio ao

planejamento e gestão de recursos hídricos (SubPDC 1.2), cinco são voltados ao subPDC 5.1 – controle de perdas em sistemas de abastecimento e oito voltados ao subPDC 3.1 - Esgotamento sanitário, além de um empreendimento de demanda induzida voltado ao subPDC 2.5 - Redes de Monitoramento e Sistemas de informação sobre recursos hídricos.

Na Tabela 5.1 está apresentada a relação dos empreendimentos a serem financiados com recursos do FEHIDRO que foram indicados em 2026. Os empreendimentos com maiores valores financiados foram para “Instalação de medidores de alto desempenho dotados do conceito de medidores inteligentes para gestão de dados por leitura remota na cidade de Jundiaí – SP” (SubPDC 5.1 - Perdas); “Substituição de redes de cimento amianto, setorização e implantação de macromedidor no Jardim Pinheiros, no município de Valinhos/SP” (SubPDC 5.1 – Perdas); Execução de obra de setorização com substituição das redes de distribuição de água existentes no Setor 10 no município de Santo Antônio de Posse” (SubPDC 5.1 – Perdas; “”Implantação da Estação de Tratamento de Lodo da ETA II em São Pedro/SP” (SubPDC 3.1 – Esgotamento Sanitário) e “Implantação de Estação de Tratamento de Lodo - ETA III e IV no município de Amparo/SP “(SubPDC 3.1 – Esgotamento Sanitário).

O valor comprometido dos recursos do FEHIDRO pelas indicações em 2026 é de R$ 29.345.984,02. A contrapartida financeira apresentada pelos tomadores soma R$ 6.426.568,16, totalizando R$ 35.772.552,18 em investimentos na UGRHI 05.

Tabela 5.1 - Relação de Empreendimentos FEHIDRO indicados em 2026.

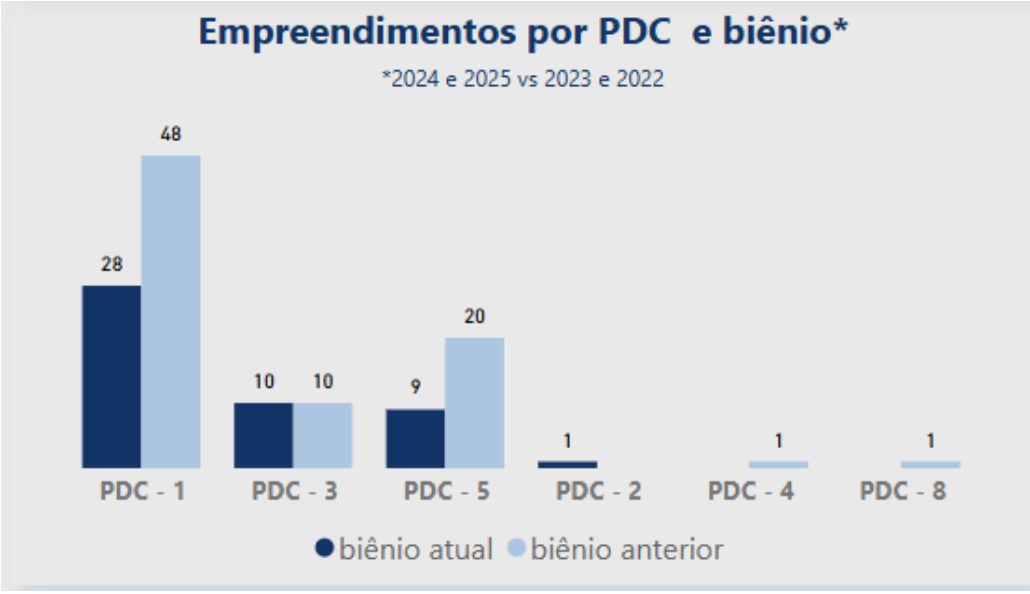
Tomador	Empreendimento	PDC /sub PDC	Valor FEHIDRO (R$)	Valor Contrapartida (R$)	Valor Total (R$)
DAE S. A. Água e Esgoto - DAE Jundiaí	Instalação de medidores de alto desempenho dotados do conceito de medidores inteligentes para gestão de dados por leitura remota na cidade de Jundiaí – SP	5.1	5.000.000,00	2.208.781,62	7.208.781,62
Prefeitura Municipal de Piracicaba	Elaboração do Plano de Drenagem e manejo de águas pluviais para a Bacia do Ribeirão Piracicamirim inserida no território de Piracicaba-SP	1.2	1.434.171,66	223.830,34	1.658.002,00
Prefeitura Municipal de Bragança Paulista	Revisão do Plano Diretor de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais de Bragança Paulista	1.2	1.027.790,82	54.094,28	1.081.885,10
Prefeitura Municipal de Pedreira	Elaboração do Plano Diretor de Drenagem de Pedreira	1.2	1.147.458,17	23.417,52	1.170.875,69
DAEV S.A.	Substituição de redes de cimento amianto, setorização e implantação de macromedidor no Jardim	5.1	4.915.036,52	1.782.110,78	6.697.147,30

Tomador	Empreendimento	PDC /sub PDC	Valor FEHIDRO (R$)	Valor Contrapartida (R$)	Valor Total (R$)
	Pinheiros, no município de Valinhos/SP				
Prefeitura Municipal de São Pedro	Elaboração do Plano Diretor de Drenagem de São Pedro	1.2	942.183,03	19.228,20	961.411,23
Serviço Autônomo de Água e Esgoto de São Pedro – SAAE São Pedro	Implantação da Estação de Tratamento de Lodo da ETA II em São Pedro/SP	3.1	5.000.000,00	561.263,44	5.561.263,44
Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Amparo - SAAE Amparo	Implantação de Estação de Tratamento de Lodo - ETA III e IV no município de Amparo/SP	3.1	5.000.000,00	1.454.263,55	6.454.263,55
Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Posse	Execução de obra de setorização com substituição das redes de distribuição de água existentes no Setor 10 no município de Santo Antônio de Posse	5.1	4.879.343,82	99.578,43	4.978.922,25
Total			**29.345.984,02**	**6.426.568,16**	**35.772.552,18**

Fonte: Deliberações dos Comitês PCJ nº 538/26 e 545/26.

Realizando-se um comparativo entre o biênio atual (2024 e 2025), com o biênio anterior (2022 e 2023), destaca-se que ocorreu um investimento mais pulverizado nas ações enquadradas nos PDCs 1, 3 e 5, conforme destacado na Figura 5.4.

Figura 5.4 - Empreendimentos por PDC e biênio.



Fonte: DRHi, 2026.

Em relação ao percentual de execução física da meta, que o Plano das Bacias PCJ 2020 a 2025 definiu metas intermediárias para o setor de saneamento para os anos 2025, 2030 e 2035, foi avaliado o desempenho dos municípios das Bacias PCJ,

inclusive àqueles que tiveram empreendimentos indicados no contexto das ações de 2025. Vale destacar que a avaliação do desempenho a ser acompanhada demonstrará o quão distante os municípios estão da meta definida no Plano de Bacias, para 2025, conforme avaliado no Relatório de Acompanhamento da Implementação do Plano das Bacias PCJ 2020-2035 – Ano de análise: 2025.

Em referência à aplicação dos recursos indicados em 2021, 2022 e 2023, foi considerado como avanço na execução física da meta, a emissão dos contratos FEHIDRO, conclusão do processo licitatório por parte do Tomador, execução financeira (desembolso de parcelas) - data base 31/12/2025 e conclusões.

Já em relação ao exercício 2025, a conclusão do processo licitatório por parte do Tomador e execução financeira (desembolso de parcelas) não foi finalizada no exercício, visto que os contratos foram emitidos em novembro e dezembro de 2025.

O prazo para licitação da empresa executora, pelos tomadores, é de 150 dias contados a partir da data de emissão do contrato, prorrogáveis por mais 120. Dessa forma, seria improvável a execução física de quaisquer das ações indicadas conforme parágrafo acima.

Assim, foi contabilizado, na porcentagem de execução da meta, apenas o esforço realizado por Agência e CBH PCJ com elaboração de modelos de TR, abertura de edital, análise de empreendimentos, deliberação de indicação e demais trâmites do processo de seleção e indicação, além da emissão do contrato FEHIDRO.

Destaca-se, ainda, que os investimentos previstos para serem financiados por outras fontes, que não estão sobre a governança da Agências das Bacias PCJ, não possuem mecanismo de acompanhamento sobre a sua execução físico-financeira.

Por fim, cabe mencionar, que ao longo do ano pode haver renovações de contratos com características de atividades contínuas onde a execução física e execução financeira não são síncronas, podendo haver percentual desembolsado baixo, porém com as atividades previstas para o período devidamente cumpridas alcançando 100% do previsto para ser executado.

Na Tabela 5.2 está sendo apresentado o acompanhamento da execução das metas do PA/PI 2021 e na Tabela 5.3 o acompanhamento da execução das metas do PA/PI 2022-2023.

Tabela 5.2 - Acompanhamento da execução das metas do PA/PI 2021 (Deliberação CRH 190/2016).

ID Ação	Ano	SubPDC	Prioridade do SubPDC	Ação	Meta	% Execução da meta	Segmento do executor	Área de abrangência	Nome da área de abrangência	Recurso financeiro executado no ano (R$) [1]	Justificativa sobre execução física e financeira em 2025
PCJ3.3.1.2/2021	2021	1.2 - Planejamento	PDC 1 e 2	Fomento à Planos Municipais de Saneamento Rural	15 Planos Municipais de Saneamento Rural elaborados	30%	Município	Bacia	Bacias PCJ, observando os municípios e ACs prioritários para saneamento rural	0,00	Cobrança Estadual Três contratos (Cobrança): dois concluídos e contratos encerrados e um com conclusão física e contrato em aberto. Acumulado até 2025: R$ 340.765, 11.
PCJ3.3.1.2/2021	2021	1.2 - Planejamento	PDC 1 e 2	Fomento à Planos Municipais de Saneamento Rural	15 Planos Municipais de Saneamento Rural elaborados	64%	Município	Bacia	Bacias PCJ, observando os municípios e ACs prioritários para saneamento rural	22.938,67	CFURH Seis empreendimentos indicados (CFURH): dois cancelados, dois concluídos e dois em execução. Acumulado até 2025: R$ 344.701,57.
PCJ1.2.1.7/2021	2021	1.2 - Planejamento	PDC 1 e 2	Elaboração e revisão de planos municipais de saneamento básico	Ao menos 05 planos revisados/elaborados	30%	Município	Município	A definir	0,00	Três empreendimentos indicados, um cancelado e dois em execução. Acumulado até 2025: R$ 287.215,17.
PCJ2.3.2.1/2021	2021	1.2 - Planejamento	PDC 1 e 2	Elaboração e revisão de Planos de Controle e Redução de Perdas	Ao menos 05 planos revisados/elaborados	100%	Município	Município	Municípios observando as prioridades no Plano de Bacias	50.335,47	6 planos concluídos. Acumulado até 2025: R$ 1.871.989,68
PCJ6.2.3.1/2021	2021	1.4 - Monitoramento	PDC 1 e 2	Expansão, integração, operação e manutenção da rede de monitoramento quali-quantitativo dos recursos hídricos	Disponibilização dos dados de ao menos 36 postos ativos e contratação de 01 estudo de monitoramento qualitativo	100%	Sociedade civil	Bacia	Bacias PCJ	1.958.155,34	Ação prevista para ser executada com fonte de recurso cobrança federal. Processo de apoio operacional contínuo.
PCJ3.3.1.1/2021	2021	3.1 - Efluentes	Prioritário	Substituição de sistemas rudimentares de tratamento de esgoto (fossa negra) por sistemas mais eficientes	Substituição de 30 sistemas	100%	Município	Município	Município	24.895,20	1 contrato encerrado e 1 em etapa final de PCF com mais de 30 sistemas substituídos. Acumulado até 2025: R$538.604,4
PCJ2.1.1.1/2021	2021	1.1 - SI	PDC 1 e 2	Manutenção e aprimoramento de um modelo chuva-vazão para as Bacias PCJ	Disponibilidade de ao menos 01 modelo	100%	Sociedade civil	Bacia	Bacias PCJ	509.875,95	Ação prevista para ser executada com fonte de recurso cobrança federal. Processo de apoio operacional contínuo.
PCJ2.1.1.1/2021	2021	1.1 - SI	PDC 1 e 2	Manutenção e aprimoramento de um modelo chuva-vazão para as Bacias PCJ	Disponibilidade de ao menos 01 modelo	0%	Sociedade civil	Bacia	Bacias PCJ	0,00	Ação prevista para ser executada com fonte de recurso cobrança estadual
PCJ1.1.1.2/2021	2021	1.2 - Planejamento	PDC 1 e 2	Elaboração de estudos para ampliação e melhoria dos sistemas de transporte de esgotos	Elaboração de ao menos 01 estudo	0%	Município	Bacia	Municípios com prioridades para coleta, no Plano de Bacias	0,00	Os investimentos previstos para serem financiados por outras fontes, que não estão sobre a governança da Agências das Bacias PCJ, não possuem mecanismo de acompanhamento sobre a sua execução físico-financeira
PCJ1.1.1.1/2021	2021	1.2 - Planejamento	PDC 1 e 2	Elaboração de estudos para ampliação e melhoria dos sistemas de coleta de esgotos	Elaboração de ao menos 01 estudo	0%	Município	Bacia	Municípios com prioridades para coleta, no Plano de Bacias	0,00	Os investimentos previstos para serem financiados por outras fontes, que não estão sobre a governança da Agências das Bacias PCJ, não possuem mecanismo de acompanhamento sobre a sua execução físico-financeira
PCJ1.1.2.2/2021	2021	1.2 - Planejamento	PDC 1 e 2	Elaboração de estudos para a implantação de novas ETEs visando tratamento secundário	Elaboração de ao menos 01 estudo	0%	Município	Município	Municípios observando as prioridades para tratamento secundário, no Plano de Bacias	0,00	Os investimentos previstos para serem financiados por outras fontes, que não estão sobre a governança da Agências das Bacias PCJ, não possuem mecanismo de acompanhamento sobre a sua execução físico-financeira
PCJ1.2.1.1/2021	2021	1.2 - Planejamento	PDC 1 e 2	Elaboração de estudos de melhorias da eficiência das ETEs na remoção de nutrientes	Elaboração de ao menos 01 estudo	0%	Município	Município	Municípios observando as prioridades para remoção de nitrogênio e fósforo, no Plano de Bacias	0,00	Os investimentos previstos para serem financiados por outras fontes, que não estão sobre a governança da Agências das Bacias PCJ, não possuem mecanismo de acompanhamento sobre a sua execução físico-financeira
PCJ2.2.2.1/2021	2021	1.2 - Planejamento	PDC 1 e 2	Desenvolvimento de estudos de alternativas e intervenções para minimização dos riscos de inundação ribeirinha	Planos elaborados por sub-bacia e intervenções realizadas	0%	Sociedade civil	Bacia	Bacias PCJ	0,00	
PCJ1.2.1.7/2021	2021	1.2 - Planejamento	PDC 1 e 2	Elaboração e revisão de planos municipais de saneamento básico	Ao menos 01 plano revisado/elaborado	0%	Sociedade civil	Município	A definir	0,00	Sem indicação CFURH
PCJ2.2.1.1/2021	2021	1.5 - Disponibilidade	PDC 1 e 2	Elaboração do plano diretor de reúso de água para as Bacias PCJ	01 Plano elaborado	0%	Sociedade civil	Bacia	Bacias PCJ	0,00	
PCJ6.2.4.1/2021	2021	1.3 - Enquadramento	PDC 1 e 2	Encaminhamento do enquadramento da porção mineira das Bacias PCJ	Encaminhamento de uma proposta de enquadramento ao CERH-MG	0%	Sociedade civil	Sub-bacia	Porção Mineira das Bacias PCJ	0,00	Discussões referentes ao enquadramento da porção mineira estão inseridas no processo de revisão do PBH PCJ a ser realizado com recursos da cobrança federal
PCJ6.2.3.1/2021	2021	1.4 - Monitoramento	PDC 1 e 2	Expansão, integração, operação e manutenção da rede de monitoramento quali-quantitativo dos recursos hídricos	Disponibilização dos dados de ao menos 36 postos ativos	0%	Sociedade civil	Bacia	Bacias PCJ	0,00	Ação prevista para ser executada com fonte de recurso cobrança estadual.

ID Ação	Ano	SubPDC	Prioridade do SubPDC	Ação	Meta	% Execução da meta	Segmento do executor	Área de abrangência	Nome da área de abrangência	Recurso financeiro executado no ano (R$) [1]	Justificativa sobre execução física e financeira em 2025
PCJ6.1.1.2/2021	2021	2.3 - Cobrança	PDC 1 e 2	Apoio operacional para a área de cobrança pelo uso dos recursos hídricos	Apoio operacional contínuo	100%	Sociedade civil	Bacia	Bacias PCJ	2.529.153,66	Ação prevista para ser executada com fonte de recurso cobrança federal. Processo de apoio operacional contínuo.
PCJ6.2.1.1/2021	2021	1.6 - Legislação	PDC 1 e 2	Estudos para aprimoramento da cobrança pelo uso dos recursos hídricos	Ao menos 01 estudo elaborado	100%	Sociedade civil	Bacia	Bacias PCJ	0,00	Ação executada em 2024 com recursos da cobrança federal, Processo de apoio operacional contínuo.
PCJ6.1.1.5/2021	2021	2.5 - Integração	PDC 1 e 2	Apoio operacional para acompanhamento de projetos da área de Sistema de Informações	Apoio operacional contínuo	100%	Sociedade civil	Bacia	Bacias PCJ	1.693.263,65	Ação prevista para ser executada com fonte de recurso cobrança federal, Processo de apoio operacional contínuo.
PCJ6.2.5.3/2021	2021	2.5 - Integração	PDC 1 e 2	Apoio operacional para fiscalização de outorgas	Apoio operacional contínuo	100%	Sociedade civil	Bacia	Bacias PCJ	1.354.553,83	Ação prevista para ser executada com fonte de recurso cobrança federal. Processo de apoio operacional contínuo.
PCJ6.1.1.4/2021	2021	2.5 - Integração	PDC 1 e 2	Apoio Operacional para acompanhamento de empreendimentos de demanda espontânea	Apoio operacional contínuo	100%	Sociedade civil	Bacia	Bacias PCJ	1.519.752,99	Ação prevista para ser executada com fonte de recurso cobrança federal. Processo de apoio operacional contínuo.
PCJ6.1.2.2/2021	2021	2.5 - Integração	PDC 1 e 2	Remuneração de agentes técnicos e financeiros para empreendimentos deliberados pelos Comitês PCJ	Desembolso de ao menos 60% do valor previsto	60%	Sociedade civil	Bacia	Bacias PCJ	724.387,63	Ação prevista para ser executada com fonte de recurso cobrança federal, Processo de apoio operacional contínuo Processo de apoio operacional contínuo.
PCJ6.1.2.1/2021	2021	2.5 - Integração	PDC 1 e 2	Apoio operacional para a Secretaria Executiva dos Comitês PCJ	Apoio operacional contínuo	100%	Sociedade civil	Bacia	Bacias PCJ	1.941.340,67	Ação prevista para ser executada com fonte de recurso cobrança federal, Processo de apoio operacional contínuo Processo de apoio operacional contínuo.
PCJ6.1.1.3/2021	2021	2.5 - Integração	PDC 1 e 2	Apoio operacional para acompanhamento de projetos de assessoria ambiental	Apoio operacional contínuo	100%	Sociedade civil	Bacia	Bacias PCJ	1.952.615,02	Ação prevista para ser executada com fonte de recurso cobrança federal, Processo de apoio operacional contínuo Processo de apoio operacional contínuo.
PCJ6.1.1.1/2021	2021	2.5 - Integração	PDC 1 e 2	Apoio operacional para a Área de Tecnologia da Informação - TI	Apoio operacional contínuo	100%	Sociedade civil	Bacia	Bacias PCJ	741.760,32	Ação prevista para ser executada com fonte de recurso cobrança federal, Processo de apoio operacional contínuo Processo de apoio operacional contínuo
PCJ6.1.2.3/2021	2021	2.5 - Integração	PDC 1 e 2	Logística de Suporte às reuniões Plenárias e das CTs dos Comitês PCJ	Apoio operacional contínuo	100%	Sociedade civil	Bacia	Bacias PCJ	281.691,91	Ação prevista para ser executada com fonte de recurso cobrança federal, Processo de apoio operacional contínuo Processo de apoio operacional contínuo
PCJ6.1.2.5/2021	2021	2.5 - Integração	PDC 1 e 2	Manutenção de licenciamento de sistemas de TI	Apoio operacional contínuo	100%	Sociedade civil	Bacia	Bacias PCJ	1.249.748,79	Ação prevista para ser executada com fonte de recurso cobrança federal, Processo de apoio operacional contínuo Processo de apoio operacional contínuo
PCJ6.1.2.4/2021	2021	2.5 - Integração	PDC 1 e 2	Participação de membros dos Comitês PCJ em eventos internos das CTs e eventos externos	Desembolso de ao menos 70% do valor previsto	60%	Sociedade civil	Bacia	Bacias PCJ	361.597,29	Ação prevista para ser executada com fonte de recurso cobrança federal, Processo de apoio operacional contínuo Processo de apoio operacional contínuo
PCJ6.1.1.7/2021	2021	2.5 - Integração	PDC 1 e 2	Apoio operacional para acompanhamento de ações da porção mineira	Apoio operacional contínuo	0%	Sociedade civil	Bacia	Bacias PCJ	0,00	Discussões referentes ao enquadramento da porção mineira estão inseridas no processo de revisão do PBH PCJ a ser realizado com recursos da cobrança federal
PCJ1.2.1.5/2021	2021	1.1 - SI	PDC 1 e 2	Cadastro, caracterização e modelagem de cargas industriais	Ao menos 01 estudo realizado	0%	Sociedade civil	Bacia	Bacias PCJ	0,00	
PCJ4.1.1.2/2021	2021	1.1 - SI	PDC 1 e 2	Desenvolvimento de banco de dados de poços e suporte à decisão	Ao menos 01 banco de dados	0%	A definir	Bacia	Bacias PCJ	0,00	
PCJ6.2.2.1/2021	2021	1.1 - SI	PDC 1 e 2	Manutenção e aprimoramentos do SSD PCJ	Publicação de ao menos uma interface revisada	100%	Sociedade civil	Bacia	Bacias PCJ	1.335.344,20	
PCJ6.3.1.5/2021	2021	1.2 - Planejamento	PDC 1 e 2	Elaborar Plano de Comunicação quando de operações emergenciais das barragens	Contratação de 01 estudo para orientar a elaboração de Plano de Comunicação	0%	Sociedade civil	Bacia	Bacias PCJ	0,00	Discussões suspensas
PCJ6.3.1.7/2021	2021	1.2 - Planejamento	PDC 1 e 2	Promover a compatibilidade entre os planos de cada UGRHI	Contratação de 01 estudo sobre a compatibilização dos planos de bacia hidrográfica dos CBHs da Bacia do Rio Tietê	0%	Sociedade civil	Bacia	Bacias PCJ	0,00	Discussões suspensas

ID Ação	Ano	SubPDC	Prioridade do SubPDC	Ação	Meta	% Execução da meta	Segmento do executor	Área de abrangência	Nome da área de abrangência	Recurso financeiro executado no ano (R$) [1]	Justificativa sobre execução física e financeira em 2025
PCJ1.1.2.4/2021	2021	1.2 - Planejamento	PDC 1 e 2	Elaboração de estudos e relatórios visando o licenciamento das ETEs projetadas	Elaboração de ao menos 01 estudo	0%	A definir	Município	A definir	0,00	Os investimentos previstos para serem financiados por outras fontes, que não estão sobre a governança da Agências das Bacias PCJ, não possuem mecanismo de acompanhamento sobre a sua execução físico-financeira
PCJ2.3.3.2/2021	2021	1.2 - Planejamento	PDC 1 e 2	Elaboração dos Planos Diretores de Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais	Elaboração de ao menos 01 Plano, considerando os trechos vulneráveis indicados no Plano de Bacias	0%	Município	Município	Municípios observando as prioridades no Plano de Bacias	0,00	Ação prevista para ser executada com fonte de recurso cobrança federal
PCJ2.3.3.2/2021	2021	1.2 - Planejamento	PDC 1 e 2	Elaboração dos Planos Diretores de Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais	Elaboração de ao menos 01 Plano, considerando os trechos vulneráveis indicados no Plano de Bacias	0%	Município	Município	Municípios observando as prioridades no Plano de Bacias	0,00	Ação prevista para ser executada com fonte de recurso cobrança federal
PCJ4.3.2.1/2021	2021	1.2 - Planejamento	PDC 1 e 2	Realizar os procedimentos estabelecidos para as áreas de restrição e controle já identificadas nas Bacias PCJ e avaliar a existência de novas áreas	Ao menos 01 estudo elaborado	30%	Sociedade civil	Bacia	Bacias PCJ	277.971,37	Ação prevista para ser executada com fonte de recurso cobrança federal
PCJ6.2.3.3/2021	2021	1.4 - Monitoramento	PDC 1 e 2	Implantação, integração, operação e manutenção da rede de monitoramento quali-quantitativo das águas subterrâneas	Disponibilização dos dados de ao menos 02 postos ativos	0%	A definir	Bacia	Bacias PCJ	0,00	
PCJ2.2.4.1/2021	2021	1.5 - Disponibilidade	PDC 1 e 2	Desenvolvimento de estudo de alternativas de aumento da disponibilidade hídrica nas sub-bacias dos rios Atibaia, Jundiaí e Capivari	Ao menos 01 estudo elaborado	0%	Sociedade civil	Sub-bacia	Sub-bacias Atibaia, Jundiaí e Capivari	0,00	
PCJ6.1.2.6/2021	2021	2.5 - Integração	PDC 1 e 2	Eventos especiais dos Comitês PCJ	Participação em ao menos 01 evento	100%	Sociedade civil	Bacia	Bacias PCJ	0,00	Ação prevista para ser executada com fonte de recurso cobrança federal
PCJ6.2.6.1/2021	2021	2.5 - Integração	PDC 1 e 2	Apoio operacional para gerenciamento da implementação e da revisão do Plano de Bacias	Contratação de ao menos 01 pessoa	100%	Sociedade civil	Bacia	Bacias PCJ	682.408,21	Ação prevista para ser executada com fonte de recurso cobrança federal
PCJ1.1.2.3/2021	2021	3.1 - Efluentes	Prioritário	Elaboração de projetos para a implantação de novas ETEs visando tratamento secundário	Elaboração de ao menos 01 projeto	0%	Município	Município	Municípios observando as prioridades para tratamento secundário, no Plano de Bacias	0,00	Os investimentos previstos para serem financiados por outras fontes, que não estão sobre a governança da Agências das Bacias PCJ, não possuem mecanismo de acompanhamento sobre a sua execução físico-financeira
PCJ1.1.2.3/2021	2021	3.1 - Efluentes	Prioritário	Elaboração de projetos para a implantação de novas ETEs visando tratamento secundário	Elaboração de ao menos 01 projeto	0%	Município	Município	Municípios observando as prioridades para tratamento secundário, no Plano de Bacias	614.131,05	Ação prevista para ser executada com fonte de recurso cobrança federal
PCJ1.2.1.2/2021	2021	3.1 - Efluentes	Prioritário	Elaboração de projetos de melhorias da eficiência das ETEs na remoção de nutrientes	Elaboração de ao menos 01 projeto	0%	Município	Município	Municípios observando as prioridades para remoção de nitrogênio e fósforo, no Plano de Bacias	0,00	Os investimentos previstos para serem financiados por outras fontes, que não estão sobre a governança da Agências das Bacias PCJ, não possuem mecanismo de acompanhamento sobre a sua execução físico-financeira
PCJ1.2.1.2/2021	2021	3.1 - Efluentes	Prioritário	Elaboração de projetos de melhorias da eficiência das ETEs na remoção de nutrientes	Elaboração de ao menos 01 projeto	0%	Município	Município	Municípios observando as prioridades para remoção de nitrogênio e fósforo, no Plano de Bacias	0,00	
PCJ1.2.1.8/2021	2021	3.1 - Efluentes	Prioritário	Implantação de Unidades de Tratamento de Lodo nas ETAs	Ao menos 01 projeto realizado	0%	Município	Município	A definir	0,00	Os investimentos previstos para serem financiados por outras fontes, que não estão sobre a governança da Agências das Bacias PCJ, não possuem mecanismo de acompanhamento sobre a sua execução físico-financeira
PCJ1.1.1.5/2021	2021	3.1 - Efluentes	Prioritário	Ampliações e melhoria dos sistemas de coleta de esgotos	Ampliação dos sistemas de coleta de esgotos de pelo menos 20% dos municípios prioritários	0%	Município	Município	Municípios observando as prioridades no Plano de Bacias	0,00	Os investimentos previstos para serem financiados por outras fontes, que não estão sobre a governança da Agências das Bacias PCJ, não possuem mecanismo de acompanhamento sobre a sua execução físico-financeira
PCJ1.1.2.5/2021	2021	3.1 - Efluentes	Prioritário	Implantação das ETEs projetadas e melhorias das ETEs existentes	Ao menos 01 ETE implantada	0%	Município	Bacia	Bacias PCJ, observando as prioridades para tratamento secundário.	0,00	Os investimentos previstos para serem financiados por outras fontes, que não estão sobre a governança da Agências das Bacias PCJ, não possuem mecanismo de acompanhamento sobre a sua execução físico-financeira
PCJ2.3.1.1/2021	2021	1.2 - Planejamento	Prioritário	Estudos de viabilidade para aumento de regularização de vazões em mananciais existentes e novos barramentos	Ao menos 01 plano revisado/elaborado	0%	Sociedade Civil	Bacia	Bacias PCJ	0,00	

ID Ação	Ano	SubPDC	Prioridade do SubPDC	Ação	Meta	% Execução da meta	Segmento do executor	Área de abrangência	Nome da área de abrangência	Recurso financeiro executado no ano (R$) [1]	Justificativa sobre execução física e financeira em 2025
PCJ5.4.1.1/2021	2021	1.2 - Planejamento	Prioritário	Construção de propostas para a recuperação, conservação e proteção dos recursos hídricos em áreas rurais	Ao menos 01 proposta	0%	Sociedade Civil	Bacia	Bacias PCJ	0,00	
PCJ1.1.2.1/2021	2021	3.1 - Efluentes	Prioritário	Melhoria e recuperação da qualidade das águas	Alcance das metas intermediárias dos cenários de referência para planejamento, conforme descrito no Plano de Bacias	0%	Município	Município	Municípios prioritários indicados na Deliberação dos Comitês PCJ nº 324/2019	0,00	
PCJ1.1.1.3/2021	2021	3.1 - Efluentes	Prioritário	Elaboração de projetos de ampliação e melhoria dos sistemas de coleta de esgotos	Elaboração de ao menos 01 projeto	0%	Município	Município	Municípios prioritários indicados na Deliberação dos Comitês PCJ nº 324/2019	0,00	Ação prevista para ser executada com fonte de recurso cobrança federal
PCJ2.3.2.2/2021	2021	5.1 - Perdas	Prioritário	Controle de perdas em sistemas de abastecimento de água	Alcance das metas intermediárias dos cenários de referência para planejamento, conforme descrito do Plano de Bacias	0%	Município	Município	Municípios observando as prioridades do Plano de Bacias	0,00	Os investimentos previstos para serem financiados por outras fontes, que não estão sobre a governança da Agências das Bacias PCJ, não possuem mecanismo de acompanhamento sobre a sua execução físico-financeira
PCJ2.3.2.3/2021	2021	5.1 - Perdas	Prioritário	Manutenção do projeto de benchmarking para o controle de perdas de água em sistemas de distribuição	Ao menos 01 manutenção realizada	100%	Sociedade civil	Bacia	Bacias PCJ	0,00	Ação prevista para ser executada com fonte de recurso cobrança federal
PCJ3.1.2.5/2021	2021	4.1 - Mananciais	Não prioritário	Estabilização de voçorocas nas propriedades que receberão projetos de recomposição florestal	Estabilização de 10 voçorocas/ano nas propriedades que recebem projetos de recomposição florestal	0%	A definir	Bacia	Áreas de Contribuição das Bacias PCJ prioritárias conforme mapa síntese, Mapa Conservação, recuperação de nascentes, matas ciliares e áreas de recarga do Plano de Bacias	0,00	Os investimentos previstos para serem financiados por outras fontes, que não estão sobre a governança da Agências das Bacias PCJ, não possuem mecanismo de acompanhamento sobre a sua execução físico-financeira
PCJ3.1.2.6/2021	2021	4.1 - Mananciais	Não prioritário	Aplicação de técnicas de conservação do solo em propriedades que receberão os projetos de recomposição florestal	Aplicação de técnicas de conservação do solo em aproximadamente 360 ha/ano	0%	A definir	Bacia	Áreas de Contribuição das Bacias PCJ prioritárias conforme mapa síntese, Mapa Conservação, recuperação de nascentes, matas ciliares e áreas de recarga do Plano de Bacias	0,00	Os investimentos previstos para serem financiados por outras fontes, que não estão sobre a governança da Agências das Bacias PCJ, não possuem mecanismo de acompanhamento sobre a sua execução físico-financeira
PCJ3.2.1.1/2021	2021	4.1 - Mananciais	Não prioritário	Execução de intervenções de conservação de solo	Conservação de solo em 300 hectares por ano	0%	A definir	Bacia	Áreas de Contribuição das Bacias PCJ prioritárias conforme mapa síntese, Mapa Conservação, recuperação de nascentes, matas ciliares e áreas de recarga do Plano de Bacias	0,00	Os investimentos previstos para serem financiados por outras fontes, que não estão sobre a governança da Agências das Bacias PCJ, não possuem mecanismo de acompanhamento sobre a sua execução físico-financeira
PCJ3.1.3.1/2021	2021	4.1 - Mananciais	Não prioritário	Implementação de projetos de PSA	Contratação de ao menos 01 projeto aprovado no Edital anualmente	100%	Município	Bacia	Áreas de Contribuição das Bacias PCJ prioritárias conforme mapa síntese, Mapa Conservação, recuperação de nascentes, matas ciliares e áreas de recarga do Plano de Bacias	640.005,98	Ação prevista para ser executada com fonte de recurso cobrança federal
PCJ3.1.3.1/2021	2021	4.1 - Mananciais	Não prioritário	Implementação de projetos de PSA	Contratação de ao menos 01 projeto aprovado no Edital anualmente	0%	Município	Bacia	Áreas de Contribuição das Bacias PCJ prioritárias conforme mapa síntese, Mapa Conservação, recuperação de nascentes, matas ciliares e áreas de recarga do Plano de Bacias	0,00	Os investimentos previstos para serem financiados por outras fontes, que não estão sobre a governança da Agências das Bacias PCJ, não possuem mecanismo de acompanhamento sobre a sua execução físico-financeira
PCJ3.1.2.1/2021	2021	4.2 - Vegetação	Não prioritário	Promoção da conservação e recuperação de nascentes, matas ciliares e áreas de recarga	Recuperação de 10 hectares de áreas prioritárias por ano	0%	A definir	Bacia	Áreas de Contribuição das Bacias PCJ prioritárias conforme mapa síntese, Mapa Conservação, recuperação de nascentes, matas ciliares e áreas de recarga do Plano de Bacias	0,00	Os investimentos previstos para serem financiados por outras fontes, que não estão sobre a governança da Agências das Bacias PCJ, não possuem mecanismo de acompanhamento sobre a sua execução físico-financeira
PCJ3.1.1.1/2021	2021	4.1 - Mananciais	Não prioritário	Desenvolvimento e monitoramento da implementação dos PIPs	Contratação da elaboração de PIPs para 1.000 hectares por ano	100%	A definir	Bacia	Bacias PCJ	561.422,81	Ação prevista para ser executada com fonte de recurso cobrança federal

ID Ação	Ano	SubPDC	Prioridade do SubPDC	Ação	Meta	% Execução da meta	Segmento do executor	Área de abrangência	Nome da área de abrangência	Recurso financeiro executado no ano (R$) [1]	Justificativa sobre execução física e financeira em 2025
PCJ3.1.2.1/2021	2021	4.2 - Vegetação	Não prioritário	Promoção da conservação e recuperação de nascentes, matas ciliares e áreas de recarga	Recuperação de 40 hectares de áreas prioritárias por ano	15%	A definir	Bacia	Áreas de Contribuição das Bacias PCJ prioritárias conforme mapa síntese, Mapa Conservação, recuperação de nascentes, matas ciliares e áreas de recarga do Plano de Bacias	503.921,69	Ação prevista para ser executada com fonte de recurso cobrança federal
PCJ3.1.2.1/2021	2021	4.2 - Vegetação	Não prioritário	Promoção da conservação e recuperação de nascentes, matas ciliares e áreas de recarga	Recuperação de 40 hectares de áreas prioritárias por ano	0%	Município	Bacia	Áreas de Contribuição das Bacias PCJ prioritárias conforme mapa síntese, Mapa Conservação, recuperação de nascentes, matas ciliares e áreas de recarga do Plano de Bacias	0,00	Os investimentos previstos para serem financiados por outras fontes, que não estão sobre a governança da Agências das Bacias PCJ, não possuem mecanismo de acompanhamento sobre a sua execução físico-financeira
PCJ5.3.1.2/2021	2021	8.1 - Capacitação	Não prioritário	Elaboração de um Plano de Capacitação Técnica e realização de processos formativos nas áreas de atuação das Câmaras Técnicas	01 Plano elaborado e ao menos 12 membros capacitados em nível de pós-graduação	100%	Sociedade civil	Bacia	Bacias PCJ	65.278,42	
PCJ1.4.1.2/2021	2021	8.1 - Capacitação	Não prioritário	Ampliação e divulgação do programa de capacitação (Escola da Água e Saneamento), fomento e incentivo à capacitação de operadores	Capacitação de ao menos 05 turmas por ano	0%	Sociedade civil	Bacia	Bacias PCJ	0,00	Ação prevista para ser executada com fonte de recurso cobrança federal
PCJ5.2.1.2/2021	2021	8.3 - Comunicação	Não prioritário	Realização de processos formativos e campanhas educativas sobre a realidade das Bacias PCJ	Ao menos 01 processo formativo e uma campanha educativa realizada	0%	Sociedade civil	Bacia	Bacias PCJ	0,00	Ação prevista para ser executada com fonte de recurso cobrança federal
PCJ5.1.1.1/2021	2021	8.3 - Comunicação	Não prioritário	Elaboração e execução de um Plano de Comunicação para o fortalecimento da comunicação entre a sociedade civil e os Comitês PCJ	01 Plano elaborado e ações implementadas	100%	Sociedade civil	Bacia	Bacias PCJ	60.376,52	Ação prevista para ser executada com fonte de recurso cobrança federal
PCJ3.1.2.4/2021	2021	8.3 - Comunicação	Não prioritário	Fomento à elaboração de planos integrados de recomposição florestal e proteção dos biomas Mata Atlântica e Cerrado	Capacitar os municípios para o desenvolvimento dos Planos	100%	Sociedade civil	Bacia	Bacias PCJ	90.805,56	Ação prevista para ser executada com fonte de recurso cobrança federal
PCJ6.1.1.6/2021	2021	8.3 - Comunicação	Não prioritário	Apoio operacional para a área de comunicação social	Apoio operacional contínuo	100%	Sociedade civil	Bacia	Bacias PCJ	107.430,00	Ação prevista para ser executada com fonte de recurso cobrança federal.

Nota:

[1] Foi reportado somente o recurso financeiro desembolsado no exercício 2025.
Fonte: Agência das Bacias PCJ, modelo de planilha Coordenadoria de Recursos Hídricos (2026).

Tabela 5.3 - Acompanhamento da execução das metas do PA/PI 2022-2023 (Deliberação CRH 246/2021).

ID Ação	Ano	SubPDC	Prioridade do SubPDC	Ação	Meta	% Execução da meta	Segmento do executor	Área de abrangência	Nome da área de abrangência	Justificativa sobre execução física e financeira em 2024
PCJ3.3.1.2/2022	2022	1.2 - Planejamento	PDC 1 e 2	Fomento à Planos Municipais de Saneamento Rural	15 Planos Municipais de Saneamento Rural elaborados	33%	Município	Bacia	Bacias PCJ, observando os municípios e ACs prioritários para saneamento rural	De 9 empreendimentos indicados, 3 foram cancelados e 4 estão em execução e 2 foram concluídos.
PCJ3.3.1.2/2023	2023	1.2 - Planejamento	PDC 1 e 2	Fomento à Planos Municipais de Saneamento Rural	15 Planos Municipais de Saneamento Rural elaborados	12%	Município	Bacia	Bacias PCJ, observando os municípios e ACs prioritários para saneamento rural	De 4 indicados, 2 cancelados, 1 em execução e 1 concluído.
PCJ6.3.1.5/2022	2023	1.2 - Planejamento	PDC 1 e 2	Elaborar Plano de Comunicação quando de operações emergenciais das barragens	Contratação de 01 estudo para orientar a elaboração de Plano de Comunicação	0%	Sociedade civil	Bacia	Bacia Hidrográfica do rio Tietê	Ação em discussão no âmbito da vertente do Tietê
PCJ6.3.1.7/2023	2023	1.2 - Planejamento	PDC 1 e 2	Promover a compatibilidade entre os planos de cada UGRHI	Contratação de 01 estudo sobre a compatibilização dos planos de bacia hidrográfica dos CBHs da Bacia do Rio Tietê	0%	Sociedade civil	Bacia	Bacia Hidrográfica do rio Tietê	Ação em discussão no âmbito da vertente do Tietê
PCJ1.2.1.5/2022	2022	1.2 - Planejamento	PDC 1 e 2	Cadastro, caracterização e modelagem de cargas industriais	Ao menos 01 estudo realizado	0%	Sociedade civil	Bacia	Bacias PCJ	Ação em discussão
PCJ1.2.1.5/2023	2023	1.2 - Planejamento	PDC 1 e 2	Cadastro, caracterização e modelagem de cargas industriais	Ao menos 01 estudo realizado	0%	Sociedade civil	Bacia	Bacias PCJ	Ação em discussão
PCJ1.2.1.7/2022	2022	1.2 - Planejamento	PDC 1 e 2	Elaboração e revisão de planos municipais de saneamento básico	Ao menos 05 planos revisados/elaborados	90%	Município	Município	A definir	De 9 empreendimentos indicados: 4 foram cancelados, 2 estão em execução e 3 foram concluídos.
PCJ1.2.1.7/2022	2022	1.2 - Planejamento	PDC 1 e 2	Elaboração e revisão de planos municipais de saneamento básico	Ao menos 01 plano revisado/elaborado	0%	Sociedade civil	Município	A definir	A ação estava prevista como outras fontes de recursos financeiros
PCJ1.2.1.7/2023	2023	1.2 - Planejamento	PDC 1 e 2	Elaboração e revisão de planos municipais de saneamento básico	Ao menos 05 planos revisados/elaborados	80%	Município	Município	A definir	4 empreendimentos cancelados, 4 em execução e 1 concluído.
PCJ1.2.1.7/2023	2023	1.2 - Planejamento	PDC 1 e 2	Elaboração e revisão de planos municipais de saneamento básico	Ao menos 01 plano revisado/elaborado	0%	Sociedade civil	Município	A definir	Refere-se a ação a ser executada com recurso federal -
PCJ2.3.2.1/2022	2022	1.2 - Planejamento	PDC 1 e 2	Elaboração e revisão de Planos de Controle e Redução de Perdas	Ao menos 05 planos revisados/elaborados	90%	Município	Município	Municípios observando as prioridades no Plano de Bacias	De 11 empreendimentos indicados, 1 foi cancelado, 4 encontram-se em execução e 6 foram concluídos.
PCJ2.3.2.1/2023	2023	1.2 - Planejamento	PDC 1 e 2	Elaboração e revisão de Planos de Controle e Redução de Perdas	Ao menos 05 planos revisados/elaborados	0%	Município	Município	Municípios observando as prioridades no Plano de Bacias	Execução da ação Zerada em decorrência do cancelamento de empreendimentos. A maioria dos cancelados teve sua reindicação realizada no ano seguinte.
PCJ6.2.2.1/2022	2022	2.5 - Monitoramento e SI	PDC 1 e 2	Manutenção e aprimoramentos do SSD PCJ	Publicação de ao menos uma interface revisada	100%	Sociedade civil	Bacia	Bacias PCJ	
PCJ6.2.2.1/2023	2023	2.5 - Monitoramento e SI	PDC 1 e 2	Manutenção e aprimoramentos do SSD PCJ	Publicação de ao menos uma interface revisada	100%	Sociedade civil	Bacia	Bacias PCJ	
PCJ6.2.3.1/2022	2022	2.5 - Monitoramento e SI	PDC 1 e 2	Expansão, integração, operação e manutenção da rede de monitoramento quali-quantitativo dos recursos hídricos	Disponibilização dos dados de ao menos 36 postos ativos	100%	Sociedade civil	Bacia	Bacias PCJ	
PCJ6.2.3.1/2023	2023	2.5 - Monitoramento e SI	PDC 1 e 2	Expansão, integração, operação e manutenção da rede de monitoramento quali-quantitativo dos recursos hídricos	Disponibilização dos dados de ao menos 36 postos ativos	100%	Sociedade civil	Bacia	Bacias PCJ	

ID Ação	Ano	SubPDC	Prioridade do SubPDC	Ação	Meta	% Execução da meta	Segmento do executor	Área de abrangência	Nome da área de abrangência	Justificativa sobre execução física e financeira em 2024
PCJ6.2.3.3/2022	2022	2.5 - Monitoramento e SI	PDC 1 e 2	Implantação, integração, operação e manutenção da rede de monitoramento quali-quantitativo das águas subterrâneas	Disponibilização dos dados de ao menos 02 postos ativos	0%	Sociedade civil	Bacia	Bacias PCJ	Ação em discussão no âmbito da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas - (CT-AS)
PCJ6.2.3.3/2023	2023	2.5 - Monitoramento e SI	PDC 1 e 2	Implantação, integração, operação e manutenção da rede de monitoramento quali-quantitativo das águas subterrâneas	Disponibilização dos dados de ao menos 02 postos ativos	0%	A definir	Bacia	Bacias PCJ	Ação em discussão no âmbito da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas - (CT-AS)
PCJ2.3.3.2/2023	2023	1.2 - Planejamento	PDC 1 e 2	Elaboração dos Planos Diretores de Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais	Elaboração de ao menos 01 Plano, considerando os trechos vulneráveis indicados no Plano de Bacias	100%	Município	Município	Municípios observando as prioridades no Plano de Bacias	De 5 indicados, 2 cancelados, 1 em execução e 2 concluídos. A maioria dos cancelados teve sua reindicação realizada no ano seguinte.
PCJ2.3.3.2/2023	2023	1.2 - Planejamento	PDC 1 e 2	Elaboração dos Planos Diretores de Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais	Elaboração de ao menos 01 Plano, considerando os trechos vulneráveis indicados no Plano de Bacias	0%	Município	Município	Municípios observando as prioridades no Plano de Bacias	Refere-se a ação a ser executada com recurso federal
PCJ2.2.4.1/2023	2023	1.2 - Planejamento	PDC 1 e 2	Desenvolvimento de estudo de alternativas de aumento da disponibilidade hídrica nas sub-bacias dos rios Atibaia, Jundiaí e Capivari	Ao menos 01 estudo elaborado	0%	Sociedade civil	Sub-bacia	Sub-bacias Atibaia, Jundiaí e Capivari	Ação em discussão
PCJ4.1.1.2/2023	2023	2.2 - Outorga	PDC 1 e 2	Desenvolvimento de banco de dados de poços e suporte à decisão	Ao menos 01 banco de dados	0%	A definir	Bacia	Bacias PCJ	Ação em discussão
PCJ2.1.1.1/2023	2023	2.5 - Monitoramento e SI	PDC 1 e 2	Manutenção e aprimoramento de um modelo chuva-vazão para as Bacias PCJ	Disponibilidade de ao menos 01 modelo	100%	Sociedade civil	Bacia	Bacias PCJ	Executada com recurso federal, contrato contínuo para realização de serviço
PCJ2.1.1.1/2022	2022	2.5 - Monitoramento e SI	PDC 1 e 2	Manutenção e aprimoramento de um modelo chuva-vazão para as Bacias PCJ	Disponibilidade de ao menos 01 modelo	100%	Sociedade civil	Bacia	Bacias PCJ	Executada com recurso federal, contrato contínuo para realização de serviço
PCJ2.1.1.1/2023	2023	2.5 - Monitoramento e SI	PDC 1 e 2	Manutenção e aprimoramento de um modelo chuva-vazão para as Bacias PCJ	Disponibilidade de ao menos 01 modelo	100%	Sociedade civil	Bacia	Bacias PCJ	Executada com recurso federal, contrato contínuo para realização de serviço
PCJ1.1.1.2/2022	2022	1.2 - Planejamento	PDC 1 e 2	Elaboração de estudos para ampliação e melhoria dos sistemas de transporte de esgotos	Elaboração de ao menos 01 estudo	0%	Município	Bacia	Municípios com prioridades para coleta, no Plano de Bacias	Refere-se a ação a ser executada com recurso federal
PCJ1.1.1.2/2023	2023	1.2 - Planejamento	PDC 1 e 2	Elaboração de estudos para ampliação e melhoria dos sistemas de transporte de esgotos	Elaboração de ao menos 01 estudo	0%	Município	Bacia	Municípios com prioridades para coleta, no Plano de Bacias	A ação estava prevista como outras fontes de recursos financeiros
PCJ1.1.2.2/2022	2022	1.2 - Planejamento	PDC 1 e 2	Elaboração de estudos para a implantação de novas ETEs visando tratamento secundário	Elaboração de ao menos 01 estudo	100%	Município	Município	Municípios observando as prioridades para tratamento secundário, no Plano de Bacias	A ação estava prevista para execução com recurso financeiro federal - Corresponde ao contrato de transferência iniciado no exercício de 2022, n° 006/2022, o qual foi finalizado.
PCJ1.1.2.2/2023	2023	1.2 - Planejamento	PDC 1 e 2	Elaboração de estudos para a implantação de novas ETEs visando tratamento secundário	Elaboração de ao menos 01 estudo	0%	Município	Município	Municípios observando as prioridades para tratamento secundário, no Plano de Bacias	A ação estava prevista como outras fontes de recursos financeiros
PCJ1.2.1.1/2022	2022	1.2 - Planejamento	PDC 1 e 2	Elaboração de estudos de melhorias da eficiência das ETEs na remoção de nutrientes	Elaboração de ao menos 01 estudo	0%	Município	Município	Municípios observando as prioridades para remoção de nitrogênio e fósforo, no Plano de Bacias	A ação estava prevista como outras fontes de recursos financeiros. Não há contratos desta temática em andamento.
PCJ1.2.1.1/2023	2023	1.2 - Planejamento	PDC 1 e 2	Elaboração de estudos de melhorias da eficiência das ETEs na remoção de nutrientes	Elaboração de ao menos 01 estudo	0%	Município	Município	Municípios observando as prioridades para remoção de nitrogênio e fósforo, no Plano de Bacias	Refere-se a ação a ser executada com recurso federal. Não há contratos desta temática em andamento.
PCJ4.3.2.1/2023	2023	1.2 - Planejamento	PDC 1 e 2	Realizar os procedimentos estabelecidos para as áreas de restrição e controle já identificadas nas Bacias PCJ	Ao menos 01 estudo elaborado	30%	Sociedade civil	Bacia	Bacias PCJ	Refere-se a ação a ser executada com recurso federal. Contrato nº 042/2024 assinado com a empresa Água e Solo Estudos e Projetos ltda em execução

ID Ação	Ano	SubPDC	Prioridade do SubPDC	Ação	Meta	% Execução da meta	Segmento do executor	Área de abrangência	Nome da área de abrangência	Justificativa sobre execução física e financeira em 2024
				e avaliar a existência de novas áreas						
PCJ6.1.1.2/2022	2022	2.3 - Cobrança	PDC 1 e 2	Apoio operacional para a área de cobrança pelo uso dos recursos hídricos	Apoio operacional contínuo	100%	Sociedade civil	Bacia	Bacias PCJ	Refere-se a ação executada com recurso federal
PCJ6.1.1.2/2023	2023	2.3 - Cobrança	PDC 1 e 2	Apoio operacional para a área de cobrança pelo uso dos recursos hídricos	Apoio operacional contínuo	100%	Sociedade civil	Bacia	Bacias PCJ	Refere-se a ação executada com recurso federal
PCJ6.1.1.5/2022	2022	2.5 - Monitoramento e SI	PDC 1 e 2	Apoio operacional para acompanhamento de projetos da área de Sistema de Informações	Apoio operacional contínuo	100%	Sociedade civil	Bacia	Bacias PCJ	Refere-se a ação executada com recurso federal
PCJ6.1.1.5/2023	2023	2.5 - Monitoramento e SI	PDC 1 e 2	Apoio operacional para acompanhamento de projetos da área de Sistema de Informações	Apoio operacional contínuo	100%	Sociedade civil	Bacia	Bacias PCJ	Refere-se a ação executada com recurso federal
PCJ6.2.5.3/2022	2022	2.2 - Outorga	PDC 1 e 2	Apoio operacional para fiscalização de outorgas	Apoio operacional contínuo	100%	Sociedade civil	Bacia	Bacias PCJ	Refere-se a ação executada com recurso federal, da meta de 1500 fiscalizações realizadas, 884 foram realizadas em 2025
PCJ6.2.5.3/2023	2023	2.2 - Outorga	PDC 1 e 2	Apoio operacional para fiscalização de outorgas	Apoio operacional contínuo	100%	Sociedade civil	Bacia	Bacias PCJ	Refere-se a ação executada com recurso federal, da meta de 1500 fiscalizações realizadas, 884 foram realizadas em 2025
PCJ6.1.1.4/2022	2022	2.6 - Integração	PDC 1 e 2	Apoio Operacional para acompanhamento de empreendimentos de demanda espontânea	Apoio operacional contínuo	100%	Sociedade civil	Bacia	Bacias PCJ	Refere-se a ação executada com recurso federal
PCJ6.1.1.4/2023	2023	2.6 - Integração	PDC 1 e 2	Apoio Operacional para acompanhamento de empreendimentos de demanda espontânea	Apoio operacional contínuo	100%	Sociedade civil	Bacia	Bacias PCJ	Refere-se a ação executada com recurso federal
PCJ6.1.2.2/2022	2022	2.6 - Integração	PDC 1 e 2	Remuneração de agentes técnicos e financeiros para empreendimentos deliberados pelos Comitês PCJ	Desembolso de ao menos 60% do valor previsto	60%	Sociedade civil	Bacia	Bacias PCJ	Refere-se a ação executada com recurso federal
PCJ6.1.2.2/2023	2023	2.6 - Integração	PDC 1 e 2	Remuneração de agentes técnicos e financeiros para empreendimentos deliberados pelos Comitês PCJ	Desembolso de ao menos 60% do valor previsto	60%	Sociedade civil	Bacia	Bacias PCJ	Refere-se a ação executada com recurso federal
PCJ6.1.2.1/2022	2022	2.6 - Integração	PDC 1 e 2	Apoio operacional para a Secretaria Executiva dos Comitês PCJ	Apoio operacional contínuo	100%	Sociedade civil	Bacia	Bacias PCJ	
PCJ6.1.2.1/2023	2023	2.6 - Integração	PDC 1 e 2	Apoio operacional para a Secretaria Executiva dos Comitês PCJ	Apoio operacional contínuo	100%	Sociedade civil	Bacia	Bacias PCJ	
PCJ6.1.1.3/2022	2022	2.6 - Integração	PDC 1 e 2	Apoio operacional para acompanhamento de projetos de assessoria ambiental	Apoio operacional contínuo	100%	Sociedade civil	Bacia	Bacias PCJ	
PCJ6.1.1.3/2023	2023	2.6 - Integração	PDC 1 e 2	Apoio operacional para acompanhamento de projetos de assessoria ambiental	Apoio operacional contínuo	100%	Sociedade civil	Bacia	Bacias PCJ	
PCJ6.1.1.1/2022	2022	2.6 - Integração	PDC 1 e 2	Apoio operacional para a Área de Tecnologia da Informação - TI	Apoio operacional contínuo	100%	Sociedade civil	Bacia	Bacias PCJ	
PCJ6.1.1.1/2023	2023	2.6 - Integração	PDC 1 e 2	Apoio operacional para a Área de Tecnologia da Informação - TI	Apoio operacional contínuo	100%	Sociedade civil	Bacia	Bacias PCJ	
PCJ6.1.2.3/2022	2022	2.6 - Integração	PDC 1 e 2	Logística de Suporte às reuniões Plenárias e das CTs dos Comitês PCJ	Apoio operacional contínuo	100%	Sociedade civil	Bacia	Bacias PCJ	
PCJ6.1.2.3/2023	2023	2.6 - Integração	PDC 1 e 2	Logística de Suporte às reuniões Plenárias e das CTs dos Comitês PCJ	Apoio operacional contínuo	100%	Sociedade civil	Bacia	Bacias PCJ	

ID Ação	Ano	SubPDC	Prioridade do SubPDC	Ação	Meta	% Execução da meta	Segmento do executor	Área de abrangência	Nome da área de abrangência	Justificativa sobre execução física e financeira em 2024
PCJ6.1.2.5/2022	2022	2.7 - CORHI	PDC 1 e 2	Manutenção de licenciamento de sistemas de TI	Apoio operacional contínuo	100%	Sociedade civil	Bacia	Bacias PCJ	Refere-se a ação executada com recurso federal
PCJ6.1.2.5/2023	2023	2.7 - CORHI	PDC 1 e 2	Manutenção de licenciamento de sistemas de TI	Apoio operacional contínuo	100%	Sociedade civil	Bacia	Bacias PCJ	Refere-se a ação executada com recurso federal
PCJ6.1.2.4/2022	2022	2.6 - Integração	PDC 1 e 2	Participação de membros dos Comitês PCJ em eventos internos das CTs e eventos externos	Desembolso de ao menos 70% do valor previsto	100%	Sociedade civil	Bacia	Bacias PCJ	
PCJ6.1.2.4/2023	2023	2.6 - Integração	PDC 1 e 2	Participação de membros dos Comitês PCJ em eventos internos das CTs e eventos externos	Desembolso de ao menos 70% do valor previsto	100%	Sociedade civil	Bacia	Bacias PCJ	
PCJ6.1.1.7/2022	2022	2.6 - Integração	PDC 1 e 2	Apoio operacional para acompanhamento de ações da porção mineira	Apoio operacional contínuo	0%	Sociedade civil	Bacia	Bacias PCJ	Ação em discussão
PCJ6.1.1.7/2023	2023	2.6 - Integração	PDC 1 e 2	Apoio operacional para acompanhamento de ações da porção mineira	Apoio operacional contínuo	0%	Sociedade civil	Bacia	Bacias PCJ	Ação em discussão
PCJ6.2.6.1/2022	2022	2.6 - Integração	PDC 1 e 2	Apoio operacional para gerenciamento da implementação e da revisão do Plano de Bacias	Contratação de ao menos 01 pessoa	100%	Sociedade civil	Bacia	Bacias PCJ	Ação em discussão a ser executada com recurso federal
PCJ6.2.6.1/2023	2023	2.6 - Integração	PDC 1 e 2	Apoio operacional para gerenciamento da implementação e da revisão do Plano de Bacias	Contratação de ao menos 01 pessoa	100%	Sociedade civil	Bacia	Bacias PCJ	Ação em discussão a ser executada com recurso federal
PCJ1.1.1.1/2022	2022	1.2 - Planejamento	PDC 1 e 2	Elaboração de estudos para ampliação e melhoria dos sistemas de coleta de esgotos	Elaboração de ao menos 01 estudo	0%	Município	Bacia	Municípios com prioridades para coleta, no Plano de Bacias	A ação estava prevista como outras fontes de recursos financeiros
PCJ1.1.1.1/2023	2023	1.2 - Planejamento	PDC 1 e 2	Elaboração de estudos para ampliação e melhoria dos sistemas de coleta de esgotos	Elaboração de ao menos 01 estudo	0%	Município	Bacia	Municípios com prioridades para coleta, no Plano de Bacias	A ação estava prevista como outras fontes de recursos financeiros
PCJ6.2.4.1/2022	2022	2.4 - Enquadramento	PDC 1 e 2	Encaminhamento do enquadramento da porção mineira das Bacias PCJ	Encaminhamento de uma proposta de enquadramento ao CERH-MG	0%	Sociedade civil	Sub-bacia	Porção Mineira das Bacias PCJ	A ação estava prevista como outras fontes de recursos financeiros
PCJ6.2.4.1/2023	2023	2.4 - Enquadramento	PDC 1 e 2	Encaminhamento do enquadramento da porção mineira das Bacias PCJ	Encaminhamento de uma proposta de enquadramento ao CERH-MG	0%	Sociedade civil	Sub-bacia	Porção Mineira das Bacias PCJ	A ação estava prevista como outras fontes de recursos financeiros
PCJ2.3.1.1/2022	2022	1.2 - Planejamento	PDC 1 e 2	Estudos de viabilidade para aumento de regularização de vazões em mananciais existentes e novos barramentos	Ao menos 01 plano revisado/elaborado	0%	Sociedade civil	Bacia	Bacias PCJ	Refere-se a ação a ser executada com recurso federal
PCJ2.3.1.1/2023	2023	1.2 - Planejamento	PDC 1 e 2	Estudos de viabilidade para aumento de regularização de vazões em mananciais existentes e novos barramentos	Ao menos 01 plano revisado/elaborado	16%	Sociedade civil	Bacia	Bacias PCJ	Foram assinados 6 contratos de transferência de recursos financeiros federais, dos quais 3 foram cancelados e 3 estão em execução (001/2023; 002/2023 e 004/2023)
PCJ6.2.1.1/2022	2022	2.3 - Cobrança	PDC 1 e 2	Estudos para aprimoramento da cobrança pelo uso dos recursos hídricos	Ao menos 01 estudo elaborado	100%	Sociedade civil	Bacia	Bacias PCJ	Refere-se a ação executada com recurso federal
PCJ6.2.1.1/2023	2023	2.3 - Cobrança	PDC 1 e 2	Estudos para aprimoramento da cobrança pelo uso dos recursos hídricos	Ao menos 01 estudo elaborado	100%	Sociedade civil	Bacia	Bacias PCJ	Refere-se a ação executada com recurso federal
PCJ1.1.2.4/2023	2023	1.2 - Planejamento	PDC 1 e 2	Elaboração de estudos e relatórios visando o licenciamento das ETEs projetadas	Elaboração de ao menos 01 estudo	0%	A definir	Município	A definir	A ação estava prevista como outras fontes de recursos financeiros
PCJ2.2.2.1/2023	2023	1.2 - Planejamento	PDC 1 e 2	Desenvolvimento de estudos de alternativas e intervenções para minimização dos riscos de inundação ribeirinha	Planos elaborados por sub-bacia e intervenções realizadas	0%	Sociedade civil	Bacia	Bacias PCJ	Ação em discussão
PCJ2.2.1.1/2023	2023	1.2 - Planejamento	PDC 1 e 2	Elaboração do plano diretor de reúso de água para as Bacias PCJ	01 Plano elaborado	0%	Sociedade civil	Bacia	Bacias PCJ	Ação em discussão

ID Ação	Ano	SubPDC	Prioridade do SubPDC	Ação	Meta	% Execução da meta	Segmento do executor	Área de abrangência	Nome da área de abrangência	Justificativa sobre execução física e financeira em 2024
PCJ6.1.2.6/2023	2023	2.6 - Integração	PDC 1 e 2	Eventos especiais dos Comitês PCJ	Participação em ao menos 01 evento	100%	Sociedade civil	Bacia	Bacias PCJ	
PCJ5.4.1.1/2023	2023	1.2 - Planejamento	PDC 1 e 2	Construção de propostas para a recuperação, conservação e proteção dos recursos hídricos em áreas rurais	Ao menos 01 proposta	0%	Sociedade civil	Bacia	Bacias PCJ	Refere-se a ação a ser executada com recurso federal
PCJ1.2.2.2/2022	2022	3.1 - Efluentes	Prioritário	Elaboração de projetos de implantação de tecnologias de desinfecção de efluentes domésticos	Elaboração de ao menos 01 projeto por ano	0%	Município	Município	A definir	sem recurso previsto em 2022
PCJ1.2.2.2/2023	2023	3.1 - Efluentes	Prioritário	Elaboração de projetos de implantação de tecnologias de desinfecção de efluentes domésticos	Elaboração de ao menos 01 projeto por ano	0%	Município	Município	A definir	sem recurso previsto em 2023
PCJ2.3.2.2/2022	2022	5.1 - Perdas	Prioritário	Controle de perdas em sistemas de abastecimento de água	Alcance das metas intermediárias dos cenários de referência para planejamento, conforme descrito no Plano de Bacias	93%	Município	Município	Para 2020, municípios prioritários indicados na Deliberação dos Comitês PCJ nº 324/2019. A partir de 2021, municípios observando as prioridades do Plano de Bacias	Dos 11 empreendimentos indicados, 3 foram cancelados, 5 estão em execução e 3 foram concluídos.
PCJ2.3.2.2/2023	2023	5.1 - Perdas	Prioritário	Controle de perdas em sistemas de abastecimento de água	Alcance das metas intermediárias dos cenários de referência para planejamento, conforme descrito no Plano de Bacias	90%	Município	Município	Para 2020, municípios prioritários indicados na Deliberação dos Comitês PCJ nº 324/2019. A partir de 2021, municípios observando as prioridades do Plano de Bacias	2 empreendimentos cancelados, 3 em execução e 4 concluídos. A maioria dos cancelados teve sua reindicação realizada no ano seguinte.
PCJ2.3.2.2/2023	2023	5.1 - Perdas	Prioritário	Controle de perdas em sistemas de abastecimento de água	Alcance das metas intermediárias dos cenários de referência para planejamento, conforme descrito no Plano de Bacias	0%	Município	Município	Para 2020, municípios prioritários indicados na Deliberação dos Comitês PCJ nº 324/2019. A partir de 2021, municípios observando as prioridades do Plano de Bacias	A ação estava prevista como outras fontes de recursos financeiros
PCJ3.3.1.1/2023	2023	3.1 - Efluentes	Prioritário	Substituição de sistemas rudimentares de tratamento de esgoto (fossa negra) por sistemas mais eficientes	Substituição de 30 sistemas	66%	Município	Município	Município	Refere-se a ação a ser executada com recurso federal. Em 2023: 33 sistemas e 2024: 40 sistemas, em 2025, nenhum sistema.
PCJ1.1.1.4/2022	2022	3.1 - Efluentes	Prioritário	Elaboração de projetos de ampliação e melhoria dos sistemas de transporte de esgotos	Elaboração de ao menos 01 projeto	59%	Município	Município	Municípios com prioridades para coleta, no Plano de Bacias	Ação prevista com outras fontes de recurso financeiro. Contrato de transferência em execução : 002/2022
PCJ1.1.1.4/2023	2023	3.1 - Efluentes	Prioritário	Elaboração de projetos de ampliação e melhoria dos sistemas de transporte de esgotos	Elaboração de ao menos 01 projeto	100%	Município	Município	Municípios observando as prioridades para remoção de nitrogênio e fósforo, no Plano de Bacias	2 cancelados e 2 em execução. A maioria dos cancelados teve sua reindicação realizada no ano seguinte.
PCJ1.1.1.4/2023	2023	3.1 - Efluentes	Prioritário	Elaboração de projetos de ampliação e melhoria dos sistemas de transporte de esgotos	Elaboração de ao menos 01 projeto	59%	Município	Município	Municípios com prioridades para coleta, no Plano de Bacias	Ação prevista com outras fontes de recurso financeiro. Contrato de transferência em execução : 002/2022
PCJ1.1.2.3/2022	2022	3.1 - Efluentes	Prioritário	Elaboração de projetos para a implantação de novas ETEs visando tratamento secundário	Elaboração de ao menos 01 projeto	0%	Município	Município	Municípios observando as prioridades para tratamento secundário, no Plano de Bacias	A ação estava prevista como fonte CFURH
PCJ1.1.2.3/2023	2023	3.1 - Efluentes	Prioritário	Elaboração de projetos para a implantação de novas ETEs visando tratamento secundário	Elaboração de ao menos 01 projeto	100%	Município	Município	Municípios observando as prioridades para tratamento secundário, no Plano de Bacias	2 empreendimentos cancelados, 1 em execução e 1 concluído. A maioria dos cancelados teve sua reindicação realizada no ano seguinte.

ID Ação	Ano	SubPDC	Prioridade do SubPDC	Ação	Meta	% Execução da meta	Segmento do executor	Área de abrangência	Nome da área de abrangência	Justificativa sobre execução física e financeira em 2024
PCJ1.1.2.3/2023	2023	3.1 - Efluentes	Prioritário	Elaboração de projetos para a implantação de novas ETEs visando tratamento secundário	Elaboração de ao menos 01 projeto	0%	Município	Município	Municípios observando as prioridades para tratamento secundário, no Plano de Bacias	A ação estava prevista como outras fontes de recursos financeiros
PCJ1.1.2.3/2022	2022	3.1 - Efluentes	Prioritário	Elaboração de projetos para a implantação de novas ETEs visando tratamento secundário	Elaboração de ao menos 01 projeto	58,3%	Município	Município	Municípios observando as prioridades para tratamento secundário, no Plano de Bacias	A ação estava prevista para execução com recurso financeiro federal - Corresponde aos contratos de transferência iniciados no exercício de 2022, os quais totalizam três (004/2022;005/2022 e 008/2022)
PCJ1.2.1.2/2022	2022	3.1 - Efluentes	Prioritário	Elaboração de projetos de melhorias da eficiência das ETEs na remoção de nutrientes	Elaboração de ao menos 01 projeto	37%	Município	Município	Municípios observando as prioridades para remoção de nitrogênio e fósforo, no Plano de Bacias	Ação prevista com outras fontes de recurso financeiro, contratos em execução: 003/2022 e 007/2022.
PCJ1.2.1.2/2023	2023	3.1 - Efluentes	Prioritário	Elaboração de projetos de melhorias da eficiência das ETEs na remoção de nutrientes	Elaboração de ao menos 01 projeto	100%	Município	Município	Municípios observando as prioridades para remoção de nitrogênio e fósforo, no Plano de Bacias	1 empreendimento cancelado e 1concluído. A maioria dos cancelados teve sua reindicação realizada no ano seguinte.
PCJ1.2.1.2/2023	2023	3.1 - Efluentes	Prioritário	Elaboração de projetos de melhorias da eficiência das ETEs na remoção de nutrientes	Elaboração de ao menos 01 projeto	37%	Município	Município	Municípios observando as prioridades para remoção de nitrogênio e fósforo, no Plano de Bacias	Ação prevista com outras fontes de recurso financeiro, contratos em execução: 003/2022 e 007/2022
PCJ1.1.1.3/2022	2022	3.1 - Efluentes	Prioritário	Elaboração de projetos de ampliação e melhoria dos sistemas de coleta de esgotos	Elaboração de ao menos 01 projeto	0%	Município	Município	Municípios com prioridades para coleta, no Plano de Bacias	Ação estava prevista como outras fontes de recursos financeiros, para execução
PCJ1.1.1.3/2023	2023	3.1 - Efluentes	Prioritário	Elaboração de projetos de ampliação e melhoria dos sistemas de coleta de esgotos	Elaboração de ao menos 01 projeto	0%	Município	Município	Municípios com prioridades para coleta, no Plano de Bacias	Ação estava prevista como outras fontes de recursos financeiros, para execução
PCJ1.2.1.8/2022	2022	3.1 - Efluentes	Prioritário	Implantação de Unidades de Tratamento de Lodo nas ETAs	Ao menos 01 projeto realizado	0%	Município	Município	A definir	Ação estava prevista como outras fontes de recursos financeiros, para execução
PCJ1.2.1.8/2023	2023	3.1 - Efluentes	Prioritário	Implantação de Unidades de Tratamento de Lodo nas ETAs	Ao menos 01 projeto realizado	0%	Município	Município	A definir	Ação estava prevista como outras fontes de recursos financeiros, para execução
PCJ1.1.1.5/2022	2022	3.1 - Efluentes	Prioritário	Ampliações e melhoria dos sistemas de coleta de esgotos	Ampliação dos sistemas de coleta de esgotos de pelo menos 20% dos municípios prioritários	0%	Município	Município	Municípios observando as prioridades no Plano de Bacias	Ação estava prevista como outras fontes de recursos financeiros, para execução
PCJ1.1.1.5/2023	2023	3.1 - Efluentes	Prioritário	Ampliações e melhoria dos sistemas de coleta de esgotos	Ampliação dos sistemas de coleta de esgotos de pelo menos 20% dos municípios prioritários	0%	Município	Município	Municípios observando as prioridades no Plano de Bacias	Ação estava prevista como outras fontes de recursos financeiros, para execução
PCJ1.1.2.5/2022	2022	3.1 - Efluentes	Prioritário	Implantação das ETEs projetadas e melhorias das ETEs existentes	Ao menos 01 ETE implantada	0%	Município	Bacia	Bacias PCJ, observando as prioridades para tratamento secundário.	Ação estava prevista como outras fontes de recursos financeiros, para execução
PCJ1.1.2.5/2023	2023	3.1 - Efluentes	Prioritário	Implantação das ETEs projetadas e melhorias das ETEs existentes	Ao menos 01 ETE implantada	0%	Município	Bacia	Bacias PCJ, observando as prioridades para tratamento secundário.	Ação estava prevista como outras fontes de recursos financeiros, para execução
PCJ2.3.2.3/2022	2022	5.1 - Perdas	Prioritário	Manutenção do projeto de benchmarking para o controle de perdas de água em sistemas de distribuição	Ao menos 01 manutenção realizada	100%	Sociedade Civil	Bacia	Bacias PCJ	Considerando a contratação referente ao projeto GISWATER, realizado no município de Capivari, com recurso federal.
PCJ3.1.3.1/2022	2022	4.2 - Conservação	Não prioritário	Implementação de projetos de PSA	Contratação de ao menos 02 projetos aprovados nos Editais anualmente	0%	Município	Bacia	Áreas de Contribuição das Bacias PCJ prioritárias conforme mapa síntese, Mapa Conservação, recuperação de nascentes, matas ciliares e áreas de recarga do Plano de Bacias	Ação prevista com recurso financeiro federal
PCJ3.1.3.1/2022	2022	4.2 - Conservação	Não prioritário	Implementação de projetos de PSA	Contratação de ao menos 01 projeto aprovado no Edital anualmente	45%	Município	Bacia	Áreas de Contribuição das Bacias PCJ prioritárias conforme mapa síntese, Mapa Conservação, recuperação de nascentes, matas ciliares e áreas de recarga do Plano de Bacias	Ação estava prevista com fonte CFURH

ID Ação	Ano	SubPDC	Prioridade do SubPDC	Ação	Meta	% Execução da meta	Segmento do executor	Área de abrangência	Nome da área de abrangência	Justificativa sobre execução física e financeira em 2024
PCJ3.1.3.1/2023	2023	4.2 - Conservação	Não prioritário	Implementação de projetos de PSA	Contratação de ao menos 02 projetos aprovados nos Editais anualmente	100%	Município	Bacia	Áreas de Contribuição das Bacias PCJ prioritárias conforme mapa síntese, Mapa Conservação, recuperação de nascentes, matas ciliares e áreas de recarga do Plano de Bacias	Ação prevista com recurso financeiro federal
PCJ3.1.2.1/2022	2022	4.2 - Conservação	Não prioritário	Promoção da conservação e recuperação de nascentes, matas ciliares e áreas de recarga	Recuperação de 40 hectares de áreas prioritárias por ano	35%	A definir	Bacia	Áreas de Contribuição das Bacias PCJ prioritárias conforme mapa síntese, Mapa Conservação, recuperação de nascentes, matas ciliares e áreas de recarga do Plano de Bacias	Ação prevista com recurso financeiro federal
PCJ3.1.2.1/2023	2023	4.2 - Conservação	Não prioritário	Promoção da conservação e recuperação de nascentes, matas ciliares e áreas de recarga	Recuperação de 40 hectares de áreas prioritárias por ano	0%	A definir	Bacia	Áreas de Contribuição das Bacias PCJ prioritárias conforme mapa síntese, Mapa Conservação, recuperação de nascentes, matas ciliares e áreas de recarga do Plano de Bacias	Ação estava prevista como outras fontes de recursos financeiros, para execução
PCJ3.1.2.2/2022	2022	4.2 - Conservação	Não prioritário	Promoção do isolamento de fatores de degradação em matas ciliares e áreas de recarga	Cercamento de 10.600 metros por ano	0%	Município	Bacia	Bacias PCJ	sem recurso previsto na cobrança estadual
PCJ3.1.2.2/2023	2023	4.2 - Conservação	Não prioritário	Promoção do isolamento de fatores de degradação em matas ciliares e áreas de recarga	Cercamento de 10.600 metros por ano	55%	Município	Bacia	Bacias PCJ	Ação a ser executada com recurso financeiro federal - Execução ano a ano: 2023 - 10.780 metros (Municípios de Analândia e Charqueada) 2025 - 1.157 metros (Oji Papéis Rio Claro)
PCJ5.3.1.1/202	2022	8.1 - Capacitação	Não prioritário	Processos formativos de representantes dos poderes legislativo, executivo, judiciário e líderes comunitários sobre a realidade socioambiental das Bacias PCJ e as prioridades do Plano de Bacias	Formação de pelo menos um representante de cada grupo (poderes legislativo, executivo, judiciário e líderes comunitários)	0%	Sociedade civil	Bacia	Bacias PCJ	Ação prevista com recurso financeiro federal
PCJ5.3.1.1/2023	2023	8.1 - Capacitação	Não prioritário	Processos formativos de representantes dos poderes legislativo, executivo, judiciário e líderes comunitários sobre a realidade socioambiental das Bacias PCJ e as prioridades do Plano de Bacias	Formação de pelo menos um representante de cada grupo (poderes legislativo, executivo, judiciário e líderes comunitários)	0%	A definir	Bacia	Bacias PCJ	Ação prevista com recurso financeiro federal
PCJ6.3.1.2/2022	2022	8.1 - Capacitação	Não prioritário	Elaborar ações de comunicação social para a Bacia do Tietê	Elaboração de 01 plano e implantação de programa de comunicação social na Bacia do Tietê	0%	Sociedade civil	Bacia	Bacia do rio Tietê	Ação será descontinuada
PCJ3.1.1.1/2022	2022	4.3 - Mananciais	Não prioritário	Desenvolvimento e monitoramento da implementação dos PIPs	Contratação da elaboração de PIPs para 1.000 hectares por ano	80%	A definir	Bacia	Bacias PCJ	Ação prevista com recurso financeiro federal. Executado ano a ano: 2022 - 1.317,24 ha (Limeira); 2023 - 245,16 ha (Camanducaia); 2024 - 962.99 ha (Jaguariúna); 2024 - 663,1 ha (Artur Nogueira). 2025: 0 hectares
PCJ3.1.1.1/2023	2023	4.3 - Mananciais	Não prioritário	Desenvolvimento e monitoramento da implementação dos PIPs	Contratação da elaboração de PIPs para 1.000 hectares por ano	80%	A definir	Bacia	Bacias PCJ	Ação prevista com recurso financeiro federal. Executado ano a ano: 2022 - 1.317,24 ha (Limeira); 2023 - 245,16 ha (Camanducaia); 2024 - 962.99 ha (Jaguariúna); 2024 - 663,1 ha (Artur Nogueira).

ID Ação	Ano	SubPDC	Prioridade do SubPDC	Ação	Meta	% Execução da meta	Segmento do executor	Área de abrangência	Nome da área de abrangência	Justificativa sobre execução física e financeira em 2024
										2025: 0 hectares
PCJ5.3.1.2/2022	2022	8.1 - Capacitação	Não prioritário	Elaboração de um Plano de Capacitação Técnica e realização de processos formativos nas áreas de atuação das Câmaras Técnicas	01 Plano elaborado e ao menos 12 membros capacitados em nível de pós-graduação	100%	Sociedade civil	Bacia	Bacias PCJ	Ação prevista com recurso financeiro federal. 12 membros das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ foram matriculados no curso de pós-graduação lato sensu “Gerenciamento de recursos hídricos" a cada ano de 2021 a 2024. 7 membros dos Comitês PCJ foram devidamente certificados e capacitados no curso " “Gerenciamento de recursos hídricos” e “Gerenciamento de áreas contaminadas”. As capacitações foram descontinuadas em 2025.
PCJ5.3.1.2/2023	2023	8.1 - Capacitação	Não prioritário	Elaboração de um Plano de Capacitação Técnica e realização de processos formativos nas áreas de atuação das Câmaras Técnicas	01 Plano elaborado e ao menos 12 membros capacitados em nível de pós-graduação	100%	Sociedade civil	Bacia	Bacias PCJ	
PCJ1.4.1.2/2022	2022	8.1 - Capacitação	Não prioritário	Ampliação e divulgação do programa de capacitação (Escola da Água e Saneamento), fomento e incentivo à capacitação de operadores	Capacitação de ao menos 05 turmas por ano	52%	Sociedade civil	Bacia	Bacias PCJ	Ação prevista com recurso financeiro federal
PCJ1.4.1.2/2023	2023	8.1 - Capacitação	Não prioritário	Ampliação e divulgação do programa de capacitação (Escola da Água e Saneamento), fomento e incentivo à capacitação de operadores	Capacitação de ao menos 05 turmas por ano	52%	Sociedade civil	Bacia	Bacias PCJ	Ação prevista com recurso financeiro federal. Iniciada somente em 2023, com apenas 4 turmas executadas em 2023.Nos anos de 2024 e 2025 não houve turmas, apenas preparação da elaboração do processo licitatório.
PCJ5.2.1.2/2022	2022	8.2 - Educação	Não prioritário	Realização de processos formativos e campanhas educativas sobre a realidade das Bacias PCJ	Ao menos 01 processo formativo e uma campanha educativa realizada	0%	Sociedade civil	Bacia	Bacias PCJ	Ação prevista com recurso financeiro federal
PCJ5.2.1.2/2023	2023	8.2 - Educação	Não prioritário	Realização de processos formativos e campanhas educativas sobre a realidade das Bacias PCJ	Ao menos 01 processo formativo e uma campanha educativa realizada	0%	Sociedade civil	Bacia	Bacias PCJ	Ação prevista com recurso financeiro federal
PCJ5.1.1.1/2022	2022	8.3 - Comunicação	Não prioritário	Elaboração e execução de um Plano de Comunicação para o fortalecimento da comunicação entre a sociedade civil e os Comitês PCJ	01 Plano elaborado e ações implementadas	100%	Sociedade civil	Bacia	Bacias PCJ	Ação prevista com recurso financeiro federal
PCJ5.1.1.1/2023	2023	8.3 - Comunicação	Não prioritário	Elaboração e execução de um Plano de Comunicação para o fortalecimento da comunicação entre a sociedade civil e os Comitês PCJ	01 Plano elaborado e ações implementadas	100%	Sociedade civil	Bacia	Bacias PCJ	Ação prevista com recurso financeiro federal
PCJ6.1.1.6/2022	2022	8.3 - Comunicação	Não prioritário	Apoio operacional para a área de comunicação social	Apoio operacional contínuo	100%	Sociedade civil	Bacia	Bacias PCJ	Ação prevista com recurso financeiro federal
PCJ6.1.1.6/2023	2023	8.3 - Comunicação	Não prioritário	Apoio operacional para a área de comunicação social	Apoio operacional contínuo	100%	Sociedade civil	Bacia	Bacias PCJ	Ação prevista com recurso financeiro federal
PCJ3.1.2.5/2022	2022	4.1 - Erosão	Não prioritário	Estabilização de voçorocas nas propriedades que receberão projetos de recomposição florestal	Estabilização de 10 voçorocas/ano nas propriedades que recebem projetos de recomposição florestal	0%	A definir	Bacia	Áreas de Contribuição das Bacias PCJ prioritárias conforme mapa síntese, Mapa Conservação, recuperação de nascentes, matas ciliares e áreas de recarga do Plano de Bacias	Ação estava prevista como outras fontes de recursos financeiros, para execução
PCJ3.1.2.5/2023	2023	4.1 - Erosão	Não prioritário	Estabilização de voçorocas nas propriedades que receberão projetos de recomposição florestal	Estabilização de 10 voçorocas/ano nas propriedades que recebem projetos de recomposição florestal	0%	A definir	Bacia	Áreas de Contribuição das Bacias PCJ prioritárias conforme mapa síntese, Mapa Conservação, recuperação de nascentes, matas ciliares e áreas de recarga do Plano de Bacias	Ação estava prevista como outras fontes de recursos financeiros, para execução

ID Ação	Ano	SubPDC	Prioridade do SubPDC	Ação	Meta	% Execução da meta	Segmento do executor	Área de abrangência	Nome da área de abrangência	Justificativa sobre execução física e financeira em 2024
PCJ3.1.2.6/2022	2022	4.1 - Erosão	Não prioritário	Aplicação de técnicas de conservação do solo em propriedades que receberão os projetos de recomposição florestal	Aplicação de técnicas de conservação do solo em aproximadamente 360 ha/ano	0%	A definir	Bacia	Áreas de Contribuição das Bacias PCJ prioritárias conforme mapa síntese, Mapa Conservação, recuperação de nascentes, matas ciliares e áreas de recarga do Plano de Bacias	Ação estava prevista como outras fontes de recursos financeiros, para execução
PCJ3.1.2.6/2023	2023	4.1 - Erosão	Não prioritário	Aplicação de técnicas de conservação do solo em propriedades que receberão os projetos de recomposição florestal	Aplicação de técnicas de conservação do solo em aproximadamente 360 ha/ano	0%	A definir	Bacia	Áreas de Contribuição das Bacias PCJ prioritárias conforme mapa síntese, Mapa Conservação, recuperação de nascentes, matas ciliares e áreas de recarga do Plano de Bacias	Ação estava prevista como outras fontes de recursos financeiros, para execução
PCJ3.2.1.1/2022	2022	4.1 - Erosão	Não prioritário	Execução de intervenções de conservação de solo	Conservação de solo em 300 hectares por ano	0%	Município	Bacia	Áreas de Contribuição das Bacias PCJ prioritárias conforme mapa síntese, Mapa Conservação, recuperação de nascentes, matas ciliares e áreas de recarga do Plano de Bacias.	Ação estava prevista como outras fontes de recursos financeiros, para execução
PCJ3.2.1.1/2023	2023	4.1 - Erosão	Não prioritário	Execução de intervenções de conservação de solo	Conservação de solo em 300 hectares por ano	0%	Município	Bacia	Áreas de Contribuição das Bacias PCJ prioritárias conforme mapa síntese, Mapa Conservação, recuperação de nascentes, matas ciliares e áreas de recarga do Plano de Bacias	Ação estava prevista como outras fontes de recursos financeiros, para execução
PCJ3.1.2.4/2022	2022	8.3 - Comunicação	Não prioritário	Fomento à elaboração de planos integrados de recomposição florestal e proteção dos biomas Mata Atlântica e Cerrado	Capacitar os municípios para o desenvolvimento dos Planos	100%	Sociedade Civil	Bacia	Bacias PCJ	Ação prevista com recurso financeiro federal
PCJ3.1.2.4/2023	2023	8.3 - Comunicação	Não prioritário	Fomento à elaboração de planos integrados de recomposição florestal e proteção dos biomas Mata Atlântica e Cerrado	Capacitar os municípios para o desenvolvimento dos Planos	100%	Sociedade Civil	Bacia	Bacias PCJ	Ação prevista com recurso financeiro federal

Fonte: Agência das Bacias PCJ, modelo de planilha Coordenadoria de Recursos Hídricos (2026).

5.1 APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS NAS BACIAS PCJ ATÉ 2025

Em complemento à análise dos empreendimentos com recursos FEHIDRO, a seguir na Tabela 5.4 é apresentada a aplicação dos recursos financeiros na relação de programas definidos para o estado de São Paulo até dezembro de 2025.

Tabela 5.4 - Aplicação dos Recursos Financeiros nas Bacias PCJ até o ano de 2025.

Fonte de Recursos	Programa	Nº de Empreendimentos	Valor Pleiteado R$	Valor de Contrapartida R$	Valor Total R$
CFURH 1994-2024	Bases Técnicas em Recursos Hídricos (PDC 1)	47	10.023.342,16	3.228.991,76	**13.252.333,92**
	Gerenciamento dos Recursos Hídricos (PDC 2)	4	368.578,32	251.783,55	**620.361,87**
	Qualidade das Águas (PDC 3)	112	26.726.725,29	29.482.473,41	**56.209.198,70**
	Proteção dos Recursos Hídricos (PDC 4)	37	6.172.111,84	2.360.299,71	**8.532.411,55**
	Gestão da Demanda (PDC 5)	53	37.317.227,40	12.561.891,49	**49.879.118,89**
	Abastecimento e Segurança Hídrica (PDC 6)	2	348.900,00	31.932,50	**380.832,50**
	Drenagem e Eventos Hidrológicos Extremos (PDC 7)	27	9.031.834,45	2.190.444,15	**11.222.278,60**
	Capacitação e comunicação social (PDC 8)	16	1.917.345,43	624.191,06	**2.541.536,49**
	Total	**298**	**91.906.064,89**	**50.732.007,63**	**142.638.072,52**
COBRANÇA PCJ FEDERAL 2006-2024	Bases Técnicas em Recursos Hídricos (PDC 1)	69	60.939.926,26	940.234,74	**61.880.161,00**
	Gerenciamento dos Recursos Hídricos (PDC 2)	103	65.900.731,39	-	**65.900.731,39**
	Qualidade das Águas (PDC 3)	78	81.163.285,27	56.931.013,93	**138.094.299,20**
	Proteção dos Recursos Hídricos (PDC 4)	41	15.881.054,75	2.677.857,29	**18.558.912,04**
	Gestão da Demanda (PDC 5)	63	93.830.461,50	39.824.235,73	**133.654.697,23**
	Abastecimento e Segurança Hídrica (PDC 6)	6	1.816.751,94	393.196,52	**2.209.948,46**
	Drenagem e Eventos Hidrológicos Extremos (PDC 7)	6	1.688.287,12	226.830,33	**1.915.117,45**
	Capacitação e comunicação social (PDC 8)	56	10.768.656,33	-	**10.768.656,33**
	Total	**422**	**331.989.154,56**	**100.993.368,54**	**432.982.523,10**

Fonte de Recursos	Programa	Nº de Empreendimentos	Valor Pleiteado R$	Valor de Contrapartida R$	Valor Total R$
COBRANÇA PCJ ESTADUAL 2007-2024	Bases Técnicas em Recursos Hídricos (PDC 1)	95	31.700.777,38	5.959.583,72	**37.660.361,10**
	Qualidade das Águas (PDC 3)	108	174.632.324,20	50.982.570,81	**225.614.895,01**
	Proteção dos Recursos Hídricos (PDC 4)	1	68.083,88	19.277,50	**87.361,38**
	Gestão da Demanda (PDC 5)	78	156.983.708,82	37.981.280,28	**194.964.989,10**
	Drenagem e Eventos Hidrológicos Extremos (PDC 7)	6	2.860.410,04	781.694,45	**3.642.104,49**
	Capacitação e comunicação social (PDC 8)	4	967.313,09	142.108,85	**1.109.421,94**
	Total	**292**	**367.212.617,41**	**95.866.515,61**	**463.079.133,02**
Total Geral		**1012**	**791.107.836,86**	**247.591.891,78**	**1.038.699.728,64**

Notas: Data base: dezembro de 2025.
Fonte: Elaborado a partir de dados disponibilizados pela Coordenação de Projetos da Agência das Bacias PCJ (2026).

Destaca-se que para o quadriênio 2024-2027, passou-se a acompanhar a execução da metafísica para os exercícios que a compõe. A Tabela 5.5 apresenta os avanços físicos, de acordo com as indicações realizadas no exercício 2025.

Tabela 5.5 - Acompanhamento das metas - ano de 2025.

Descrição da ação	Meta do quadriênio	Meta 2025	% de execução física da meta (2025)	Observações
Fomento a planos municipais de saneamento rural	4 Planos Municipais de Saneamento Rural indicados	1	100	Houve a indicação de 1 empreendimento em 2025
Estudos de viabilidade para aumento de regularização de vazões em mananciais existentes e novos barramentos	4 Estudos indicados	1	0	Não houve indicações para essa ação.
Elaboração dos planos diretores de drenagem urbana e manejo de águas pluviais	6 Planos indicados	2	250	Houve a indicação de 5 empreendimentos no exercício 2025, superando a meta.
Estudo para articulação entre CBHs visando a	01 estudo indicado	1	0	Ação conjunta entre os CBHs da vertente do Tietê: Discussões suspensas.

Descrição da ação	Meta do quadriênio	Meta 2025	% de execução física da meta (2025)	Observações
pactuação de condições de entrega				
Elaboração de estudos para ampliação e melhoria dos sistemas de transporte de esgotos	03 Estudos indicados	1	100	Houve a indicação de 1 empreendimento em 2025
Elaboração de estudos para a implantação de novas ETEs visando tratamento secundário	03 estudos indicados	1	0	Não houve inscritos para essa ação
Elaboração de estudos de melhorias da eficiência das ETEs na remoção de nutrientes	03 estudos indicados	1	0	Não houve inscritos para essa ação
Elaboração e revisão de planos municipais de saneamento básico	05 planos indicados	1	700	Houve a indicação de 7 empreendimentos no exercício 2025, superando a meta
Elaboração e revisão de planos de controle e redução de perdas	05 planos indicados	2	150	Houve a indicação de 3 empreendimentos no exercício 2025, superando a meta
Estabelecer parcerias para pesquisa com universidade e institutos	01 parceria firmada	1	0	Ação conjunta entre os CBHs da vertente do Tietê: Discussões suspensas.
Fomentar a adequação das redes de monitoramento	Contratação de 01 plano integrado de monitoramento	1	0	Ação conjunta entre os CBHs da vertente do Tietê: Discussões suspensas.
Apoio à gestão administrativa da Fundação da Agência da Bacia Hidrográfica dos Rios Sorocaba e Médio Tietê	Apoio prestado	1	100	Ação conjunta entre os CBHs da vertente do Tietê: Realização de reuniões entre Secretarias Executivas e Criação de Grupos de trabalho. Discussões suspensas
Discutir a possibilidade de implantação de agências de bacia	Realização de um estudo sobre a implantação de agências de bacia	1	100	Ação conjunta entre os CBHs da vertente do Tietê: Ação foi avaliada como concluída, considerando a finalização em 2022 de estudo referente ao fortalecimento da gestão de recursos hídricos elaborado pela COBRAPE com recursos do BID. Discussões suspensas
Substituição de sistemas rudimentares de tratamento de esgoto (fossa negra) por sistemas mais eficientes	08 empreendimentos indicados	2	0	Não houve procura dos municípios por esta ação. Nosso edital prevê que esta ação só deve ser executada após devido planejamento no Plano de Saneamento Rural. Por esse motivo, a maior parte dos municípios estão focados no planejamento para posterior solicitação de recursos para intervenções.
Elaboração de projetos de ampliação e melhoria	05 projetos indicados	1	100	Houve a indicação de 1 empreendimento em 2025.

Descrição da ação	Meta do quadriênio	Meta 2025	% de execução física da meta (2025)	Observações
dos sistemas de transporte de esgotos				
Elaboração de projetos para a implantação de novas ETEs visando tratamento secundário	05 projetos indicados	1	100	Houve a indicação de 1 empreendimento em 2025.
Elaboração de projetos de melhorias da eficiência das ETEs na remoção de nutrientes	05 projetos indicados	1	0	Não houve procura dos municípios por esta ação no ano de 2025.
Controle de perdas em sistemas de abastecimento de água	04 empreendimentos indicados	1	500	Houve a indicação de 5 empreendimentos em 2025, superando a meta
Implantação das tecnologias de desinfecção projetadas	04 empreendimentos indicados	1	0	Não houve procura dos municípios por esta ação no ano de 2025.
Implantação das ETEs projetadas e melhorias das ETEs existentes	04 empreendimentos indicados	1	200	Houve a indicação de 2 empreendimentos em 2025, superando a meta
Implantação das melhorias das ETEs projetadas e retrofit de ETEs para remoção de nutrientes	04 empreendimentos indicados	1		Não houve procura dos municípios por esta ação no ano de 2025.
Implantação de unidades de tratamento de lodo nas ETAs	03 empreendimentos indicados	1	200	Houve a indicação de 2 empreendimentos em 2025, superando a meta
Ampliações e melhoria dos sistemas de coleta de esgotos	03 empreendimentos indicados	1	200	Houve a indicação de 2 empreendimentos em 2025, superando a meta

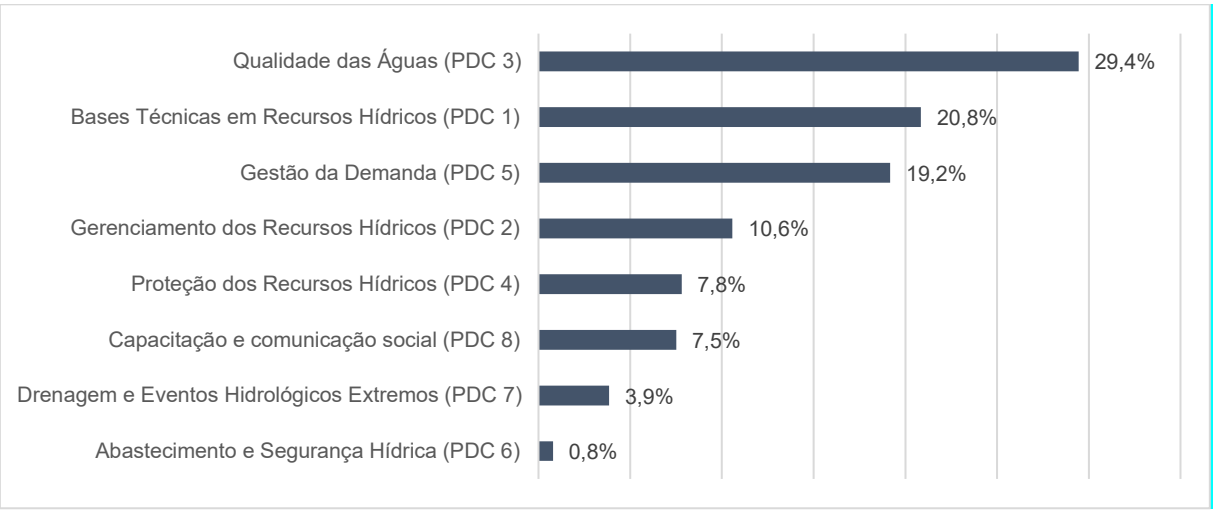
Fonte: Agência das Bacias PCJ, 2026.

5.1.1 Síntese da Situação da Aplicação dos Recursos Financeiros

Diante dos dados apresentados, observa-se que, até dezembro de 2025, foram aplicados mais de R$ 1 bilhão em 1012 empreendimentos nas Bacias PCJ. Desse montante, cerca de R$ 791 milhões (76%) são advindos de recursos da Cobrança PCJ Federal e FEHIDRO (Cobrança PCJ Paulista e CFURH), e o restante de contrapartidas dos tomadores. A maior parte dos valores aplicados são provenientes da Cobrança PCJ Paulista e da Cobrança PCJ Federal, enquanto os recursos da CFURH, apesar de financiarem projetos desde 1994, somam apenas 9% do montante.

O Programa Qualidade das águas soma o maior número de empreendimentos financiados, com um total de 298 (29,4%), superando R$ 282 milhões de investimento, seguido pelo programa Bases Técnicas em Recursos Hídricos com 211 (20,8%) empreendimentos somando cerca de R$ 102 milhões investido. Há ainda, como destaque, o programa Gestão da Demanda que contabiliza ao longo do tempo 194 empreendimentos (19,2%), com o maior montante investido, o qual soma mais de R$ 288 milhões, conforme destacado na Figura 5.5 - Percentual de Empreendimentos nos Programas de Ações (PDC).

Figura 5.5 - Percentual de Empreendimentos nos Programas de Ações (PDC).



Notas: Data base: dezembro de 2025.
Fonte: Elaborado a partir de dados disponibilizados pela Coordenação de Projetos da Agência das Bacias PCJ (2026).

6 AVALIAÇÃO DA GESTÃO DO CBH-PCJ

A seguir é apresentada uma síntese da relação das principais atividades dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (CBH-PCJ, PCJ Federal e CBH-PJ1), detalhando as ações e decisões tomadas no ano de 2025, avaliando o número de reuniões realizadas, os tópicos discutidos e as deliberações aprovadas. Observa-se, ainda, que o CBH-PCJ integra os Comitês PCJ, que se adequam também aos requisitos legais da União e do estado de Minas Gerais. No Quadro 6.1 apresenta uma síntese da avaliação da Gestão do CBH) e no Anexo 4 estão listadas as Deliberações aprovadas, no âmbito dos Comitês PCJ no referido ano.

6.1 COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA

Quadro 6.1 - Avaliação da Gestão - Comitê de Bacias.

Ano	Nº de Reuniões	Frequência média de participação nas reuniões (%) *	Nº de Deliberações aprovadas
2025	4	77	39
Principais realizações no Período			
Em 2025, os Comitês PCJ aprovaram o PAP 2026–2030, o PAA 2026, o plano de trabalho e orçamento da Agência das Bacias PCJ para 2026 e os orçamentos das Câmaras Técnicas, Plenárias e Diretoria. Foram aprovados os planos setoriais de Comunicação, Capacitação e Integridade e a adesão ao IntegraBacias, para alinhamento com o PERH 2028–2031. Na gestão de recursos, foram definidas regras e cronograma para seleção de empreendimentos de saneamento financiáveis com Cobrança Paulista e CFURH (2026–2027), feitas indicações de empreendimentos para 2025, canceladas indicações de 2023/2024 e aprovado o Edital de Patrocínios 2026. Houve também a revisão da cobrança pelo uso dos recursos hídricos, estabelecendo novos valores para usos em rios estaduais e federais, alterando mecanismos da cobrança federal e ajustando coeficientes ponderadores da cobrança paulista. Foram aprovados o Relatório de Situação dos Recursos Hídricos 2025 (ano-base 2024) e os relatórios e planos anuais no âmbito do PROCOMITÊS/ANA. Nas deliberações de governança, houve eleição e posse de dirigentes, definição de representação em fóruns, indicação do diretor-presidente da Fundação Agência PCJ, recomposição dos conselhos da Fundação, e aprovação do Contrato de Gestão ANA 2026–2030. Por fim, foram aprovadas diretrizes de gestão de perdas de água e eficiência no abastecimento.			

Fonte: Secretaria Executiva dos Comitês PCJ (2026)
*número médio de membros presentes por reunião/número de integrantes do CBH PCJ

6.2 CÂMARAS TÉCNICAS

No ano de 2025 foram realizadas ao todo 85 reuniões de Câmaras Técnicas. O Quadro 6.2 a seguir elenca as principais discussões e encaminhamentos, tais informações constam no Relatório de Atividades dos Comitês PCJ – Exercício 2025, e o Quadro 6.3 apresenta o detalhamento das discussões por Câmara Técnica.

Quadro 6.2 - Avaliação da Gestão - Câmaras Técnicas

Câmaras Técnicas	Câmara Técnica de Águas Subterrâneas (CT-AS); Câmara Técnica de Educação Ambiental (CT-EA); Câmara Técnica de Integração e Difusão de Pesquisas e Tecnologias (CT-ID); Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água na Indústria (CT-Indústria); Câmara Técnica de Conservação e Proteção dos Mananciais (CT-Mananciais); Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH); Câmara Técnica de Outorgas e Licenças (CT-OL); Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL); Câmara Técnica do Plano de Bacias (CT-PB); Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água no Meio Rural (CT-Rural); Câmara Técnica de Saneamento (CT-SA); Câmara Técnica de Saúde Ambiental (CT-SAM).	
	Nº de Reuniões	**Principais discussões e encaminhamentos**
2025	85	Planejamento e acompanhamento do Plano das Bacias PCJ, com revisão de metas, prioridades, relatórios e programas de investimento, além da consolidação dos planos de trabalho 2026–2027; segurança hídrica, com acompanhamento do Sistema Cantareira, das condições hidrometeorológicas, das vazões e das medidas para períodos de escassez; proteção de mananciais, com ações de conservação do solo, recomposição florestal, regularização ambiental rural, proteção de áreas naturais e adaptação às mudanças climáticas; saneamento, com foco na regionalização, gestão de perdas, eficiência no abastecimento, implantação do Giswater e melhoria da qualidade da água; águas subterrâneas, com estudos de áreas de restrição e controle, proteção do Aquífero Guarani, regularização de usuários e aplicação de inteligência artificial; educação ambiental, com revisão da política, elaboração de indicadores, capacitação, comunicação e integração das redes; pesquisa, inovação e tecnologia, com acompanhamento de projetos, e desenvolvimento de ferramentas de apoio à decisão; saúde ambiental, com avaliação de contaminantes, segurança da água, padrões de qualidade, vigilância sanitária e implementação do PMSA; como encaminhamento geral, as CTs acompanharam os estudos e projetos em andamento, fortalecer os grupos de trabalho, integrar ações entre instituições.

Fonte: Secretaria Executiva dos Comitês PCJ (2026).

Quadro 6.3 - Avaliação da Gestão - Câmaras Técnicas (detalhamento).

Identificação das CTs instituídas	Principais discussões e encaminhamentos
Câmara Técnica de Águas Subterrâneas (CT-AS)	Em 2025, foram discutidos o estudo das Áreas de Restrição e Controle de Americana e Nova Odessa, as ações em áreas de afloramento do Aquífero Guarani, o papel e as responsabilidades da CT-AS, a aplicação de inteligência artificial e modelos numéricos na gestão das águas subterrâneas e os resultados do VIII Workshop de Águas Subterrâneas. Como encaminhamentos, foram acompanhados os estudos hidrogeológicos e a contratação relacionada às áreas de restrição e controle, além da continuidade das discussões sobre o Aquífero Guarani, a organização da atuação da CT-AS e a elaboração do plano de trabalho 2026–2027.
Câmara Técnica de Educação Ambiental (CT-EA)	A CT-EA discutiu os indicadores de impacto da educação ambiental para o Plano das Bacias PCJ, a revisão da Política de Educação Ambiental, o novo formato de projetos para o mandato 2025–2027, a aplicação de inteligência artificial na educação ambiental, a recomposição do GT-Plano de Capacitação, a proposta de capacitação em linguagem simples, a integração das redes de educação ambiental e o novo formato do programa “Jovem, vem para o PCJ”. Como encaminhamentos, foram desenvolvidos o projeto de indicadores de impacto, as discussões de revisão da política, a recomposição do grupo de capacitação e as propostas de realização dos eventos “Conectando redes de EA” e “Água e Sensibilização”, além da apreciação do plano de trabalho 2026–2027.
Câmara Técnica de Integração e Difusão de Pesquisas e Tecnologias (CT-ID)	Foram discutidos os projetos PPPP-FAPESP, a plataforma de monitoramento e avaliação do Plano das Bacias PCJ, o uso de tecnologias da informação e comunicação na gestão de recursos hídricos, o papel da inovação e da pesquisa no Plano de Bacias, a governança da água e a resiliência socioecológica, além de temas relacionados à qualidade, ao desempenho, à universalização e à inovação no saneamento. Como encaminhamentos, foram realizados o acompanhamento das atividades do projeto PPPP-FAPESP, a análise de seus relatórios, a aplicação de questionários sobre o uso de TIC, a discussão sobre a integração da pesquisa e da inovação ao Plano de Bacias e a apreciação do plano de trabalho 2026–2027.
Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água na Indústria (CT-Indústria)	A CT-Indústria discutiu a situação do Sistema Cantareira, os critérios para o aumento da cobrança pelo uso da água, as alternativas de suprimento hídrico e conservação da água na indústria, a participação do setor empresarial na gestão das bacias diante das mudanças climáticas, o estudo das Áreas de Restrição e Controle de Americana e Nova Odessa, as previsões hidrometeorológicas e climatológicas e o panorama do uso das águas subterrâneas nas Bacias PCJ. Como encaminhamentos, foram avaliadas alternativas de segurança hídrica e uso eficiente da água no setor industrial, acompanhados os estudos de restrição e controle, consideradas as previsões climáticas no planejamento e fortalecida a discussão sobre a participação empresarial, além da apreciação do plano de trabalho 2026–2027.
Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH)	A CT-MH acompanhou a situação dos mananciais, do Sistema Cantareira, dos usuários e das condições hidrometeorológicas, bem como as ocorrências registradas ao longo de 2025, os produtos da Sala de Situação PCJ, os dados de chuvas e vazões, as previsões meteorológicas, a implantação de estações automáticas de monitoramento da qualidade da água e a alteração de ponto de captação em Vargem/SP. Também discutiu e deliberou sobre as vazões a serem descarregadas do Sistema Cantareira para as Bacias PCJ durante o período seco,

Identificação das CTs instituídas	Principais discussões e encaminhamentos
	analisou o Protocolo de Escassez e retomou o GT-Estiagem 2025–2026. Como encaminhamentos, foram mantidos o acompanhamento periódico das condições hidrológicas e das ocorrências, o fornecimento de subsídios para a operação do Sistema Cantareira, o acompanhamento da modernização das estações de monitoramento e a articulação das medidas para enfrentamento de períodos críticos.
Câmara Técnica de Outorgas e Licenças (CT-OL)	Foram discutidos o tema das Redes Técnicas e Serviços Ambientais, o estudo aplicado ao Ribeirão Anhumas, em Campinas, o horizonte normativo do enquadramento dos corpos d'água, a Portaria GAEMA-PAA nº 1097.18.2025, o reenquadramento do Ribeirão Anhumas, a demanda hídrica para irrigação e os desafios do enquadramento do Rio Jundiaí. Como encaminhamentos, foram aprofundadas as análises técnicas e normativas sobre enquadramento, acompanhado o processo relacionado ao Ribeirão Anhumas, realizada capacitação sobre demanda hídrica para irrigação e mantida a integração das discussões sobre outorgas, licenciamento ambiental, uso do solo e planejamento regional, além da apreciação do plano de trabalho 2026–2027.
Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL)	A CT-PL discutiu o financiamento de empreendimentos com recursos do FEHIDRO e das cobranças PCJ, a execução e revisão dos planos de aplicação, os relatórios de atividades e a implementação do Plano das Bacias PCJ 2020–2035; também tratou da gestão institucional, incluindo alterações regimentais, composição dos conselhos da Agência PCJ, indicação de diretor-presidente e acompanhamento do Contrato de Gestão; para 2026–2030, analisou orçamento, planejamento anual, capacitação, comunicação, integridade e novo Contrato de Gestão; como encaminhamentos, preparou matérias para os plenários, acompanhou a aplicação dos recursos e dos planos, estruturou os instrumentos de planejamento e fortaleceu a integração entre as Câmaras Técnicas, além de tratar da estiagem de 2026, da renovação do Sistema Cantareira e do SAR-PCJ.
Câmara Técnica de Plano de Bacias (CT-PB)	A CT-PB discutiu a criação ou reativação do GT de Acompanhamento do Plano de Bacias, o Relatório de Acompanhamento da Implementação do Plano das Bacias PCJ 2020–2035, a execução do PAP 2024 e sua proposta de atualização, o Termo de Referência para a revisão do Plano de Bacias 2020–2035, o Relatório de Situação 2025, a revisão do Plano de Ação e do Programa de Investimentos do FEHIDRO, o Plano de Aplicação Plurianual da cobrança federal para 2026–2030 e o Sistema de Suporte à Decisão PCJ. Como encaminhamentos, foi criado ou reativado o GT de Acompanhamento, foram acompanhadas as metas e ações do Plano de Bacias, avançaram as discussões para sua revisão, foram analisados os instrumentos de planejamento e investimento e prosseguiram as atividades relacionadas ao plano de aplicação da cobrança federal e ao SSD PCJ.
Câmara Técnica de Conservação e Proteção dos Mananciais (CT-Mananciais)	Foram discutidas pesquisas da EMBRAPA relacionadas à gestão de recursos hídricos, novos reservatórios nas Bacias PCJ, estudos e serviços da Represa do Piraí–Salto, projetos municipais vinculados à Política de Mananciais, regularização ambiental de imóveis rurais por meio do CAR e do PRA, manejo integrado do fogo, áreas úmidas geograficamente isoladas, Planos Municipais de Mata Atlântica e Cerrado e sustentabilidade hídrica do abastecimento público de Piracicaba e Rio Claro. Como encaminhamentos, foram acompanhados os projetos municipais dos editais da Política de Mananciais, realizadas discussões e oficinas para a revisão da política, analisadas ações de conservação do solo e das áreas naturais, abordada a regularização ambiental rural e considerada a adaptação às mudanças climáticas, além da apreciação do plano de trabalho 2026–2027.

Identificação das CTs instituídas	Principais discussões e encaminhamentos
Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água no Meio Rural (CT-Rural)	Foram discutidos o modelo de gestão compartilhada do saneamento rural, os desafios e oportunidades decorrentes das emergências climáticas, as ações de saneamento e saúde ambiental da FUNASA, a sustentabilidade hídrica do abastecimento público de Piracicaba e Rio Claro e a cartilha de segurança da água no meio rural. Como encaminhamentos, foram realizadas discussões para a elaboração de materiais de apoio ao saneamento e à segurança hídrica rural, organizada a apresentação do "Mapa Propriedade Rural Amiga da Água" e promovida a integração entre conservação do solo e da água, saneamento rural e adaptação climática, além da apreciação do plano de trabalho 2026–2027.
Câmara Técnica de Saneamento (CT-SA)	A CT-SA discutiu a continuidade da implementação do Giswater nos municípios das Bacias PCJ, a organização do evento "Avanços e Regionalização do Saneamento", o monitoramento online de DBO, DQO e TOC, os sistemas automáticos de amostragem por eventos, as diretrizes gerais para gestão de perdas de água e eficiência no abastecimento público, o Projeto Rio Pinheiros e as novas regras do edital FEHIDRO. Como encaminhamentos, foi acompanhada a continuidade da implantação do Giswater, criada a comissão organizadora do evento sobre regionalização do saneamento, discutida e aprovada a minuta das diretrizes de perdas, analisada sua aplicação nos empreendimentos 2026–2027 e avaliada a utilização de tecnologias voltadas ao monitoramento e à melhoria da qualidade da água.
Câmara Técnica de Saúde Ambiental (CT-SAM)	Foram discutidos os efeitos multigeracionais e transgeracionais da toxicidade do ciprofloxacino, a contaminação por necrochorume, o papel da vigilância sanitária na qualidade da água de sistemas alternativos, a cartilha de segurança da água no meio rural "Propriedade Amiga da Água", o Guia do Plano de Segurança da Água para agências reguladoras, a implementação do PMSA nos municípios, os padrões de qualidade da água para diferentes usos e o desenvolvimento de um Índice de Saúde Ambiental utilizando regras fuzzy. Como encaminhamentos, foi organizada a realização do VIII Seminário de Saúde Ambiental, acompanhado o desenvolvimento da cartilha, realizados repasses sobre o Guia do Plano de Segurança da Água, apresentada proposta de ação com os municípios para implementação do PMSA e apresentada e aprovada a minuta do Parecer Técnico nº 01/2025 sobre padrões de qualidade da água, além da apreciação do plano de trabalho 2026–2027.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A versão simplificada do Relatório de Situação apresenta a análise de um conjunto mínimo de parâmetros, com o objetivo de sintetizar a situação da UGRHI 05 – Piracicaba, Capivari e Jundiaí em relação à disponibilidade hídrica, ao abastecimento urbano de água, ao esgotamento sanitário, aos resíduos sólidos, à qualidade da água e à gestão dos Comitês de Bacias Hidrográficas, além de avaliar os investimentos em projetos e empreendimentos nas Bacias PCJ.

Nesse formato, a análise é realizada, principalmente, com base nos dados disponibilizados nos Quadros Síntese, que apresentam resultados gerais para a porção paulista das Bacias PCJ em cada uma das temáticas mencionadas. Para aprofundar a avaliação e possibilitar uma interpretação mais precisa dos resultados, também são considerados, ao longo do relatório, os dados brutos, que incluem informações dos indicadores por município, das estações de monitoramento e dados consolidados para a UGRHI. Essa abordagem possibilita a análise com melhores subsídios, principalmente para orientar a gestão, frente a situação encontrada.

Visando o atendimento das disposições das deliberações do CRH pertinentes ao tema, foram apresentadas adequações e o acompanhamento no Plano de Ação e Programa de Investimentos (PA/PI). Também foi realizada a atualização do PA/PI para o período de 2024 a 2027.

Como nos anos anteriores, a disponibilidade hídrica permanece como um dos temas de maior relevância para as Bacias PCJ. A disponibilidade de águas superficiais é bastante limitada e, ao longo da série histórica analisada, a oferta de água por habitante mostrou-se insatisfatória em relação aos valores de referência para o Estado de São Paulo, indicando a persistência de uma situação de estresse hídrico. Cabe destacar, ainda, o aumento da demanda para usos rurais e outros usos, bem como das captações de águas subterrâneas, observado nos últimos anos.

A baixa disponibilidade hídrica da região é objeto de discussões recorrentes, especialmente no que se refere à operação do Sistema Cantareira e à proposição de novos reservatórios de água bruta nas Bacias PCJ. Nesse contexto, o Plano de Bacias PCJ 2020 a 2035 estabeleceu o tema estratégico Garantia de Suprimento Hídrico, que contempla análises técnicas e estratégicas de alternativas para minimizar a reconhecida situação de estresse hídrico nas Bacias PCJ, bem como a proposição de ações específicas.

Cabe destacar que as demandas apresentadas nos dados utilizados para a elaboração do Relatório de Situação divergem do cálculo de demandas considerado nos estudos do Plano de Bacias PCJ 2020 a 2035, especialmente em relação à demanda para a RMSP através do Sistema Cantareira.

Em relação aos índices de saneamento avaliados neste Relatório, destaca-se que não houve dado disponibilizado para o Índice de Atendimento Urbano de Água.

Este índice se configurava como o mais satisfatório em 2021 com uma média acima de 90%.

Quanto ao índice de perdas do sistema de distribuição de água, os dados de 2024 indicam que 11 municípios apresentaram valores superiores a 40%, condição que evidencia a necessidade de ações voltadas ao controle e à redução das perdas, em consonância com as metas estabelecidas no Plano de Bacias PCJ. Essa questão assume particular importância diante do comprometimento da disponibilidade de água nas bacias.

Ambos os indicadores estão relacionados com a questão da disponibilidade hídrica, haja visto que elevadas captações são realizadas para atender a demanda e prevenir o comprometimento do abastecimento, principalmente em períodos mais secos. Nesse sentido, a abordagem estratégica de Garantia de Suprimento Hídrico do PBH PCJ propõe ações atreladas a redução de perdas como fator primordial para o aumento da disponibilidade na região.

Em se tratando do esgotamento sanitário, a UGRHI 05 tem boa performance histórica dos indicadores, com os elevados investimentos no setor ao longo dos anos. Entretanto, notou-se a retomada na eficiência nos últimos anos da série de dados, com uma consequente redução da carga orgânica remanescente, a partir de 2021, que pode ser atrelado ao início da operação de novas estações de tratamento de esgoto. Faz-se fundamental o empenho contínuo para que os municípios mais carentes no setor levem suas necessidades para a pauta de discussão dos Comitês, buscando soluções e alternativas para o esgotamento sanitário.

O saneamento e seus impactos sobre os recursos hídricos permanecem entre os temas recorrentes na agenda dos Comitês PCJ. A evolução dos indicadores de coleta e tratamento ao longo dos anos é reflexo dessa preocupação. Nesse sentido, tem-se buscado aprofundar as discussões com relação aos nutrientes e coliformes, que tem se apresentado como recorrente problema na região. Diante disto o tema estratégico de Enquadramento dos Corpos d'Água Superficiais, tratado no Plano de Bacias, além de trazer uma avaliação da situação atual, propõe ações para se alcançar padrões de qualidade de água não apenas com relação a carga orgânica, mas também nitrogênio, fósforo e coliformes.

É preciso considerar que ações no âmbito da qualidade, principalmente àquelas que envolvem obras e melhorias nas condições dos sistemas de coleta e tratamento de esgoto, refletem resultados no médio e longo prazo, e demandam, não apenas investimentos financeiros, mas a busca por alternativas viáveis e de acordo com a realidade da região, considerando os usos pretendidos e preponderantes.

Além disso, em relação aos índices de qualidade de água, tanto o IQA quanto o IAP, continuaram apresentando condições de redução da qualidade em áreas com elevado adensamento populacional.

A elaboração para uma abordagem de temas estratégicos no Plano de Bacias, teve forte envolvimento das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ, buscando a articulação de ações conjuntas que permeiem as diferentes áreas relacionadas a manutenção dos recursos hídricos. Os temas foram organizados em 5 pautas estratégicas: Águas Subterrâneas; Enquadramento dos Copos d'Água Superficiais; Garantia de Suprimento Hídrico; Educação Ambiental, Integração e Difusão de Pesquisas e Tecnologias; e Uso da água e do solo no meio rural e Recomposição Florestal.

As temáticas e ações propostas, com base em discussões técnicas e estratégicas, buscam subsidiar uma abordagem aprofundada de temas importantes que não tinham foco direcionado com clareza nas versões anteriores dos Planos de Bacias. O uso do Sistema de Suporte à Decisões das Bacias PCJ (SSD PCJ) permitiu simular cenários, para Garantia de Suprimento Hídricos e o Enquadramento dos Corpos d'Água Superficiais, e avaliar os benefícios resultantes de ações propostas.

Visando fomentar a implementação do Plano das Bacias PCJ 2020 a 2035, nas pautas estratégicas mencionadas, a Agência das Bacias PCJ, em articulação com os Comitês PCJ, especialmente a Câmara Técnica do Plano de Bacias (CT-PB), têm desenvolvido atividades que buscam: (i) disseminar o Plano e suas prioridades; (ii) sensibilizar e mobilizar os atores, estabelecendo conexões para alavancar a implementação de ações prioritárias; (iii) fortalecer vínculos, visando pactuar os papéis institucionais a serem exercidos; (iv) estruturar redes de cooperação que alimentem rotinas de compartilhamento, acompanhamento e retroalimentação do Plano. O cronograma de atividades proposto para a gestão da implementação do PBH PCJ pode ser consultado aqui.

Por fim, apesar de não ser tema diretamente relacionado com a situação da bacia hidrográfica, é importante destacar a necessidade de estruturação dos sistemas de informações, de maneira a possibilitar a integração e facilitar as análises para o apoio a gestão e ao planejamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO (Brasil**). Manual de Usos Consuntivos da Água no Brasil. 2. ed.** Brasília: ANA, 2024. 109 p. ISBN 978-65-88101-64-3.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO (ANA). **Resolução nº 429, de 4 de agosto de 2004**.

_____. **Sistema Cantareira**. Brasília, DF: ANA, [s.d.].

_____. **Boletim de Monitoramento dos Reservatórios do Sistema Cantareira** / Agência Nacional de Águas, Superintendência de Operações e Eventos Críticos. Brasília: ANA, 2025. Mensal.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA); DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA (DAEE). **Resolução Conjunta ANA/DAEE nº 925, de 29 de maio de 2017**. 2017a.

_____. **Resolução Conjunta ANA/DAEE nº 926, de 29 de maio de 2017**. 2017b.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. SINISA. **Relatório SINISA – Abastecimento de Água, ano de referência 2024**. Brasília: MCID/SNSA, 2025.

_____. **Glossário de Indicadores – Módulo Abastecimento de Água, ano de referência 2024**. Brasília: MCID/SNSA, 2025.

CETESB – COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Relatório de qualidade das águas interiores do estado de São Paulo 2008**. São Paulo: CETESB, 2009.

_____. **Relatório de qualidade das águas superficiais no estado de São Paulo – 2009**. São Paulo: CETESB, 2010.

_____. **Relatório de Qualidade das Águas Subterrâneas do Estado de São Paulo 2013-2015**. São Paulo, 2016.

_____. **Relatório de Qualidade das águas interiores no estado de São Paulo 2016**. São Paulo: CETESB, 2017a.

_____. **Qualidade das águas interiores no estado de São Paulo 2018**. Série Relatórios. São Paulo: CETESB, 2019.

_____. **Qualidade das águas interiores no estado de São Paulo 2020**. São Paulo: CETESB, 2021.

_____. **Qualidade das águas subterrâneas no estado de São Paulo – boletim 2020**. São Paulo: CETESB, 2021.

_____. **Qualidade das águas interiores no estado de São Paulo 2020**. São Paulo: CETESB, 2022.

_____. **Inventário Estadual de resíduos sólidos urbanos**. São Paulo: CETESB, 2022.

_____. **Qualidade das águas subterrâneas no estado de São Paulo – boletim 2023**. São Paulo: CETESB, 2024.

_____. **Inventário Estadual de resíduos sólidos urbanos**. São Paulo: CETESB, 2024.

_____. **Qualidade das águas interiores no estado de São Paulo 2024**. São Paulo: CETESB, 2025.

COBRAPE. Companhia Brasileira de Projetos e Empreendimentos. **Plano das Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí 2010 a 2020**: com propostas de atualização dos corpos d'água e programa para efetivação do enquadramento dos corpos d'água até o ano de 2035: Relatório Final. 2010. 815 p.

_____. **Subsídios Técnicos para o Plano Estadual de Recursos Hídricos 2020 -2023: Volume 1 - Diagnóstico Síntese- Tomo I - Caracterização e Situação dos Recursos Hídricos** (Relatório Final). São Paulo: Governo do Estado de SP. 2020. 257 p.

COMITÊS PCJ – COMITÊS DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIO PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ. **Plano das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí para o período de 2010 a 2020**. Relatório Final. 2016.

_____. **Deliberação dos Comitês PCJ nº 332/20, de 31 de agosto de 2020**.

_____. **Deliberação dos Comitês PCJ nº 401/21, de 10 de dezembro de 2021**.

_____. **Deliberação dos Comitês PCJ nº 431/22, de 07 de dezembro de 2022.**

_____. **Deliberação dos Comitês PCJ nº 538/26, de 31 de março de 2026.**

_____. **Deliberação dos Comitês PCJ nº 545/26, de 27 de agosto de 2026.**

CONSÓRCIO PROFILL-RHAMA. **Plano de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, 2020 a 2035** – Relatório Final. 2020. 757 p.

_____. **Plano de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, 2020-2035**: Relatório Final – Porto Alegre: Consórcio Profill-Rhama PCJ, 2020. 856 p.

DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA. DAEE. **Estudo de Regionalização Hidrológica do Estado de São Paulo** - Revista Águas e Energia Elétrica, ano 5 – nº 14, 1988.

Fundação Florestal (FF). 2019. Disponível em: https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/fundacaoflorestal/pagina-inicial/rppn/lista-rppn-fundacao-florestal/

Instituto Florestal (IF). 2020. Disponível em: https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/institutoflorestal/areas-protegidas

_____. **Inventário Florestal da Vegetação Natural do Estado de São Paulo 2020**. São Paulo, 2020. Disponível em: https://smastr16.blob.core.windows.net/home/2020/07/inventarioflorestal2020.pdf

IRATANI, M.A.; EZAKI. S. **Roteiro Orientativo para delimitação de área de proteção de poço**. Cadernos do Projeto Ambiental Estratégico Aquíferos, Número 2, 2a. ed. São Paulo: Instituto Geológico. 60 p. 2012.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Cadastro Nacional de Unidade de Conservação**. 2018. Disponível em: https://antigo.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs. Acesso em: 20 jun. 2022.

PROFILL – RHAMA. **Primeira Revisão do Plano das Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí 2010 a 2020**: Relatório 2 – Diagnóstico Tomo I. 396 p. 2017.

_____. **Elaboração do Plano de Monitoramento Quali-quantitativo das águas subterrâneas das Bacias PCJ**. Produto 03. 2019. 102 p.

_____. **Elaboração do Plano de Monitoramento Quali-quantitativo das águas subterrâneas das Bacias PCJ**. Produto 04. Tomo II (Plano de Implementação da Rede de Monitoramento). 2019. 44 p.

SABESP. Portal dos Mananciais. **Dados dos sistemas produtores**. Disponível em: https://mananciais.sabesp.com.br/HistoricoSistemas?SistemaId=0. Acesso em: 13 out.2025.

SÃO PAULO (Estado). **Lei no 7.663, de 30 de dezembro de 1991**. Estabelece normas de orientação à Política Estadual de Recursos Hídricos bem como ao Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

_____. **Decreto nº 32.955, de 7 de fevereiro de 1991**. Regulamenta a Lei nº 6.134, de 02/06/1988, que dispõe sobre a preservação dos depósitos naturais de águas subterrâneas do Estado.

_____. **Lei nº 16.337, de 14 de dezembro de 2016**. Dispõe sobre o Plano Estadual de Recursos Hídricos - PERH e dá providências correlatas.

_____. FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. Disponível em: <https://populacao.seade.gov.br/ >. Acesso em: 31 ago. 2026.

_____. Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente. **Deliberação CRH nº 228, de 20 dezembro de 2019**. D.O.E de 28/12/2019.

_____. **Deliberação CRH nº 246, de 18 fevereiro de 2020**. D.O.E. de 20/02/2021.

_____. **Deliberação CRH nº 254, de 21 julho de 2021**. D.O.E. de 24/07/2021.

_____. **Roteiro para Elaboração do Relatório de Situação dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica**. São Paulo: DRHi, 2026.

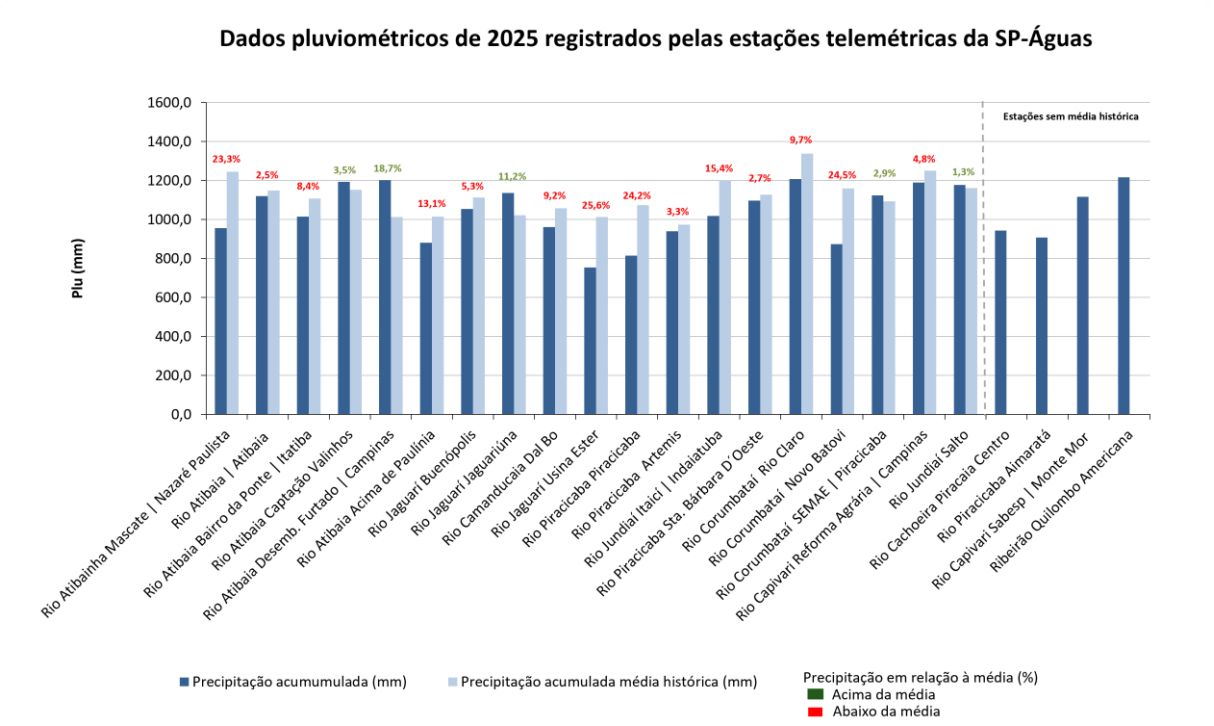
_____. SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE. COORDENADORIA DE RECURSOS HÍDRICOS. **Banco de Indicadores para Gestão dos Recursos Hídricos do Estado de São Paulo**. Base de dados preparada pelo Departamento de Planejamento e Gerenciamento, em Microsoft Office Excel. São Paulo: DRHi, 2020. (Não publicado)

SNIS – SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO. 2022. **Glossário de Informações – Água e Esgoto**. Disponível em: <www.snis.gov.br> .

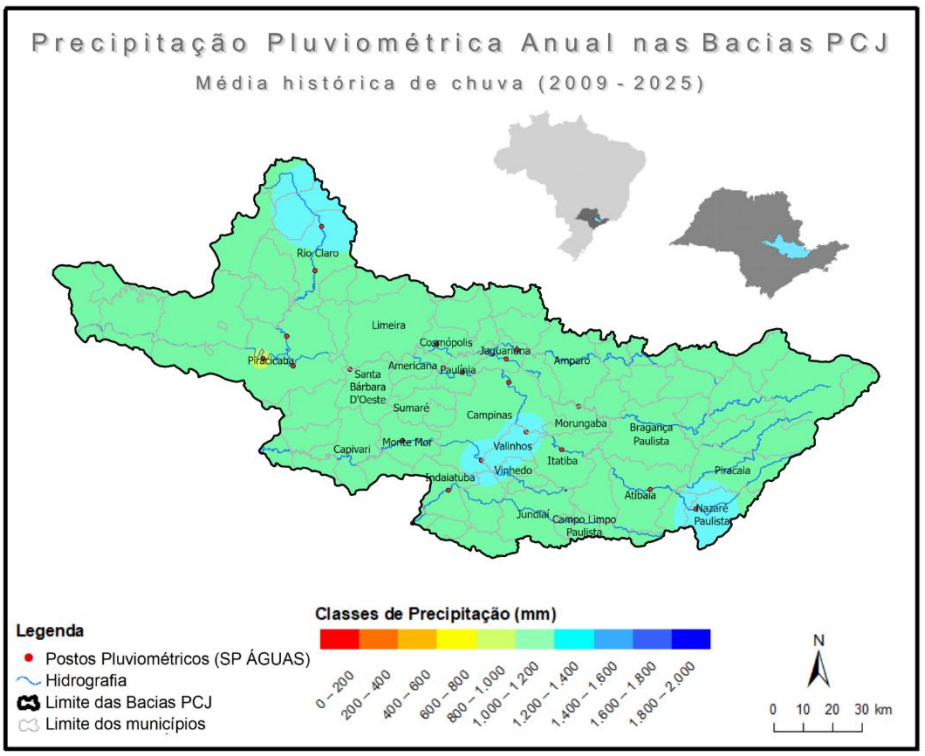
UNESCO. **The United Nations World Water Development Report. Water for people, water for life. 2003.36p.** Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000129556.

8 ANEXOS

ANEXO 1 - Precipitação Pluviométrica nas Bacias PCJ



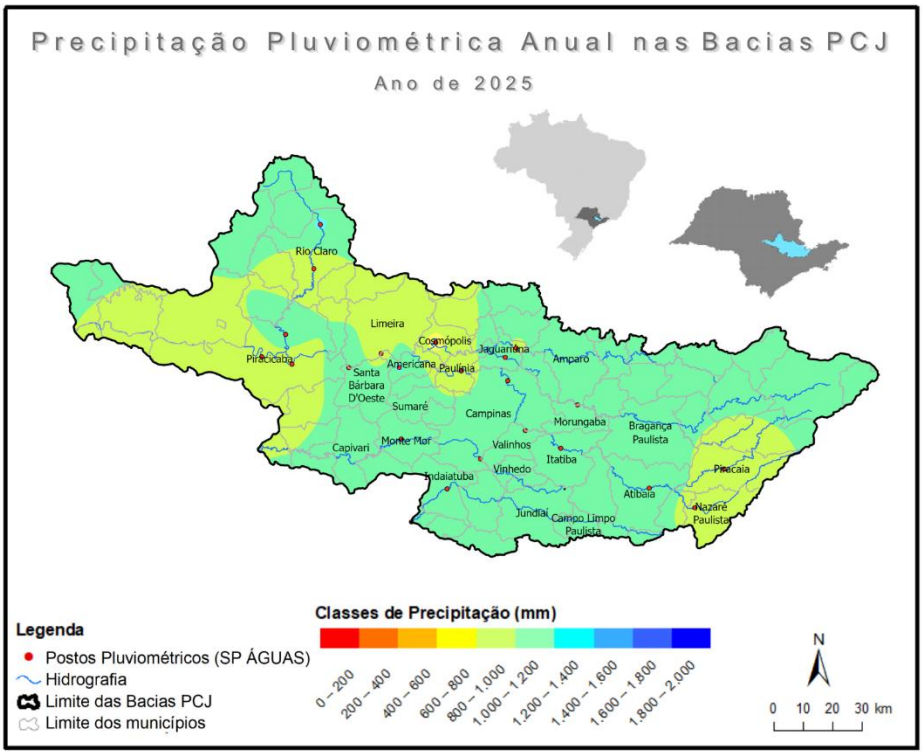
Dados pluviométricos de 2025.



Precipitação Anual média nas Bacias PCJ entre 2009 e 2025.

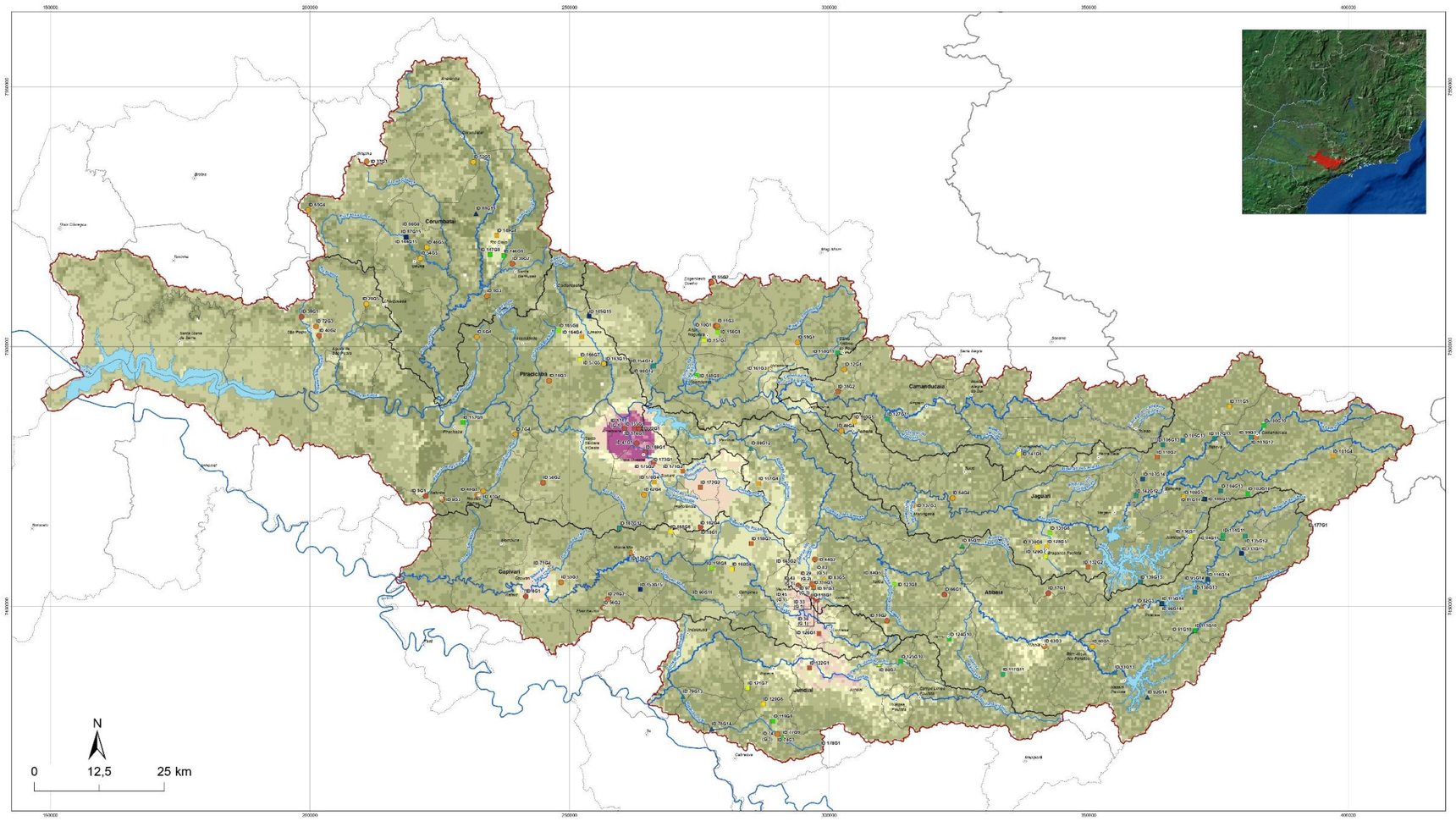
A elaboração de mapas referentes à precipitação média nas Bacias PCJ necessita de um número considerável de estações que tenham a mesma quantidade de anos de série histórica sem falhas e/ou inconsistências de dados. Para tal, foi necessário, além das estações telemétricas, selecionar estações pluviométricas da rede básica do DAEE/SP-Águas executando um nivelamento de estações com mais de 10 anos de série histórica, o que possibilitou a interpolação desses dados chuva. A busca por uma série mais longa, anterior a 2009, acarretaria a exclusão de estações que compõem o mapa e de anos em que existem falhas, inviabilizando a criação do mapa.

Diferente dos anos anteriores, em 2025, o mapa foi elaborado no ArcGIS Pro, por meio da interpolação IDW, utilizando os parâmetros padrão da ferramenta e estendendo o resultado da interpolação para o shapefile das Bacias PCJ. O procedimento metodológico adotado pela SP-Águas não pôde ser reproduzido devido à indisponibilidade de licença da extensão Geostatistical Analyst.



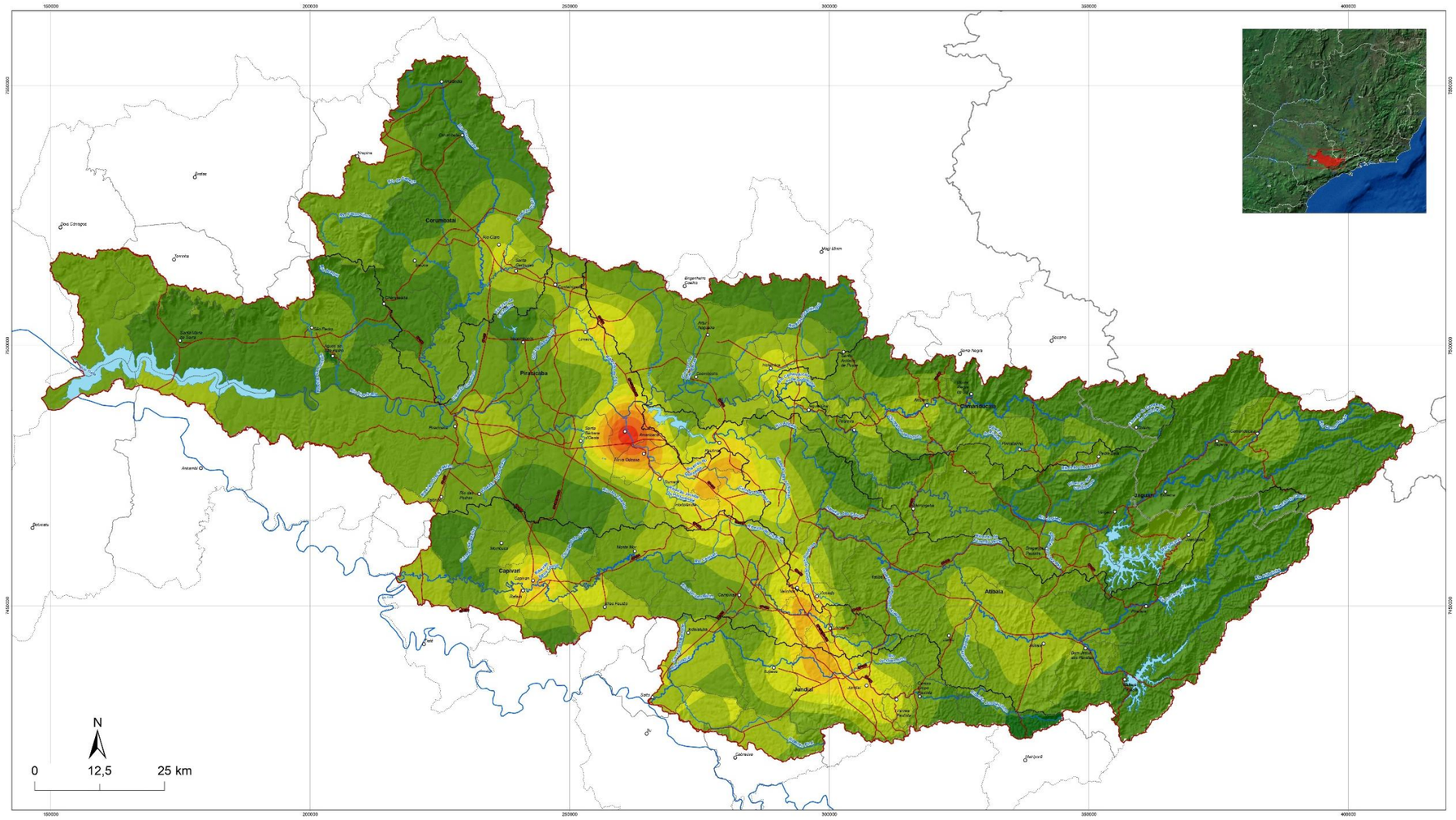
Precipitação Anual nas Bacias PCJ em 2025.

ANEXO 2 - Priorização de áreas através e postos para rede de monitoramento



Fonte: Extraído PROFILL (2019)

ANEXO 3 - Mapa Estresse Hídrico dos Aquíferos das Bacias PCJ



LEGENDA

- Sede municipal
- Hidrografia Principal
- Rodovia
- Limite Municipal
- Limite Estadual
- Sub-bacia
- Limite das Bacias PCJ

Saldo hídrico (m³/ano/km²)

- -8.846 - 0
- 1 - 20.000
- 20.001 - 40.000
- 40.001 - 60.000
- 60.001 - 80.000
- 80.001 - 100.000
- 100.001 - 120.000
- 120.001 - 140.000
- 140.001 - 160.000
- 160.001 - 180.000

Fonte de dados:

- Sede municipal: IBGE, 2010
- Limite municipal: IBGE, 2010
- Limite estadual: IBGE, 2010
- Hidrografia: ANA, 2013
- Limite da bacia: Adapatado de ANA, 2013
- Limite sub-bacia: Adapatado de ANA, 2013
- Estresse hídrico: elaborado com base em outorgas do DAEE, 2018 e dados de vazão do DAEE/UNESP, 2013

Fonte: Extraído PROFILL (2019)

ANEXO 4 - Deliberações dos Comitês PCJ (CBH-PCJ, PCJ Federal e CBH-PJ) e Deliberações Conjuntas (CBH-PCJ e PCJ FEDERAL) aprovadas no ano 2025.

Deliberação dos Comitês PCJ nº 536/25 (11/12/25, 34ª Ordinária): Dispõe sobre a doação de bens imobilizados da Fundação Agência das Bacias PCJ, adquiridos com fonte da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio da União nas Bacias PCJ, e classificados como irrecuperáveis e antieconômicos.

Deliberação dos Comitês PCJ nº 535/25 (11/12/25, 34ª Ordinária): Define cronograma e regras para seleção de empreendimentos, na temática de saneamento, visando a indicação para obtenção de financiamento com recursos da Cobrança PCJ Paulista pelo uso dos recursos hídricos e da Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia Elétrica (CFURH), referente aos orçamentos de 2026 e 2027, e dá outras providências.

Deliberação dos Comitês PCJ nº 534/25 (11/12/25, 34ª Ordinária): Cancela a indicação de empreendimentos financiados com recursos da Cobrança PCJ Federal, referente aos exercícios 2023 e 2024 e dá outras providências.

Deliberação dos Comitês PCJ nº 533/25 (11/12/25, 34ª Ordinária): Aprova plano de trabalho e proposta orçamentária anual da Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí – exercício 2026 e dá outras providências.

Deliberação dos Comitês PCJ nº 532/25 (11/12/25, 34ª Ordinária): Aprova o Plano de Comunicação dos Comitês PCJ para o período 2026 a 2030.

Deliberação dos Comitês PCJ nº 531/25 (11/12/25, 34ª Ordinária): Aprova o Plano de Capacitação dos Comitês PCJ para o período de 2026 a 2030.

Deliberação dos Comitês PCJ nº 530/25 (11/12/25, 34ª Ordinária): Aprova o Plano de Integridade das Bacias PCJ para o período de 2025 a 2027.

Deliberação dos Comitês PCJ nº 529/25 (11/12/25, 34ª Ordinária): Aprova o Planejamento Anual de Atividades – PAA dos Comitês PCJ, para o ano de 2026.

Deliberação dos Comitês PCJ nº 528/25 (11/12/25, 34ª Ordinária): Aprova o Orçamento das Câmaras Técnicas, Reuniões Plenária e Diretoria Colegiada dos Comitês PCJ para o ano de 2026, e dá outras providências.

Deliberação dos Comitês PCJ 527/25 (11/12/25, 34ª Ordinária): Altera o Anexo II da Deliberação dos Comitês PCJ nº 442/23, de 29/06/2023; e o Anexo II da Deliberação dos Comitês PCJ nº 465/24, de 10/01/2024.

Deliberação dos Comitês PCJ nº 526/25 (11/12/25, 34ª Ordinária): Aprova a adesão dos Comitês PCJ ao Programa de integração dos planos de bacias e do plano estadual de recursos hídricos – IntegraBacias no âmbito da elaboração integrada dos planos de bacias hidrográficas e do PERH 2028-2031 e dá outras providências.

Deliberação dos Comitês PCJ nº 525/25 (11/12/25, 34ª Ordinária): Aprova o Plano de Aplicação Plurianual das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí – PAP PCJ para o exercício 2026 a 2030, e dá outras providências.

Deliberação dos Comitês PCJ nº 524/25 (11/12/25, 34ª Ordinária): Altera o Plano de Ação e o Programa de Investimentos – PA/PI para a gestão dos recursos hídricos nas Bacias PCJ para o quadriênio 2024 a 2027, e dá outras providências.

Deliberação dos Comitês PCJ nº 523/25 (11/12/25, 34ª Ordinária): Aprova o "Relatório de Situação dos Recursos Hídricos das Bacias PCJ 2025 – Ano Base 2024" das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí – Bacias PCJ e dá outras providências.

Deliberação dos Comitês PCJ nº 522/25 (11/12/25, 34ª Ordinária): Referenda atos dos Presidentes dos Comitês PCJ.

Deliberação dos Comitês PCJ nº 521/25 (07/11/25, "AD REFERENDUM): Aprova a minuta do Contrato de Gestão e respectivos Anexos I (Termo de Referência) e II (Programa de Trabalho), a ser celebrado entre a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA e a Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí – Agência das Bacias PCJ, com anuência dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí – Comitês PCJ, para o período de 2026 a 2030.

Deliberação dos Comitês PCJ nº 520/25 (29/08/25, 33ª Extraordinária): Altera a redação de trechos da Deliberação dos Comitês PCJ nº 498/25, de 25/02/2025, e seus anexos, no que concerne à mecanismos da cobrança pelos usos urbano e industrial de recursos hídricos em rios de domínio do estado de São Paulo nas Bacias PCJ.

Deliberação dos Comitês PCJ nº 519/25 (29/08/25, 33ª Extraordinária): Aprova edital de Seleção de Patrocínios PCJ 2026 e respectivos valores de investimentos.

Deliberação dos Comitês PCJ nº 518/25 (29/08/25, 33ª Extraordinária): Acrescenta os parágrafos 8º e 9º do artigo 5º, altera a redação do § 1º do art. 27 e do § 2º do art. 36 do Anexo da Deliberação dos Comitês PCJ nº 362/21, de 30/03/2021.

Deliberação dos Comitês PCJ nº 517/25 (29/08/25, 33ª Extraordinária): Indica o Diretor-presidente da Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (Agência das Bacias PCJ), para o mandato 2025-2027.

Deliberação dos Comitês PCJ 516/25 (29/08/25, 33ª Extraordinária): Indica empreendimentos para financiamento com recursos oriundos da cobrança pelo uso

dos recursos hídricos em rios de domínio do Estado de São Paulo, localizados nas Bacias PCJ (Cobrança PCJ Paulista) e da Compensação Financeira pela utilização dos Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia Elétrica (CFURH), referentes ao exercício de 2025, e dá outras providências.

Deliberação dos Comitês PCJ nº 515/25 (29/08/25, 33ª Extraordinária): Aprova as "Diretrizes Gerais para Gestão de Perdas de Água e Eficiência no Abastecimento Público nas Bacias PCJ" para os municípios integrantes das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí.

Deliberação dos Comitês PCJ 514/25 (29/08/25, 33ª Extraordinária): Altera a Deliberação dos Comitês PCJ nº 443/23, de 29/06/2023, quanto à indicação de representantes dos segmentos Municípios e Organizações Civis para os Conselhos Deliberativo e Fiscal da Fundação Agência das Bacias PCJ, para o mandato 2023-2025, e indica os representantes dos segmentos Órgãos de Governo, Municípios, Organizações Civis e Usuários de Recursos Hídricos para os Conselhos Deliberativo e Fiscal da Fundação Agência das Bacias PCJ, para o mandato 2025-2027.

Deliberação dos Comitês PCJ nº 513/25 (29/08/25, 33ª Extraordinária): Constitui, para o período de vigência do Contrato de Gestão nº 033/2020/ANA (GACG PCJ), o Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão das Bacias PCJ, celebrado entre Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA e a Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí – Agência das Bacias PCJ, e dá outras providências.

Deliberação dos Comitês PCJ nº 512/25 (29/08/25, 33ª Extraordinária): Referenda atos dos Presidentes dos Comitês PCJ. Deliberação dos Comitês PCJ nº 439/23 (22/05/23, "AD REFERENDUM"): Altera a modalidade de financiamento, indicada nos itens 9 e 11 do Quadro II, do Anexo II da Deliberação dos Comitês PCJ nº 407/22, de 29/06/2022, referente a empreendimentos da SANASA e da CODEN.

Deliberação dos Comitês PCJ nº 511/25 (04/08/25, "AD REFERENDUM): Dispõe sobre a doação de veículos da Fundação Agência das Bacias PCJ, adquiridos com fonte da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio da União nas Bacias PCJ, e classificados como antieconômicos Deliberação dos Comitês PCJ nº 437/23 (30/03/23, 29ª Ordinária): Aprova Plano de Trabalho Anual - exercício 2023 e Relatório de Atividades Anual - exercício 2022, do CBH-PCJ, em atendimento ao Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas – PROCOMITÊS, da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA.

Deliberação dos Comitês PCJ nº 510/25 (04/08/25, "AD REFERENDUM): Dispõe sobre a doação de bens imobilizados da Fundação Agência das Bacias PCJ,

adquiridos com fonte da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio da União nas Bacias PCJ, e classificados como irrecuperáveis.

Deliberação dos Comitês PCJ nº 509/25 (15/05/25, "AD REFERENDUM): Aprova a solicitação de prorrogação de prazo para a publicação do extrato do Edital de licitação no âmbito do Programa I da Política de Recuperação, Conservação e Proteção de Mananciais dos Comitês PCJ – Política de Mananciais PCJ, para empreendimentos contratados com recursos oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União – Cobrança PCJ Federal, constantes do PAP-PCJ 2021- 2025 – exercício 2024.

Deliberação dos Comitês PCJ nº 508/25 (15/05/25, "AD REFERENDUM): Aprova a indicação de empreendimentos selecionados por meio de Ato Convocatório referentes ao Chamamento Público de Projetos nº 01/2024, para financiamento com recursos da Cobrança PCJ Federal, exercício de 2025, e dá outras providências.

Deliberação dos Comitês PCJ nº 507/25 (28/03/25, 33ª Ordinária): Aprova o Plano de Trabalho Anual (PTA) – exercício 2025 e o Relatório de Atividades Anual (RAA) – exercício 2024, do CBH-PCJ, em atendimento ao Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas – PROCOMITÊS, da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA.

Deliberação dos Comitês PCJ nº 506/25 (28/03/25, 33ª Ordinária): Aprova Relatório Anual de Atividades – RAA dos Comitês PCJ, referente ao exercício de 2024.

Deliberação dos Comitês PCJ nº 505/25 (28/03/25, 33ª Ordinária): Indica empreendimento para financiamento com recursos oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio do Estado de São Paulo, localizados nas Bacias PCJ (Cobrança PCJ Paulista) referente ao exercício de 2025, e dá outras providências.

Deliberação dos Comitês PCJ nº 504/25 (28/03/25, 33ª Ordinária): Indica empreendimentos para financiamento com recursos oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio do Estado de São Paulo, localizados nas Bacias PCJ (Cobrança PCJ Paulista), referente ao exercício de 2025, e dá outras providências.

Deliberação dos Comitês PCJ nº 503/25 (28/03/25, 33ª Ordinária): Aprova o Plano de Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso da Água em Rios de Domínio do Estado de São Paulo, na área das Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí – Cobrança PCJ Paulista – exercício 2025.502/25 (28/03/25, 33ª Ordinária): Cancela a indicação de empreendimentos financiados com recursos FEHIDRO, referentes aos exercícios de 2022, 2023 e 2024 e dá outras providências.

Deliberação dos Comitês PCJ nº 501/25 (28/03/25, 33ª Ordinária): Elege e empossa dirigentes dos Comitês PCJ; define os municípios paulistas com direito a voto; define a Secretaria Executiva; elege representantes dos municípios paulistas no CRH-SP e CONESAN-SP; indica representantes dos Comitês PCJ nos Fóruns Paulista e Nacional de Comitês de Bacias e na Rede Brasil de Organismos de Bacias Hidrográficas – REBOB; indica os representantes para compor a CT-PL, para mandato 2025/2027; e dá outras providências.

Deliberação dos Comitês PCJ nº 500/25 (28/03/25, 33ª Ordinária): Empossa representantes dos municípios mineiros, dos órgãos e entidades dos governos de Minas Gerais e da União no Plenário do PCJ FEDERAL e dos usuários de recursos hídricos e das organizações civis nos Plenários do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, para o mandato 2025/2027, e dá outras providências.

Deliberação dos Comitês PCJ nº 499/25 (25/02/25, 32ª Extraordinária): Indica representante dos municípios paulistas no Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo – CRH-SP para o 11° Grupo: Piracicaba, Capivari e Jundiaí e Sorocaba/Médio Tietê, para o biênio 2025/2027.

Deliberação dos Comitês PCJ nº 498/25 (25/02/25, 32ª Extraordinária): Estabelece novos valores para as cobranças pelo uso dos recursos hídricos nas bacias hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (Cobranças PCJ) em corpos d'água de domínio do Estado de São Paulo e da União, altera mecanismos da Cobrança Federal, altera coeficientes ponderadores da Cobrança Paulista, e dá outras providências.